Modelos de Leitura Documentária para Indexação:

abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos

Mariângela Spotti Lopes Fujita
Roberta Caroline Vesu Alves
Carlos Cândido de Almeida
(Organizadores)

Modelos de Leitura Documentária para Indexação

Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

M689 Modelos de leitura documentária para indexação : abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos / Mariângela Spotti Lopes Fujita, Roberta Caroline Vesu Alves, Carlos Cândido de Almeida (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.
460 p. : il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86546-04-0 (Impresso)
ISBN 978-65-86546-07-1 (Digital)

1. Análise documentária. 2. Análise de conteúdo (Comunicação). 3. Indexação. 4. Leitura - Metodologia. 5. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Fujita, Mariângela Spotti Lopes. II. Alves, Roberta Caroline Vesu. III. Almeida, Carlos Cândido de.

CDD 025.4

Editora afiliada:

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Sumário

Apresentação

Roberta Caroline Vesu ALVES
Mariângela Spotti Lopes FUJITA
Carlos Cândido de ALMEIDA

A motivação para a elaboração deste livro surgiu da observação da necessidade de reunir novas pesquisas no cenário da área de Ciência da Informação, que mostram perspectivas inovadoras para a Análise Documentária ou Documental, leitura documentária e modelo de leitura documentária, já que são fatores determinantes para um bom desempenho do trabalho do indexador com diferentes tipos de documentos.

O tema deste livro consiste nos estudos sobre a elaboração de modelos de leitura documentária ou documental para indexação, principalmente, no que tange aos seus aspectos de abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações dos modelos em diferentes tipos de documentos. Portanto, tem o objetivo de enfatizar os aspectos das teorias interdisciplinares que fundamentam a elaboração do modelo de leitura documentária e as aplicações possíveis em diferentes documentos, estas que permeiam pesquisas de diferentes autores da atualidade.

Este livro se destina aos profissionais da informação, arquivistas, bibliotecários, estudantes de arquivologia e biblioteconomia, professores

da área de Ciência de Informação que buscam compreender e aplicar os fundamentos dos procedimentos de leitura documentária para indexação e resumos, especialmente os modelos que direcionam e facilitam a representação dos diferentes tipos de documentos.

Os modelos de leitura documentária têm um papel fundamental para a indexação, pois contribuem para o direcionamento da leitura documentária, análise de assunto, identificação e seleção de conceitos, além de orientar a metacognição do indexador nas variadas tipologias textuais, segundo suas estruturas e temáticas específicas.

A leitura documentária, além disso, consiste na primeira etapa para a realização da análise documentária em processos de indexação e elaboração de resumos. Portanto, está relacionada com diferentes tipos de representação sobre o conteúdo dos documentos, tendo em vista o auxílio da linguagem de indexação ou, de modo diferente, de acordo com a elaboração do resumo. Estes aspectos ocorrem para facilitar a comunicação entre sistemas de informação e usuários no momento da busca e recuperação de informações temáticas.

Vale ressaltar que os princípios teóricos e aplicações da leitura documentária, especialmente, com o uso de modelos de leitura documentária, são muito importantes para que todo o restante do processo de indexação e elaboração de resumos se realize.

Em especial, o indexador é enfatizado nesta obra, pois tradicionalmente a leitura documentária e os modelos de leitura foram desenvolvidos para atividade de indexação de diferentes documentos. Esse profissional com suas capacidades e em meio a seus propósitos institucionais precisa considerar a temática e estrutura de diferentes tipos de documentos, além de considerar as necessidades de informação dos usuários para a indexação, o que torna a leitura documentária uma atividade direcionada e complexa. O resumidor inicia sua atividade de elaboração de resumos com a leitura documentária sobre documentos diversos, que pode estar direcionada por modelo de leitura documentária, além de outros aspectos. Diante disso, e principalmente em face aos diferentes tipos de documentos que necessitam de indexação para fins de recuperação da informação temática, o desenvolvimento do tema sobre modelo de leitura documentária merece ser revisitado, ampliado e atualizado por meio deste livro.

A organização do livro está dividida em introdução com dois capítulos iniciais, também apresenta mais duas partes, com todos os capítulos numerados sequencialmente para demonstrar a quantidade de capítulos desta obra.

A introdução, "***O processo de leitura pelo indexador***", expõe as bases teóricas e metodológicas do processo de leitura documentária para o profissional indexador. Assim, no primeiro capítulo da introdução, "*A leitura em análise de assunto para identificação e seleção de conceitos: orientações a todos leitores com objetivo de indexação*", de Mariângela Spotti Lopes Fujita, as concepções das temáticas da leitura documentária e modelo de leitura são examinadas diante das variáveis sobre leitor, texto e contexto.

O segundo capítulo introdutório, "*O leitor indexador: expert e profissional*", elaborado por Mariângela Spotti Lopes Fujita e Carlos Cândido de Almeida, aborda a *expertise* do indexador, diante das características do leitor profissional que realiza a leitura documentária com alto desempenho.

A parte 1 do livro "***Leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares***" apresenta capítulos sob o ponto de vista da leitura documentária e seus subsídios teóricos interdisciplinares necessários, principalmente, para a fundamentação dos modelos de leitura documentária.

O primeiro capítulo da primeira parte, o de número três, "*Análise documental de textos narrativos ficcionais: aportes teóricos de aboutness para identificação de temas*", de João Batista Ernesto de Moraes, Larissa de Mello Lima e Mariana da Silva Caprioli, enfatiza como a questão do *aboutness* se insere na Análise Documentária e auxilia a análise de textos narrativos de ficção.

O capítulo quatro, "*Tipos e estruturas de textos na ótica da organização e recepção de informações*", de Nair Yumiko Kobashi, demonstra especialmente o conceito de texto, a tipologia em que o texto pode ser classificado, a compreensão, a interpretação e as operações para condensação e representação na elaboração de resumos e indexação.

O próximo capítulo, "*Análise documentária e semântica discursiva: contributos para o tratamento temático de objetos informacionais*", de Raimunda Fernanda dos Santos, Dulce Amélia de Brito Neves e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, discute aspectos da Semântica

Discursiva e Linguística para a produção de metadados semânticos no processo de análise documentária e indexação para recuperação, acesso de uso da informação de recursos informacionais.

O capítulo seis, "*A leitura documentária na conversão de textos em hipertextos no contexto da Web*", de Gercina Ângela de Lima, mostra a contribuição da leitura documentária e indexação na conversão de textos em hipertextos na *Web*, também para a estruturação desses hipertextos ao considerar suas partes conceituais.

O sétimo capítulo, "*A leitura documentária e a indexação de documentos da área da saúde*" de Maria Cristiane Barbosa Galvão, apresenta os processos de leitura documentária necessários aos documentos da área de Saúde, que primordialmente devem estar conectados com os contextos de trabalho dessa área, por exemplo, ao considerar a saúde do indivíduo em suas dimensões física, mental e social.

O oitavo capítulo, "*A tematicidade textual na análise de assunto da indexação: aspectos inerentes à atuação profissional do indexador*", de Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti, aborda aspectos teóricos da tematicidade em momentos distintos da indexação, ou seja, na análise de assuntos e identificação de conceitos apresenta a tematicidade intrínseca e na seleção de conceitos, a tematicidade extrínseca.

Em seguida, o nono capítulo, "*Abordagem teórica da semiótica peirceana para identificação de assuntos em música e suas representações*", de Camila Monteiro de Barros e Lígia Maria Arruda Café, debate as possibilidades dos interpretantes para indexação em âmbito emocional, energético e lógico como potenciais descritores, também propõe uma matriz conceitual semiótica como modelo de leitura para a informação musical.

A parte 2 do livro denominada "***Modelos de leitura documentária para indexaç***ão de diferentes tipos de documentos", expõe, portanto, os aspectos teóricos e aplicados sobre os modelos de leitura documentária, isso conforme os diferentes tipos de documentos.

O décimo capítulo, "*Processo de leitura para análise documental: proposição metodológica*", de Mariângela Spotti Lopes Fujita e Milena Polsinelli Rubi aborda de modo atual as questões da leitura e do modelo de leitura documentária, importantes para a indexação de texto científico.

O décimo primeiro capítulo, "*Procedimentos de leitura documentária para indexação de doutrina: um estudo com base em estruturas textuais*", de Daniela Majorie Akama dos Reis, enfoca os procedimentos de leitura documentária realizados durante a análise de assuntos para a indexação de documentos da Doutrina jurídica.

O próximo capítulo, "*Modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção*", de Deise Maria Antonio Sabbag, demonstra o modelo de leitura documentária denominado pelo acrônimo MENTIF, que permite a indexação de textos narrativos de ficção.

O décimo terceiro capítulo, "*Modelo de leitura documentária para indexação de artigos de jornal*", de Silvana Aparecida Fagundes, elucida o modelo de leitura documentária elaborado para artigos de jornal, segundo o estudo de caso que observou os indexadores do Arquivo do jornal "O Estado de S. Paulo" e do "Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC)".

O capítulo de número catorze, "*Modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa*", de Roberta Caroline Vesu Alves, aborda a elaboração de resumos com base em modelo de leitura documentária para representação da literatura infantojuvenil em prosa, segundo subsídios teóricos e metodológicos, bem como apresenta a aplicação do modelo para elucidar esse processo.

O capítulo seguinte, "*Modelo de leitura técnica para a análise de assunto de acórdãos dos tribunais de contas*", de Ana Carolina Ferreira e Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, apresenta o modelo de leitura documentária para indexação de acórdãos e a generalização do modelo com as devidas adaptações para diferentes tribunais de contas.

O décimo sexto capítulo, "*Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares*", de Jean Marcel Caum Camoleze e Sonia Troitiño, enfoca a metodologia do modelo de leitura documentária para indexação de documentos de arquivos do "Fundo do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras" (MST), que compõem o acervo do "Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista" (CEDEM), a fim de promover a recuperação da informação desses documentos.

O último capítulo, de número dezessete, "*Modelo semiótico de leitura documentária para indexação de fotografias*", de Ana Clara Gatto e Carlos Cândido de Almeida, mostra uma proposta metodológica de leitura documentária para indexação de fotografias com base em estudos semióticos.

Em face ao exposto, esta obra reúne aspectos importantes para o estudo do modelo de leitura documentária, que é destacado aqui como o elemento principal para a análise documentária, leitura documentária, indexação e elaboração de resumos. O conteúdo deste livro apresenta diferentes perspectivas para o modelo de leitura documentária, principalmente, no âmbito da indexação de diferentes tipos de documentos, pois as metodologias apresentadas obtêm seus fundamentos em aspectos teóricos interdisciplinares.

Introdução

O processo de leitura pelo indexador

1

A leitura em análise de assunto para identificação e seleção de conceitos: orientações a todos leitores com objetivo de indexação

Mariângela Spotti Lopes FUJITA

Resumo: A leitura em Análise Documental e indexação apresentam processos de certa forma similares para análise de assunto com a finalidade de identificação de seleção de conceitos representativos do documento e de modo a satisfazer as necessidades de informações dos usuários. A identificação e seleção de conceitos e os modelos de leitura que apoiam esse processo para a análise de assunto são influenciados pelas variáveis de leitor, texto e contexto. Na leitura documental, o exame da estrutura e tipologia do documento, a busca compreensão e identificação de conceitos, obtém o como resultado da leitura a seleção dos conceitos. O indexador torna-se um leitor interativo com o texto a partir de estratégias para facilitar a compreensão, é consciente da política e objetivos institucionais que interfere na seleção de conceitos e realização da representação de necessidades informacionais dos usuários.

Palavras-chave: Leitura documental. Análise de assunto. Modelo de leitura. Análise Documental. Indexação.

Abstract: The reading in Documentary Analysis and Indexing presents some similar processes for subject analysis with purpose of identifying the selection of representative concepts of document and in order to satisfy information needs of users. The identification and selection of concepts and reading models that support this process for subject analysis are influenced by variables of reader, text and context. In documentary reading, the examination of structure and typology of document, the search for understanding and identification of concepts, presents the result of reading is selection of concepts. The indexer is an interactive reader with text from strategies to facilitate understanding, is aware of policy and institutional objectives that interferes in selection of concepts and realization of representation of information needs of users.

Keywords: Documentary reading. Subject analysis. Reading model. Documentary Analysis. Indexing.

1 Introdução

A existência de diferentes correntes teóricas explica o uso de termos como "análise de assuntos", "análise de conteúdos documentais" e "análise documental". Observa-se que os termos "Indexação", "Indexador" e "Análise de assunto" aparecem com mais frequência do que "Análise documental" e "Documentalista". Nas buscas por assunto em bases de dados os termos "Indexing" e "Indexer" tem mais revocação de conteúdos informacionais e documentais do que os termos "Documentary analysis" ou "Documentalist", o que justifica uma boa quantidade de publicações utilizando aquela nomenclatura.

A expressão "Análise documental" veio da linha teórica francesa cujo idealizador é Jean-Claude Gardin. Gardin (1981, p. 29), conceituou a Análise Documental como "[...] um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.".

Segundo essa concepção, a Análise documental realiza a descrição do conteúdo documental para um tratamento temático. No Figura 1 é possível visualizar a existência de vertentes teóricas da Análise Documental que tiveram origens em países de línguas latina e anglo-saxônica. Na vertente teórica espanhola, a Análise Documental, representada por Pinto Molina (1993), comporta, além da descrição do conteúdo, a descrição física. Na vertente teórica francesa a Análise documental (GARDIN, 1981) refere-se somente ao tratamento do

conteúdo do documento, não adotando a divisão em forma e conteúdo, ou descrição física e temática do documento.

A vertente teórica inglesa, representada por autores como Foskett (1996), Lancaster (1993), Van Slype (1991), Farrow (1991), entre outros, faz uso da expressão indexação, entendendo-a como um processo.

Figura 1 - Vertentes teóricas da Análise Documental

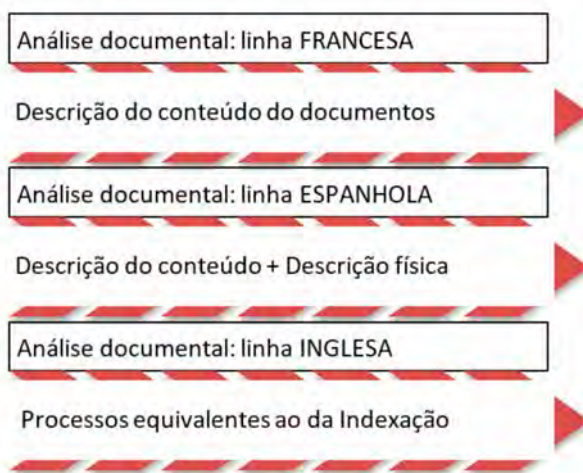
Análise documental: linha FRANCESA

Descrição do conteúdo do documentos

Análise documental: linha ESPANHOLA

Descrição do conteúdo + Descrição física

Análise documental: linha INGLESA

Processos equivalentes ao da Indexação

Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos que, análise documental e indexação compreendem processos similares, incluindo-se a análise de assuntos como etapa inicial da indexação. A análise de assuntos é um processo de organização do conhecimento (HJØRLAND, 2016) que necessita ser realizado mediante leitura, seja humana ou por máquina.

Em estudo de Guimarães (2008) sobre correntes teóricas, o Tratamento Temático da Informação (TTI) é considerado um campo conceitual articulado à Organização do Conhecimento (GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2012) que abarca três linhas teóricas: a da catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência norte-americana, a da indexação (*indexing*), de influência inglesa e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa (Figura 2). Portanto, no campo conceitual do Tratamento temático convivem, com autonomia

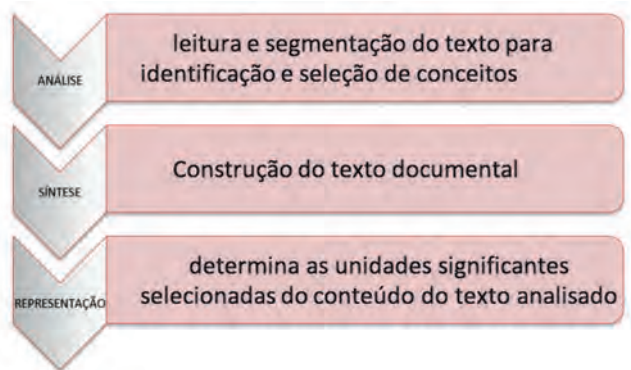
teórica e metodológica, tanto a Indexação (linha teórica inglesa), quanto a Análise Documental (linha teórica francesa).

Figura 2 -Linhas teóricas do Tratamento Temático

LINHAS TEÓRICAS DO TRATAMENTO TEMÁTICO	
	Catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência norte-americana
	Indexação (*indexing*), de influência inglesa
	Análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa

Fonte: Elaborado pela autora com base em Guimarães (2008).

No Tratamento Temático se realizam os processos de descrição de conteúdos documentais. A análise documental, assim como a indexação e a catalogação de assuntos, são processos realizados mediante operacionalização de duas etapas fundamentais: a análise e a representação (ou tradução) (CHAUMIER, 1986; LANCASTER,1993; MAI, 2000). A primeira etapa, a análise, compreende a leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos (vide Figura 3).

Figura 3 - Operações da análise documental e indexação

Fonte: Elaborado pela autora.

Conscientes da importância da leitura e de suas variáveis para o desenvolvimento do potencial do leitor documentalista passaremos a analisar as operações de identificação e seleção de conceitos realizada na primeira etapa da análise. Essas operações são fundamentais na análise e se realizam por meio da leitura do documentalista.

2 Identificação e seleção de conceitos

Vamos agora nos deter nessa primeira etapa da análise porque existem procedimentos muito específicos para realizar a identificação e seleção de conceitos que resultam em representações documentárias cuja importância impactam os resultados dos processos de indexação, classificação e elaboração de resumos.

Antes, porém, de explicarmos essas duas operações, precisaremos entender o que é conceito e qual a sua importância.

A explicação mais simples para conceito é, a formulação de uma ideia por palavras. O conceito *ação* é definido mais especificamente como: *processo sofrido por algo ou alguém*. A proposta é que o conceito ação, por ser universal, pode identificar palavras que o representem em qualquer texto. Isso significa que o conceito *ação* poderá ser identificado por uma palavra no texto, que dependerá do contexto para identificá-la com a ideia de *ação*. Mas, vamos ver um exemplo para que possamos entender mais diretamente.

Examinemos o resumo abaixo e veremos que o conceito *ação* no texto 1 será identificado pela palavra *Ensino* conforme proposição do resumo (Quadro 1):

Quadro 1 - Resumo de artigo científico - 1

Texto 1:
CORREIA, Marisa, FREIRE, Ana. **Trabalho laboratorial e práticas de avaliação de professores de ciências físico-químicas do ensino básico.** *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)* [online]. 2009, vol.11, n.1, p.160-191. ISSN 1415-2150. http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172009110110.

Na última década em Portugal, tem-se assistido a uma mudança nos currículos de ciências e nas orientações curriculares dirigidas à avaliação. Neste contexto, pretendeu-se caracterizar as perspectivas de ensino e aprendizagem de professores de Ciências Físico- Químicas do Ensino Básico, analisando o trabalho laboratorial que desenvolvem e as formas de o avaliar. Este estudo envolveu três professores em início de carreira. Para a recolha de dados recorreu-se a entrevistas, a observação de aulas e a documentos. Os resultados sugerem que o trabalho laboratorial não é frequente nas aulas dos participantes e quando implementado apresenta um carácter verificativo e demonstrativo. Os professores demonstraram dificuldades na avaliação das aprendizagens dos alunos, o que é coerente com uma perspectiva de ensino e aprendizagem tradicional.

Palavras-chave: Trabalho laboratorial; avaliação; perspectivas de ensino e aprendizagem.

Fonte: Scielo periódicos.

Mas, no texto 2, o conceito ação será identificado pela palavra *Política Pública* conforme objetivo do artigo presente no resumo (Quadro 2):

Quadro 2 - Resumo de artigo científico - 2

Texto 2:

FIGUEIREDO, Jacqueline de Sousa Batista, LOPES, Jairo de Araujo. **Políticas educacionais de formação continuada e o programa de desenvolvimento profissional de Minas Gerais.** *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)* [online]. 2009, vol.11, n.1, p. 119-139. ISSN 1415-2150. http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172009110108.

Este trabalho tem por objetivo analisar a implementação de uma **política pública** mineira do Projeto Escolas-Referência com o Programa de Desenvolvimento Profissional de Educadores - PDP - desenvolvido na jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas-MG no contexto das políticas públicas, nos âmbitos federal e estadual, de capacitação continuada. O Programa tem a pretensão de inserir o professor como construtor e reconstrutor de seu percurso formativo e profissional por meio do desenvolvimento de atividades, do acompanhamento e suporte pedagógico para a implementação das novas propostas curriculares - a conjectura do Currículo Básico Comum. Mediante análise bibliográfica e documental, e de depoimento de quatro docentes participantes ativos do processo, refletiu-se, a partir de referências teóricas referentes a políticas públicas, sobre inquietações decorrentes da implementação da nova proposta no meio escolar, buscando conhecer os pontos que representam avanços e obstáculos do PDP.

Palavras-chave: Políticas públicas; formação continuada; currículo escolar.

Fonte: Scielo periódicos

Vejamos, então, que o conceito *ação* pode ser identificado tanto no texto 1 quanto no 2, todavia, com palavras diferentes. Com a análise por conceitos asseguramos uniformidade de identificação de conceitos em qualquer texto e de compreensão global do texto que, de outra forma, não seria possível, por não termos parâmetros de compreensão em áreas de assunto especializadas e diversas. Mais do que isso, o conceito *ação* é universal, ou seja, o leitor poderá compreender seu significado aplicado a qualquer texto.

Outra proposta interessante do uso de conceitos é utilizar um questionamento durante a leitura do texto para identificação de palavras representativas.

A identificação de conceitos, segundo a norma (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2), é realizada após o exame do documento e de suas partes, quando, então, o leitor indexador deverá seguir uma abordagem sistemática para a identificação daqueles conceitos que são elementos essenciais na análise do assunto. A abordagem sistemática é um questionamento para melhor extrair conceitos enquanto estiver fazendo a leitura das partes do texto:

> a) O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?
>
> b) O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo, etc)?
>
> c) O objeto é influenciado pela atividade identificada?
>
> d) O documento possui um agente que praticou esta ação?
>
> e) Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?
>
> f)Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?
>
> g) São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?

h) O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?

(Associação brasileira de normas técnicas, 1992, p. 2).

A primeira questão, por exemplo, deverá identificar no texto a presença do conceito *objeto*; a segunda, a *ação*; a terceira, se o *objeto*" identificado sofre influência da *ação*; a quarta, o *agente* que praticou a *ação* e assim por diante...

Os conceitos *ação, objeto* e *agente* são conceitos essenciais que, juntos, representam o tema de um texto. É possível que um texto tenha os três conceitos juntos, como no enunciado abaixo, mas, nem sempre existe um *agente*. Entretanto, os conceitos *ação* e *objeto* são obrigatoriamente identificados:

Exemplo: Destruição da lavoura de café pela geada

Ação: Destruição; *Objeto*: lavoura de café; *Agente*: geada

Existem outras propostas de questionamentos para identificação de conceitos, como por exemplo o do sistema de indexação PRECIS (*PRE*served in *C*ontext *I*ndexing *S*ystem), idealizado por Derek Austin na década de 70.

Trabalhando em torno de "conceitos universais", o sistema PRECIS recomenda, para a etapa de identificação de conceitos da análise de assunto, uma análise conceitual baseada na interrogação do texto (Quadro 3):

Quadro 3 - Análise conceitual do PRECIS

- O QUE ACONTECEU? *(AÇÃO)*
- A QUE OU A QUEM ISTO ACONTECEU? *(OBJETO DA AÇÃO - SISTEMA CHAVE)*
- O QUE OU QUEM FEZ ISTO? *(AGENTE DA AÇÃO)*
- ONDE ACONTECEU? *(LOCAL)*

Fonte: Fujita (1999).

Com base em utilização instrumental do sistema de indexação PRECIS como recurso didático operatório Fujita (1999) elaborou modelo para análise e compreensão literal de leitura. A explicação desses procedimentos aos alunos, informantes da experiência, foi realizada mediante formulário contendo descrição e uso da metodologia PRECIS. Leia os procedimentos abaixo e realize os procedimentos com um texto de jornal:

Procedimentos para análise conceitual do PRECIS:

✍ Esta atividade que você desenvolverá, a partir de agora, será uma experiência para observar seu desempenho após ter analisado o texto que você tem em mãos.

TEXTO: TEIXEIRA, Francisco M. P., DANTAS, J. História do Brasil da colônia à república. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1979. p. 141.

COMPARAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA E AÇUCAREIRA

(...) Se bem que a renda média da economia mineira haja estado por baixo da que conhecera a região do açúcar, seu mercado apresentava potencialidades muito maiores. Suas dimensões absolutas eram superiores, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total. Por outro lado - e isto constituiu o aspecto principal do problema - a renda estava muito menos concentrada, porquanto a proporção da população livre era muito maior. A estrutura do mercado teria que ser necessariamente diversa, ocupando um espaço muito mais significativo os bens de consumo corrente e ocorrendo o contrário aos artigos de luxo. Demais, a população, se bem que dispersa num território grande, estava em grande parte reunida em grupos urbanos e semi-urbanos. Por último, a grande distância existente entre a região mineira e os portos contribuía para encarecer relativamente os artigos importados. Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno - isto é, com base no seu próprio mercado - da região mineira foi praticamente nulo. É fácil compreender que a atividade mineratória haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial. É menos fácil explicar, entretanto, que, uma vez estabelecidos os centros urbanos, não se hajam desenvolvido suficientemente atividades manufatureiras de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subseqüente de dificuldades de importação. Tem-se buscado explicação para esse fato na política portuguesa, uma de cujas preocupações era dificultar o desenvolvimento manufatureiro da colônia. Entretanto, o decreto de 1785 proibindo qualquer atividade manufatureira não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia

sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1965. p. 98-99.

Para que você possa fazer esta experiência será preciso observar as seguintes instruções para a leitura de cada texto:

1. Faça uma leitura do texto;
2. Sublinhe palavras ou conjunto de palavras que você considera importantes para expressar a ideia do texto;
3. Tente expressar a ideia principal do texto com uma frase;
4. Identifique os conceitos do texto fazendo um questionamento com as seguintes perguntas:

- QUE ACONTECEU? (AÇÃO)
- A QUE OU A QUEM ISTO ACONTECEU? (OBJETO DA AÇÃO - SISTEMA CHAVE)
- QUE OU QUEM FEZ ISTO? (AGENTE DA AÇÃO)
- ONDE ACONTECEU? (LOCAL)

Se considerarmos como exemplo o texto "Comparação da economia mineira e açucareira", veremos que seguindo as etapas de análise de assunto e identificação de conceitos, procederemos da seguinte forma:

a) assunto: economia mineira no período colonial brasileiro

b) identificação de conceitos por questionamento:

O QUE ACONTECEU? – Análise da Economia (AÇÃO)

A QUE ACONTECEU, OU, ECONOMIA DO QUE? – Mercado interno (OBJETO DA AÇÃO)

DE QUE? – Atividades manufatureiras (PARTE DO OBJETO DA AÇÃO)

QUANDO? – Período colonial (TEMPO/DATA)

ONDE? – Minas Gerais, Brasil (LOCALIDADE GEOGRÁFICA)

5. Escreva uma frase unindo todos os conceitos na mesma ordem que você os retirou do texto por meio das perguntas respondidas acima. Por exemplo:

Seguindo a ordem dos conceitos retirados do texto, obtenho a seguinte sequência:

"Análise da economia de atividades manufatureiras do mercado interno do período colonial de Minas Gerais no Brasil"

Tal como o Sistema de Indexação PRECIS, é possível pensarmos em conceitos relacionados às questões da Norma ABNT 12676 (1992) conforme Quadro 1.13:

Quadro 4 - Conceitos relacionados ao questionamento

Questionamento Norma ABNT 12676 (1992)	**Conceitos universais relacionados**
O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?	*Objeto*
O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo, etc?)	*Ação*
O objeto é influenciado pela atividade identificada?	*Ação + Objeto*
O documento possui um agente que praticou esta ação?	*Agente*
Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos?)	*Métodos, instrumentos, técnicas*
Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	*Local ou Ambiente*
São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?	*Causa e efeito*
O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso?)	*Ponto de vista do autor*

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1992).

A leitura realizada para realizar a análise assunto de um texto tem a finalidade de representa-lo por palavras significativas que serão acessadas por um usuário e para isso utiliza o processo de identificação de conceitos. Entretanto, necessita conhecer a localização dos conceitos na estrutura textual para questionar e identificar. A localização dos conceitos é realizada pela exploração da estrutura textual, estratégia metacognitiva que o leitor documentalista pode utilizar para acelerar a leitura documentária e atingir seu objetivo de identificação de conceitos.

Ainda que, a Norma ABNT 12.676 não explicite quais questões seriam mais indicadas para cada parte do texto é possível prever a localização de cada conceito.

Dentro do item Identificação de conceitos já referida, a norma (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3) inclui a seleção de termos, recomendando que o

> Indexador não precisa, necessariamente, representar como termos de indexação, todos os conceitos identificados durante o exame do documento. Os conceitos deverão ser selecionados ou rejeitados de acordo com os propósitos para os quais os termos serão usados.

É necessário esclarecer que a seleção de conceitos deve ser realizada durante a leitura documentária. Isso porque o leitor indexador tem em mente qual palavra identificadora de conceito é mais significativa ou não para a comunidade usuária. Ao mesmo tempo em que identifica conceitos com base na compreensão do texto (garantia literária), seleciona os conceitos identificados com base no uso que terão para a comunidade usuária (garantia de uso)

A leitura documentária deve ser bem estruturada para realizar a "identificação de conceitos", significando que a definição dos termos escolhidos para representar o documento deve satisfazer a necessidade da demanda da comunidade usuária.

Um dos pontos mais importantes dessa seção está na explicitação de que existem duas operações distintas utilizadas pelos leitores durante a leitura documentária: *Identificação de conceitos* e *Seleção de conceitos.* É muito importante saber que são realizadas *durante* e não *após* a leitura.

Portanto, a tradução das palavras que representam conceitos em descritores da linguagem do sistema deve ser feita após a leitura e não durante

a leitura, para que a análise seja conceitual e compreensiva. É preciso ficar claro que as linguagens documentais utilizadas na etapa de representação não podem ser utilizadas na etapa de análise, na qual é realizada a leitura documentária. A preservação do conteúdo do documento é uma garantia de relevância de recuperação, objetivo da boa análise de assuntos.

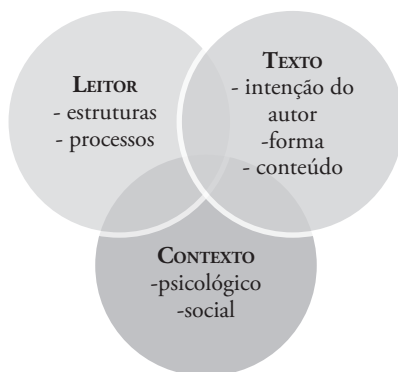
Acreditamos que estudos sobre leitura poderão causar importante influência sobre o desempenho de leitores que realizam Análise Documental e contribuir para a formação de leitores e melhorar o uso de metodologias de análise documental. Por isso, é necessário compreender o processo de leitura para atingir objetivos profissionais.

Segundo Kleiman (2000), a leitura é um *ato individual* realizado por um leitor apenas, porém é também um *ato social* porque existe um processo de comunicação entre o *leitor* e o autor do *texto*, ambos com objetivos estabelecidos anteriormente dentro do *contexto* de cada um.

O estudo sobre leitura documentária leva em consideração a análise de suas variáveis na perspectiva do contexto profissional de Indexação visando compreender as dificuldades de análise de assunto de textos.

3 O PROCESSO INTERATIVO ENTRE AS VARIÁVEIS DA LEITURA: TEXTO, LEITOR E CONTEXTO

A compreensão envolve três importantes componentes que interagem entre si: o leitor, o texto e o contexto:

Figura 3- Modelo contemporâneo da compreensão na leitura

Fonte: Giasson (1993, p. 21).

A figura 3 demonstra a interação entre as três variáveis no processo de compreensão de leitura:

- O **leitor,** no processo de compreensão, corresponde às estruturas (esquemas) do sujeito e os processos (estratégias) de leitura que ele utiliza.
- O **texto** corresponde ao material a ser lido e apresenta os seguintes aspectos: a intenção do autor, a estrutura e o conteúdo.
- O **contexto** corresponde aos elementos extratexto, que podem influenciar na compreensão da leitura: o **contexto psicológico** (intenção de leitura, interesse pelo texto...), o **contexto social** (por exemplo, as intervenções dos professores e dos colegas...) e o **contexto físico** (o tempo disponível, o barulho...).

Nessa proposta da leitura como comunicação (Figura 3), Cavalcanti (1989) e Giasson (1993) acreditam em um processo interativo entre três variáveis: o leitor, o texto contendo as ideias do autor e o contexto. Como processo interativo, realiza-se a partir do relacionamento entre os componentes e deverá variar de acordo com o grau de relação entre eles. Os componentes, então, durante o processo interativo, tornam-se variáveis e, quanto mais interligadas estiverem durante a leitura, melhor será o nível de compreensão.

A leitura documentária será examinada a partir da visão interacionista, direcionando seu enfoque para cada uma das três variáveis:

- Texto: estrutura textual na leitura documentária;
- Leitor: o analista documental (indexador, resumidor, classificador) como leitor profissional;
- Contexto: a análise documental em sistemas de informação.

3.1 A variável texto

O conceito de texto pode ser entendido sob dois aspectos (KOCH, 2002):

- Cognitivo: é a representação mental do autor a ser captada pelo leitor;

– Língua como código: instrumento de comunicação codificado pelo emissor (autor) para decodificação pelo receptor (leitor) com conhecimento do código

O texto pode influenciar na compreensão do leitor quando utiliza recursos apelativos que mexem com seu emocional, omite informações relevantes sobre o assunto, quando o texto está impresso em letras pequenas demais que dificultam a leitura, ou a escrita apresenta problemas como orações muito complexas ou curtas demais, ou ainda, incoerentes.

Em função da leitura como processo comunicativo é preciso destacar o princípio cooperativo de Grice (1982), considerado como base de toda comunicação humana. Segundo esse princípio, o autor no momento da escrita deve ter em mente o princípio cooperativo para que o leitor possa compreender suas ideias, que estão representadas no texto, a fim de garantir que a leitura seja um ato comunicativo coerente.

Vale ressaltar que o conhecimento linguístico e textual deverá facilitar sobremaneira a escrita, para o autor, e a leitura, para o leitor.

3.1.1 Descobrindo a ideia principal do texto

O objetivo mais importante do processo de Análise Documental é descobrir a ideia principal. Segundo Van Dijk (1992), o que o leitor procura durante a leitura é a informação importante, podendo esta variar de um leitor para outro. Em vista disso, são consideradas duas categorias de informação importantes, a saber:

– Informação *textualmente* importante considerada pelo autor;

– Informação *contextualmente* importante considerada pelo leitor mediante a sua intenção de leitura.

Cavalcanti (1989), ao descrever a importância do princípio de relevância na comunicação entre o autor e o leitor, chama isso de saliência-autor/relevância-leitor:

✓ Saliência-autor: ideias que *o autor* salienta no texto e à

✓ Relevância-leitor: as ideias que *o leitor* escolhe para interagir durante a leitura.

Para Giasson (1993), a informação importante pode ser tanto a ideia principal apresentada no texto pelo autor, como também o assunto tratado de forma global.

A ideia principal varia de acordo com a estrutura textual, por exemplo: num texto narrativo a ideia principal pode ser um acontecimento ou a sua interpretação; num texto informativo pode ser uma regra, um conceito, ou uma generalização.

Quando a ideia principal aparece implícita, o leitor deve inferi-la com base nas informações fornecidas pelo texto e no seu conhecimento prévio sobre o assunto. Pelo exposto, observando-se a variável texto do processo de leitura, numa perspectiva macro, é possível notar que os textos apresentam uma estrutura com as partes informacionais que os compõem organizadas numa sequência lógica diferenciada de uma tipologia textual para outra. No texto técnico-científico, Tálamo (1987) reconhece a identificação do tema no "objetivo" do trabalho, o que equivale à ideia principal do texto.

Esse tipo de conhecimento prévio pelo leitor (de estruturas textuais) possibilita-lhe identificar a parte do texto que traz a ideia principal, fato que o auxilia a compreender, de forma global, o texto e a realizar uma leitura mais objetiva, pois já conhece as partes que tem a explorar e os conceitos pertencentes a cada parte, chegando, dessa forma, ao tema do texto.

Uma dica importante para identificação do tema é fazer o questionamento por categorias temáticas visto na seção 2:

- ✓ Categoria essencial: o que?;
- ✓ Categorias acessórias: quando? onde? como?

A organização do texto é também uma dica valiosa para leitores que realizam análise de assunto. Para Kobashi (1994), a extração de informação documentária para produzir resumos e índices pode ser eficiente se o indexador conhecer a superestrutura textual, ou seja, como o texto está organizado. E, enquanto paradigma de organização textual, o esquema, ou superestrutura, fornece uma base para a interpretação do texto.

Kato (1986) salienta que a superestrutura textual é fundamento para a compreensão da leitura e que, em vista disso, tanto o leitor quanto o autor devem conhecer o formato de texto:

* o leitor, para buscar a compreensão, identificando assim, o tipo de informação que deverá encontrar;

* o autor, para optar por esta ou aquela estrutura textual na exposição de suas ideias.

3.1.2 O texto científico: tipologia e estrutura textual

Na leitura existe um forte componente cognitivo e um dos suportes essenciais à compreensão é, portanto, o conhecimento textual: sua tipologia e estrutura.

O texto, além de uma estrutura linguística, possui uma estrutura de significado que somente “aparece” quando o leitor faz uma leitura compreensiva.

Cada texto possui suas próprias convenções de apresentação, tipografia e estilo que os torna distinto de outros. Assim, livros-textos não possuem os mesmos esquemas que os artigos de jornais, poemas, cartas etc.

Essas distintas características de estruturas para a organização do conteúdo textual fornecem importantes subsídios ao conhecimento de leitores e escritores, facilitando a previsão.

Importante - Quanto mais o leitor se familiariza com diferentes tipos de texto, mais experiente e hábil se torna para ler variadas espécies de textos.

Desse modo, a leitura pode ocorrer num romance, no texto científico, na receita culinária e numa consulta à lista telefônica, uma vez que todos são caracterizados como textos.

Kato (1986) classifica os tipos de estrutura textual como (Quadro 5):

Quadro 5 - Estruturas textuais: formatos e tipos

Formato da estrutura textual	Tipos de estrutura textual
- Forma Piramidal:	*Estrutura do texto jornalístico*: começa com a ideia principal e geral, para depois ir dando os detalhes e os particulares.
- Forma Argumentativa:	*Estrutura de argumentos científicos e legais*: começa com uma introdução, definição do problema, solução proposta, argumentos a favor e contra, refutação de argumentos contrários, conclusão.
- Formato de Eliminação:	*Estrutura do texto científico*: monta um argumento, eliminando sucessivamente várias propostas até chegar à sua ou descreve vários acontecimentos para justificá-los no conjunto somente no fim.
- Formato de uma Narrativa:	*Estrutura de textos de estórias*: "privilegiado por estruturar estórias, é usado para descrever o que foi pensado e feito em uma sequência temporal, como uma narrativa típica."

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao texto científico, em específico, Pinto e Gálvez ([1996], p. 23), estabelecem sua caracterização a partir de:

- uma estrutura esquemática estereotipada, que contém objetivo, metodologia, resultados e conclusões;
- um estilo cuidadoso e altamente formalizado;
- objetividade do conteúdo, de acordo com a realidade científica;
- emprego de um linguagem científica diferente da linguagem habitual;
- prioridade ao implícito, ao conhecido, à informação acumulada durante o desenvolvimento da humanidade e,
- a própria essência como criação humana.

Kobashi (1994, p. 114-116) classifica os textos mediante suas estruturas esquemáticas e apresenta a seguinte organização básica para o texto científico (Quadro 6):

Quadro 6 - Organização do texto científico

CATEGORIAS	NATUREZA DE CADA CATEGORIA
Problema	Indagação
Hipótese	Conjetura
Metodologia	Observação
Resultado	Interpretação
Conclusão	

Fonte: Elaborado pela autora.

Vejamos agora um texto científico no formato de resumo de um artigo científico e a ideia principal (Quadro 7) comparado ao formato de um artigo de jornal (Quadro 8):

Quadro 7 - Resumo estruturado de artigo científico

Acta Paulista de Enfermagem
versão On-line ISSN 1982-0194
Resumo

OLIVEIRA, Josiana Araujo de et al. **Impacto do monitoramento telefônico em pacientes com insuficiência cardíaca: ensaio clínico randomizado.** *Acta paul. enferm.* [online]. 2017, vol.30, n.4, pp.333-342. ISSN 1982-0194. http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700050.

Objetivo - IDÉIA PRINCIPAL

Analisar o autocuidado e o conhecimento em pacientes com insuficiência cardíaca monitorados por contato telefônico e analisar a correlação do conhecimento com o autocuidado.

Métodos

Ensaio clínico randomizado, realizado em uma clínica especializada, no período de abril de 2015 a dezembro de 2015. Foram monitorados e randomizados 36 pacientes no Grupo Controle (17) ou no Grupo Intervenção (19). Ambos os grupos participaram do monitoramento convencional, compreendendo três atendimentos (Basal; 2° mês; 4° mês); no Grupo Intervenção houve associação do monitoramento telefônico por meio de um

guia padronizado. Foram utilizados os Questionários de Conhecimento e de Autocuidado para avaliação dos desfechos primários e secundários.
Resultados
Houve diferença no conhecimento (12,7±1,7 vs. 10,8±2,2; p=0,009) e autocuidado (25,4±6,6 vs. 29,5±4,8; p=0,04) no 4° mês; correlação negativa entre os escores do conhecimento e autocuidado no 2° mês (r=-0,48; p=0,03).
Conclusão
O monitoramento convencional combinado ao monitoramento telefônico mostra-se eficaz no 4° mês com a melhoria do conhecimento e autocuidado de pacientes com insuficiência cardíaca e correlação significativa desses desfechos no 2° mês.
Palavras-chave: Insuficiência cardíaca; Monitoramento; Telefone; Continuidade da assistência ao paciente.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Oliveira et. al. (2017).

Quadro 8 - Estrutura de artigo de jornal

Voto religioso só guia 2 entre 10 brasileiros, diz Datafolha

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER
DE SÃO PAULO
EDUARDO MOURA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA
23/10/2017 02h00

[IDÉIA PRINCIPAL E GERAL] A maioria dos brasileiros –8 em cada 10– diz que não costuma levar em conta a opinião de seus líderes religiosos quando eles fazem campanha por algum candidato, mostra pesquisa Datafolha (que não computou os 8% que declaram não ter religião).
Entre os 19% que consideram as recomendações de seus guias de fé, 4% o fazem apenas se o pleiteante ao cargo for ligado à sua igreja.
A parcela evangélica que dá ouvidos a seus pastores é um pouco mais alta do que a média –26%, taxa que sobe para 31% entre fiéis neopentecostais (fatia que abrange igrejas como Universal e Renascer).
Isso na teoria. Na prática, 9% disseram já ter votado em alguém indicado por sua liderança religiosa, número similar aos 8% verificados em sondagem de quatro anos atrás.
Novamente, evangélicos (16%), sobretudo os neopentecostais (28%), se revelam mais suscetíveis à recomendação de suas congregações. Ainda sim, uma minoria dentro desse universo religioso.

Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1929305-voto-religioso-so-guia-2-entre-10-brasileiros-diz-datafolha.shtml.

3.2 A variável contexto

Contexto é uma palavra muito utilizada por todos nós. Mas, se pararmos para pensar nela, veremos que recomenda uma análise mais aprofundada de seu conceito. De forma mais genérica, o contexto é ligado à um fato ou ação. Por exemplo, quando vamos analisar um determinado fato, ocorrência, problema ou mesmo uma situação ou processo sempre começamos por questionar a existência de um contexto que propiciou condições para o desenvolvimento das ações.

Mas, o contexto explica-se melhor no âmbito da Linguística Textual para situar, não só a produção de um texto, mas sua compreensão por leitores. As concepções de contexto referem-se especialmente ao texto e, num âmbito que ultrapassa a Linguística, às condições sob as quais a língua é falada.

Para os nossos propósitos e conscientes da abordagem interacionista assumida para a leitura documentária, o contexto, como anteriormente enunciado por Giasson (1993, p.40), "[...] constitui a terceira variável do modelo de compreensão, engloba todas as condições nas quais se encontra o leitor (com as suas estruturas e processos) quando entra em contato com um texto [...]"

Por isso, o contexto não tem somente uma dimensão, mas três dimensões em que é possível distinguir os contextos psicológico, social e físico. Conforme Giasson (1993, p.40) o contexto psicológico está relacionado com o leitor e seu interesse pelo texto, motivação e intenção de leitura; no social, estão as formas de interação que podem produzir-se no decurso da atividade; e, no físico as condições materiais em que se realiza a leitura.

3.2.1 Contexto psicológico

O *contexto psicológico* será entendido pelos objetivos de leitura documentária do indexador, condição pela qual se realizará a leitura e determinante das intenções de leitura por influenciar os procedimentos.

Os objetivos são relacionados ao trabalho a ser desenvolvido pelo documentalista durante a análise documental e são pertinentes aos objetivos do sistema de informação. Dessa forma, o leitor passa a ser considerado

um leitor profissional quando os objetivos profissionais se sobrepõem aos objetivos pessoais. No caso da leitura documentária, o propósito consiste em extrair a informação relevante do texto, tendo em vista a sua posterior recuperação por um leitor interessado.

Dentre os aspectos cognitivos envolvidos no processo de compreensão da leitura, tais como interesse, tarefa, objetivo, conhecimento, normas, opiniões ou atitudes. Beghtol (1986), afirma que o objetivo no processo de leitura representa o mais forte argumento na compreensão, pois sobrepõe-se a qualquer tipo de estrutura textual.

Dessa forma, se existe a definição de objetivos para a leitura documentária, estes serão facilitadores da compreensão e determinação do assunto do documento.

Em síntese, a leitura do indexador durante a análise de assuntos é guiada pelos seus objetivos e, dependendo de suas habilidades de leitor e dos conhecimentos prévios necessários à atividade de indexação, terá êxito.

3.2.2 Contexto físico

Um dos aspectos importantes que afetam o desempenho do documentalista na análise documental é o contexto físico dos leitores documentalistas que atuam em sistemas de organização e representação informação onde se realizam os serviços de análise documental. É preciso verificar as condições físicas oferecidas para esse trabalho que exige concentração, silêncio e acesso físico a variadas fontes de informação.

3.2.3 Contexto sociocognitivo

O *contexto sociocognitivo* é uma variável peculiar porque não é visto em sentido físico ou dimensional. Partindo do princípio de que a leitura é um processo comunicativo entre leitor e texto, o contexto é uma representação mental do leitor.

O contexto, então, refere-se ao modelo mental do leitor documentalista que contém o processo de análise de assunto, a linguagem documental do sistema de informação, a política de organização e representação da informação e seu manual.

Entretanto, para Koch (2002, p. 24) o contexto é sociocognitivo, engloba as três dimensões e está armazenado na memória do leitor. Na variável leitor vimos que a memória do leitor é seu conhecimento prévio ou cognição. Dessa forma, o contexto sociocognitivo do leitor contém: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico, conhecimento da situação comunicativa e de suas regras, conhecimento superestrutural, conhecimento estilístico, conhecimento de outros textos (intertextualidade). O uso desse conhecimento prévio, como já foi apresentado, se realizará através de estratégias.

No ambiente profissional em que é realizada a análise de assuntos é possível verificar que o conhecimento da situação comunicativa e de suas regras, por exemplo, está implícito no contexto do trabalho desenvolvido por documentalistas a partir dos objetivos, da política organização e representação documental, regras e procedimentos, a linguagem documental para representação e mediação da linguagem do usuário, e os interesses de busca do usuário. Portanto, o contexto social será explicado pelo contexto sociocognitivo que mais se aproxima da realidade dos sistemas de informação que realizam a análise documental para representação da informação.

4 Considerações finais

O esclarecimento de cada variável, portanto, nos assegura que a leitura compreende um processo de várias etapas: o exame da estrutura e da tipologia do documento, a busca por pistas perceptuais, o momento da tentativa de compreensão seguida da identificação de conceitos, o rastreamento final para confirmação da compreensão e o resultado da leitura - a seleção dos conceitos.

Em uma formação mais voltada para o conteúdo do documento, o indexador torna-se um leitor que interage com o texto. A análise para identificação de conceitos vai depender de estratégias que facilitem a compreensão. Também, é necessário ter consciência da política de organização da informação e dos objetivos institucionais para que a seleção de conceitos realize a representação das necessidades de informação do usuário do sistema.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676:* métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, interxtuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.

CAVALCANTI, M. C. *I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto*: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

CHAUMIER, J. *Analisis y lenguages documentales*: el tratamiento lingüístico de la información documental. Barcelona: Mitre, 1986.

FARROW, J. A. cognitive process model of document indexing. *Journal of Documentation,* London, v. 47, n. 2, p. 149-166, 1991.

FOSKET, A. C. *The subject approach to information*. 5. ed. London: Library Association Publishing, 1996.

FUJITA, M. S. L. Análise e síntese documentárias para compreensão de leitura de textos didáticos: uma proposta de aplicação do sistema de indexação Precis. *INFORMARE:* Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 77-99, 1999.

GARDIN, J. C. *et al*. *La logique du plausible*: essais d'epistemologie pratique. Paris: Maison de Sciences de L'Homme, 1981.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Lisboa: Asa, 1993.

GRICE, H. P. Logic and conversation. *In*: COLE, P.; MORGAN, P. *Syntax and semantics*: speech acts. New York: Academic Press, 1982. p. 41-58.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./abr. 2008.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERREIRA, G. M.; FREITAS, M. F. M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. *In*: CONGRESO ISKO CAPÍTULO ESPAÑOL, 10., 2011, Ferrol. *Actas* [...]. Ferrol: Universidad da Coruña, 2012. p. 181-94.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 475-84, 2016.

KATO, M. A. *No mundo da escrita:* uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. *Texto e leitor*: aspectos cognitivos da leitura. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentais:* em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

LANCASTER, F. W. *Indexaç*ão e resumos: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

MAI, J. E. Deconstructing the Indexing Process. *Advances in Librarianship,* Bingley, v. 23, p. 269-298, 2000.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental:* fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

PINTO, M.; GÁLVEZ, C. *Análisis documental de contenido:* processamiento de información. Madrid: Síntesis, [1996].

TÁLAMO, M. F. G. M. *Elaboração de resumos*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 1987. Datilografado.

VAN DIJK, T. A. *La Ciência del texto*: un enfoque interdisciplinario. Trad. de Sibila Hunzinger. Barcelona: PAIDOS, 1992.

VAN SLYPE, G. *Los lenguages de indización:* concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Trad. Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1991. Tradução de: Les languages d'indexation: conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires.

2

O leitor indexador: *expert* e profissional

Mariângela Spotti Lopes FUJITA

Carlos Cândido de ALMEIDA

Resumo: O indexador é considerado um leitor profissional que realiza a leitura documentária com alto desempenho. O objetivo deste capítulo consiste em trazer os elementos da leitura profissional e estratégias metacognitivas, como também discutir o conceito de *expert* para depois analisar as características de um indexador ou leitor profissional de alto desempenho. A leitura de um profissional especialista ou *expertise* difere de um indexador comum, porque vigia constantemente e identifica falhas de raciocínio. A agilidade em que o indexador realiza a leitura e representação vale menos para qualificá-lo como excelente e para obter a qualidade dos resultados na indexação. Estudos futuros sobre leitura e estratégias mentais adotadas por *experts*, que se autocorrigem e expandem seus próprios limites são importantes para a área e verificar situações concretas de leitura documental por *experts* para confirmar como realmente ocorrem.

Palavras-chave: Leitura documental. Leitor profissional. Profissional *expert*. Alto desempenho profissional.

Abstract: The indexer is considered a professional reader who makes documentary reading with high performance. The purpose of this chapter is to discuss elements of professional reading and metacognitive strategies, as well as to discuss the expert concept and then analyze characteristics of indexer or professional reader of high performance.

The reading of a professional expert or expertise differs from a common indexer, because it constantly watches and identifies reasoning failed. The agility in which indexer performs reading and representation is worth less to qualify it as excellent and to obtain the quality of results in indexing. Future studies on reading and mental strategies adopted by experts who self-correct and expand their own limits are important to the area and see concrete situations of documentary reading by experts to confirm how they actually occur.

Keywords: Documentary reading. Professional reader. Professional expert. High professional performance.

1 Introdução

Por muito tempo se entendia que algumas pessoas nasciam para fazer determinadas coisas. Seria quase como um traço genético, uma informação já registrada no DNA. Alguns nasciam para a genialidade, seja para matemática, línguas, física, química, artes, música, filosofia, esportes etc., e tantos outros para o anonimato e rotinas degradantes. Contudo, pesquisas realizadas no campo da *expertise*, isto é, do desempenho superior, têm demonstrado que "dom" não existe de fato, e, olhando bem de perto o comportamento dos reconhecidos como "gênios" nas diversas áreas do conhecimento ou da atividade humana, encontraremos caracteres de comportamento psicológico que podem ser trabalhados conscientemente e que nada tem a ver com informação genética transmitida pelos antepassados.

Segundo Ericsson, Prietula e Cokely (2007), "No imaginário popular, a genialidade é um traço inato, não adquirido. Já a ciência mostra que a verdadeira *expertise* é fruto, sobretudo, de anos de prática intensa e orientação dedicada.". Em outras palavras, a ideia de um sujeito nascer preparado para o desempenho superior ou de excelência é mais mito que uma realidade fática. Isso abre portas para uma nova linha de investigação sobre a formação superior e o papel fundamental das estratégias metacognitivas. De acordo com Ericsson, Roring e Nandagopal (2007, p. 43) "Não encontramos evidências reprodutíveis rigorosas de que as habilidades inatas, com exceção da altura e do corpo, impedem indivíduos saudáveis de atingir níveis de desempenho superior." .

O objetivo deste capítulo será, em primeiro lugar, trazer elementos para pensar a leitura profissional e as estratégias metacognitivas, e em segundo, discutir o conceito de *expert* para explicar as características de um indexador ou leitor profissional de alto desempenho.

2 Leitura e leitura profissional

A leitura é uma das ações mais importantes da cognição humana. Imagine se não houvesse leitura, se não fossemos leitores. Esta seção é sobre essa ação que possibilita a compreensão do mundo à nossa volta. Mas, o curioso é que não lemos letra por letra, palavra por palavra, lemos antecipando e prevendo o que vem depois.

Quando os estudos sobre leitura se iniciaram, a concepção era de que quando lemos, fazemos um processamento linear, ou seja, simplesmente uma fixação ocular que se movimenta da direita para a esquerda. Porém, à medida que as pesquisas avançaram evoluiu para uma visão de leitura como processo de comunicação que inclui outros aspectos psicolinguísticos como demonstram Fujita, Nardi e Santos (1998, p. 13-17) no Quadro 1:

Quadro 1 - Evolução das concepções teóricas sobre leitura

Modelo Serial de Gough (1972): o ato de ler envolve um processamento serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

Modelo Psicolinguístico de Goodman (1967): define leitura como um “jogo” psicolinguístico de adivinhação, um processo seletivo em que o leitor seleciona pistas apresentadas no texto, como pontos de partida para predições.

Modelo Interativo de Rumelhart (1977): O leitor, em cada nível, apoia-se em esquemas de conhecimento que possui. Durante a leitura de um texto, são ativados esquemas variados, desde conhecimento de vocabulário, conhecimento da estrutura textual, do assunto, até conhecimento de mundo.

Processo comunicativo entre leitor-texto de Cavalcanti (1989): compreende que o leitor traz consigo seu conhecimento prévio, experiências acumuladas e valores, e utiliza essa bagagem para interagir com o texto (os pontos de vista, as intenções do autor e as ideias implícitas no texto).

Modelo Interativo de Giasson (1993) apresenta visão semelhante à de Cavalcanti, por acreditar na interação **texto-leitor-contexto** e na integração das habilidades em que o leitor cria sentido, apoiando-se simultaneamente no texto, nos seus conhecimentos prévios e na intenção da leitura.

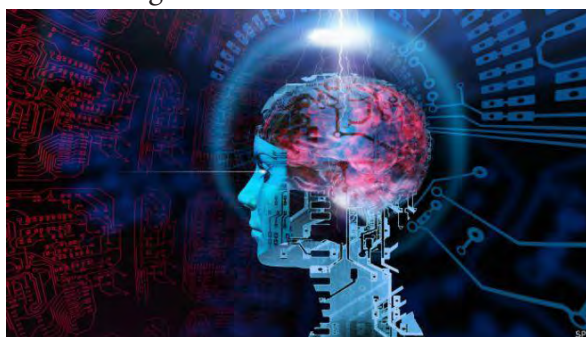
Fonte: Elaborado com base em Fujita, Nardi e Santos (1998, p. 13-17).

Cada uma dessas concepções sobre leitura traz um avanço que nos levam a compreende-la melhor, como por exemplo, as predições do modelo psicolinguístico de Goodman, a teoria de esquemas de Rumelhart e o processo comunicativo entre o leitor e o texto, no qual o leitor interage com seu conhecimento prévio quando lê.

Esses conhecimentos serão muito úteis para entender como é possível tornar-se um leitor profissional em Análise Documental para realizar Indexação, Elaboração de resumos e Classificação com mais facilidade, menos subjetivismo e, principalmente, com procedimentos que tem fundamento na cognição humana, ou seja, no modo como nossa mente aprende utilizando habilidades e estratégias cognitivas e metacognitivas. Não é difícil, é preciso aprender a aprender!

Vamos, primeiro, entender como funcionam os esquemas e a predição e, qual a utilidade deles para a leitura.

Todos nós somos dotados neurologicamente com memória (Figura 1) que, por questões de funcionamento, é dividida em memória sensorial-motora, memória de curto prazo e memória de longo prazo com função específica para cada uma.

Figura 1 - Memória humana

Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150408_vert_fut_capacidade_cerebro_ml

A memória a longo prazo é um arquivo que mantém nosso conhecimento consolidado organizado conforme nosso desenvolvimento cognitivo para que possamos recuperá-lo para tudo o que fazemos ou aprendemos. A aquisição de novos conhecimentos implica em seleção de acordo com essa estrutura de conhecimento já existente na memória a longo

prazo. Quanto mais atividades temos e mais conhecimentos adquirimos, mais seletiva e organizada será a memória de longo prazo. Portanto, nossa cognição depende da memória de longo prazo.

A diferença entre a leitura realizada por processamento sequencial e a do modelo psicolinguístico realizada com predições é a existência do conhecimento prévio. O conhecimento prévio para a compreensão em leitura depende do conhecimento existente na memória de longo prazo. Portanto, a leitura sem compreensão equivale à ausência de leitura.

Mesmo que não se tenha conhecimento especializado por áreas de assunto, cujos conhecimentos não foram aprendidos, existe o conhecimento de mundo e saberes fundamentais integrantes do conhecimento prévio capazes de realizar a leitura compreensiva, como por exemplo, o conhecimento linguístico que permite a compreensão de frases, o conhecimento matemático que permite a compreensão numérica, o conhecimento iconográfico, que garante a apropriação das imagens e assim por diante.

Para entender como funciona o conhecimento prévio, faça, a seguir, a leitura de um texto de uma área especializada em língua estrangeira e veja como funciona seu conhecimento prévio tomando como exemplo o Quadro 2:

Quadro 2 - Resumo de artigo científico em inglês em área de conhecimento especializada

COLONOSCOPY: RANDOMIZED COMPARATIVE STUDY OF INSUFFLATION WITH CARBON DIOXIDE VERSUS AIR [1]

ABSTRACT

Background:

In Brazil, an increasing number of people are submitted to colonoscopy, either for screening or for therapeutic purposes.

Aim:

To evaluate whether there are advantages of using carbon dioxide (CO2) over air for insufflation.

Methods:

Two hundred and ten of 219 patients were considered eligible for this study and were

---

[1] DE-QUADROS, Luiz Gustavo et al. Colonoscopy: Randomized Comparative Study Of Insufflation With Carbon Dioxide Versus Air. ABCD, arq. bras. cir. dig., São Paulo, v. 30, n. 3, p. 177-181, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-67202017000300177&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/0102-6720201700030004.

randomized into two groups according to the gas insufflation used: Air Group (n=104) and CO2 Group (n=97). The study employed a double-blind design.
Results:
The Air and CO2 Groups were similar in respect to bowel preparation evaluated using the Boston scale, age, gender, previous surgery, maneuvers necessary for the advancement of the device, and presence of polyps, tumors or signs of diverticulitis. However, "waking up with pain" and "pain at discharge" were more prevalent in the Air Group, albeit not statistically significant, with post-exam bloating seen only in the Air Group. The responses to a questionnaire, applied to analyze the late post-exam period, showed more comfort with the use of CO2.
Conclusions:
The use of CO2 is better than air as it avoids post-examination bloating, thereby providing greater comfort to patients.
HEADINGS Colonoscopy; Insufflation; Patient satisfaction; Clinical protocols

Fonte: Scielo Periódicos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-202017000300177&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

Observe que sua primeira leitura foi um rápido "rastreamento" que detectou as partes do texto em realces, tais como, título, "background", "aim", "methods", "results", "conclusions" e "headings". As partes do texto correspondem ao conhecimento textual de outros tipos de textos aos quais sempre existe uma estrutura que os divide em seções e podem ser considerados importantes marcações do texto. Depois, você passou a observar com mais atenção alguns símbolos que são universais, tais como CO2 ou n=97 e outros símbolos numéricos. O CO2, por exemplo, depende de seu conhecimento de mundo para reconhecê-lo como símbolo que significa gás carbônico ou dióxido de carbono. Este símbolo não está no título, mas está presente seu significado, "carbon dioxide". Com mais atenção ainda seu conhecimento prévio consegue predizer alguns outros termos importantes que podem fazer a diferença na compreensão do texto. O termo "colonoscopy" é facilmente ligado ao exame médico "colonoscopia".

Muito bem! Esse pequeno exercício demonstra muitas possibilidades que nossa memória possui para a compreensão leitora que parece um jogo de adivinhação porque a mente está acostumada a realizar predições.

Essas predições dependem fundamentalmente dos “esquemas” que a memória de longo prazo possui para categorizar, classificar e relacionar semanticamente as informações que armazena para futura recuperação.

Para se realizar o processo de compreensão é preciso que a memória a longo prazo tenha “esquemas” ou representações generalizadas de ambientes, situações familiares, modelos e informações para que se construa associação com tudo aquilo que se está vendo, ouvindo e lendo. Esquemas são “[...] estruturas abstratas, construídas pelo próprio indivíduo, para representar a sua teoria do mundo. Na interação com o meio, o indivíduo vai percebendo que determinadas experiências apresentam características comuns com outras.” (LEFFA, 1996, p. 35).

Isso significa que o esquema existe em razão de nosso conhecimento prévio e nos dá condições de prever ou de antecipar atividades, acontecimentos, ações e informações ao considerar o certamente provável e não o improvável. Por isso, é que podemos realizar predições.

O estudo de Rumelhart (1977) propõe um modelo interativo, a partir do fluxo de informação, para explicar o funcionamento de esquemas na compreensão em leitura como um ato duplo: de recepção ou percepção visual e de compreensão ou atividade mental (PINTO MOLINA, 1993). Isso significa que ao ler, o leitor realiza dois movimentos inversos e, ao mesmo tempo, complementares: *“bottom-up”*, ascendente ou indutivo e “*top-down*”, descendente ou dedutivo. Os processos inferenciais indutivos e dedutivos são fundamentais no processo de leitura.

De outra forma, os movimentos ascendentes e descendentes do processo de leitura, a partir do modelo de Rumelhart, são diretamente relacionados a duas definições opostas que esclarecem melhor a função de cada movimento na leitura (LEFFA, 1996, p. 11):

- Ler é extrair significado do texto; è ***BOTTOM-UP (ascendente)***
- Ler é atribuir significado ao texto. è ***TOP-DOWN (descendente)***

Na primeira afirmação “Ler é extrair significado do texto”, o movimento é *bottom-up* e a leitura é um processo ascendente. A compreensão “sobe” do texto ao leitor na medida exata em que o leitor vai avançando no texto (seta azul na Figura 2).

Na segunda afirmação "Ler é atribuir significado ao texto", o movimento é *top-down* e a leitura é um processo descendente, pois "desce" do leitor ao texto (seta vermelha na Figura). Enquanto prossegue a leitura, o leitor prevê hipóteses sobre o que irá tratar o documento e, no decorrer da leitura, suas hipóteses podem ou não ser confirmadas. As hipóteses serão elaboradas de acordo com o conhecimento prévio do leitor (LEFFA, 1996). Nesse sentido, os processos lógicos criação de hipóteses, dedução e indução exercem papel fundamental no processo de leitura, tal como já discutimos em outro trabalho (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

Kato (1985) considera leitor experiente aquele que utiliza os dois tipos de estratégias, as ascendentes (dependentes do texto, da análise cuidadosa do *Input* visual) e as descendentes (baseadas no conhecimento prévio do leitor e na sua capacidade de inferência, de predição), relacionando ora um tipo, ora outro, de maneira consciente, no momento em que cada uma delas se fizer necessária.

Pinto e Gálvez ([1996], p. 45) consideram o modelo interativo de Rumelhart (1977) o que melhor representa a atuação do sujeito documentalista[2] porque:

> [...] quando está lendo um texto cujo assunto lhe seja desconhecido, procederá dos níveis mais inferiores aos superiores, fará uma leitura lenta, detalhada, ascendente ou *bottom-up*. Ao contrário, quando o texto for familiar realizará uma leitura "entre linhas" - descendente ou *top-down* -, antecipando informações e dirigindo-se a uma representação do conteúdo global do texto.

A diferença entre as duas concepções de leitura está justamente na interação, pois no processo ascendente não existirá uma interação entre o leitor e o texto, o leitor lê o texto linearmente, palavra por palavra, extraindo o seu significado de acordo com a sequência linguística apresentada pela estrutura do texto, enquanto que, no processo descendente, a obtenção do significado do texto se dá por meio da contribuição do leitor com suas hipóteses e previsões.

Tais modelos de compreensão, baseados no conhecimento prévio, são considerados interativos no que diz respeito à interação entre

[2] Documentalista para os teóricos espanhóis significa o mesmo que indexador em ciência da informação no Brasil.

os processos *bottom-up* e *top-down*, bem como do leitor com o texto, mas não à interação do leitor com o autor (KLEIMAN, 1989).

Ao avançarmos na concepção de esquemas, podemos inferir que o profissional leitor que realiza a análise documental terá o conhecimento linguístico prévio, implícito e importante para a compreensão da organização textual.

Para o indexador, por exemplo, o domínio da tipologia documental e da estrutura textual são dois tipos de conhecimentos prévios que poderão aumentar sua compreensão durante o processo descendente de leitura. Segundo Lara (1994, p. 55), "[...] envolve, portanto, tanto o reconhecimento da tipologia textual, como a identificação dos elementos referenciais para uma interpretação apropriada.".

Cintra (1987, p. 31), baseada em pesquisas que demonstram a facilidade de leitura para leitores com conhecimento de estruturas textuais, considera que "[...] o leitor que domina as superestruturas textuais capta com mais facilidade as ideias centrais do texto, pois tem como parâmetro a identificação dos constituintes básicos.".

Esse tipo de conhecimento prévio constitui-se como uma vantagem do profissional que realiza a análise documental tendo em vista que não possui conhecimento prévio especializado em nenhuma área do conhecimento e precisa realizar a análise documental de diferentes tipologias documentais em diferentes áreas do conhecimento.

Isso significa que o leitor profissional em análise documental, de acordo com seus objetivos e contexto, é também um leitor que compreende o texto para interpretação e produção de uma representação condensada de seu significado.

3 Leitura, planejamento, metacognição e estratégias

Quando lemos um texto interessante do ponto de vista do nosso conhecimento prévio parece que entramos em um outro ambiente em que é possível imaginar e vivenciar aquilo que o autor descreve como se estivéssemos vivendo aquele momento de modo real em nossa mente. Isso faz com que aquele momento de leitura tenha a capacidade de nos transportar para outro lugar tal o nosso nível de abstração da

realidade e do ambiente à nossa volta. De repente, alguma palavra que não entendemos nos traz de volta à realidade e voltamos a ler com mais atenção aquela determinada frase ou voltamos uma página atrás e lemos até o ponto onde paramos para recuperar a informação necessária para a nossa compreensão. Depois, mais à frente, continuamos a leitura, mas sem prestar mais atenção ao que o autor está descrevendo e nossa mente começa a pensar em algum outro momento já vivido por nós em futuro recente e, de repente, voltamos à leitura e vemos que já lemos duas páginas e não sabemos o conteúdo.

Todos nós conhecemos esses comportamentos porque somos leitores. O primeiro e segundo comportamento ativam estratégias de acompanhamento do processo de compreensão e a retomada de atenção quando não compreendemos alguma palavra ou frase (primeiro comportamento) ou mesmo quando fazemos digressões (segundo comportamento).

Este acompanhamento do processo de compreensão durante a leitura com uso de estratégias realiza a interação entre o texto e o leitor. São estratégias mentais definidas para cada uso durante o decorrer da leitura. Porém, nem todas as estratégias podem ser observadas. Para Nardi (1993), as estratégias não podem ser prontamente observáveis e sim as ações comportamentais do leitor (como, por exemplo, o virar de páginas, ou a procura de uma palavra no dicionário), mas as ações mentais como associações e deduções durante a leitura não podem ser vistas.

As estratégias de leitura, ou as ações que o leitor realiza no ato de ler, têm sido definidas por vários autores. Essas estratégias, segundo Faerch e Kasper (1980), citados por Nardi, (1993), são planos potencialmente conscientes do leitor para resolver algo que se apresenta como um problema na compreensão.

Kato (1985) distingue dois tipos de estratégias que definem o comportamento do leitor:

- Estratégias cognitivas: automáticas e subconscientes, utilizadas durante a leitura fluida, sem obstáculos, e
- Estratégias metacognitivas: são ações conscientes do leitor frente a um problema.

A metacognição em leitura permite ao leitor uma compreensão de sua própria compreensão, ou melhor, o acompanhamento e avaliação de seu processo de compreensão durante a leitura de um texto e, além disso, a tomada de providências quando a compreensão falha (LEFFA, 1996).

Cavalcanti (1989) considera que as estratégias se tornam mais observáveis quando ocorre algum tipo de ruptura ou parada durante o processo de compreensão, momento em que o leitor desacelera a leitura e torna-se metacognitivo.

Essa suspensão pode ser causada por falta de conhecimento em algum dos componentes linguísticos da competência comunicativa. São justamente essas interrupções que possibilitam a observação do processo de leitura porque o leitor para e faz perguntas para si mesmo na tentativa de resolver o problema. Se pedirmos para o leitor "pensar em voz alta" durante a leitura, essa verbalização poderá ser gravada e transcritas por meio de Protocolo Verbal. Essas transcrições de protocolos verbais darão acesso ao conhecimento processual do leitor enquanto ele faz a leitura.

A metacognição é, portanto, muito importante na compreensão de leitura e da aprendizagem de modo geral. Mas, como distinguir uma estratégia cognitiva de outra metacognitiva? Como observamos a estratégia metacognitiva?

Para conferir natureza metacognitiva às ações mentais, Brown (1980, p. 456) indica atividades que passamos a descrever com exemplos de leitura retirados de trechos de transcrições de protocolos verbais de leitores durante a leitura de textos para indexação (Quadro 3):

Quadro 3 - Exemplos descritivos de ações mentais de natureza metacognitiva durante a leitura

AÇÕES MENTAIS DE NATUREZA METACOGNITIVA	TRANSCRIÇÕES DE PROTOCOLO VERBAL DE LEITOR DURANTE LEITURA PARA INDEXAÇÃO[3]
Explicitação dos objetivos da leitura e/ou manutenção dos objetivos na mente;	*Bem... primeiro eu estou olhando é... lendo o título que é* [Avaliação da importância da coloração de Perls na rotina de mielogramas de pacientes com anemia associada a uma ou mais citopenias em sangue periférico]
Identificação de aspectos importantes da mensagem;	*...aí tem o título em inglês... pelo título eu percebi que é sobre* ***hematologia****...* do *que se trata o texto.* ...[As síndromes mielodisplásicas são um grupo heterogêneo de doenças malignas das células-tronco hematopoéticas, classificadas segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em: anemia refratária, anemia refratária com sideroblastos em anel, citopenia refratária com displasia de multilinhagens, anemia refratária com excesso de blastos, síndrome mielodisplásica inclassificável e síndrome mielodisplásica associada com anormalidade isolada do cromossomo 5q (del)] *Então... eu entendi que fala sobre* ***tipos de anemia*** *e sobre* ***hematologia****... e sobre dificuldades... não sei bem se é dificuldades, mas é... nas células-tronco hematopoéticas... então é uma anemia... é algo relacionado a essas células.*
Alocação de atenção a áreas importantes; - Exploração da estrutura textual	*eu to lendo agora um pedaço da introdução que diz que foi a Organização Mundial da Saúde que fala de anemia refratária e sobre também blastos que também é um dos componentes do sangue... é... que eles usaram como método...* As Figs. 2 e 3 apresentam a micrografia e a distribuição do tamanho de grãos da amostra] *eu vou pular a página agora eu não to entendendo muito do texto não é da área* ((FR)) é muito difícil eu vou pular vou ver o que tem na conclusão sei lá depois talvez eu volte
Monitoração do comportamento para ver se está ocorrendo compreensão, por meio de: - Engajamento em revisão e auto-indagação para ver se o objetivo está sendo atingido; - Tomada de ações corretivas quando são detectadas falhas na compreensão; - Recobramento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões	Na análise morfológica destas 20 amostras observou-se que todas apresentavam hiperplasia da linhagem eritróide e displasia de uma única linhagem ou associada a displasias de multilinhagens conforme demonstrado...] *eu entendi que é alguma coisa dentro do sangue...de...da... na hemoglobina que é onde... vê anemia tal...*

Fonte: Adequado pelos autores com base em Fujita (2003, p. 78).

[3] Extraídos de Fujita (2007).

Essas ações mentais são importantes para o leitor profissional que realiza análise documental com objetivos definidos e tarefas específicas da indexação, classificação e elaboração de resumos, sobretudo considerando-se que é necessário *ter o objetivo em mente* para a realização da tarefa de análise documental com textos especializados em diferentes áreas de assunto como podemos observar pelos exemplos das transcrições de protocolos verbais. Outro motivo importante é a *exploração da estrutura textual* para *alocar a áreas importantes do texto* onde se pode *identificar aspectos importantes da mensagem* com termos representativos do conteúdo do texto

Com relação às estratégias cognitivas, Kato (1985) considera que são regidas pelos princípios da Canonicidade e Coerência. O princípio da Canonicidade significa que o leitor possui conhecimento da ordem natural sintática e semântica permitindo-lhe predizer, por exemplo, a categoria gramatical de uma palavra desconhecida e assim facilitando a inferência de seu significado. No princípio da Coerência, o leitor espera e cria uma expectativa em torno da coerência do texto de forma global e também local.

Para a tarefa do indexador esses princípios são importantes, considerando-se que um texto sob a forma de artigo científico, por exemplo, possui uma estrutura de tópicos e parágrafos já conhecida e o indexador possua habilidade em indexação de uma determinada área de assunto, a legibilidade do referido texto aumenta, assim como o uso de estratégias cognitivas.

Sabemos também que, na leitura para fins de análise documental, não é necessário nem aconselhável uma leitura linear, letra por letra, palavra por palavra; o leitor avança no texto à medida que consegue predizer o que vem a seguir.

Esse leitor deve, então, buscar detectar a estrutura do texto, pois o reconhecimento da estrutura favorece a captação das ideias principais do texto e o questionamento sobre os significados dos termos mais representativos do conteúdo principal. Esse apoio na estrutura textual permite ao leitor ser seletivo, pular pedaços do texto e prestar atenção a trechos importantes onde estão os termos que melhor representam o conteúdo do texto. Vemos assim que o significado do texto depende de uma de suas principais variáveis, o leitor.

4 A variável leitor

Considerando-se os conteúdos dos itens anteriores sobre leitura é possível afirmar que o documentalista, o profissional que realiza a análise documental, é um leitor apto à compreensão pela sua própria estrutura cognitiva inata e construída. Confira abaixo:

- possui conhecimento prévio, constituído de conhecimento linguístico, textual, e conhecimento de mundo;
- utiliza seu conhecimento prévio por meio de esquemas acionados pelos movimentos *bottom-up* e *top-down;* e
- realiza processos de compreensão, principalmente os metacognitivos.

Para efeito de análise do documentalista enquanto leitor, Lara (1994, p. 63) sintetizou as seguintes características que demonstram o potencial do leitor documentalista (Quadro 4):

Quadro 4 - Características do leitor documentalista

- o perfil do leitor documentalista é particular, não dispõe de “enciclopédia” para interpretar as instruções textuais;
- o documentalista não é previsto pelo autor como leitor, ou seja, o conhecimento prévio do documentalista não é necessariamente o mesmo do especialista;
- a leitura do documentalista deve se desenvolver com o auxílio de regras adicionais que permitam a “identificação” daqueles referenciais que normalmente possibilitam ao leitor previsto pelo texto proceder à sua interpretação;
- identificação não implica interpretação, mas localização de ocorrências típicas e atípicas num dado universo discursivo;
- as ocorrências típicas são quadro de tipologias textuais, organização de textos e discurso dentro dessa tipologias, terminologia de domínios e quadros de sistematização conceitual;
- o leitor documentalista pode estar capacitado a realizar adequadamente a leitura a partir do uso equilibrado das estratégias cognitivas e metacognitivas;
- essas estratégias dependem de seu conhecimento prévio e de seu quadro de referência básico;

- a interpretação dos textos supõe necessariamente a intervenção de componentes ideológicos: o leitor documentalista não é imune a essas intervenções, principalmente, pertinentes aos do contexto onde se insere.

Fonte: Elaborado com base em Lara (1994, p. 63).

Com essas características e, sendo um leitor inato segundo a perspectiva cognitiva, o documentalista ao ler um texto cujo assunto não está familiarizado, realizará uma leitura lenta, detalhada, acionando movimento *bottom-up* para chegar ao movimento *top-down.* Porém, *se* está familiarizado com assunto do texto que lê, realizará uma leitura mais fluente, realizando movimento *top-down* em direção ao conteúdo global para chegar ao movimento *bottom-up*.

Neste rol de características, acrescentamos, a existência do objetivo de leitura do documentalista voltado para a produção de representações condensadas do conteúdo, diferente do objetivo de um leitor que busca a compreensão de um texto para aprendizagem, informação ou fruição. Com este objetivo, o documentalista não tem compromisso com a compreensão do texto, mas tão somente com sua representação condensada.

O leitor profissional tem objetivos definidos para a leitura, conhecimentos de procedimentos de análise, de estratégias de análise e, sobretudo, de políticas de organização da informação e de demanda do usuário do sistema de informação.

Mesmo sem conhecimento prévio específico sobre áreas de conhecimento especializado, o documentalista poderá desenvolver a compreensão do texto e realizar a identificação de conceitos de forma compreensiva.

Aqui vão, então, recomendações básicas e importantes para o documentalista que queira aprimorar sua atividade de análise documental:

- desenvolver habilidades e estratégias de compreensão de leitura;
- aprofundar seu conhecimento prévio linguístico e textual;
- desenvolver experiências de análise documental em área especializada para conseguir familiaridade com o assunto; e
- ter formação sobre análise conceitual que o torne consciente de suas habilidades cognitivas inatas e construídas.

Com relação à última recomendação, esclarecemos que a falta de conhecimento prévio sobre áreas de conhecimento especializadas não é impedimento para que o documentalista realize os objetivos de suas tarefas de análise documental.

É preciso, então, que o indexador agregue ao seu conhecimento prévio conhecimentos específicos para a atividade de leitura documental em análise documental.

A partir das concepções de análise documental, o documentalista é considerado um leitor profissional dotado de estratégias próprias – desenvolvidas em sua formação - quando assume os objetivos profissionais e o contexto institucional para o qual trabalha. Contudo, não é apenas a formação que exerce papel substancial no desenvolvimento das competências leitoras. Para conhecer a leitura documental realizada com maestria devemos tomar nota do papel que a prática deliberada exerce neste processo.

5 A expertise, a prática intencional e a leitura profissional

O desempenho adequado ou alta performance depende da prática, isto é, fundamental para entendermos a leitura profissional sobre outro âmbito. A prática isolada ou o acúmulo de experiências e atividades rotineiras não tem a ver necessariamente com boa performance. Praticar sem o uso de recursos metacognitivos, ou autoconsciência, pode levar o profissional muitas vezes a repetição de decisões passadas, não evoluindo cognitivamente, apenas agilizando o processo, automatizando-o sem criticidade.

Nas palavras de Ericsson e Pool, "A prática intencional é, como seu nome indica, muito mais intencional, ponderada e focada do que essa espécie de prática ingênua." (ERICSSON; POOL, 2017, p. 37). A prática ingênua é a rotina, por mais que se pareça com um alto grau de experiência, é apenas uma repetição quando o indivíduo não estabelece um tipo de vigilância cognitiva ou busque questionar os erros e continuamente avançar no aprimoramento da ação.

A prática intencional, focada ou deliberada, com base em Ericsson e Pool (2017), possui as seguintes características:

- tem objetivos específicos bem definidos: uma forma de detectar é estabelecer metas bem claras, tais como: quantos dígitos devo memorizar esta semana? Qual o menor tempo para encontrar o assunto principal de um livro? Quantos termos tenho que utilizar para representar o assunto?
- é uma atividade focada: toda ação deve ser observada cuidadosamente.
- envolve o recebimento de um retorno sobre a eficácia da ação (feedback): é preciso saber se está certo ou errado, correto ou não, para continuar melhorando.
- exige que indivíduo saia de sua zona de conforto: ir além do familiar e conhecido. Segundo os autores "Essa é uma verdade fundamental em relação a qualquer tipo de prática: se você nunca se pressiona para ir além de sua zona de conforto, você nunca se aperfeiçoará." (ERICSSON; POOL, 2017, p. 40).

Um aspecto fundamental na formação de profissionais em nível de expertise, é contar com um professor ou instrutor que avalie o percurso, identifique as barreiras e incentive a superá-los.

Essa tese é fundamental para superar a ideia simplificada de que podemos a qualquer tempo aprender qualquer coisa sem a ajuda de outras pessoas ou dispensar um contexto de aprendizagem. Certamente uma série de atividades e conhecimentos genéricos podemos alcançar sem ajuda alheia, mas isso não é suficiente para obter um desempenho excelente em uma área especializada, seja em medicina, engenharia ou indexação

Contudo, em um nível excelente de desempenho em qualquer área, precisamos de um instrutor, modelo, mentor ou professor que aponte os erros e exija a melhoria contínua, até o momento que o sujeito possa incorporar o comportamento autocorretivo e se autoavaliar constantemente, tornando-se o professor de si mesmo.

A participação do contexto e dos sujeitos mais experientes para formar um leitor profissional competente é de extrema importância. No contexto da leitura profissional para fins documentários devemos reconhecer o papel da formação durante o serviço que tem a função de assegurar que a aplicação da política de indexação de uma unidade de informação esteja adequada.

Uma pergunta impertinente merece ser feita a esse respeito: será que podemos assegurar que um determinado tempo de serviço e prática em leitura documental é suficiente para alcançar um desempenho superior? Com base na teoria da expertise desenvolvida por Ericsson e colaboradores podemos responder da seguinte maneira: a experiência contada a partir de anos de serviço e dedicação não seria suficiente para garantir a qualidade da indexação.

Embora o leitor profissional localize o assunto mais rapidamente, quando submetido a uma literatura cuja terminologia é conhecida, isso não significa que a atividade se realize em níveis ótimos. A comparação com padrões e o confronto com certos consensos a respeito dos assuntos devem servir para demonstrar a diferença entre um *leitor profissional experiente* e um *leitor profissional expert*. De certa forma, há uma ilusão quando concluímos que o tempo como indexador é o único fator a determinar a qualidade do produto da leitura documental.

> Há evidências particularmente sólidas desse fenômeno, na medida em que ele se aplica aos médicos. As pesquisas feitas em várias especialidades mostram que os médicos que já praticam a medicina há 20 ou 30 anos se saem pior em certas medidas objetivas de desempenho do que aqueles que saíram da faculdade há somente dois ou três anos. Acontece que as tarefas que a maioria dos médicos realiza na sua prática cotidiana não ajudam em nada a melhorar ou mesmo manter as suas capacidades; poucas de suas atividades os desafiam ou os impulsionam para fora de suas zonas de conforto (ERICSSON; POOL, 2017, p. 40).

Nesse sentido, o leitor profissional deve ter seu trabalho confrontado constantemente de modo a conseguir demonstrar que a experiência (enquanto acúmulo de eventos e rotinas) inclui a ideia de experimentação, isto é, a continua habilidade do leitor fazer testes sobre a eficácia de suas representações, a qualidade do assuntos representados, o grau de adequação das palavras-chaves com as expectativas da comunidade etc. A experimentação, alinhada à perspectiva da prática intencional, é que garantirá resultados mais consistentes no que tange a leitura do indexador.

Em suma, a expertise do leitor profissional está mais relacionada à capacidade de realizar experimentações constantes e suas correções que

contar com a experiência acumulada que responde apenas a uma parte dos problemas. Um dos desafios para compreender o leitor e o processo de leitura profissional é realizar investigações sobre como os leitores de desempenho superior – o que nem sempre está condicionado ao tempo de atuação – adotam estratégias metacognitivas e cognitivas para produzir representações mais adequadas. Seria um enfoque diferente que deveríamos dar às nossas pesquisas, não mais olhar indexadores aleatoriamente, ou descriminando-os por tempo de experiência, ou faixa etária, mas examinando as estratégias adotadas pelos melhores profissionais. Desse modo, os resultados poderiam retroalimentar a formação profissional de uma nova geração de indexadores, especialmente no que tange a leitura documental.

6 O leitor profissional *expert*

O leitor profissional, como visto, realiza as atividades de indexação, resumo e classificação, mas depende de estratégias cognitivas e metacognitivas. As estratégias metacognitivas estão alinhadas com a descoberta dos comportamentos dos grandes especialistas em várias áreas. Esta seção tem como propósito mencionar alguns aspectos do indexador especialista, isto é, expert. Temos trabalhado com a noção de especialista como expert, contudo, aqui devemos notar que especialista no contexto da Ciência da Informação refere-se à especialização das atividades e nem sempre se refere ao desempenho superior.

A leitura de um profissional especialista ou expert difere claramente de um indexador comum. Entre as diferenças está a reflexão sobre os passos que realiza e principalmente, os erros que comete. É um processo de vigilância constante para, a cada momento, identificar falhas de raciocínio, assuntos ocultos que não aparecem na primeira análise, palavras utilizadas que não representam adequadamente um documento, tempo dispendido para análise do documento, entre outras inúmeras ações mentais e pequenas decisões, de idas e voltas, que caracterizam um indexador profissional.

Aqui a ideia de profissional não deve estar relacionada ao fato dele possuir nível superior, formação em Biblioteconomia ou formação em uma área do conhecimento e conhecimentos de Ciência da informação.

Um bom indexador deve, além de conhecer tecnicamente o processo de leitura e o campo do conhecimento como mencionado anteriormente, refletir constantemente sobre a sua própria prática, as decisões que toma e as representações que produz.

Nesse caso, a quantidade de termos que indica, a agilidade na leitura do material e a rapidez com que elabora a representação valem menos para identificar um indexador de nível excelente.

A formação em serviço seria, como observado, um meio disponível para se produzir um indexador competente, um expert, de modo a incentivá-lo a aprimorar as capacidades apreendidas genericamente na universidade. Infelizmente, a capacitação ou o treinamento em muitos espaços de trabalho e unidades de informação acaba sendo mais para informar o profissional sobre as regras dos locais de trabalho e explicação sobre o funcionamento e os manuais existente, do que uma identificação de competências especiais para formar indexadores especialistas.

Devemos mencionar claramente que as disciplinas acadêmicas em cursos universitários de Biblioteconomia não formam completamente um profissional, um indexador ou catalogador de assunto. O desempenho excepcional tal como a abordagem de Ericsson preconiza não é de competência única de cursos universitários.

Muito pelo contrário, há limites tangíveis que impedem que a universidade atue para formar um profissional excepcional e altamente especializado, a saber: carga horária das disciplinas, programa de ensino, atividades e trabalhos acadêmicos que destacam as rotinas de trabalho e na repetição para ganho de produtividade, ênfase nos roteiros ou nas receitas prontas e menos nas habilidades metacognitivas do aluno as quais serão fundamentais para o desempenho futuro do profissional etc.

De modo geral, os cursos não formam a expertise em leitura documental, apenas familiarizam o alunado a algumas regras, padrões e recomendações das boas práticas. Nem mesmo os estágios profissionais são pensados para formar ou estimular o desenvolvimento de comportamentos ótimos, embora o ideário educativo aluda a isso constantemente.

Sendo assim, o tempo e os anos de atuação como indexação, classificador ou catalogador não são suficientes para determinar que um profissional é mais competente. Conforme as referências aos médicos, é

bem provável que, em alguns casos, a rotina e a execução de tarefas comuns realizadas reiteradamente por indexadores, como a leitura e a indexação de documentos de uma área profundamente conhecida, prejudiquem o desenvolvimento de competências desejáveis para alcançar um nível de excepcionalidade na representação dos assuntos.

Seguindo esta linha de raciocínio, é razoável pensar que os anos de prática mais prejudicam que aumentam a qualidade do trabalho prestado pelo leitor profissional, caso as técnicas metacognitivas e a prática consciente e intencional não tenham sido incorporadas pelo indexador. Para tanto, deveríamos comparar os resultados das investigações e as representações dos profissionais, para entender melhor as estratégias metacognitivas desses profissionais de êxito elevado.

Acreditamos ser importante abrir uma nova linha de investigação e pesquisar o comportamento do leitor indexador com desempenho excepcional, tal como mencionado. Nesse caso, o estudo de qualquer indexador, ou do mais experiente em termos de tempo de atuação, ou do recém-formado, trariam menos contribuições que o estudo das estratégias mentais adotadas pelos verdadeiros *experts*, aqueles que se autocorrigem, expandem seus próprios limites, detectam incongruências e propõem hipóteses, pois atuam como seus próprios professores no processo de representação.

7 Considerações finais

O desafio para a Ciência da Informação é desenvolver técnicas de pesquisa para se chegar aos melhores indexadores, pois a variável tempo de atuação já não é suficiente. Sobretudo, devemos substituir a noção de experiência do indexador por experimentação guiada por uma prática deliberada ou intencional, e tentar conhecer os melhores profissionais a partir do nível de prática consciente associada ao êxito das tarefas realizadas. As estratégias cognitivas e metacognitivas devem ser o foco dos estudos futuros aliados a teoria da *expertise*.

Para tanto, devemos pensar que o tempo de execução de uma atividade vale menos que a qualidade dos resultados, pois, ao fim e ao cabo, é isso que se espera dos futuros profissionais, isto é, conjugar tempo de realização da tarefa e qualidade da representação. Devemos questionar o

pressuposto que sustenta que a qualidade de uma representação, do assunto de um documento, depende unicamente do tempo disponível para leitura e representação, resumido pela máxima: quanto mais tempo de atuação e experiência, melhor a qualidade da representação.

Acreditamos que os estudos futuros sobre a prática consciente do profissional *expert* em situações concretas de leitura documental, aliados ao conhecimento da leitura documental com base na metodologia do Protocolo Verbal, poderão confirmar e esclarecer as questões aqui lançadas.

Referências

ALMEIDA, C. C.; FUJITA, M. S. L.; REIS, D. M. Peircean semiotics and subject indexing: contributions of speculative grammar and pure logic. *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 225-241, 2013.

BROWN, A. L. Metacognitive development and reading. In: SPIRO, et al. (Org.). *Theorical issues in reading comprehension*. New Jersey: Lauwrence Erlbaum Associates Publishers, 1980. p. 453-481.

CAVALCANTI, M. C. *I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto*: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

CINTRA, A. M. C. Estratégias de leitura em documentação. *In*: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documental*: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 29-37.

ERICSSON, A. POOL, R. *Direto ao ponto*: os segredos da nova ciência da expertise. Belo Horizonte: Gutenberg, 2017.

ERICSSON, K. A.; PRIETULA, M. J.; COKELY, E. T. O cultivo de um expert. *Harvard Business Review,* Brasil, jul. 2007. Disponível em: https://hbrbr.uol.com.br/o-cultivo-de-um-expert. Acesso em: 18 mar. 2019.

ERICSSON, K. A.; RORING, R. W.; NANDAGOPAL, K. Giftedness and evidence for reproducibly superior performance: an account based on the expert performance framework. *High Ability Studies*, Abingdon, v. 18, n. 1, p. 3-56, Jun. 2007.

FAERCH, C; KASPER, G. Process and strategies in foreing language and communication. *Interlanguage Studies Bulletin,* Utrecht, v. 5, n. 1, p. 47-118, 1980.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador*: aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária na formação inicial do indexador*: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino. Marília: FFC/UNESP, 2007. 115 p. Relatório final de pesquisa-Bolsa PQ-CNPq.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documental. *Transinformação,* Campinas, v. 10, n. 3, p. 13-31, set./dez. 1998.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Lisboa: Asa, 1993.

GOODMAN, K. S. Reading: a psycholinguistic guessing game. *Journal of the Reading Specialist*, v.6, n.4, p.126-35, 1967.

GOUGH, P. B. One second of reading. *In*: KAVANAGH, V. F.; MATTINGLY, I.G. (ed.). *Language by ear and eye*: the relationships between speech and reading. [*S. l.*]: MIT, 1972. p. 353-378 .

KATO, M. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, A. *Leitura*: ensino e pesquisa. Campinas: Fontes, 1989.

LARA, M. L. G. A leitura documentária: algumas considerações. *Caderno de Análise Documentária*, São Paulo, n. 1, p. 53-65, maio 1994.

LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura*. Porto Alegre: Sagra, 1996.

NARDI, M. I. A. *As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira*. 1993. 260 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental:* fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

PINTO, M.; GÁLVEZ, C. *Análisis documental de contenido:* processamiento de información. Madrid : Síntesis, [1996].

RUMELHART, D. E. Toward an interactive model of reading. *In*: DORMICI, S. (org). *Attention and performance XL*. [*S. l.*]: Lawrence Esrlbaum Associates, 1977. p. 719-747.

Parte 1

Leitura documentária para indexação: abordagens interdisciplinares

3

Análise documental de textos narrativos ficcionais: aportes teóricos de *aboutness* para identificação de temas

João Batista Ernesto de MORAES

Larissa de Mello LIMA

Mariana da Silva CAPRIOLI

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de avaliar o Percurso Gerativo de Sentido enquanto metodologia para os textos narrativos de ficção, para tanto caracteriza-se a questão do aboutness em relação à Análise Documental mostrando formas de interlocução entre as mesmas. Explica-se que no processo de análise documental focam-se nos pormenores dos processos; a análise, pois esta representa a decomposição do todo para a extração dos elementos abstratos constitutivos do texto, de maneira semelhante aos procedimentos do Percurso Gerativo de Sentido.No que tange especificamente no terreno da identificação de conteúdo dos textos narrativos de ficção, como subsídio, principalmente, às atividades de indexação, surge a proposta de se analisar de que maneira a questão do *aboutness* se articula em textos dessa natureza. Para tanto, apresenta-se a proposta de se utilizar os parâmetros do Percurso Gerativo de Sentido, como elemento instrumental que pode auxiliar nesse processo.

Palavras-chave: Percurso Gerativo de Sentido. Textos narrativos de ficção. Análise Documental. Aboutness.

Abstract: This work has the objective of evaluating the Gerative Direction of Sense as a methodology for the fictional narrative texts, for both characterizing the issue of aboutness in relation to the Documentary Analysis showing forms of interlocution between them. It is explained that in the process of documentary analysis they focus on the details of the processes; to be analyzed, since this represents the decomposition of the whole for the extraction of the abstract constitutive elements of the text, in a similar way to the procedures of the Gerotivo Direction of Direction. In what specifically refers to the field of content identification of narrative fiction texts, as mainly to indexing activities, the idea arises of analyzing how the question of aboutness is articulated in texts of this nature. In order to do so, we present the proposal of using the parameters of the Generative Path of Sense, as an instrumental element that can help in this process.

Keywords: Gerativo Direction of Direction. Narrative texts of fiction. Documental analysis. Aboutness.

Introdução

Este capítulo surgiu com o propósito de se caracterizar a Análise Documental[4] e, principalmente, como a questão do *aboutness* se insere no processo de AD, tendo em vista que a intenção primeira deste estudo é o de se avaliar o Percurso Gerativo de Sentido enquanto metodologia de análise de textos narrativos de ficção.

Assim, num primeiro momento, observar-se-á a inserção da AD na Ciência da Informação para em seguida, observar-se seus elementos constitutivos, as perspectivas epistemológicas, bem com as suas relações interdisciplinares, especialmente com a Linguística.

Por fim, trata-se da questão do *aboutness*, seu uso na literatura nacional, e alguns conceitos cunhados por vários autores, até centrar-se na concepção apresentada por Beghtol, uma vez que esta última vem ao encontro das propostas deste estudo, ou seja, de se propor ferramentas de análise dos textos narrativos de ficção.

2 Ciência da Informação e Análise Documental

Parece ser consensual que a denominação Ciência da Informação surgiu como resultado dos trabalhos realizados no quadro das conferências do *Georgia Institute of Technology* (abreviadamente '*Georgia Tech*'), realizadas

[4] Doravante denominada AD.

em 1961 e 1962 (ROBREDO; BRÄSCHER 2010, p. 24). Como fruto destas conferências, é comumente destacado o trabalho publicado por Shera e Cleveland (1967), no qual os autores formulam uma das primeiras definições de Ciência da Informação, na seguinte conformidade:

> Ciência da Informação é a que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. (SHERA; CLEVELAND, 1967, p. 265, tradução nossa).

Ainda na década de 1960, Borko (1968) elabora a seguinte definição de Ciência da Informação, segundo o autor, baseado em artigo de Robert S. Taylor[5]:

> Information science is a discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability. It is concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. (BORKO, 1968, p. 3).

Pode-se observar claramente uma afinidade nos discursos de Borko e de Shera e Cleveland, ambas focando a informação e seus processos internos e externos. Porém, o primeiro, em seu artigo, além da definição, também faz uma caracterização do que seria a Ciência da Informação: "It has both a pure science component, which inquires into the subject without regard to its application, and an applied science component, which develops services and products." (BORKO, 1968, p. 3).

Desta forma, Borko (1968) destaca que a Ciência da Informação tem tanto uma dimensão teórica quanto aplicada. Para Guimarães (2008, p. 39):

---

[5] TAYLOR, R.S. Professional aspects of Information Science and Technology. *In*: CUADRA, C.A. (ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*. New York: John Wiley & Sons, 1966. v. 1.

> Reconhece-se uma relação orgânica entre o saber da Ciência da Informação, caracterizador de uma base conceitual específica, e os fazeres que se materializam nas distintas atividades profissionais da área de informação: os primeiros, aqueles norteando teórica e metodologicamente os segundos (e oferecendo elementos para explicar seus fenômenos) e, em sentido oposto, os fazeres profissionais oferecendo espaço de experimentação e de efetivação social dos saberes científicos da área. Em outras palavras, pode-se dizer que a Ciência da Informação nutre teórica e metodologicamente, os fazeres arquivístico e bibliotecário enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia atuam como campos de aplicação e de validação das teorias e metodologias oriundas da Ciência da Informação.

Desta forma, pode-se pensar a AD como um elemento que se insere no trânsito entre o fazer e o teórico, pois faz parte da prática biblioteconômica, e arquivístico possivelmente, ao mesmo tempo em que, enquanto metodologia de análise, apresenta aspectos de um processo de análise embasado em aspectos teóricos, principalmente a partir de aspectos teóricos da Linguística[6], dentro do que se denomina Tratamento Temático da Informação.

Assim, considerando que a Ciência da Informação se articula primordialmente no trinômio *produção*, *organização* e *uso* da informação, (GUIMARÃES, 2008, p. 40) tem-se a AD como um recurso para a organização, já que esta apresenta um conjunto de procedimentos metodológicos voltados à definição do conteúdo temático de documentos de modo a permitir a recuperação, o acesso e o uso da informação neles contida. Conforme observa Guimarães (2009, p. 105):

> Observa-se que um conhecimento registrado (informação socializada) requer que sobre ele se desenvolvam processos específicos de organização que propiciem sua passagem da dimensão pública para a dimensão privada, ou seja, a construção do conhecimento individual (...) que, por sua vez gerará uma nova informação registrada para ser socializada, caracterizando um verdadeiro helicóide informacional.

[6] A este respeito veja-se, dentre outros: SMIT (1978); CINTRA (1983).

Deve-se destacar que o autor instaura um novo paradigma, pois até então se falava em círculo informacional, uma imagem inadequada uma vez que o final do círculo fica no seu começo, diferente do helicóide, cujo início e fim tendem ao infinito.

Como destacam Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 94) a AD insere-se como uma das vertentes de um universo epistemológico do TTI, ao lado da *indexação* (de tradição inglesa, com ênfase nos instrumentos de tratamento temático) e da *catalogação de assunto* (de tradição norte-america, cuja ênfase recai sobre o catálogo enquanto produto desse tratamento).

Em sentido mais estrito, e considerando que a AD abriga, em seu bojo, e paradoxalmente, como já destacou Guimarães (2003, p. 112), etapas de análise e de síntese, pode-se dizer que os maiores esforços devem centrar-se nos procedimentos metodológicos que visam a *desconstruir* ou *decompor* o conteúdo temático do documento para que se possa, assim, posteriormente, reconstruí-lo por meio de representações documentais, como o resumo ou o índice.

A concepção de AD provém, principalmente, dos estudos de Jean-Claude Gardin, a partir de suas experiências nas décadas de 60 e de 70. Para Gardin (1969) na AD é essencial a linguagem documentária para converter o conteúdo dos textos em informação e, para tanto, foi proposto um modelo de linguagem, constituída por um conjunto de termos (o léxico), por relações entre as unidades lexicais, determinadas *a priori* (o eixo paradigmático) e por uma sintaxe que articula os encadeamentos entre os termos da linguagem, em face de um documento específico (o eixo sintagmático (GARDIN, 1973). Nota-se claramente nesta definição a influência de uma das dicotomias saussurianas (Sintagma X Paradigma[7]), o que evidencia, também, que a base das teorias gardinianas sobre AD repousa em teorias linguísticas.

A partir de uma análise seletiva da literatura internacional acerca das definições de AD, tem-se[8]:

---

[7] Por um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua. [...] Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagmas. [...] Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. [...] Chamá-la-emos relações associativas. (SAUSSURE, 1999, p. 142-143).

[8] Na Espanha, a AD é denominada como análise documental de conteúdo.

Quadro 1 - Definições de Análise Documental

AUTOR(ES)	DEFINIÇÕES
RUIZ PEREZ[9]	Conjunto de operações necessárias para a ***extração da informação*** contida nas fontes primárias de modo a prepará-la para sua posterior recuperação e utilização.
CHAUMIER[10]	Operação ou conjunto de operações visando a ***representar o conteúdo*** de um documento sob uma forma distinta de seu estado original, com o fim de facilitar a consulta ou a posterior localização
GARDIN et alli[11]	Toda operação ou grupo de operações que buscam a ***representação*** de um documento ***sob uma forma distinta da original***, seja por tradução, resumo ou indexação, de modo a facilitar a recuperação por especialistas interessados
GARCÍA GUTIÉRREZ[12]	Técnica documental que permite, mediante uma operação intelectual objetiva, a ***identificação*** e transformação dos documentos em produtos que facilitem a consulta aos originais, em áreas de controle documental, e com o objetivo último de servir à comunidade científica
PINTO; GALVEZ[13]	Processo duplo de ***identificação e representação*** do texto / documento

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Guimarães, Moraes, Guarido (2007, p. 98).

Analisando-se as distintas definições de análise documental apresentadas pela literatura internacional, observam-se que os aspectos de *identificação*, *extração* e *representação* da informação predominam nas definições, havendo mesmo autores que consideram os dois aspectos, identificação e representação.

Em suma, pode-se dizer que a área de análise documental de conteúdo pode ser definida como um conjunto de procedimentos de

9 RUIZ PEREZ, 1992, p. 51.

10 CHAUMIER, 1988, p. 17.

11 GARDIN *et al.* 1981, p. 29.

12 García Gutierrez Apud RUIZ PEREZ, 1992, p. 59.

13 PINTO; GALVEZ, 1999, p. 31.

natureza analítico/sintética, que envolve os processos de análise do conteúdo temático dos documentos, e sua síntese, por meio da condensação ou da representação em linguagens documentárias.

Dessa concepção alguns elementos merecem destaque:

Quadro 2 - Análise documental de Conteúdo

Procedimentos	Características
Processos	o conteúdo da área se dá por meio de uma sequência lógica de procedimentos
Análise	a decomposição de um todo em seus elementos constitutivos, buscando um sentido informativo
Conteúdo temático	o conjunto de elementos documentais que refletem a dimensão informativa (a função original) do documento
Representação	o conteúdo temático passa a ser expresso de maneira padronizada conforme parâmetros previamente estabelecidos

Fonte: Guimarães; Moraes; Guarido (2007, p. 94).

Para fins deste estudo, focam-se as questões dos *processos*, pois estes envolvem uma operação mental de abstração; a *análise*, pois esta representa a decomposição do todo para a extração dos elementos abstratos constitutivos do texto, de maneira semelhante aos procedimentos do Percurso Gerativo de Sentido que têm por objetivo chegar ao *conteúdo temático* dos textos narrativos de ficção, para que se possa fazer a *representação* dos conteúdos a partir dos conteúdos extraídos.

Por fim, deve-se ressaltar que a ênfase da AD quanto à análise do documento científico como o paradigma documental para o tratamento de conteúdo se encontra amplamente difundida na tradição da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação enquanto fundamentação de seus procedimentos técnicos. Neste sentido, não apenas a tradição francesa de AD, mas também os estudos de classificação e de indexação têm seu foco no texto científico, visualizando-o como paradigma de suporte de informação.

Contudo, García-Marco et al. (2010) chamam a atenção para outros aspectos que começam a se fazer presentes.

> The revolution of today is about multimedia information, and a great deal of such information does not suit into the frame of traditional scientific reports and articles. They are much nearer to fiction and narrative documents. In fact, narrative-based communications are gaining considerable room in disciplines like education—with multimedia and video as increasing important tools in face-to-face, blended and virtual education—, psychology and even in fields like business and management in general, where the "story-telling" movement is gaining importance in marketing, corporative culture management and political communication. (GARCÍA-MARCO et al., 2010, p. 395).

Com relação à afirmação que os estudos tradicionais sempre enfocaram os documentos científicos, entretanto, Eriksson (2005) faz a seguinte ressalva:

> Although it often may seem so, the classification and indexing of imaginative literature and fiction in particular is not an issue that has only been discussed in the last few decades. Presumably the first serious article on the subject appeared in 1898, when the noteworthy British librarian Ernest Baker wrote about the classification of fiction in the *Library World* (Baker, 1898), and in the beginning of the 20th century a prolonged discussion concerning the same issue took place in the American Library Association (ALA) after John Thomson had initiated a major fiction classification project at the Wagner Institute Branch of the Free Library of Philadelphia. (ERIKSSON, 2005, p. 1).

A rigor, nos últimos trinta anos, a questão dos textos literários parece ter voltado à tona, pois podem ser encontrados os estudos de Pejtersen (1978, 1979, 1983, 1984, 1998), Beghtol (1986, 1992, 1994, 1995, 1997), dentre outros. Porém, deve-se observar que tais estudos concentram seu foco nas questões de indexação, classificação ou recuperação da informação, ou seja, as preocupações recaem antes sobre a questão dos

produtos documentais, do que sobre a questão da análise do documento, tal como preconizado pela AD.

Deve-se acrescentar, ainda, que tais produtos documentais, em sua maioria, focam a questão do gênero (romance, poesia, drama), da nacionalidade (Romance Inglês, Romance Brasileiro), ou mesmo rotulado sob o genérico "ficção".

Como exemplo, vejam-se os critérios propostos por Veiga e Martha (1986) para a classificação de obras literárias:

> Na classificação de uma obra literária, no sentido estrito, devemos considerar os seguintes elementos:
>
> - Língua em que foi escrita a obra
>
> - Gênero ou forma
>
> - Tema ou assunto
>
> - Nacionalidade do escritor
>
> - Local e data da publicação
>
> - Teoria, ciência e técnica literária (VEIGA; MARTHA, 1986, p. 13)

Porém, no desenvolvimento do trabalho, as autoras desenvolvem a questão do *tema ou assunto* em conjunto com a questão *Gênero ou forma*, servindo-se para tal de uma citação do trabalho de Afrânio Coutinho, na seguinte conformidade:

> Um gênero é, no princípio, uma tendência do espírito humano. A tendência do espírito humano tornou-se um gênero, e um gênero cria suas leis; mas no fundo ele fica sempre uma tendência do espírito. Em muitos casos, a dificuldade é grande em introduzir distinções entre uns e outros gêneros, de modo a torná-los nitidamente classificáveis sob uma qualquer categoria. (COUTINHO, 1978, p. 46).

Como sugestão de categorias de análise, García-Marco (2006, p. 395) sugere:

> With the multimedia revolution, a growing percentage of content is leaving the relatively unambiguous path of scientific and journalistic genres and approaching the semantic jungles of creative literature. This kind of material requires the complex kind of content analysis

> that is characteristic of artistic disciplines, that can be summarized in the simplified model that was proposed by the Art historian Panofsky (1955) —also applicable analogically to the analysis of fiction—: description of common subjects; identification of the specific names and exemplars of these common subjects; and interpretation of the abstracts subjects that are being represented through the former..

A classificação de Panofsky[14], referida por García-Marco, é utilizada principalmente para a indexação de imagens, como pode ser visto em Layne (2002), e conta com as seguintes categorias:

Tabela 1 - Classificação de Panofsky

Objeto da interpretação	Ato da interpretação
I. *Tema primário ou natural* - (A) fatual, (B) expressional – constituindo o mundo dos motivos artísticos.	*Descrição pré-iconográfica* (e análise pseudoformal)
II. *Tema secundário ou convencional*, constituindo o mundo das *imagens, estórias* e *alegorias*.	*Análise iconográfica.*
III. *Significado intrínseco ou conteúdo*, constituindo o mundo dos *valores "simbólicos"*.	*Interpretação iconológica.*

Fonte: Panofsky (2002).

E é exatamente o foco no documento e em seu processo de análise que interessa particularmente a este estudo, uma vez que se pretende privilegiar o estudo do próprio documento literário como forma de se obter o conteúdo temático dos documentos.

Além disso, deve-se observar que o documento que é objeto da AD, notadamente em bibliotecas, não é apenas o documento científico, pois em algumas dessas unidades de informação, tais como Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares, o texto narrativo é objeto de especial

[14] A princípio, a classificação de Panofsky não será utilizada neste estudo.

atenção, seja no desenvolvimento de coleções, seja na organização das mesmas para atender ao usuário. Além destas bibliotecas, deve-se ter em mente, também, as Bibliotecas Universitárias, notadamente da área de Letras, as quais abrigam um grande acervo de textos narrativos que, por sua vez, necessita ser precisa e objetivamente tratado como suporte ao ensino e à pesquisa em seus cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Porém, no momento em que a "matéria prima" da AD consiste em textos narrativos de ficção, a complexidade aumenta consideravelmente, pois o modelo metodológico de identificação de conceitos elaborado para textos científicos, pautado na leitura documental de partes canônicas do texto, tais como título, subtítulo, resumo, etc. (CHAUMIER, 1988), não se aplica a textos narrativos, pois a estrutura destes textos assume outras formas de evidenciar seu conteúdo.

2.1 Aboutness

Em artigo publicado no de 2006, Moraes e Guimarães (2006) davam os primeiros passos no sentido de estabelecer ligações entre o *aboutness/meaning* e Percurso Gerativo de Sentido. Segundo os autores, o texto partia do resgate teórico das concepções de *aboutness* como suporte à análise documental em documentos científicos e, em seguida, buscava-se caracterizar o texto narrativo em sua estrutura de conteúdo, privilegiando-se os percursos temático e figurativo.

Com base em tais elementos, foi desenvolvida uma análise comparativa das dimensões de *aboutness* e *meaning* previstas por Beghtol, com os percursos temático e figurativo abordados por Greimas, de modo a estabelecer o cotejo entre os traços distintivos de ambas as teorias. Por fim, chegou-se à conclusão que um ponto em comum unia estas duas concepções teóricas: a delimitação específica do conteúdo do documento (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p. 74).

Desta forma, pretende-se discutir neste seção a questão do *aboutness*, principiando pela discussão do uso do termo em Português, passando pelo surgimento e estudos sobre o conceito, e finalizando com algumas considerações que envolvem a proposta deste estudo, ou seja, a de se propor uma metodologia para a análise documental de textos narrativos

de ficção, principalmente levando em conta as conclusões de Moraes e Guimarães, (2006).

2.2 Considerações sobre o uso do termo aboutness em Língua Portuguesa

Nas publicações em Língua Portuguesa sobre *aboutness*, uma questão precede às discussões sobre o conceito: a exata tradução do termo. Analisando-se a literatura publicada no Brasil, parece não haver um consenso sobre a utilização do termo.

Desta forma, podem ser encontradas as seguintes traduções para o Português: "atinência" (ALVARENGA, 2001); "tematicidade" (MEDEIROS, 1986; FUJITA, 2003, 2004; MORAES; GUIMARÃES, 2006). Pode-se até mesmo encontrar o termo sendo usado como um sinônimo para "assunto", embora se deva ressaltar que este último termo também apresenta divergências teóricas e conceituais na área de Ciência da Informação.

Em uma das primeiras publicações em Língua Portuguesa na qual aparece o termo *aboutness*, Baranow (1983) faz a seguinte consideração:

> [...] o primeiro passo na indexação é determinar do que trata um determinado documento. É o que poderíamos chamar de 'concernência' (do verbo **concernir**, adj. **concernente**), termo mais adequado ao vernáculo do que o esdrúxulo anglicismo 'sobrecidade' (**aboutness**). (BARANOW, 1983, p. 25).

Em estudo sobre questões terminológicas em Ciência da Informação, Medeiros (1986, p.140) recomenda a tradução por *tematicidade*, observando ser esta a tradução mais indicada, pois, apesar de ser um neologismo, "[...] foi criado observando-se os padrões gramaticais da língua portuguesa (derivação do adjetivo **temático** com o sufixo — (d) ade)". A autora descarta o uso do termo *sobrecidade*, pois

> [...] constitui-se num neologismo por tradução de morfemas erroneamente combinados em vernáculo, uma vez que, de acordo com as regras gramaticais de derivação, as preposições em português (ex. sobre) não são passíveis de derivação lexical (ingl. aboutness). (MEDEIROS, 1986, p. 140).

Dias e Naves (2010) optam pelo termo *atinência*, a mesma opção adotada por Briquet de Lemos ao traduzir para o Português a obra *Indexação e Resumos*: teoria e prática, de Lancaster (2004). Na página 13 da referida obra, o tradutor faz a seguinte observação: *O autor emprega os termos ingleses about e aboutness. O primeiro traduzimos por 'trata de' e o segundo por 'atinência'. Outros traduzem aboutness por 'tematicidade', 'temática', 'acerca-de', 'ser acerca-de', 'ser sobre-algo', etc.*

2.2.3 Questões sobre o aboutness

Ao abordar a questão das perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias do Percurso Gerativo de Sentido, Antonio (2008, p. 119) faz a seguinte sugestão:

> A criação de uma base beta que insira obras de ficção indexadas não apenas pelos grandes assuntos obtidos no Bibliodata, mas dos assuntos que tratam realmente da obra. Assim, poderá realizar uma avaliação da revocação e precisão na recuperação da informação dessas obras, bem sua utilização.

A pesquisadora chegou a tal conclusão ao observar que os bibliotecários da Rede Unesp de Bibliotecas não dispõem de ferramental específico para a Análise Documental de Conteúdo de obras narrativas de ficção. Desta forma, uma base já existente não apenas facilitaria o trabalho de Análise Documental, mas também diminuiria em muito a possibilidade de certas inadequações no processo de representação de obras de ficção.

A rigor, a questão das incompletudes ou desvios na representação não é privilegio apenas das obras de ficção, pois como ressalta Castañon Moreno (1992, p. 5, grifo nosso), entre os fatores de erro, omissão ou inconsistência na análise e posterior representação temática de um documento está o fato de que "[...] *o bibliotecário se preocupar mais em ajustar-se a um sistema de classificação ou de indexação do que em desenvolver uma análise documental que lhe permita compreender o tema exposto no texto de uma obra*.".

Esta preocupação também pode ser observada em Beghtol (1986, 1992, 1994, 1995, 1997), quando trata especificamente das obras de ficção.

Tratando-se de textos científicos, ou textos de ficção, o problema fundamental reside na definição – e consequentemente – na identificação do *tema* do documento, como forma de evitar eventuais incompletudes ou desvios caso o analista venha a desenvolver seu processo interpretativo sem a adoção de determinados parâmetros pré-definidos (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p. 74).

Para Brown (1976), o tema do documento é a forma intelectual do conhecimento expresso no documento que, segundo o autor, engloba os seguintes itens:

- Forma de conhecimento (o que é)
- Conceitos temáticos (sobre o que é)
- Formas de apresentação (como é).

Essa discussão remete à questão do *aboutness*, que já há algumas décadas vem sendo objeto de estudo e de preocupação para os teóricos da análise documental de conteúdo (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p. 74).

Cumpre ressaltar que a questão do *aboutness* foi pela primeira vez discutida, na área de Ciência da Informação, por John Hutchins, em 1977 (tal como ressaltado por Caffo, 1988, p. 24), ao afirmar que o problema crucial da área reside em identificar "*what documents are about*". Na concepção de Hutchins (1977, p. 17) a primeira pergunta a ser feita é "*what is meant by the topic of a document in the context of an information system?*"

Para o autor, uma resposta superficial seria que o *tema* é o *assunto* descrito no índice ou vocabulário relacionado ao documento e admite, no entanto, que raramente há uma verdadeira relação entre a entrada no vocabulário controlado e o que de fato o documento trata, e dá como exemplo os sistemas de indexação pós-coordenados, cuja entrada pode representar somente uma parte do conteúdo do documento, ou seja, a descrição do assunto é apenas uma forma de expressão de parte do tema de um documento.

Uma segunda questão abordada por Hutchins (1977, p. 17) é "What do we mean by the content of a document?" e afirma que para respondermos a isto devemos estar certos quanto à distinção entre o '*sense*'

de uma expressão linguística e a '*reference*' com o objeto, indivíduo que esta expressão representa.

Em outras palavras, pode-se afirmar que uma expressão só pode fazer sentido e ser encarada como conteúdo relevante, se se toma como ponto de partida o relacionamento existente entre um termo e os outros termos que compõem o texto, sendo que esse sistema de relacionamento é o que de fato pode determinar o seu sentido e a sua relevância.

Não se pode afirmar que Hutchins tenha bebido, ou não, nas fontes da linguística, mas o fato é que tal constatação em muito lembra o conceito de *valor* do signo linguístico, ou seja, o conteúdo de um signo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela (SAUSSURE, 1999, p. 134). Há ainda, certa conexão com o conceito de isotopia – o "parentesco" dos traços distintivos (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 400), preconizado por Greimas.

Outro autor que trabalhou com a questão do aboutness foi MacCafferty (1977), citado por Begthol (1986, p. 86). Para o autor, o *mesmo documento pode ter diferentes significados para o mesmo leitor em diferentes tempos, mas o documento, por si só, é imutável, possui um aboutness fundamental* (BEGTHOL, 1986, p. 85).

Maron (1977), partindo da constatação sobre o ponto principal de um sistema de recuperação de informações, observa: "Since *about* is at the heart of indexing, how are we to formulate any proper theory of indexing if we cannot explicate precisely the key concept of *about?*" (MARON, 1977, p. 38).

Desta forma, ao investigar possíveis comportamentos de análise e busca de documentos, Maron (1977) simula algumas possíveis situações cotidianas de troca de informação entre indivíduos, buscando exemplificar a dificuldade de exprimir a compreensão sobre um documento. Para o autor, a leitura de uma obra gera uma experiência interior sobre o que ela trata, mas não necessariamente permite que se esteja apto a relatá-la com precisão, ou instruir alguém a como fazê-lo.

Assim, a formulação de um conceito de *aboutness* é buscado pelo autor, através da proposição de três tipos de *about*: *S-about (subjective about); O-about (objective about); R-about (retrieval about)*.

Estes conceitos de *about* propostos por Maron (1977) podem ser sintetizados no quadro 01:

Quadro 3 - *About* segundo Maron

Conceito	Definição
S-about (*subjective about*)	- o *about* interior, gerada da experiência psicológica de análise, leitura de uma obra - é pouco passível de ser expressa ou descrita pelo indivíduo:
O-about (*objective about*)	- refere-se ao conceito que pode ser observado externamente em uma situação de recuperação de informação - refere-se ao atual ou potencial comportamento de busca ou pesquisa de documentos
R-about (*retrieval about*)	- pode ser observado e mensurado - refere-se à probabilidade de satisfação dos usuários com um determinado documento a partir de uma determinada busca

Fonte: baseado em Maron (1977, p. 40).

De qualquer forma, mesmo contribuindo com suas propostas de conceituação, Maron (1977) reconhece a dificuldade dessas definições:

> Let us attempt to clarify further what ***about*** means. First of all, we are suggesting that there are several different ***about*** concepts. Perhaps we should say that ***about*** can be interpreted from several different points of view and that each different viewpoint gives rise to a different interpretation of the meaning of ***about***. (MARON, 1977, p. 40).

Mesmo com a complexidade das definições, torna-se interessante destacar que o autor leva em conta não apenas o que o documento em si pode representar, mas também leva em consideração o contexto de busca, bem como o contexto de recuperação, ou seja, contextos diferentes podem fazer com que o documento tenha significações também diferentes.

Outro autor que abordou a questão do *aboutness* foi Ingwersen (1992). Para o auto, o *aboutness* pode ser observado de quatro pontos de vista: do autor, do indexador, do usuário, e da solicitação.

O quadro 02 sintetiza os pontos de vista do autor:

Quadro 4 - Tipos de aboutness segundo Ingwersen

Tipo de aboutness	Conceito
aboutness do autor (*author aboutness*)	determinado pelo autor através da sua linguagem natural, direta
aboutness do indexador (*indexer aboutness*)	implica na transformação da linguagem do autor em uma linguagem documental aceita ou criada pelo indexador ou sistema do qual faz parte
aboutness do usuário (*user aboutness*)	formulado a partir da necessidade do usuário por novos conhecimentos
aboutness da solicitação (*request aboutness*)	o *aboutness* da requisição conforme formulada pelo usuário.

Fonte: Baseado em Ingwersen (1992, p. 50).

Apesar de interessante, o conceito de *aboutness* exposto por Ingwersen merece algumas considerações. A rigor, se considerarmos o aboutness do autor diferente do aboutness do indexador, poder-se-ia considerar que se tratam de duas coisas diferentes, seja porque o segundo não representou corretamente o primeiro, seja porque o segundo vai ser uma entidade diferente do primeiro, sem o estabelecimento de uma relação. Ademais, se considerarmos os dois outros tipos de *aboutness* – do usuário, da solicitação, o mesmo comentário pode ser válido, ou seja, se não há uma relação explícita entre as entidades e suas representações, pode-se afirmar que há uma incompreensão sobre o primeiro, ou algum tipo de desvio ou equívoco na representação. Assim, para efeitos deste estudo, a classificação de Ingwersen (1992) é apenas citada, sem que haja uma concordância quanto a seus pressupostos.

Por outro lado, Caffo (1988) apresenta outra visão acerca do *aboutness*, por considerar a relação entre "[...] o discurso do documento acerca de um conceito e o conceito teoricamente definido como uma parte do conhecimento geral." (CAFFO, 1988, p. 23). A autora destaca ainda que a questão do *aboutness*, especificamente no âmbito das atividades de indexação, dedica-se não à análise conceitual do complexo teórico do

conhecimento, mas a partir da dimensão conceitual de um conhecimento materializado, no caso o documento, tal como preconizado por Michael Buckland (1991), dentre outros autores.

A discussão do *aboutness* assume uma dupla vertente que, como ressalta Begthol (1986), encontra reflexo nas concepções de Faithorne[15] quanto a um *Extensional aboutness*, ou assunto inerente ao documento, em contraposição a um *Intensional aboutness*, ou razão ou objetivo pelo qual o documento é adquirido ou consultado; de Boyce[16], ao contrapor a *Topicality* à *Informativeness*, e de Van Dijk[17], ao referir-se a *relevância normal* e *relevância diferencial*.

Beghtol (1986) expõe o seu ponto de vista nos seguintes termos:

> Whatever terms are chosen, a distinction between 'aboutness' and 'meaning', as the terms used here, seems justifiable on the assumption that a document has an intrinsic subject, an 'aboutness', that is at least to some extent independent of the temporary usage to which an individual might put one or more of its meanings. (BEGHTOL, 1986, p. 85).

Sintetizando esses dois níveis de conteúdo informacional, Beghtol (1986, p. 85) refere-se a um *aboutness* propriamente dito, e a um *meaning*. Assim, tem-se, segundo a autora, o a*boutness* como algo intrínseco ao documento, de natureza relativamente permanente, integrando a essência do mesmo, ao passo que o *meaning* é mutável em função do local, do momento histórico, do interesse do usuário, etc.

Nesse sentido, Moraes e Guimarães (2006, p. 75) destacam que

> [...] os hábitos classificatórios da tradição bibliotecária, por vezes demasiadamente ligados às formas temáticas pelas quais um dado documento será interessante ao usuário, acabam por deixar de lado a abordagem da temática intrínseca ao documento, atuando por comparação, o que encontra reflexos no alerta de Faithorne no sentido de que a preocupação reside antes na decisão se dois

[15] FAITRHORNE, R. A. Content analysis, specification and control. *ARIST*, Easter Timur, n. 4, p. 73-109, 1969.

[16] BOYCE, B. Beyond topicality: a two-stage view of relevance and the retrieval process. *Information Processing and Management*, London, n. 18, p. 105-109, 1982

[17] VAN DIJK, T. A. Relevance assignment in discourse comprehension. *Discourse Process*, Philadelphia, n. 2, p. 113-126, 1979.

> documentos possuem o mesmo assunto do que, efetivamente, qual é o assunto do documento.

Sintetizando a questão, Beghtol (1986) destaca que o assunto do documento pode ser considerado como resultado de sua tematicidade permanente, ao que se contrapõe ao eventual caráter contextual do(s) significado(s).

Como consequência, a análise do *aboutness* consiste no processo pelo qual o classificador ou indexador discerne os aspectos relativos a um tópico daqueles que refletem a temática geral do documento e busca elementos da linguística textual de modo a transformar a estrutura superficial do documento em uma estrutura lógica proposicional profunda, na seguinte conformidade:

> a) Transforms the surface structure of the document into its deep propositional logical structure;
>
> b) Transforms the surface structure of the classification system into its deep propositional logical structure;
>
> c) Joins these two deep propositional structures using the actual system of the classification schedules and instructions as an artificially-constructed virtual system for expressing the natural language actual system of primary documents;
>
> d) Transforms the resulting single propositional structure of classification system applied to document' back into the surface structure of the classification schedules, generates the apposite notation. (BEGTHOL, 1986, p. 102).

Em suma, tem-se um conteúdo intrínseco ao documento (*aboutness*) paralelamente a outros que advém de questões externas, como a necessidade informacional do usuário (*meanings*).

Porém, há que se chamar a atenção para o fato de se observar, *no âmbito dos estudos de tematicidade, que os mesmo têm, via de regra, voltado sua atenção para o texto científico, no mais das vezes considerado como paradigma para estudos de análise documental* (MORAES; GUIMARÃES, 2008, p. 34).

No entanto, um outro gênero documental merece atenção no que tange aos estudos sobre aboutness, ou seja, o texto narrativo de ficção, principalmente se considerarmos que este constitui grande parte do acervo em bibliotecas públicas e escolares, conforme já afirmado anteriormente.

Adentrando especificamente no terreno da identificação de conteúdo dos textos narrativos de ficção, como subsídio, principalmente, às atividades de indexação, surge a proposta de se analisar de que maneira a questão do *aboutness* se articula em textos dessa natureza. Para tanto, apresenta-se a proposta de se utilizar os parâmetros do Percurso Gerativo de Sentido, em seus três patamares, como elemento instrumental que pode auxiliar nesse processo.

Referências

ALVARENGA, L. A Teoria do Conceito Revisitada em Conexão com Ontologias e metadados no Contexto das Bibliotecas Tradicionais e Digitais. *DataGramaZero:* Revista de Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n. 6, dez. 2001.

ANTONIO, D. M. *Análise do percurso temático e do percurso figurativo para identificação de temas em contos*. 2008. Dissertação (Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

BARANOW, U. G. Perspectivas na contribuição da Lingüística e de áreas afins à Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, jun. 1986.

BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 1, p. 30-44, 1995.

BEGHTOL, C. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 24, n. 2, p. 64-71, 1997.

BEGHTOL, C. *The classification of fiction*: the development of a system based on theoretical principles. Metuchen: Scarecrow Press, 1994.

BEGHTOL, C. Toward a theory of fiction analysis for information storage and retrieval. *In*: WILLIAMSON, N. J.; HUDON, M. *Classification research for knowledge representation and organization.* Amsterdam: Elsevier, 1992. p. 32-48.

BORKO, H. Information Science – what is it? *American Documentation*, Hoboken, v. 19, n. 1, p.3-5, 1968.

BROWN, A. G. *Introduction to subject indexing*. London: Clive Bingley; Hamden (Conn.): Linnet, 1976.

BUCKLAND, M. Information as a thing. *Journal of the American Society of Information Science*, Journal of the American Society of Information Science, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.

CAFFO, R. *Analise e indicizzazione dei documenti*: l´acesso per soggetto all`infoormazione. Milano: Bibliografica, 1988.

CASTAÑON MORENO, B. Análisis temático documental. *Investigación bibliotecológica*, México, v. 6, n. 12, p. 4-10, ene./jun. 1992.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA, A.M.M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J.W. (org.). *Análise documentária*: a análise da síntese. Brasília: IBICT, p. 28-35, 1983.

COUTINHO, A. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DIAS, E.W.; NAVES, M.M.L. *Análise de assunto*: teoria e prática. São Paulo: Ergon, 2010. p. 262-268.

ERIKSSON, R. The classification and indexing of imaginative literature. *In*: ASIS&T SIG/CR CLASSIFICATION RESEARCH WORKSHOP, 16., 2005. *Proceedings* [...]. Charlotte,Oct. 29, 2005.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

FUJITA, M. S. L. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero:* Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004.

GARCÍA-MARCO, F. J. Understanding the categories and dynamics of multimedia information: a model for analysing multimedia information. *In:* INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 9., 2006, Vienna. *Proceedings* [...]. Frankfurt/Main, Indeks Verlag, 2006, p. 395-404.

GARCIA-MARCO, F. J.; MORAES, J. B. E.; GARCIA-MARCO, L. F.; GUIMARÃES, J. A. C. Knowledge organization on fiction and narrative documents: a challenge in the age of multimedia revolutions. *In:* GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (org.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010. p. 262-268.

GARDIN, J. C. Document analysis and linguistics. *Journal of Documentation*, London, v. 29, n. 2, p. 137-168, 1973.

GARDIN, J. C. *et al*. *La logique du plausible*: essais d´épistemologie pratique. Paris: Maison des Sciences de l´Homme, 1981.

GARDIN, J. C. Semantic analysis procedures in the sciences of man. *Social Science Information*, London, v. 8, n. 1, p. 17-42, 1969.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. *In:* RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-118.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *In*: GARCÍA MARCO, F. J. *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Ibersid, 2009, p. 105-117.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E.; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *In:* GARCÍA MARCO, F. J. (org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

HUTCHINS, J.W. On the problem of 'aboutness' in document analysis. *Journal of Informatics*, East Anglia, v. 1, n. 1, p. 17-35, 1977.

INGWERSEN, Peter. *Information Retrieval Interaction*. London: Taylor Graham, 1992.

LANCASTER, F.W. *Indexação e resumos*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LAYNE, S. S. Subject access to art images. *In*: BACA, M. (ed.). *Introduction to art image access*: issues, tools, standard, strategies. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002. p. 1-19.

MACCAFERTY, M. 'About aboutness', Co-ordinate Indexing Group colloquium held at Aslib, April 18, 1977. *Journal of Informatics*, London, v. 3, n. 1, p. 121-122, 1977.

MARON, M. E. On Indexing, retrieval and the meaning of about. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, n. 28, n. 1, p. 38-43, 1977.

MEDEIROS, M.B.B.Terminologia brasileira em ciência da informação: uma análise. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 135-142, jul./dez. 1986.

MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Análisis documental de contenido de textos literarios narrativos: en busca del diálogo entre las concepciones de aboutness/meaning y de recorrido temático/recorrido figurativo. *Scire*, Zaragoza, v. 12, p. 71-84, 2006.

MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise documental de conteúdo de textos literários narrativos: em busca de um diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e percurso temático/percurso figurativo *In*: GASPAR, N.R.; ROMÃO,L.M.S. *Discurso e Texto:* multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos: EDUFSCar, 2008. p. 35-45.

PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEJTERSEN, A.M. Fiction and library classification. *Scandinavian Public Library Quarterly*, Stockholm, n.1, p. 5-12, 1978.

PEJTERSEN, A.M. The meaning of 'about' in fiction indexing and retrieval. *Aslib Proceedings*, Bingley, v. 31, n. 5, p. 251-257, May 1979.

PEJTERSEN, A.M.; ALBRECHTSEN, H.; SANDELIN, R.; LUNDGREN, L.; VALTONEN, R. The Scandinavian book house: indexing methods and OPAC development for subject access to Scandinavian fiction literature. *Advances in classification research*, Medford, v. 6, p. 99-113, 1998.

PEJTERSEN, A.M.; AUSTIN, J. Fiction retrieval: experimental design and evaluation of a search system based on users' value criteria: part 1. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 39, n. 4, 230-246, 1983.

PEJTERSEN, A.M.; AUSTIN, J. Fiction retrieval: experimental design and evaluation of a search system based on users' value criteria: part 2. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 40, n. 1, 25-35, 1984.

PINTO, M.; GALVEZ, C. *Análisis documental de contenido.* Madrid: Sintesis, 1999.

RUIZ PÉREZ, R. *El análisis documental*: bases terminologicas, conceptualizacion y estructura operativa. Granada: Ed. Universidad de Granada, 1992.

ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7950/6/CAPITULO_MetriasInformacaoHistoria.pdf. Acesso em: 15 mai. 2019.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, Washington, v. 2, p. 249-275, 1967.

SMIT, J. W. Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 33-42, 1978.

VEIGA, E. A.; MARTHA, M. O. B. *Classificação de obras literárias*. Porto Alegre: Sagra, 1986.

4

Tipos e estruturas de textos na ótica da organização e recepção de informações

Nair Yumiko KOBASHI

Resumo: Apresentação de metodologia de elaboração de informações documentárias (resumo e indexação) fundamentada nas abordagens sobre tipos de textos e discursos, e sua interpretação, desenvolvidos na área das Ciências da Linguagem. Adota-se a perspectiva de tipologização (descritivo, narrativo expositivo e dissertativo) proposta pela Linguística textual. Os tipos de textos são, em seguida, descritos e esquematizados em constituintes. Tal esquematização permite delinear uma metodologia de análise de textos tendo como horizonte as ações de informação próprias da Ciência da Informação. Sob essa ótica, propõem-se formas de condensar textos e representá-los, cujo parâmetro mais importante é a interpretação orientada pela intencionalidade, fator básico para garantir equivalência de conteúdo entre texto de partida e resumos e índices.

Palavras-chave: Análise documentária. Tipos de textos. Informação documentária. Elaboração de resumos. Indexação.

Abstract: Presentation of a methodology to elaborate documentary information (abstracting and indexing) based on the approaches on types of texts and discourses, and their interpretation, developed in the area of Linguistics and Semiotics. It was adopted the classification of texts (descriptive, expository and narrative narrative) proposed by Textual linguistics. The types of texts are then described and schematized into constituents. Such a schematization allows to delineate a methodology of analysis of texts having as

horizon the actions of information proper to Information Science. From this perspective, we propose ways to condense and represent texts, whose most important parameter is intentionality-oriented interpretation. This is a basic factor to guarantee equivalence between text and abstracts and indexes.

Keywords: Documentary analysis. Types of texts. Documentary information. Abstracting. Indexing.

1 Introdução

A organização de informações, na perspectiva da Ciência da Informação, tem como tarefa central propor métodos e técnicas para elaborar informações documentárias, aqui definidas como representações condensadas de textos. A função principal da informação documentária é filtrar informação para promover a circulação e o acesso aos documentos produzidos nas várias esferas das atividades sociais. Tais representações, armazenadas em sistemas de informação, são consideradas fundamentais para responder às necessidades de informação, para se conhecer o que é publicado, tomar decisões, aprofundar saberes. Deve-se acrescentar que os conteúdos desses dispositivos vêm sendo crescentemente usados para avaliar produção científica e propor políticas de pesquisa.

Os textos, que se individualizam pelos assuntos abordados e pela forma de apresentá-los, são a matéria prima da elaboração de informações documentárias. No âmbito das ações de informação realizadas em instituições de memória (bibliotecas, museus, arquivos), os textos são representados de modo específico. De um lado, são identificados os dados que contornam o texto: o título, o subtítulo, o lugar de publicação, a editora, a data. São dados paratextuais (ou pré-textuais) inseparáveis do texto (MAINGUENEAU, 2006, p. 105). De outro, representa-se o conteúdo mesmo dos textos, ou seja, sobre o que e como o autor (individual ou coletivo) abordou um determinado tema.

Neste capítulo focalizamos, de forma especial, o conceito de texto, sua tipologia, a compreensão e interpretação desses objetos e as operações para condensá-los e representá-los documentariamente (elaboração de resumos e indexação). Não será, portanto, discutida a representação de dados pré-textuais.

A representação de conteúdos requer o auxílio de teorias e métodos que permitam transformar um objeto (o texto) em outro texto por meio de operações interpretativas específicas. Nessa perspectiva, os textos são analisados para estabelecer distinção entre informação principal e acessória; em seguida, as informações selecionadas são combinadas e convertidas em resumos ou expressos por meio de conceitos (indexação). Um fato que deve ser destacado, as representações documentárias são úteis se permitirem filtrar informações para oferecer respostas adequada às demandas dos usuários.

Elaborar resumos e indexar são, muitas vezes, consideradas operações técnicas que não necessitam de procedimentos metódicos. No entanto, deve-se ter presente que essas operações são atos comunicacionais realizados no interior de instituições que têm missões específicas. Nessa medida, são também específicos os tipos de usuários e informações a serem tratadas.

Decorre do que foi dito que os textos de partida são desestruturados para hierarquizar as informações neles contidos. Os fragmentos selecionados são reorganizados sob a forma de novos textos condensados. Estes últimos são utilizados em buscas por informação em bases de dados. Inicialmente, a busca é feita por meio de termos, operação que resulta em listas de registros. Os resumos são filtros adicionais que permitem escolher, dos conjuntos obtidos, os documentos que poderão ser efetivamente úteis.

Diversas teorias e métodos podem subsidiar as operações acima apresentadas. Neste capítulo julgamos serem centrais: o conceito de texto, sua classificação, interpretação e condensação, aspectos desenvolvidos nos itens abaixo.

2 Teorias sobre a classificação de textos

Apresentamos neste item, de forma resumida, aspectos das teorias e conceitos sobre a classificação de textos elaborados no campo da Semiótica e da Linguística. Estes conceitos encontram-se sistematizados em perspectiva pragmática, qual seja a sua pertinência para sustentar a elaboração de informações documentárias.

2.1 Conceito de Texto

Neste capítulo, consideramos texto e discurso como termos sinônimos. As correntes que analisam textos ou discursos compartilham a ideia de que estes são objetos que apresentam um sentido global; não são, portanto, inscrições que se expressam pela mera justaposição de palavras ou de frases. Nessa medida, os textos definem-se por sua “autonomia e fechamento” (DUCROT; TODOROV, 1972, p. 375), características garantidas pela progressão, pela coesão e coerência (DUCROT; TODOROV, 1972). Essas propriedades referem-se às variadas formas de repetição de ideias: reiteração de pontos de vista, exemplificação, definições de termos, entre outros. São essas características que permitem condensar textos. Dito de outro modo: as reiterações, exemplos, definições, podem ser suprimidos sem comprometer a informação substantiva veiculada pelo texto.

Adam (1989, p. 20), por sua vez, caracteriza as propriedades do texto de forma didática: “A textualidade pode ser definida como um equilíbrio delicado entre continuidade-repetição, de um lado, e progressão de informação, de outro.” Essas propriedades referem-se às variadas formas de reiteração de pontos de vista, exemplificação, definições de termos, entre outros. São essas características que permitem condensar textos. Dito de outro modo: as reiterações, exemplos, definições, podem ser suprimidos sem comprometer a informação substantiva veiculada pelo texto.

Os objetos textuais apresentam, portanto, estruturas convencionais, socialmente construídas, aptas a comunicar ideias, experiências, histórias, descrever objetos, expressar sentimentos, convencer.

Embora os textos possam ser descritos de diferentes maneiras (oral, escrito, audiovisual), neste capítulo trataremos apenas de textos verbais escritos não-ficcionais, também chamados de textos pragmáticos (técnicos e científicos). Não trataremos, portanto, de textos literários. Justificamos, a seguir, a distinção entre texto literário e não-literário e as razões para limitar este capítulo à abordagem de textos não-literários. Semelhante distinção tem, como veremos a seguir, uma função operacional.

A função estética é o aspecto divisor de águas entre texto literário e não-literário. Outro aspecto importante é o estatuto da referência (CORTINA, 2000, p. 100). Como exposto na citação abaixo:

> A demonstração da importância da função estética para o texto literário e da utilitária para o não-literário pode ser constatada ainda na afirmação de Valéry, que diz que, ao se resumir um texto não-literário, apreende-se o que ele tem de essencial, mas, ao resumir um texto literário, perde-se exatamente aquilo que é essencial para ele. (CORTINA, p. 2000, p. 102).

Por outro lado,

> a distinção entre o literário e o não-literário pode ser pensada a partir da oposição entre o verossímil e o verídico. Uma vez que o verossímil corresponde à tentativa de reconstrução do referente do discurso, a utilização desse termo situa-se, por consequência, num contexto social, caracterizado por uma certa atitude com relação à linguagem e de sua relação com a realidade extralinguística. Nesse sentido, em um dado contexto cultural, a verossimilhança é característica dos discursos figurativos, enquanto a busca da verdade é um procedimento particular dos discursos abstratos, portanto temáticos. (GREIMAS, 1983[18] apud CORTINA, 2000, p. 103-104).

As diferenças conceituais acima assinaladas são operacionais no contexto da organização da informação, questão que será retomada de forma específica no item 3 (Leitura e interpretação de textos: os problemas da recepção).

2.2 Tipos de textos

Admite-se que os estudos sobre os textos tiveram início no século XX, a partir de Saussure (1973), que criou a Linguística como campo de conhecimento. Nesta ciência, são estabelecidos conceitos fundantes, como a oposição entre língua e fala, ou seja, entre sistema linguístico e uso do sistema. Desta oposição derivam diversas abordagens de classificação de textos, dentre as quais a Semiótica, a Análise do discurso e a Linguística textual, que se desdobram em várias vertentes. Embora

[18] GREIMAS, A.J. Le contrat de véridiction *In*: GREIMAS, A. J. *Du Sens II*: essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1983, p. 103-113.

existam diferenças entre elas, serão destacados os traços, muitas vezes comuns, que concorrem para fundamentar as operações de elaboração de informações documentárias.

Segundo a perspectiva Semiótica, o discurso é o lugar da subjetividade, um signo constituído de um plano de expressão e de um plano de conteúdo. A Análise do discurso, na concepção de Barros (1988, p. 3) deve considerar:

> Três questões básicas para a concepção do discurso e sua análise: a) a relação do discurso com a enunciação e as condições de recepção; b) o discurso como o lugar, ao mesmo tempo do social e do individual; c) a articulação entre narrativa e discurso, isto é, o discurso constituído sobre estruturas narrativas que o sustentam.

Outros autores destacam a enunciação, fato que permite classificar os textos em didáticos, polêmicos e científicos. Há ainda uma vertente que procura observar as condições históricas de produção de forma a classificá-los em três categorias: discursos lúdicos, polêmicos e autoritários. Por fim, o texto pode ser analisado do ponto de vista da organização global, ou estrutura, o que permite classificá-los em narrativos, descritivos, explicativos e dissertativos (CORTINA, 2000).

Deve-se chamar a atenção para o aspecto dominante em cada tipo de texto. Os textos não são puros, isto é, uma narrativa pode conter aspectos polêmicos, uma descrição pode apresentar enunciados narrativos e os textos dissertativos podem apresentar segmentos narrativos como recurso argumentativo.

2.3 Classificação de textos

Como vimos acima, a classificação de textos baseia-se em diferentes teorias e métodos. São, grosso modo, ora tipificados pela estrutura interna (descritivo, narrativo, dissertativo), pela finalidade ou pelas condições de produção, ou pelos aspectos sintáticos e semânticos (técnico, científico, didático, jornalístico, jurídico, político, etc.).

Os primeiros estudos sistemáticos sobre os “gêneros” textuais e as “partes do discurso” são atribuídos a Aristóteles. Suas ideias,

apresentadas no âmbito da Retórica, fundamentam, ainda hoje, as modernas teorias discursivas relacionadas à persuasão (CITELLI, 1989; OKASABE, 1979).

A Retórica, para Aristóteles, não se reduz a um conjunto de normas ou à oratória, mas ao esforço de "descobrir especulativamente em qualquer dado, o persuasivo" (ARISTÓTELES apud OKASABE, 1979, p. 142). É nessa perspectiva que o estagirita afirma: "Não há senão duas partes no discurso, pois é necessário dizer qual é o tema e demonstrá-lo. [...] Dessas duas partes, uma é a proposição; a outra, a confirmação. Como se tratasse de um lado, do problema e, do outro, da demonstração." (ARISTÓTELES apud OKASABE, 1979, p. 156).

Os textos argumentativos não escapam a essa caracterização. Contudo, a esse esquema genérico - proposição/demonstração - podem-se agregar outros constituintes, de modo a caracterizar mais amplamente as variantes de um tipo.

O texto técnico-científico é, via de regra, de natureza argumentativa, elaborado com o intuito de expor metodicamente os resultados da observação de um fenômeno. Para Gardin,

> [...] a expressão concreta de um raciocínio científico é o texto científico, no qual o autor expõe as operações do espírito que o conduziram da observação de certos fatos empíricos ao enunciado de proposições denominadas de forma diversa: teses, hipóteses, interpretações, comentários, conclusões, explicações. (GARDIN, 1987, p. 4).

É no interior da atividade de conhecer, portanto, que se define o texto científico canônico: uma unidade de comunicação do saber dotada de certos elementos estruturais. No âmbito das pesquisas acadêmicas esses elementos estruturais são o Tema, o Problema, a Hipótese, a Metodologia, os Resultados e a Conclusão (ASTI-VERA, 1979; BUNGE, 1973).

Quadro 1 - Estrutura do texto científico canônico

TEMA	OBJETO DE PESQUISA
PROBLEMA	INDAGAÇÃO
HIPÓTESE	CONJETURA
METODOLOGIA	OBSERVAÇÃO
RESULTADO	INTERPRETAÇÃO
CONCLUSÃO	COMENTÁRIO FINAL

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

O Quadro 1, acima, apresenta os constituintes básicos das dissertações, teses acadêmicas, e artigos científicos publicados em periódicos e anais de eventos científicos.

Um aspecto intrínseco aos textos que visam defender ideias e opiniões é a argumentação. Podem ser identificados nestes os seguintes constituintes: **Tese** (apresentação de um ponto de vista); **Argumentos** (evidências que sustentam o ponto de vista); **Conclusão**, (confirmação do da tese apresentada).

Quadro 2 - Estrutura do texto argumentativo

TESE	PONTO DE VISTA
ARGUMENTOS	PROVAS
CONCLUSÃO	CONFIRMAÇÃO

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

Os artigos de opinião, sejam eles publicados em jornais diários, revistas semanais de informação, ou mesmo em revistas científicas, costumam apresentar a configuração acima.

O texto denominado expositivo (FÁVERO; KOCH, 1988) é usualmente elaborado para expor algum problema (social, político, material) que necessita de intervenção. Pode ser esquematizado da seguinte forma: Problema (aspecto problemático da realidade; Causas e

consequências do problema (identificação de fatores que concorrem para a existência do problema); Solução (alternativas de intervenção)

Quadro 3 – Estrutura do texto expositivo

PROBLEMA	QUESTÃO PROBLEMÁTICA IDENTIFICADA
CAUSAS	RAZÕES QUE CAUSAM O PROBLEMA
SOLUÇÃO	RESPOSTAS AO PROBLEMA

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

A estrutura acima é frequentemente utilizada para a elaboração de diagnósticos e relatórios técnicos para criação ou aprimoramento de serviços.

As narrativas (relatos de experiências, textos literários como os romances) podem ser olhadas com base nas categorias propostas por Lasswell (1971), constituído de 6 categorias, como segue:

Quadro 4 - Estrutura do texto narrativo

QUEM	ACTANTES/ATORES
O QUÊ	ACONTECIMENTO
QUANDO	ASPECTO TEMPORAL
ONDE	ASPECTO ESPACIAL
COMO	MODO
PORQUÊ	RAZÃO

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

A estrutura narrativa é apropriada para relatar fatos da vida em sociedade, como as reportagens jornalísticas, para a criação de textos ficcionais, para relatar experiências pessoais ou institucionais, em prontuários de pacientes.

O texto descritivo apresenta os traços ou características de objetos, sejam eles abstratos ou concretos, expressos em duas categorias:

Quadro 5 - Estrutura do texto descritivo

REFERENTE	OBJETO DO MUNDO
CARACTERÍSTICAS	PREDICADOS/ATRIBUTOS

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

A estrutura acima (Quadro 5), é utilizada, em geral, em manuais de equipamentos, como também para caracterizar objetos do mundo real, emoções, sentimentos.

O trecho abaixo resume os tipos de textos e respectivas ocorrências:

> Assim, o tipo narrativo ocorre em romances, contos, novelas, reportagens, noticiários, depoimentos, relatórios etc; o descritivo, na caracterização de personagens e do espaço em narrativas, guias turísticos, verbetes de enciclopédias, resenhas de jogos, relatos de experiências ou pes- quisas, reportagens etc; o expositivo, em manuais didáticos, científicos, obras de divulgação etc; o argumentativo *stricto sensu,* em textos publicitários, propagandístas, peças judiciárias, matérias opinativas etc; o injuntivo, em manuais de instruções, receitas culinárias, bulas de remédios etc; o preditivo, em horóscopos, profecias, boletins meteorológicos e previsões em geral. (CORTINA, 2000, p. 92).

A tipificação de textos apresentada neste item não tem a pretensão de inventariar exaustivamente todas as variantes textuais. Os tipos apresentados fundamentam a possibilidade de utilizar as estruturas textuais como paradigmas para interpretá-los e selecionar dados considerados pertinentes para os fins da documentação.

3 Leitura e interpretação de textos: os problemas da recepção

A leitura, a interpretação e a recepção de textos são fenômenos estudados sob diferentes perspectivas filosóficas.

Umberto Eco, na obra "Leitor do texto literário" (1983) problematiza a leitura e a compreensão de textos com base nas relações dialéticas entre uso e interpretação (ECO, 1983, p. 62). A discussão do

autor tem como foco as possibilidades de interpretação, expressas na dicotomia leitura correta e leitura incorreta. Desenvolve estas ideias com base na tricotomia: leitura como busca da intenção do autor (*intentio auctoris*), da intenção da obra (*intentio operis*) e da intenção do leitor (*intentio lectoris*) (ECO, 1993, 2000, p. 6).

Como expõe Eco (1979), os debates sobre essas oposições, que ocorreram ao longo da história, e certamente permanecem ainda hoje, podem ser assim sintetizadas:

> a) deve-se buscar no texto aquilo que o autor queria dizer;
>
> b) deve-se buscar no texto aquilo que ele diz, independentemente das intenções do autor.
>
> Só com a aceitação da segunda ponta da oposição é que se poderia, em seguida, articular a oposição entre
>
> b1) é preciso buscar no texto aquilo que ele diz relativamente à sua própria coerência contextual e à situação dos sistemas de significação em que se respalda;
>
> b2) é preciso buscar no texto aquilo que o destinatário aí encontra relativamente a seus próprios sistemas de significação e/ou relativamente a seus próprios desejos, pulsões, arbítrios. (ECO, 2000, p. 7).

Para Cortina (2000, p. 35), a opção **a**, acima, remete à ideia de que "interpretar um texto corresponde a tentar descobrir exatamente aquilo que seu autor pretendeu dizer." Essa perspectiva (*intentio* operis) foi substituída, nos anos 1960-1970, pela ideia de que "[...] ler um texto significa buscar a intenção da obra, pouco importando se o autor quis dizer isso ou aquilo em seu texto. O autor é destronado e, em seu lugar, instala-se o texto [....]" (CORTINA, 2000, p. 36-37). Nesta concepção, a estrutura global do texto, isto é, os constituintes organizados segundo uma dada intenção comunicativa seria o suporte adequado para interpretar a obra. Portanto, a interpretação realizada segundo a intenção do leitor (*intentio lectoris*), subordina-se ao uso que será feito do texto.

Pode-se concluir do que foi dito que há várias possibilidades de ler e interpretar textos, porém, "[...] dizer que qualquer interpretação

de um texto é verdadeira, significa dizer que ele não tem nenhuma importância." (CORTINA, 2000, p. 39). Assim, concorda-se com a seguinte posição do autor:

> Defender que um texto tem mais de uma possibilidade de leituras não significa dizer que qualquer leitura que se produza a partir dele seja verdadeira. Uma leitura só é válida quando consegue se sustentar no próprio texto, isto é, quando é coerente com o que foi enunciado de forma explícita ou implícita. (CORTINA, 2000, p. 40).

Apresentados os aspectos teóricos da classificação de textos e as diferentes perspectivas de leitura, passamos, a seguir, à discussão da leitura e interpretação de textos no âmbito pragmático da Organização da Informação, tendo presente que:

> As formas de leitura dependem, portanto, dos interesses daqueles que se põem a ler. Uma observação que se pode fazer é que o processo de interpretação do sujeito leitor será melhor toda vez que este tiver um determinado objetivo ao ler um texto. A leitura cumpre um duplo papel: informar e propiciar prazer. Dependendo, portanto, da intenção do leitor, este deverá optar por textos distintos. (CORTINA, 2000, p. 55).

4 Análise documentária e Interpretação, condensação e representação de textos

Antes de discutir a interpretação na perspectiva da Análise documentária, deve-se esclarecer que partimos do pressuposto de que a leitura correta de um texto depende do objetivo com que se lê. Afirmamos, também na Introdução, que a área da organização de informações tem como tarefa central propor métodos e técnicas para elaborar informações documentárias. Para realizar semelhante tarefa, admitimos que as operações intelectuais complexas, como produzir resumos e indexar, podem ser sistematizadas em métodos e regras a partir das teorias linguísticas apresentadas nos itens 2 (Teorias sobre a caracterização e classificação de textos) e 3 (Leitura e interpretação de textos: os problemas da recepção).

4.1 Condensação e representação de textos

Segundo Stierle (1987, p. 88), do ponto de vista da Estética da recepção, a leitura do texto tem início com o "horizonte de expectativas", do leitor, cuja continuidade pode ser caracterizada como uma "hermenêutica de perguntas e respostas" feitas ao texto a fim de condensá-los e representá-los.

As representações documentárias típicas podem ser olhadas como "traduções" condensadas do conteúdo informacional de textos. A tradução, como afirma Paul Ricoeur, "não implica apenas um trabalho teórico ou prático, mas também um problema ético. Levar "o leitor ao autor, levar o autor ao leitor" (RICOEUR, 2011, p. 49). Dito de outra maneira, a produção de informações documentárias (indexação e resumos) é um ato intencional de mediação.

As diretrizes e textos didáticos caracterizam a indexação e a elaboração de resumos, como produto de três operações intelectuais: a) análise, compreensão e interpretação do texto; b) seleção das informações principais e c) sua representação dentro de padrões estabelecidos por normas de documentação.

A indexação, por sua vez, é justaposição de palavras ou sintagmas presentes em uma Linguagem documentária (KOBASHI, 1994).

Tanto a elaboração de resumos quanto a indexação requerem a compreensão global de um texto, como vimos no item 2 (Teorias sobre a caracterização e classificação de textos). O grau de redução a que se deve submetê-los para obter um ou outro tipo de representação documentária sugere que, no caso da indexação, pode-se operar com as noções de tema[19] e de estrutura temática; no caso do resumo, a noção de estrutura ou superestrutura textual poderá nortear a operação de seleção de informações.

A Linguagem Documentária, por ser um instrumento constituído por léxico reduzido e sintaxe precária, não permite a produção de mensagens com a mesma riqueza informacional dos resumos. Desse modo, para a indexação, interessa analisar o texto para determinar a sua macroestrutura[20], representada por palavras ou expressões, ditos descritores.

---

[19] "O tema (ou tópico) de um ato de enunciação é aquilo sobre o qual o locutor fala, é o objeto do discurso [...]" (DUCROT; TODOROV, 1972, p. 345).

[20] A macroestrutura é definida como uma rede de proposições associadas hierarquicamente (VAN DIJK; KINTSCH, 1983).

4.2 Tema e estrutura temática: conceitos operacionais

Como apontam as teorias sobre os textos, a compreensão), requer estratégias de leitura e interpretação orientadas para um fim (KINTSCH; VAN DIJK, 1978). No caso da Análise documentária, a leitura é uma atividade comprometida com intenções precisas de comunicação: elaborar produtos que permitam recuperar informação, ou seja, levar o texto ao leitor.

Os produtos documentários destinam-se a: auxiliar a tomada de decisões sobre a leitura ou não do documento original; dar ao leitor uma quantidade suficiente de informações, a fim de que o mesmo, em certas circunstâncias, não tenha necessidade de ler integralmente o original. Nessa perspectiva, a leitura documentária é, fundamentalmente, uma operação de hierarquização e seleção de informações. A seleção das informações é factível, apenas, com base na distinção entre informação essencial e informação acessória.

Na leitura documentária, a compreensão global de um texto requer a identificação do tema de um texto. Os temas são as ideias principais discutidas ou tratadas em um documento. Definem-se, portanto, como o foco principal de um texto e não os seus aspectos periféricos. O "tema", portanto, é o elemento em torno do qual se estrutura a mensagem, é o seu núcleo informativo (KOBASHI, 1994, 2008).

A identificação do tema resulta de um processo de condensação semântica. García Gutiérrez e Lucas (1987, p. 47-49) propõem a utilização das perguntas conceptuais de Lasswell (Who, What, Whem, Where, Why) como método de abordagem analítica do texto de atualidade. Para Lasswell (1971) um ato de comunicação, como a informação jornalística (reportagem), pode ser expressa pelas respostas fornecidas a 5 perguntas, a saber: Quem, Diz o quê, Em que canal, Para quem, Com que efeito.

Sendo a Indexação uma operação que implica: a) análise e compreensão do texto; b) seleção das informações principais e c) representação das informações na linguagem utilizada no sistema, as duas primeiras operações (análise e seleção de informações), poderão ser realizadas por meio dos mecanismos de resposta às categorias da estrutura temática.

4.3 Representação por indexação

A indexação tem como **objetivo** caracterizar o conteúdo de um documento por meio de uma linguagem documentária; suas **operações** básicas são: Identificar o tema do texto; elaborar um enunciado temático e representá-lo. Para a identificação do tema, lê-se o texto, tendo como parâmetros as categorias da estrutura temática, exposto no item 4.2 acima. Deve-se observar, ainda, que na indexação há uma operação final de conversão do enunciado temático para a Linguagem Documentária adotada pelo sistema.

A identificação do tema, ou macroestrutura de um texto (VAN DIJK; KINTSCH, 1983), é o elemento principal a ser identificado. É em torno dele que se organiza o texto.

No caso de um texto dissertativo acadêmico (dissertação ou tese), tal como esquematizado no Quadro 1, enuncia-se a questão de pesquisa como um problema que merece ser investigado. Após oferecer uma hipótese de solução e observar metodicamente as possibilidades de responder à questão de pesquisa, apresenta, na conclusão, a possível resposta para o problema. Nessa medida, o tema, via de regra, pode ser identificado tanto no segmento em que se apresenta o problema de pesquisa, quanto nas conclusões.

Quadro 6 - Estrutura do texto canônico dissertativo

Superestrutura	Indexação
TEMA	
PROBLEMA	
HIPÓTESE	
METODOLOGIA	
RESULTADOS	
CONCLUSÕES	

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 7 apresentamos a superestrutura de textos que pretendem defender um ponto de vista, contrapondo-o a outros. A tese

é o ponto de partida que orienta a organização do texto. Portanto, na indexação, os constituintes a serem analisados são a Tese e a as conclusões.

Quadro 7 - Estrutura do texto argumentantivo (polêmico)

SUPERESTRUTURA	INDEXAÇÃO
TESE	
ARGUMENTOS	
CONCLUSÕES	

Fonte: elaboração própria (2019).

Em face de um texto com a estrutura esquematizada abaixo, que na Linguística do texto é denominado expositivo, a leitura deve se concentrar no Problema e na Solução do Problema.

Quadro 8 - Estrutura do texto expositivo

SUPERESTRUTURA	INDEXAÇÃO
PROBLEMA	
CAUSAS	
SOLUÇÃO	

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 9 apresenta a estrutura do texto descritivo. Este tipo de texto tem como núcleo temático um objeto concreto ou abstrato, sobre o qual são atribuídas características. Na indexação, o enunciado temático será elaborado com base no objeto do mundo.

Quadro 9 - Estrutura do texto descritivo

SUPERESTRUTURA	INDEXAÇÃO
OBJETO DO MUNDO	
PREDICADOS	

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 10 esquematiza o texto narrativo. Este se apresenta como um relato que envolve um sujeito (actante) que realiza alguma ação (o que), contextualizado no espaço e no tempo. O tema, portanto, surge da identificação dos quatro constituintes destacados. O como e o porquê nem sempre estão presentes em textos narrativos técnico-científicos.

Quadro 10 - Estrutura do texto narrativo

Superestrutura	Indexação
QUEM	
O QUE	
QUANDO	
ONDE	
COMO	
PORQUÊ	

Fonte: elaboração própria.

Na indexação dos tipos de textos apresentados acima, após a identificação do tema, elabora-se um enunciado temático que será convertido (traduzido) em descritores que sinalizam o assunto do documento. O uso das linguagens documentárias para representar conteúdos informacionais é uma operação de inclusão dos textos em classes. Assim, instaura-se uma nova ordem de sentido porque os textos são generalizados pelo apagamento dos traços que individualizam os textos.

4.4 Representação por resumos

O **resumo** é um novo texto que representa o original de forma **condensada,** enquanto a **indexação** representa o assunto do documento por meio da justaposição de termos (descritores) de uma Linguagem Documentária. É útil relembrar aqui o conceito de Análise documentária. Segundo Jean-Claude Gardin, o criador da Análise documentária, esta é um "[...] conjunto de procedimentos utilizados para exprimir o conteúdo dos documentos científicos sob formas destinadas a facilitar a sua localização ou consulta." (GARDIN, 1974, p. 48-49).

O resumo é um novo texto que supõe coesão e coerência, tanto quanto o texto de partida. É, portanto, uma representação mantém relação de semelhança e de contiguidade com o texto de partida.

Tal como na operação de indexação, a elaboração de resumos supõe a seleção de informações textuais, realizada com base na sua hierarquização. Segundo Van Dijk e Kintsch (1983), a superestrutura é um elemento fundamental para a compreensão dos textos porque: a) ele tem caráter convencional, sendo conhecido e reconhecido por uma comunidade linguística: b) a superestrutura configura-se como um esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e se compõe de uma série de categorias, cujas possibilidades de combinação se baseiam em regras convencionais. O domínio das superestruturas permite um processamento *top-down* (dedutivo) coerente porque a leitura é feita com base em hipóteses e não pela construção do sentido através de processamento *bottom-up* (indutivo). (VAN DIJK, 1992).

Os passos da elaboração de resumos documentários podem, tal como na indexação, devem ser observados como objetivos e operações. O **objetivo** é produzir representações parafrásticas condensadas de um texto. As **operações** básicas são: identificar o tipo de texto (superestrutura) e selecionar nos constituintes as informações consideradas relevantes para a elaboração de diferentes tipos de resumos: resumo indicativo ou resumo informativo, propostas em normas de documentação. O resumo informativo supõe a condensação de cada constituinte da superestrutura e sua articulação, de modo a, em certas circunstâncias, substituir o texto de partida; o resumo indicativo, como o próprio nome sugere, é uma caracterização sumária do conteúdo. Para a elaboração de resumos, sugere-se a seleção de constituintes segundo o tipo de resumo pretendido.

Os quadros 11 a 15 apresentam a superestrutura de cada tipo de texto (segundo a classificação proposta no item 2.3 (Classificação de textos). Propõe-se que na elaboração de resumos informativos cada constituinte da superestrutura seja condensado e reestruturado em um novo texto coeso e coerente. No caso do resumo indicativo, propõe-se a inspeção e condensação dos constituintes destacados em cinza. O resumo indicativo é expresso também como um novo texto coeso e coerente.

Quadro 11 - Condensação do texto científico canônico

Superestrutura	Resumo informativo	Resumo indicativo
TEMA		
PROBLEMA		
HIPÓTESE		
METODOLOGIA		
RESULTADOS		
CONCLUSÕES		

Fonte: Kobashi (1994).

Quadro 12 - Condensação do texto argumentativo (polêmico)

Superestrutura	Resumo informativo	Resumo indicativo
TESE		
ARGUMENTOS		
CONCLUSÕES		

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

Quadro 13 - estrutura do texto expositivo

Superestrutura	Resumo informativo	Resumo indicativo
PROBLEMA		
CAUSAS		
SOLUÇÃO		

Fonte: Kobashi (1994).

Quadro 14 - Estrutura do texto descritivo

Superestrutura	Resumo informativo	Resumo indicativo
OBJETO DO MUNDO		
PREDICADOS		

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

Quadro 15 - Estrutura do texto narrativo

Superestrutura	Resumo informativo	Resumo indicativo
QUEM		
O QUE		
QUANDO		
ONDE		
COMO		
PORQUÊ		

Fonte: Kobashi (1994, 2008).

5 Considerações finais

Apresentamos neste capítulo um conjunto de teorias e métodos para subsidiar a produção de informações documentárias. Nessa perspectiva, revisitamos, inicialmente, as teorias sobre a análise e a interpretação de textos desenvolvidas no campo das Ciências da Linguagem, com destaque para a Análise do discurso e a Linguística textual. Em seguida, foram abordados os conceitos de Texto, Tipos de textos, Tema, Estrutura temática, Macroproposição semântica e Superestrutura textual. A apropriação destes conceitos, como foi discutido, fundamentam as operações de condensação e representação de conteúdos.

As teorias sobre a interpretação, inspiradas na hermenêutica (RICOEUR,1981), foram apresentadas e discutidas para aplicação na compreensão de textos. Abordamos os problemas da recepção com base na tricotomia proposta por Umberto Eco (2000) - *Intentio auctoris, intentio opera e intentio lectoris. A abordagem de Eco* coloca em cheque a ideia de que todas as interpretações de textos são válidas ao defender a leitura literal de textos. *Com base nas categorias acima,* demonstra que há interpretações corretas e incorretas. De fato, como os textos são elaborados com intenções comunicativas específicas, embora eles admitam diferentes leituras, há limites a serem considerados na interpretação. A Intenção da obra e a intenção do leitor são os parâmetros que permitem distinguir a interpretação correta da incorreta.

Apresentamos, ainda, o conceito de interpretação como tradução. Compreender um texto, nesta perspectiva hermenêutica, significa lidar com o problema da fidelidade da tradução em relação ao texto de partida (RICOEUR,1981). Torna-se evidente, nesta abordagem, a tensão que acompanha o processo de manter equivalência entre o texto de partida e o texto traduzido. Esta ideia da fidelidade é fundamental na Análise documentária porque as representações documentárias devem preservar a equivalência entre o texto fonte e as versões condensadas.

Definimos, em seguida, os tipos de informações produzidas no âmbito da organização de informações, que denominamos genericamente de **Informação Documentária.** Procuramos evidenciar a importância dos tipos de textos e respectivas estruturas textuais como paradigmas importantes para selecionar informação para os fins da elaboração de resumos e indexar. Com efeito, a equivalência entre textos e representações condensadas podem desempenhar o papel de filtros para selecionar informação pertinente apenas se forem mantidas as relações de contiguidade e de semelhança com o texto-base. Dessa forma, sugerimos a adoção de parâmetros de leitura e interpretação que possam guiar metodicamente o trabalho documentário, nas suas várias etapas, desde a seleção de dados até a combinação final dos dados obtidos em um novo texto.

Afirma-se, portanto, que as atividades documentárias, em particular a indexação e a elaboração de resumos, podem ser monitoradas. Portanto, deixa-se de lado a concepção de que a análise de textos depende apenas de talento e bom senso. Assume-se que, como em todo jogo de linguagem, a produção de informações documentárias será mais efetiva se realizada com base em regras explícitas.

A questão de fundo discutida deste capítulo deriva da ideia de que o texto não se oferece à compreensão de forma direta e imediata. Não é, portanto, uma tarefa trivial. Ao contrário, requer trabalho intelectual baseado em parâmetros conceituais e metodológicos que facilitem a apreensão do texto e a identificação e seleção de informação segundo o produto a ser elaborado.

Outro aspecto a ser problematizado é a noção de superestrutura, que não deve ser compreendida de forma dogmática, já que os textos concretos não são puros. A noção de dominância permite identificar a intenção comunicativa do texto e classificá-lo no interior de tipos. Deve-

se ter em mente, portanto, que criar classificações é realizar operações cognitivas de generalização. Nesse sentido, os modelos de estruturais textuais são abstrações que não captam todos os traços dos objetos do mundo. São sempre representações simplificadas do real.

Portanto, as informações documentárias retêm apenas os traços mais gerais dos textos, o que implica a perda controlada de informações. As informações documentárias não têm valor em si. Elas representam, não substituem os textos originais.

A metodologia de análise de textos aqui proposta vem sendo continuamente testada em cursos de graduação de Biblioteconomia e em cursos de atualização profissional. Esperamos que as ideias aqui apresentadas confiram rigor ao fazer documentário e concorram para aprimorar a elaboração de representações e, em decorrência, ampliem as condições de difundir informação contida em documentos.

Referências

ADAM, J. M. Pour une pragmatique linguistique et textuelle. *In*: REICHLER, C. *L'interpretation de textes*. Paris: Minuit, 1989. p. 183-219.

ASTI-VERA**.** *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1979.

BARROS, D. L. P. *Teoria do discurso*: fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

BUNGE, M. *La investigación científica*. Barcelona: Ariel, 1973.

CITELLI, A. O. *Linguagem e persuasão***.** São Paulo: Ática, 1989.

CORTINA, A. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores*: uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dictionnaire enciclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.

ECO, U. *Conceito de texto*. São Paulo: T.A. Queirós, 1979.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ECO, U**.** *Leitura do texto literário*: lector in fabula. Lisboa: Presença, 1983.

ECO, U. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FÁVERO, L. L; KOCH, I. G. V. *Linguística textual*: introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; LUCAS, R. *Documentación automatizada de los médios informativos*. Madrid: Paraninfo, 1987.

GARDIN, J. C. L'analyse logiciste. *In*: GARDIN, J. C. *et al*. *Systèmes experts et sciences humaines*. Paris: Eyrolles, 1987. p. 17-26.

GARDIN, J. C. *Les analyses de discours*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974.

GREIMAS, A.J. Le contrat de véridiction. *In*: GREIMAS, A. J. *Du Sens II*: essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1983, p. 103-113.

KINTSCH, W.; VAN DIJK, T. Toward a model of text comprehension and production. *Psychological Review*, London, v. 85, n. 5, p. 363-394, set. 1978.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias*: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, N. Y. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. *In*: GASPAR, N.; ROMÃO, L. M. S (org). *Discurso e texto*: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos: EdUFSCAR, 2008. p. 47-66.

LASSWELL, H. D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. *In*: COHN, G. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1971. p. 105-107.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

OKASABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

RICOEUR, P. *Hermeneutics and the human sciences*: essays on language, action and interpretation. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

RICOEUR, P. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.

STIERLE, K. ¿Qué significa "recepción" en los textos de ficción? *In*: BURGER, *et al*. *Estética de la recepción*. Madrid: Arco Libros S/A, 1987. p. 87-143.

VAN DIJK, T.; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. Orlando: Academic Press, 1983.

VAN DJIK, T. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

5

Análise documentária e semântica discursiva: contributos para o tratamento temático de objetos informacionais

Raimunda Fernanda dos SANTOS

Dulce Amélia de Brito NEVES

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de ALBUQUERQUE

Resumo: Discute aspectos relativos aos contributos da Semântica Discursiva para a produção significativa de metadados semânticos no processo de análise documentária de recursos informacionais. Destaca que os percursos temático e figurativo possuem qualidades metodológicas a serem aplicadas na leitura documentária, com isso faz-se necessário que o indexador reconheça as superestruturas responsáveis pela caracterização do tipo do objeto informacional, considerando as suas especificidades. Na revisão de literatura são apontadas pesquisas na área de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento que constatam a pertinência e adequação do percurso figurativo e do percurso temático de Greimas para a análise documentária de objetos informacionais. Conclui ressaltando que os contributos da Semântica Discursiva para a análise documentária resultam em novo método para extrair os conteúdos de recursos informacionais, trazendo como diferencial a redução do nível de subjetividade, tornando a indexação mais próxima possível de atender os parâmetros conceituais dos documentos.

Palavras-chave: Análise Documentária. Semântica Discursiva. Indexação.

Abstract: Discusses aspects related to the Discursive Semantics contributions to the significant production of semantic metadata in the process of documentary analysis of information resources. Emphasizes that the thematic and figurative paths have methodological qualities to be applied in documentary reading, so it is necessary that the indexer recognizes the superstructures responsible for characterizing the type of informational object, considering their specificities. Through a literature review are pointed researches in the area of Organization and Representation of Information and Knowledge that find the relevance and adequacy of the figurative and Greimas thematic path for the documentary analysis of informational objects. Concludes by emphasizing that the contributions of Discursive Semantics to documentary analysis result in a new method for extracting indicators of information resources, bringing as a differential the reduction of the subjectivity level, making the indexing closer to meet the conceptual parameters of the documents.

Keyword: Documentary Analysis. Discursive semantics. Indexing.

1 Introdução

No decurso da história, a representação está presente nas práticas sociais, na cultura popular e nos diversos contextos de construção e transfiguração da sociedade. Neste limiar, o conhecimento pode abranger o que o sujeito pode discernir logicamente e o que é possível ser observado em uma determinada realidade por meio da linguagem. Assim, as relações entre a humanidade e o conhecimento evidencia a necessidade do homem em representar e organizar o conhecimento com vistas à perpetuação, preservação, recuperação da memória social.

Partindo desse pressuposto, a representação é vista como uma ação criativa, e socialmente construída, que faz uso da linguagem e se configura como objeto de análise crítica e científica de uma realidade. A linguagem, por sua vez, é compreendida como o meio pelo qual o significado é produzido e intercambiado e se constitui como elemento fundamental para os sentidos e para a cultura (HALL, 2016).

Esse aspecto multifacetado da representação e da linguagem desafia aqueles que se propõem a estudá-las no contexto da Ciência da Informação através de pesquisas teóricas e práticas sob o viés da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. A representação no contexto da Ciência da Informação, além de se constituir como uma atividade pragmática, se amplia como campo de estudos teóricos e aplicados

que objetivam responder aos problemas e efeitos da informação a fim de tornar os registros informacionais acessíveis à sociedade.

A Ciência da Informação consiste em um campo interdisciplinar que se preocupa, principalmente, em tornar a informação acessível para aqueles que dela necessitam, tendo em vista que os itens informacionais, independente do seu formato[21] (áudio, texto, imagem, vídeo, etc.), devem passar por um conjunto de tarefas de armazenamento, organização e representação para que seja possível a sua recuperação, acesso e uso em sistemas de recuperação da informação. Nesse cenário, os objetos informacionais devem passar por esse conjunto de tarefas.

A indexação, considerada por Chaumier (1988) como operação mais importante da análise documentária, visa descrever os conteúdos dos itens informacionais por meio de termos, também denominados de descritores, que se configuram como, ou se propõem a ser, pontos de acesso para fins de disponibilização das informações pertinentes às necessidades dos usuários. Desse modo, a indexação condiciona os resultados de uma estratégia de busca e a qualidade dessa atividade reflete na recuperação, no acesso e no uso da informação pela geração hodierna e futura.

Assim, todas as fases do tratamento temático da informação, como análise conceitual e tradução, fazem parte das técnicas realizadas pelos profissionais da informação, sendo influenciadas por fatores linguísticos, cognitivos, lógicos, ideológicos, contextuais e culturais, simultaneamente.

Com isso, verifica-se a imprescindibilidade do compromisso do indexador na execução da análise documentária, tendo em vista que essa operação consiste em uma atividade intelectual considerada como o limite dos aparelhos tecnológicos, uma vez que o computador, por exemplo, ainda não realiza o trabalho humano de abstrair, distinguir, compreender e assimilar o que está presente nos itens informacionais (SANTOS, 2016).

Considerando que a indexação é uma operação relacionada à semântica, faz-se necessário discutir aspectos relativos aos contributos da Semântica Discursiva para a produção significativa de metadados semânticos no processo de análise documentária de recursos informacionais.

---

[21] Nesta pesquisa, o conceito de formato está relacionado à configuração física, forma dos objetos informacionais, também denominados como materiais informacionais ou itens informacionais.

2 Análise Documentária e Tratamento Temático da Informação

A análise documentária centra-se nos procedimentos voltados para a identificação e seleção de conceitos para fins de representação do conteúdo dos itens informacionais. A indexação, operação que integra a análise documentária, está metodologicamente associada a duas etapas intelectualmente distintas: a *análise de assunto* e a *tradução*.

A *análise de assunto* diz respeito à extração de conceitos que representem o conteúdo de um material informacional. Seguindo essa linha de raciocínio, essa etapa se inicia por meio da leitura técnica através da análise das principais partes ou dos elementos representativos do material informacional em questão. Nesta etapa, faz-se necessário que o indexador conheça o tipo e estrutura desse item informacional (imagem, texto, áudio, vídeo, etc.) para que a leitura seja iniciada para fins específicos. Em seguida, é efetuada a extração dos conceitos[22] constituindo-se o segundo momento da análise de assunto. Essa atividade é necessária para a representação do conteúdo do material informacional em termos adequados. Desse modo, o assunto do objeto informacional é determinado com base nesses conceitos e no contexto em que o mesmo se encontra inserido. Por isso, é importante verificar a complexidade do assunto do material informacional analisado para que seja possível elencar termos que representem efetivamente o seu conteúdo.

Após a etapa de análise do assunto é realizada a *tradução* desses descritores em termos provenientes de uma linguagem de indexação, ou seja, em termos autorizados para representar o conteúdo do objeto informacional analisado. Nesse entendimento, a etapa de *tradução* consiste na representação desse material informacional em termos provenientes de instrumentos de representação da informação, denominados de linguagens de indexação ou linguagens documentárias, como listas de cabeçalhos de assunto, tesauros, ontologias e taxonomias, por exemplo.

Destarte, as linguagens documentárias são instrumentos de controle terminológico que podem ser empregados na etapa de tradução dos conceitos, visando facilitar a comunicação entre a linguagem dos usuários e a linguagem do sistema, mediante a padronização de termos para a descrição dos conteúdos dos itens informacionais. Esses instrumentos

---

[22] Conceitos são, portanto, definidos como **unidades do conhecimento** identificadas através de enunciados verdadeiros sobre um item de referência e representados por uma forma verbal (termo ou palavra) (MEDEIROS, 1986, p. 136, grifo do autor).

são frutos de trabalhos colaborativos entre a Terminologia, Teoria da Classificação, Linguística Documentária, Ciência da Computação, Análise Documentária, Ciências Cognitivas, por exemplo.

Lancaster (2004) ressalta que esses instrumentos consistem em listas de termos ou descritores controlados, construídas para fins de tratamento e recuperação da informação objetivando controlar sinônimos[23], diferenciar homógrafos[24] e agregar termos cujos significados apresentem alguma relação mais estreita entre si. Diante disso, observa-se que esses instrumentos objetivam controlar as dispersões lexicais existentes nas linguagens naturais; orientar o indexador no que concerne à escolha dos termos para representar o assunto dos materiais informacionais e indicar os melhores termos para a indexação.

Motta (1987, p. 25), conceitua a linguagem documentária como:

> Um sistema de vocabulário baseado em conceitos, incluindo termos preferidos (descritores), termos não preferidos (não descritores) e suas inter-relações, que se aplica a um determinado ramo do conhecimento e que se destina a controlar a terminologia utilizada para a indexação/recuperação de documentos.

Com a ampliação da quantidade de sistemas de recuperação da informação e o incremento de tecnologias aplicadas às atividades de representação, organização, recuperação, acesso e uso da informação, surgiram outros instrumentos complementares aos sistemas de classificação como as listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, tesauros, ontologias, mapas conceituais, por exemplo. Esses instrumentos têm sido denominados genericamente por *Knowledge Organization Systems* (KOS), Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), em português.

Zeng (2008) apresenta uma lista de Sistemas de Organização do Conhecimento por meio das suas tipologias, a saber:

✓ Listas de Termos

- <u>Listas propriamente ditas</u> (*pick lists*): conjunto de termos em ordem sequencial;

[23] Palavras que possuem significados semelhantes.

[24] Termos que possuem a mesma grafia, mas apresentam pronúncia e significados diferentes.

- Dicionários: listas de termos organizados alfabeticamente com as suas respectivas definições, apresentando significados variados de acordo com a aplicação desses termos;
- Glossários: listas de termos organizados alfabeticamente com as suas respectivas definições;
- Anéis de sinônimos: conjunto de descritores considerados como equivalentes para fins de representação e recuperação da informação.

✓ *Modelos semelhantes a metadados*:

- Arquivos de autoridade: listas de termos empregados para fins de controle das variações de nomes para uma autoridade;
- Diretórios: listas de nomes e informações de contato associadas;
- *Gazetteers*: dicionários geoespaciais de tipos e nomes de lugares.

✓ *Classificação e categorização*:

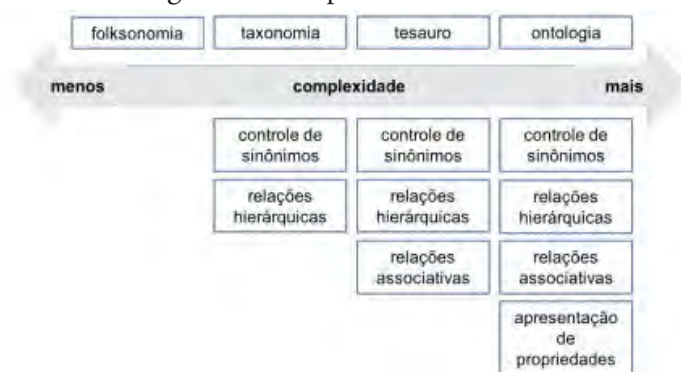
- Cabeçalhos de assunto: esquemas que apresentam um conjunto de descritores controlados para representar o assunto dos itens em uma coleção e dispõem um conjunto de diretrizes para combinar descritores em cabeçalhos compostos;
- Esquemas de categorização: esquemas de agrupamento “vagamente formados” (ZENG, 2008, p. 161);
- Taxonomias: separação de itens em grupos ordenados ou categorias, considerando características particulares;
- Esquemas de classificação: arranjos hierárquicos e facetados que apresentam notações alfabéticas ou numéricas visando representar assuntos genéricos.

✓ *Modelos de relações*:

- <u>Tesauro:</u> listas de termos autorizados de um domínio específico do conhecimento, constituída de base léxica composta por termos que apresentam relações hierárquicas, de equivalência e associativas entre eles.
- <u>Redes semânticas</u>: conjunto de descritores modelados como nós em uma rede de variados tipos de relações objetivando representar conceitos;
- <u>Ontologias</u>: modelos de conceitos específicos que representam relações complexas entre objetos, incluindo regras e axiomas ausentes em redes semânticas.

Considerando que as funções dos SOC diversificam conforme o grau de complexidade e o objetivo de sua aplicação, Moreira (2018) também representa em sua pesquisa a complexidade desses sistemas:

Figura 1- Complexidade dos SOC

folksonomia	taxonomia	tesauro	ontologia
menos	complexidade		mais
	controle de sinônimos	controle de sinônimos	controle de sinônimos
	relações hierárquicas	relações hierárquicas	relações hierárquicas
		relações associativas	relações associativas
			apresentação de propriedades

Fonte: Moreira (2018, p. 102).

Não obstante, as vantagens das linguagens documentárias sobressaiam em relação à linguagem natural, em algumas situações a aplicação dessa última espécie de linguagem se faz apropriada mediante a aplicação dos métodos colaborativos de indexação. Lancaster (2004) afirma essa conveniência em ambientes que tratam materiais informacionais com conteúdos completos e altamente subjetivos que

viabilizam variadas interpretações - como é o caso das imagens - tendo em vista a sua capacidade de fomentar a exaustividade e especificidade da indexação e, consequentemente, recuperação da informação. Todavia, considera-se a importância de um tratamento linguístico mínimo dos descritores apresentados pelos usuários na atividade de representação do item informacional.

Em síntese, verifica-se que as etapas de *análise de assunto* e *tradução* são intelectualmente distintas, apesar de não serem diferenciadas de maneira clara nas produções científicas sobre a temática. Campos (1987) afirma que embora sejam operações distintas, elas se sucedem haja vista o caráter integrativo das mesmas, objetivando atender às necessidades de uma determinada comunidade de usuários.

Todavia, não se pode definir o assunto de um recurso informacional sem que sejam contemplados diversos aspectos, além do contexto no qual esse item informacional está inserido. Assim, corroboramos com Lucas (2000) quando a mesma revela que a leitura documentária não é resumida aos procedimentos e técnicas de tratamento dos itens informacionais, cujas etapas foram citadas anteriormente. Nas práticas de indexação devem ser consideradas as características do material informacional e os gestos de leitura desse sujeito enquanto leitor e usuário da informação, os quais são inerentes à sua formação discursiva configurada em processos de significação.

Entendendo isso, observa-se que a complexidade da indexação está associada ao fato de que a descrição do conteúdo intelectual, operação altamente subjetiva, pode ser realizada de maneira incorreta, tendo em vista a influência de fatores linguísticos, cognitivos, lógicos, ideológicos, contextuais, culturais, etc. Mesmo estando correta, essa atividade pode ser considerada insuficiente para demarcar congruentemente os descritores, pactuando com as necessidades dos usuários (BLAIR, 2003).

Fica claro, portanto, que a indexação é uma atividade de representação e que, por sua vez, está atrelada ao conceito de substituição, de "estar no lugar de outra coisa". Para fins de realização dessa atividade, o indexador se coloca entre o objeto informacional a ser representado e o usuário final. Por esse motivo, essa representação não consiste na apresentação do registro do conhecimento propriamente dito.

Seguindo essa linha de raciocínio, Pato (2015, p. 73) atenta que:

> [...] quem ou aquele que representa se apresenta no lugar de outrem. Ao se colocar no papel de alteridade, do autor, aquele que agrega polifonicamente ao seu texto os textos de vários outros sujeitos, o esforço do indexador será no sentido de traduzir, concorrer com as representações desse(s) outrem(ens) e alimentar um sistema de organização da informação.

Sobre esse prisma, a indexação consiste em uma prática de interpretação e, ao mesmo tempo de representação, a qual, por meio de ações seletivas, privilegia certos elementos acerca de objetos informacionais e oculta outros. Nesse cenário, o indexador exerce o seu papel crucial de mediação entre o item informacional e o usuário final, buscando apurar termos representativos mediante a pluralidade de sentidos existentes no registro do conhecimento. Isso ocorre pelo fato de que, ao interpretar o conteúdo intelectual deste, são acionadas variadas leituras e esse profissional é quem apresenta o que há de informação nesse registro, captando alguns aspectos e ignorando outros.

Concorda-se com o pensamento de Pato (2015, p. 73) quando o mesmo enfatiza a importância do indexador, considerando o fato de que esse profissional é coparticipante do processo de atribuição de significados dos itens informacionais, os quais se relacionam com o contexto social, cultural e econômico do qual emerge, pois, "a leitura de um texto [ou registro do conhecimento] depende da interação entre leitor, texto, autor e mundo socialmente estruturado".

Essa assertiva também se aproxima das ideias de Lucas (2000, p. 49) quando essa autora reflete que a indexação "[...] encaminha o leitor por vários percursos, enriquece ou confunde os possíveis olhares que serão lançados à obra", uma vez que o olhar leitor do profissional silencia ou expõe diferentes leituras.

Sobre esse prisma, os traços semânticos existentes no material informacional e que são selecionados pelo indexador revelam a visão de mundo desse profissional, por isso essa atividade é considerada difícil de ser ensinada, haja vista que não há um manual a ser seguido que inclua os aspectos subjetivos para o desenvolvimento da operação.

Em síntese, a indexação assume uma posição crucial e condicionante na recuperação da informação, ela "é um fator de auxílio na comunicação entre o sistema de recuperação da informação e o usuário que deseja satisfazer sua necessidade informacional" e deve ser encarada como a materialização de uma dinâmica de natureza ética, refletindo universos culturalmente distintos (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 61).

Ainda de acordo com esses autores, as competências específicas para os profissionais da informação, em especial aqueles que lidam com o tratamento temático da informação, não se esgotam no "como fazer", mas encontram terreno fértil de indagação do "por que" fazer e no "para que" fazer. Principalmente porque é necessário considerar que tanto o produto quanto o processo de indexação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e com a sua adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo.

Nesse entremeio o sujeito cognoscente, ou seja o interagente, conforme sinaliza Capurro (2003, *online*), é essencial neste processo, pois o processo de tradução é algo que a final de contas, terá a sua razão de existir quando direcionado a seu público, pois, em essência se apresenta para organizar e se organiza para recuperar a informação seja qual for o suporte, a mídia, a ambiência e a maneira como a comunicação é empregada.

3 Semântica Discursiva e Análise Documentária

A representação da informação consiste em uma prática de enunciação das propriedades de um objeto informacional (unidade de informação organizável) ou das relações desse objeto com outros que o identificam, através de operações que visam a sua descrição.

Conforme Fogl (1979, p. 21) a informação se configura como uma unidade de três elementos, são eles:

1. Conhecimento (conteúdo da informação);
2. Linguagem (instrumento de expressão de itens de informação);
3. Suporte (objetos materiais ou energia).

Para esse autor, a fonte de origem da informação é o conhecimento, portanto, ela pode ser analisada e representada segundo pontos de vistas semânticos (cognitivos), pragmáticos (reais), inferenciais (juízos de valor) e de acordo com o formato utilizado (textos, imagens, áudios, vídeos, etc.), levando em conta as propriedades do seu conteúdo e a sua função social.

Nesse processo, vê-se que o registro informacional, independente do meio, suporte ou ambiente, é o aspecto central da representação da informação, colocando tanto o produtor, quanto o indexador e o interagente (público-alvo), em uma situação de constante vigilância, pois os estoques oriundos desse processo desafia constante e cotidianamente o profissional da informação, uma vez que a relação dialógica do acesso e uso da informação é cada vez mais dependente do ato de representar. Por isso, Gaudêncio e Alburquerque (2014, p. 47), afirmam que "a representação da informação faz parte da vida do profissional da informação que lida diariamente com as questões documentárias e que busca recuperar com mais eficácia determinados conteúdos".

A análise documentária diz respeito a uma operação associada à semântica que se concentra nas informações extraídas de um recurso informacional e dos referentes internos (cognição) do(s) sujeito(s) que o analisa. Nesse entendimento, independente da configuração desse recurso – seja de caráter visual, textual, sonoro, etc. ele pode ser lido e analisado. Para a realização dessa operação é importante que o sujeito tenha conhecimento prévio acerca do conteúdo presente no item informacional a ser indexado. Todavia, o conhecimento prévio do sujeito não deve ser fator condicionante para a execução dessa operação, uma vez que, para auxiliar na compreensão do documento a ser analisado podem ser extraídas informações extrínsecas em outras fontes de informação.

Sob esse viés, nesta pesquisa busca-se estudar as contribuições da semântica no nível discursivo, contemplando os procedimentos de tematização e figurativização como subsídios para leitura documentária de objetos informacionais.

A semântica, enquanto área do conhecimento, emergiu no final do século XX no intuito de responder as demandas da sociedade científica por meio do estudo do significado ou teoria da significação (FIORIN, 1999). Desse modo, o seu foco não está ligado apenas às palavras, mas

também às orações, gestos, símbolos, imagens e entre outros elementos de significação.

De acordo com Greimas (1966, p. 11) a significação consiste em elemento central das preocupações da semântica, uma vez que essa estuda os problemas relacionados ao significado de todas as coisas que são pensadas, produzidas e transmitidas.

Desse modo, a atividade de representação advém do processo de significação e esse, por sua vez, contribui para a atividade de organização - o que justifica a relevância e necessidade das investigações de natureza semântica nos processos de organização e tratamento da informação na Ciência da Informação.

A semântica atribui sentido aos signos, esclarecendo o que é apreendido no mundo das coisas, e se configura como um componente semiótico-discursivo (ALBUQUERQUE, 2011).

A semiótica, por sua vez, consiste no estudo da significação, a qual é compreendida como a relação dependente entre o conteúdo e a expressão de signos verbais e não-verbais (BATISTA, 2001). Greimas e Coutés (2008, p. 447) afirmam que a semiótica realiza uma "operação que, ao instaurar uma relação de pressuposição recíproca entre a forma e a expressão e a do conteúdo" e entre "o significante e o significado", "[...] produz signos, resultando em uma semiose[25].

Santaella (1993) infere que a semiótica estuda todos os tipos possíveis de ações sígnicas, ou seja, o centro da sua teorização são as representações de todas as linguagens, uma vez que estuda os meios pelos quais o homem se comunica, sendo eles verbais ou não (gestos, ideias, símbolos, imagens, etc.).

Para Albuquerque (2011), a semiótica de origem francesa, também conhecida como semiótica greimasiana, parte da concepção de signo criada por Hjelmslev (1975), a qual enriquece o conceito de signo delineado por Saussure (2004, p. 80) como "uma entidade psíquica" que se associa a dois elementos: o significante (conceito) e o significado (imagem acústica).

[25] De acordo com Batista (2001, p. 146), a semiose é o "[...] o processo de produção, acumulação e transformação da função semiótica". Assim, a semiose se constrói e se manifesta ao longo do discurso e só atinge a sua completude no percurso sintagmático do discurso por inteiro.

Enquanto abordagem metodológica, a Semântica Discursiva foi idealizada por Algirdas Julien Greimas e busca atribuir sentido ao discurso com base no modelo teórico-metodológico denominado Percurso Gerativo da Significação (PGS) ou Percurso Gerativo do Discurso (PGD), cujo foco é o estudo da produção e interpretação de sentidos. Embora a noção de signo seja considerada, Greimas não parte do signo para estruturar e propor a sua metodologia, uma vez que são levadas em consideração as denominadas "figuras".

Para Fiorin (1999, p. 38) "[...] a noção de percurso gerativo de sentido constitui um simulacro metodológico para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo [...]". Portanto, esse modelo teórico-metodológico representa um processo que parte do nível simples ao mais complexo, são eles: *profundo (ou fundamental)*, *narrativo* e *discursivo*.

Cada nível supracitado contém um elemento sintático e um elemento semântico, considerando que a sintaxe busca estudar questões relativas à estrutura do vocabulário e a semântica busca focar "[...] nas regras que presidem às relações entre os vocábulos, as construções das orações e as relações interacionais." (ANTÔNIO, 2008, p. 12).

Seguindo essa linha de raciocínio, aqui são estudadas as contribuições da semântica de nível discursivo, no intuito de considerar os procedimentos de tematização e figurativização como subsídios para a construção da metodologia de indexação de imagens, em especial de xilogravuras.

A Semântica Discursiva integra duas formas básicas de discursos: os discursos concretos e os discursos abstratos. Eles não são antagônicos entre si, pois coexistem e estão interligados apresentando um caráter lógico que percorre do concreto (figuras) para o abstrato (temas). Desse modo, o discurso concreto construído com figuras é denominado figurativo. E o discurso abstrato edificado por temas é definido como temático.

Para Fiorin e Savioli (2003, p. 89) os textos figurativos "[...] produzem um efeito de realidade, e por isso representam o mundo, criam uma imagem do mundo, com seus seres, seus acontecimentos.". Os textos temáticos, por sua vez, "explicam as coisas do mundo, ordenam-nas,

classificam-nas, interpretam-nas, estabelecem relações e dependências entre elas, fazem comentários sobre suas propriedades".

Nesse prisma, os textos figurativos dirigem-se a algum aspecto da realidade, criando imagens da mesma, bem como dos seres, das coisas, das ações, acontecimentos e qualidades associados a ela. Para Antônio (2008, p. 66) "[...] quando fala-se mundo real devemos pensar também no mundo construído.".

Tal como as figuras, os temas "[...] também se encadeiam em percursos, isto é, em conjuntos organizados. São os percursos temáticos. Para apreender o tema geral, é preciso perceber esse encadeamento dos temas e depreender a unidade subjacente à diversidade." (FIORIN; SAVIOLI, 2003, p. 101).

Assim, os temas expressam elementos abstratos por meio de uma natureza conceitual representada por classes e categorizações, conforme explica Barbalho (2006, p. 88):

> A tematização expressa elementos abstratos buscando explicar a realidade e representar o mundo através de um investimento conceptual. Os temas organizam, categorizam e ordenam a realidade significante de modo a permitir sua interpretação. Figuras e temas são para manter a coerência interna do texto, necessitam seguir um percurso ou encadeamento lógico de modo a gerar sentido. As figuras devem ser vistas através do conjunto por elas composto e não isoladamente.

Albuquerque (2011, p. 173, grifo da autora), por sua vez, apresenta as relações entre os níveis temático e figurativo da Semântica Discursiva:

> A *semântica discursiva* tem como componente a *tematização* – elementos abstratos presentes no texto – e a *figurativização* – elementos concretos presentes no texto – que dão concretude ao tema. As figuras do texto formam uma rede, uma trama que, para entendê-las, é necessário conhecer o primeiro nível temático assim como o nível figurativo em que palavras e expressões apresentam traços comuns de significação, que podem ser agrupados.

Com isso, verifica-se que a tematização e a figurativização são componentes da Semântica Discursiva e consistem em procedimentos semânticos da discursivização. No Quadro a seguir são apresentadas as principais características dos textos figurativos e temáticos:

Quadro 1 - Principais características dos textos figurativos e temáticos

Textos figurativos	Textos temáticos
*Apresentam função descritiva ou representativa *Representam o mundo *Criam imagem do mundo *Criam imagem dos seres *Criam os acontecimentos do mundo *Referem-se ao concreto presente no texto *São palavras ou expressões correspondentes ao mundo natural *Constroem simulacro da realidade	*Elementos abstratos no texto cuja função é explicar a realidade *Classificam e ordenam a realidade *Estabelecem relações e dependências *Apresentam função predicativa ou interpretativa *Apresentam comentários sobre as propriedades do mundo *Apresentam temas genéricos (classes) que contempla assuntos principais *Apresentam coerência ao texto principal

Fonte: Adaptado de Antônio (2008).

A relação entre as figuras apresentadas para a construção do sentido e, consequentemente, a identificação do tema atinente a elas é denominada por Albuquerque (2011) de "encadeamento de figuras". Portanto, a sequência dessas figuras resultante do seu agrupamento produz uma rede relacional, denominada no sistema semiótico como *percurso figurativo*, e expressa os temas subentendidos no texto - tornando viáveis as possibilidades significativas em um dado contexto.

Depreende-se, portanto, que os estudos que possuem maior conexão com a Semântica Discursiva e que contribuem significativamente para a Ciência da Informação são aqueles relacionados à Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, especificamente sobre a análise documentária. Esses estudos, em conjunto, podem

colaborar para o processo de análise e síntese do sentido das informações contidas em textos verbais e não verbais, considerando que os sujeitos possuem mentes interpretadoras que executam processos semióticos, interpretam e ressignificam diferentes visões de mundo apresentadas por estruturas conceituais.

Diante do exposto, as metodologias de análise documentária, ao considerarem a Semântica Discursiva, devem contemplar a discursivização semântica, privilegiando os processos de figurativização e tematização. Nesse limiar, a análise dos objetos informacionais deve estar pautada em níveis descritivos (figuras) e interpretativos (temas). As figuras consideram os aspectos denotativos, ou seja, aquilo que o item informacional (imagem, texto, áudio, vídeo, etc.) mostra de forma explícita (elementos concretos); e os temas levam em conta os aspectos conotativos (elementos abstratos), ou seja, aquilo que pode ser simulado pelo objeto informacional – associando-se ao processo de tematização.

Os temas não necessariamente precisam refletir o contexto ou significado "real" do material informacional, mas o que esse pode (res) significar na concepção de quem a analisa. Eles são extraídos de classes ou categorizações, podendo ser provenientes de instrumentos de controle terminológicos como tesauros, ontologias, taxonomias, etc. ou até mesmo da linguagem natural como as *tags* (etiquetas) atribuídas pelos usuários em um dado sistema colaborativo.

Pesquisas na Ciência da Informação, em especial na área de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, evidenciam a pertinência e adequação do percurso figurativo e do percurso temático de Greimas, onde ocorrem os processos de tematização e figurativização, para a análise documentária de objetos informacionais como textos e imagens, apontando diretrizes e metodologias para a indexação desses recursos. Tal aspecto contribui para a interdisciplinaridade das pesquisas sobre a área supracitada e a linguística.

Albuquerque (2011) em sua pesquisa constata a eficácia da Semântica Discursiva para a indexação textos, estabelecendo como recorte os folhetos de cordel, a partir da identificação de figuras e temas que subsidiam a indexação dessa espécie documental. Além disso, essa pesquisadora propôs temas e 27 classes temáticas para a organização de acervos que possuem folhetos de cordel. De outro modo disposto,

Gandier e Pinho (2018) ressaltam a importância da Semântica Discursiva para a análise documental de textos ficcionais, especificamente crônicas, constatando que esse método pode ser satisfatoriamente aplicado a essa tipologia textual.

De maneira complementar, Santos (2019) em sua pesquisa doutoral constata as contribuições da Semântica de nível discursivo para a indexação de imagens, estabelecendo como recorte as xilogravuras de cordel. Essa autora enfatiza que os métodos e técnicas de indexação de imagens existentes na literatura pautam-se, principalmente, na análise descritiva de fotografias em diferentes níveis de detalhamento, não contemplando elementos intrínsecos de imagens específicas como as xilogravuras, por exemplo. **Diante disso, surge a necessidade de encontrar alternativas que auxiliem o trabalho do profissional da informação na prática de indexação desses recursos imagéticos, fornecendo caminhos** para que os temas desses objetos informacionais atendam os parâmetros conceituais das imagens, reduzindo o nível de dispersão interpretativa do profissional indexador - aspecto inerente à operação.

Diante do exposto, percebe-se que os percursos temático e figurativo possuem qualidades metodológicas a serem aplicadas na leitura documentária. Para tanto, faz-se necessário que o indexador reconheça as superestruturas, ou seja, as estruturas globais responsáveis, independentemente do conteúdo, pela caracterização do tipo do objeto informacional, considerando as suas especificidades. Tal processo contribui para que esse profissional reconheça quais os pontos de acesso no objeto informacional que facilitam a identificação das figuras e dos temas para fins de indexação, podendo utilizar fontes adicionais como subsídios para o reconhecimento do(s) tema(s) a ser(em) utilizado(s) na indexação.

A Figura a seguir apresenta de maneira sistematizada os contributos da Semântica Discursiva, através dos procedimentos de figurativização e tematização, para a análise documentária a partir dos aspectos discutidos anteriormente.

Figura 2 - Contributos da Semântica Discursiva para a análise documentária

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas ideias de Santos (2019).

Conforme elucidado anteriormente, a Semântica Discursiva integra os discursos figurativos (concretos) e os discursos abstratos (temáticos). Aqui os discursos figurativos são tratados como figuras e correspondem aos elementos que se encontram visíveis ou descritos no item informacional, como por exemplo: personagens, ações, objetos, lugares, números, vocábulos, expressões, etc. Seguindo essa lógica, o procedimento de análise e identificação dessas figuras no objeto informacional é denominado de figurativização.

Já os discursos abstratos correspondem aos temas, os quais são identificados a partir da confluência ou da imbricação das figuras identificadas em um dado recurso informacional, no intuito de representar o seu conteúdo por meio de conceitos oriundos de classes e categorizações. Tal procedimento é denominado de tematização.

As figuras e os temas também podem ser identificados e extraídos em fontes adicionais relacionadas ao recurso informacional, como por exemplo: títulos, legendas, gráficos, quadros, resumos, tabelas, sinopses, etc. Nesse caso, deve-se considerar a relação semântica entre as figuras extraídas dessas fontes e o material informacional analisado.

Portanto, a figurativização e a tematização são procedimentos que pertencem à Semântica Discursiva e são componentes essenciais ao processo discursivização - resultado da interpretação de um vocábulo

ou expressão com base em tais procedimentos. Por exemplo, o vocábulo "*tortura*" figurativiza o tema "*sofrimento*", que significa sensação consciente ou inconsciente de dor, mal-estar ou infelicidade. Portanto, "*tortura*" é uma figura associada ao tema "*sofrimento*", cujo significado apontado anteriormente corresponde à discursivização.

Desse modo, considera-se também a importância de o indexador conhecer as características do sistema, bem com as funções e usos do recurso a ser indexado no contexto da unidade de informação. Esses aspectos também podem ser aplicados e/ou aperfeiçoados para contribuir no processo de análise documentária de diferentes tipologias de recursos (imagens, textos, áudios, vídeos, etc.).

Portanto, observa-se que a Ciência da Informação não pode se isentar dos estudos sobre as tendências contemporâneas de representação da informação que visam contribuir para o desenvolvimento da competência dos profissionais da informação, pesquisadores e usuários que lidam com as práticas de representação temática de recursos informacionais.

4 Considerações finais

A análise documentária e a linguística integram ferramentas que podem fornecer subsídios teóricos e práticos para a correta interpretação do conteúdo de itens informacionais, objetivando compreender os sentidos e significados dos assuntos explorados nos mesmos para fins de indexação, recuperação, acesso de uso da informação.

Sujeitos que fazem parte de determinadas culturas podem não conseguir (ou apresentar dificuldades para) reconhecer, assimilar e interpretar os personagens, elementos e ações retratadas em objetos informacionais pelo fato de não possuírem conhecimentos adequados para entendê-los. Isso se deve ao fato de que os indivíduos atribuem sentido às coisas pela maneira como as utilizam e associam em suas práticas cotidianas. Por isso a importância de considerar as novas metodologias que contribuem para a análise documentária, no intuito de contribuir para a produção significativa de metadados semânticos.

Com base nessa perspectiva, a análise documentária deve estar pautada, primeiramente, no objeto informacional e na articulação

semântica do mesmo com o conteúdo das fontes adicionais relacionadas ao recurso (como o título, legendas, resumos, sinopses, quadros, tabelas, *tags* atribuídas pelos usuários em um dado sistema, etc.), contemplando os procedimentos de figurativização e tematização da Semântica Discursiva. Portanto, esta proposta está diretamente associada à indexação, não incluindo procedimentos voltados para a representação descritiva desses recursos informacionais.

Diante do exposto, acredita-se que os contributos da Semântica Discursiva para a análise documentária resultam em uma nova maneira de extrair os conteúdos de recursos informacionais, trazendo como diferencial a redução do nível de subjetividade, tornando a indexação mais próxima possível de atender os parâmetros conceituais dos documentos. Para tanto, a criação de uma política de indexação em consonância com as especificidades e singularidades dos recursos informacionais a serem tratados, consiste em um fator importante para a execução de um trabalho eficiente em bancos de dados e sistemas de recuperação da informação.

Referências

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. *Literatura popular de Cordel*: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6183. Acesso em: 26 abr. 2019.

ANTONIO, D. M. *O Percurso Gerativo de Sentido aplicado à análise documental de textos narrativos de ficção*: perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_af8c4a251e7e06516d941efe1b9e8c22. Acesso em: 26 abr. 2019.

BARBALHO, C. R. S. Fazer semiótico: subsídios para exame do espaço concreto. *Encontros Bibli:* Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Informação, Florianópolis, 2. n. esp., p. 79-96, 2006.

BATISTA, M. F. B. de M. O discurso semiótico. *In*: ALVES, E.; CHRISTIANO, M. E. (org.). *Linguagem em foco*. João Pessoa: Editora Universitária; Ideia, 2001. p. 120-139.

BLAIR, D. C. Information retrieval and the philosophy of language. *Annual Review of Information Science Technology*, Medford, v. 37, p. 3-50, 2003.

CAMPOS, A. T. A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 69-72, jan./jun. 1987. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003009&dd1=33e85. Acesso em: 26 abr. 2019.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: https://bit.ly/2qQTUZB. Acesso em: 26 abr. 2019.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.

FIORIN, J.; SAVIOLI, F. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 2003.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. *International Fórum on Information and Documentation*, The Hague, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FRANCELIN, M. M.; PINHO, F. A. *Conceitos na Organização do Conhecimento*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

GANDIER, A. M.; PINHO, F. A. A importância da semântica discursiva para a análise documental: um estudo em texto ficcional. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 12, n. 2, p. 13-23, 2018. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7897. Acesso em: 26 abr. 2019.

GAUDÊNCIO, S. M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Diálogos teóricos em representação da informação. *In*: ALVES, E. C. *et al.* (org.). *Práticas e abordagens contemporâneas em ciência da informação*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014. p. 57-78.

GREIMAS, A. J. Condições de uma semântica científica. *In*: GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural.* Tradução Haquira Osakabe. 2. ed. São Paulo: Cultrix; USP, 1966. p. 28-53.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

HALL, S. *Cultura e Representação*. Tradução Daniel Miranda e Wiliam Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LUCAS, C. R. *Leitura e interpretação em Biblioteconomia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

MEDEIROS, M. B. B. M. Terminologia Brasileira em Ciência da Informação: uma análise. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 135-142, jul./dez. 1986.

Disponível em: http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/283/1/BRASCHERCI1986.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

MOREIRA, W. *Sistemas de Organização do Conhecimento*: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. Tese (Livre-Docência em Sistemas de Organização do Conhecimento) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010_ElianaCarlan.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

MOTTA, D. F. *Método Relacional como nova abordagem para a construção de tesauros*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987.

PATO, P. R. G. *Imagens*: polissemia versus indexação e recuperação da informação. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/19050. Acesso em: 26 abr. 2019.

SANTAELLA, L. *A percepção*. São Paulo: Experimento, 1993.

SANTOS, R. F. *Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).* 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17218. Acesso em: 26 abr. 2019.

SANTOS, R. F. *Indexação de xilogravuras em versos*: a representação entre o real e o imaginário coletivo. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SAUSSURE, F. de. *Course in general linguistics*. Paris: Payot, 2004.

ZENG, M. L. Knowledge Organization Systems (KOS). *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.

6

A leitura documentária e as perspectivas de aplicação em contexto da *Web*

Gercina Ângela de LIMA

Resumo: A mudança do texto impresso para o texto eletrônico criou uma grande transformação na maneira como se armazena e acessa a informação. O hipertexto, fruto da tecnologia informacional das últimas décadas, é a forma texto que estimula e torna possível o desenvolvimento do universo digital. No ambiente Web, o processo de indexação mostra-se útil e eficiente para criar a estrutura conceitual com *links* para as partes relevantes do texto. Neste capítulo, apresenta-se um estudo sobre a contribuição da leitura documentária na conversão de textos em hipertextos no contexto da Web, do ponto de vista do autor. Os estágios da leitura documentária, no processo de *análise de assunto*, constituem uma abordagem importante a ser considerada na estruturação de hipertextos. Conclui-se que os estágios previstos na leitura documentária realizados no texto linear podem auxiliar o autor na estruturação de hipertextos, desde que sejam adaptados para a representação conteúdo do texto não linear, garantindo a interatividade entre módulos de informação, que garante a compreensão global do texto.

Palavras-chave: Leitura documentária. Hipertexto. Web.

Abstract: The change from printed text to electronic text has created a major transformation in the way information is stored and accessed. Hypertext, fruit of the information technology of the last decades, is the text form that stimulates and makes possible the development of the digital universe. In the Web environment, the indexing

process is useful and efficient to create the conceptual framework with links to the relevant parts of the text. In this chapter, we present a study about the contribution of documentary reading in the conversion of texts into hypertexts in the context of the Web from the author's point of view. The stages of documentary reading, in the process of subject analysis, constitute an important approach to be considered in the structuring of hypertexts. It is concluded that the stages provided in the documentary reading in the linear text can help the author in the structuring of hypertexts, as long as they are adapted to the nonlinear text content representation, guaranteeing the interactivity between information modules, which guarantees the global comprehension of the text.

Keyword: Documentary reading. Hypertext. Web.

1 Introdução

A necessidade de representação da informação para sua posterior recuperação começou desde quando o papel foi introduzido no mundo ocidental, em meados do século XII, e difundiu-se na Europa, entre os séculos XIII e XV, com a necessidade do aumento da quantidade de novos originais e cópias de livros. À medida que crescia o aumento de exemplares disponíveis, aumentava também o estímulo ao registro do conhecimento, o que influenciou muito o clima intelectual na Idade Média. Assim, a escrita cria a figura do leitor, para o qual a realidade passa por um filtro muito mais refinado. Ampliou-se o número de editores e possíveis leitores. A partir daí, a leitura e a interpretação do texto adquiriram caráter mais individualizado, com particularidades e exigências diversas. As obras começaram a incluir representações gráficas mais precisas e específicas, como tabelas, gráficos e desenhos, incorporando inventos e artifícios anteriores à tipografia. Formas mais sofisticadas de leitura não linear começaram a surgir, como as notas de rodapé, sumários, por exemplo, que direcionavam o leitor a outras partes do mesmo livro ou a outras obras relacionadas, como índices e bibliografias.

Desde então, a comunicação escrita e o modo de transmissão dos textos sofreram profundas mudanças. A escrita em suportes artesanais foi a tecnologia de comunicação mais avançada, desde o quarto milênio a.C. até a invenção da imprensa e da tipografia na Mogúncia (c.1450), quando Johann Gutenberg compôs, com tipos móveis, o texto da Bíblia, o primeiro livro a passar do manuscrito para o papel impresso (McGARRY, 1999).

A informática provocou muito mais do que uma revolução nas formas e nos métodos de geração, armazenamento, processamento e transmissão da informação. Pode-se dizer que o desenvolvimento das tecnologias relacionadas com o computador compara-se à revolução causada com a invenção dos tipos móveis de Gutenberg. A mudança do texto impresso para o texto eletrônico criou uma grande transformação na maneira como armazenamos e acessamos a informação. Os textos eletrônicos, que podem ter as mesmas características dos textos lineares, bem como dos não lineares, são armazenados ou disponibilizados em HDs (*Hard Disk* ou Disco Rígido), disquetes, *CD-ROM*, *LANs*, ou redes digitais. O formato eletrônico pode ser considerado como um formato adicional, em vez de substituição dos formatos existentes. Porém, a possibilidade de explorar o texto de maneira interativa introduziu o conhecimento por simulação.

A internet tem poucos pontos de entrada, uma estrutura pobre e uma forte ênfase na busca por assunto. A teoria e processos da indexação subsidiam diversas atividades em uma teoria comum e diversas técnicas, porém suas aplicabilidades na Web precisam ser adaptadas. Por exemplo: no ambiente Web, o processo de indexação pode ser útil e eficiente para criar estrutura conceitual com termos que podem ser armazenados na base de dados e servir como *links* para as partes relevantes do texto. Somado a isso, o uso de um Sistema de Organização do Conhecimento, do tipo tesauro, pode auxiliar no controle do vocabulário para melhorar a recuperação na Web, reduzindo a frustração e ajudando a assegurar que a informação relevante não se perca.

Lima (2004) aponta que o hipertexto, fruto da tecnologia informacional das últimas décadas, é a forma texto que estimulou e tornou possível o desenvolvimento do universo digital. O hipertexto, como nova tecnologia, também desterritorializa o texto, tornando-o sem fronteiras, o que remete, de certa forma, à transmissão da informação na tradição oral, em que o elemento da aleatoriedade é inerente à comunicação. Porém, o texto eletrônico acelera o tempo e concatena contextos; encadeia e justapõe diferentes documentos, num compartilhamento do mesmo espaço de produção e, às vezes, alterando sua compreensão.

Os hipertextos já eram utilizados, em modo off-line, para representação de informações, imagens, sons, organizados de forma a

promover uma leitura (ou navegação) não linear, baseada em indexações e associações de ideias e conceitos, sob a forma de *links*. No entanto, essa concepção de textualidade possibilitou a surgimento da *World Wide Web* (WWW), nascida em 1991, que é a parte da Internet baseada nos princípios do hipertexto. Uma característica marcante do ambiente Web é o fato de ser uma organização descentralizada, o que a torna um sistema ágil, diferente do ambiente físico (ou real), com seus tradicionais sistemas organizados de forma centralizada. As linguagens de marcação de textos *HTML* (*Hypertext Markup Language* ou Linguagem de Marcação de Hipertexto) e *XML* (*eXtensible Markup Language* ou Linguagem de Marcação Estendida) são consideradas a linguagem básica de representação do hipertexto na Web. Sendo que a linguagem *XML* surgiu como recurso diferenciado na autoria de hipertextos, pois permite aos autores a marcação de conteúdo semântico dentro do próprio texto e o acréscimo de comandos, explicitando decisões de fragmentação e interconexão segundo configurações mais convenientes para aquele documento específico.

De acordo com Mai (2004, p. 93), a maioria das pesquisas da área de organização da informação e do conhecimento concentra-se mais na melhoria da representação do item bibliográfico na WWW do ponto de vista descritivo, por meio de seus metadados, do que a representação de seu conteúdo, e exemplifica esta realidade com uma citação: "Weinberg (1999) calls it "*the stepchild of the metadata literature*.", que, apesar de ser de 1999, tem essa perspectiva mantida até o momento atual.

No entanto, o processo de indexação, especificamente a leitura documentária na etapa da *análise de assunto*, para modelagem conceitual de um hipertexto, dá-se de forma diferenciada por suas características não lineares, o que torna mais complexo realizar a leitura documentária com perspectivas de sua representação na Web. Agregam-se a este fato as diversas tipologias documentais existentes e suas estruturas, que exigem conhecimentos diferenciados, no que tange à identificação de seus conceitos, tornando, assim, um procedimento ainda mais complexo para sua representação.

O principal papel da leitura documentária é a identificação de conceitos de um determinado documento para que seu conteúdo possa ser representando visando a sua recuperação pelo leitor em uma unidade de informação. Porém, existem variáveis que irão permear esta leitura textual,

que é realizada diferentemente da convencional, que integra o conhecimento profissional do leitor-indexador, ao realizar este procedimento, perpassando pelos aspectos linguísticos, cognitivos e lógicos que são associados a este procedimento, e as variáveis: o texto, o leitor e o contexto.

Neste capítulo, não se pretende esgotar a temática sobre hipertextos como um documento Web tanto na sua construção quanto na sua navegação e recuperação, mas abordar as perspectivas da contribuição da leitura documentária na etapa da *análise de assunto*, para modelagem conceitual de hipertextos, com vistas à sua disponibilização na Web, do ponto de vista do autor conteudista.

2 Hipertexto

A inquietude para o surgimento de uma nova forma textual já se delineava no início da década de 1970. Ironicamente, a necessidade de mudança nos conceitos das funções do autor e do leitor, do livro e do texto, foi trazida à tona por expoentes da teoria crítica literária como Focault (1979), Derrida (1977) e Barthes (1979), cujas posturas filosóficas tratavam do texto tradicional, e não do hipertexto. Para Focault (1979, p. 102) "[...] o texto é como uma rede formada por interconexões, na qual as fronteiras não são bem definidas, mas captadas em um sistema de referências e outros livros, outros textos.". Derrida (1977, p. 173) aponta que "[...] o texto ideal é composto por unidades que, apesar de separadas, podem se complementar na construção do sentido. Cada unidade pode 'quebrar', modificar o contexto e abrir para uma infinidade de novos contextos.". Já Barthes (1979, p. 8) descreve o texto ideal como "[...] um composto de blocos de palavras (ou imagens), perpetuamente 'não finalizados', descritos a partir de termos como nós, networks, redes e caminhos."

Permeando a reflexão desses três filósofos, está a ideia de um rizoma que se materializaria na forma de texto hipertextual, na qual não haveria uma hierarquia de início ou fim, nem de acima ou abaixo, nem de antes ou depois. Foucault fala da interrelação, invisível a muitos, entre obras separadas fisicamente. Derrida reconhece a fragmentação inerente ao texto, mas também sua mobilidade e potencial de transformação como uma entidade viva. Já Barthes aborda o texto como fenômeno em processo, não como matéria acabada.

Segundo Koch (2002), se considerarmos que a linguagem é uma atividade interativa que conduz à concepção processual da construção do sentido e que todo texto é constituído por uma proposta de múltiplos sentidos, como querem Focault, Derrida e Barthes, pode-se afirmar que todo texto é um hipertexto. Para que o leitor possa construir um sentido, que nem sempre se dá de maneira linear e sequencial, é necessário realizar um constante movimento em variadas direções, recorrendo a diversas fontes de informação textuais e extratextuais. Dessa forma, o hipertexto é uma forma de estruturação textual que permite ao leitor ser uma espécie de coautor do texto, oferecendo-lhe a possibilidade de opções entre caminhos diversificados, de modo a permitir diferentes níveis de desenvolvimento e aprofundamento do tema. Esta variabilidade do grau de aprofundamento é notável em textos impressos. Povoado de referências, citações, notas de rodapé, quadros, tabelas, exemplos etc., sua concentração de estímulos convoca o leitor a pensar sobre outros textos, consultá-los e até mesmo suspender sua leitura, em um processo de alteração de curso para obter outras informações ou fazer anotações. Como o hipertexto oferece uma multiplicidade de caminhos a seguir, compete ao leitor decidir qual o fluxo de informações será incorporado em sua trajetória de leitura.

A definição de texto virtual de Bolter (1991), duas décadas depois de Focault, Derrida e Barthes, também confirma a inquietude já presente naqueles autores:

> [...] texto é um contínuo de parágrafos, dispostos na tela do computador para o leitor ler através de um caminho tradicional. Algumas palavras estão marcadas em negrito; estilo que indica que há uma observação para aquela palavra ou frase, [...] uma segunda janela pode também conter frases em negrito que podem levar o leitor para outros parágrafos. [...] O processo pode continuar indefinidamente [...] formando uma rede que é chamada de hipertexto. (BOLTER, 1991, p. 15).

Bolter (1991) nos mostra, também, que a noção de texto acompanhou o desenvolvimento da tecnologia de transmissão da informação:

> Todas as formas de escrita são espaciais [...] Cada tecnologia dá-nos um espaço diferente. Para certas escritas antigas, o espaço [bidimensional] era a superfície interna do rolo contínuo [de pergaminho], que o escriba dividia em colunas. Para a escrita medieval e a impressão na era moderna, o espaço é a superfície branca de uma página, especialmente em volumes encadernados. Para a escrita eletrônica, o espaço é a tela do monitor de um computador, onde o texto é exposto e armazenado em memória eletrônica. (BOLTER,1991, p. 11).

No contexto histórico, o documentalista e advogado belga Paul Otlet e seus colegas se anteciparam muito da funcionalidade do hipertexto e desenvolveram um complexo de organizações funcionalmente similares a ele, conforme uma série de trabalhos publicados entre 1892 e início deste século. Na obra *Traité de Documentation* (1934), Otlet identificou máquinas intelectuais e processos contendo dispositivos de som e conectados ao telefone, telegrafia e televisão, com o armazenamento baseado principalmente em cartões e folhas de papel de tamanho padrão. A invenção destas máquinas ajudaria a realizar um novo tipo de enciclopédia e a tornaria muito próxima a um anexo do cérebro, um substrato da memória. O autor vislumbrou um sistema internacional de manipulação de informações abrangendo desde a criação de uma entrada em um catálogo até as novas formas de publicação, do gerenciamento de bibliotecas, arquivos e museus como agências de informação inter-relacionadas até o desenvolvimento colaborativo de uma enciclopédia universal codificando todo o conhecimento humano. No centro dessas ideias, estavam o sistema de Classificação Decimal Universal, um novo tipo de agência de informação (*Office of Documentation*), um novo princípio de armazenamento e indexação da informação (Princípio Monográfico) e o microfilme.

Em 1945, Vannevar Bush (1987a) publica o artigo *As we may think*[26], no qual previu um sistema muito parecido com o hipertexto, com a ideia básica de organizar documentos em trechos e combiná-los conforme as necessidades de compreensão e organização, o qual denonimou de *Memex*. Esse sistema teria a capacidade para armazenar um grande volume

[26] Publicado originalmente em: *The Atlantic Monthly*, v. 176, n.1, p.101-108, July 1945.

de informações e, por meio de determinado mecanismo, estabeleceria associações entre diferentes pontos da base de dados, propiciando a sua consulta com rapidez e flexibilidade. Assim, o *Memex* serviria como suplemento para a memória dos usuários de um banco de dados de literatura científica. Ele propôs a organização associativa que tentava imitar a estrutura da memória humana.

Além de Bush e Otlet, Theodor Nelson (1965) e Douglas Engelbart (1962) foram outros pesquisadores que compartilharam a mesma visão de que seria estabelecida nova forma de interação homem-computador. Theodor Holm Nelson foi quem criou o termo hipertexto, definindo-o como "[...] uma combinação de texto em linguagem natural com a capacidade do computador de fazer pesquisa interativa e exibição dinâmica de um texto não linear." (CONKLIN, 1987, p. 17). O sistema *Xanadu*, desenvolvido por ele e sua equipe de pesquisadores, possuía um gerenciador de armazenamento que permitia a criação de ligações entre os tópicos correlatos e mantinha informações sobre a origem, as variações e as interconexões dos textos. Na década de 1960, Nelson começou a estruturar alguns fundamentos do hipertexto e apontou as limitações da informática em face da nova ferramenta. Paralelamente aos estudos de Nelson, Douglas Engelbart, do Instituto de Pesquisa Stanford, EUA, estudou a utilização do computador como instrumento representacional e ampliador do intelecto humano (MARQUES, 1995). Foram apresentados novos conceitos relativos à interação homem-máquina para a construção de sistemas mais dinâmicos e flexíveis. Juntamente com outros pesquisadores, implementou o sistema *On Line System* (OLS), conhecido mundialmente como sendo a primeira implementação que seria conhecida como um hipertexto, estruturado por uma rede de *links* que interligavam blocos pequenos de informação. Esse sistema foi o primeiro a introduzir noções como edição estruturada, uso do *mouse*, correio eletrônico, janelas múltiplas e tela compartilhada. Em 1969, Bush publicou o artigo *Evolution of an information society* (republicado em 1987b),[27] concluindo que o *Memex* podia, finalmente, ser viabilizado, porém a um alto custo, exigindo também manipulação de alta tecnologia e uma enorme dose de paciência dos usuários.

---

[27] BUSH, Vannevar. MEMEX revisited. *In*: CALKELL, A. E. (ed.). *Evolution of an information society*. London: ASLIB, 1987. p. 179-191. Publicado originalmente em *Science is not enough*. New York: Apollo, 1969. p. 75-101.

Os sistemas de hipertexto são fruto da tecnologia informacional das últimas décadas e causaram uma verdadeira revolução nos conceitos de armazenamento e recuperação de informações. As rupturas com as formas tradicionais de organização da informação vão desde as características de entrada da informação e a criação das estruturas de armazenamento, até o desenvolvimento radical no processo de recuperação da informação, possibilitado pela interação homem–máquina.

Com o surgimento da Web, no início da década de 1990, os sistemas de hipertextos alcançaram maior popularidade e visibilidade mundial. Hoje o sistema de hipertexto mais conhecido é a própria rede Web, na qual o navegar no hipertexto, dado seu alcance mundial, é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo (NONATO, 2009). A mudança das páginas estáticas disponíveis na internet para páginas interativas com conexões, utilizando o protocolo HTTP (*Hipertext Transfer Protocol*), alterou a forma de acesso da informação na Internet. Gomes (2011, p. 23) afirma que "[...] podemos dizer que a Web, hoje, é um hipertexto aberto, pois quase tudo o que há nela está interconectado, e documentos podem ser acessados e acrescentados a partir de qualquer ponto (mesmo simultaneamente).".

A maioria das estratégias de estruturação de hiperdocumentos se apoia nas linguagens de marcação de textos como *HTML* (*Hypertext Markup Language* ou Linguagem de Marcação de Hipertexto) e *XML* (*eXtensible Markup Language* ou Linguagem de Marcação Estendida). Segundo o W3C (2010), a linguagem de marcação de hipertexto evoluiu para as versões HTML+, HTML2.0 e HTML3.0, de 1993 a 1995, quando várias mudanças foram propostas para melhoria da linguagem e, somente em 1997, trabalhou na versão 3.2 da linguagem, fazendo com que ela fosse tratada como padrão de linguagem. Também para facilitar a manipulação dos elementos, possibilitando, assim, ao desenvolvedor, modificar as características dos objetos, de forma que sejam transparentes para o usuário final, criando novas *tags* e permitindo modificar a função das demais. Em 2007, a W3C buscou soluções para implementação de uma versão da linguagem HTML moderna e compatível com as versões existentes. Para tanto, a linguagem deve ser única, podendo ser escrita tanto com sintaxe HTML como XML (*eXtensible Markup Languagem*), denominada HTML5.

Essas linguagens são gerenciadas por uma série de comandos que, uma vez inseridos em um documento tradicional, identificam sua estrutura lógica em títulos, seções e parágrafos. Esses tipos de componentes de um documento servem de guias para o processo de conversão de textos em hipertextos, pois sugerem maneiras de fragmentá-los e de conectar algumas de suas partes entre si. Estas divisões lógicas em títulos, seções e parágrafos podem ser suficientes para determinar uma boa configuração de um hipertexto, no caso de documentos cuja organização interna é bem-definida e rígida, a exemplo de dicionários e catálogos. Todavia, podem ser pouco eficientes em textos livres com subdivisões menos sugestivas, para os quais os algoritmos de conversão gerariam redes não muito adequadas à estruturação de seu conteúdo semântico. Entre as linguagens de marcação, o *XML* surgiu como recurso diferenciado na autoria de hipertextos, pois permite aos autores a marcação de conteúdo semântico dentro do próprio texto e o acréscimo de comandos, explicitando decisões de fragmentação e interconexão segundo configurações mais convenientes para aquele documento específico.

Encontram-se na literatura vários estudos e definições sobre hipertexto advindas de diferentes áreas do conhecimento, tais como: Ciência da Computação, Linguística, Educação, Ciências Cognitivas, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Comunicação. Cada uma dessas perspectivas abordam o hipertexto sob um ponto de vista que vai ao encontro de sua aplicabilidade em cada área especificamente. Salienta-se, também, que alguns autores não fazem distinção entre hipertexto e hipermídia. Entretanto, a hipermídia ultrapassa o hipertexto por considerar qualquer tipo de mídia, não apenas texto, e com o suporte de qualquer tecnologia, e não apenas de computadores (RADA, 1991b).

Uma das definições mais citadas sobre hipertexto é a de CONKLIN (1987, p. 17), que o define como "[...] janelas na tela [que] são associadas a objetos na base de dados e ligações [que] são estabelecidas entre estes objetos, tanto graficamente, na forma de marcas rotuladas, como na base de dados, na forma de ponteiros.".

Conklin (1987) apresenta, ainda, três elementos que podem ser considerados hipertextos: (1) *um componente de banco de dados,* em que objetos na tela são associados a objetos armazenados em um banco de dados. As conexões entre estes objetos podem ser definidas não apenas graficamente, mas também por ponteiros em uma base de dados; (2)

um esquema de representação, no qual a informação textual informal é misturada com processos e operações mais formais e mecanizados. Para ser qualificado como "hipertexto", o sistema deve proporcionar um suporte eletrônico constante para suas inter-relações; (3) *uma interface com o usuário,* geralmente janelas representando a correspondência "um-para-um" com os nós/nodos na base referencial de dados. A interface gráfica, com o auxílio de *browsers* e diagramas, auxilia o usuário a navegar através de uma grande quantidade de informações, ativando as ligações e acessando o conteúdo dos nodos.

Para Snyder (1997 p. 126), o hipertexto é como "[...] uma estrutura composta por blocos de textos conectados por *links* eletrônicos, os quais oferecem diferentes caminhos para os usuários.".

Levy (1993, p. 33), por sua vez, define o hipertexto como

> [...] um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como uma corda com nós, mas cada um deles, ou a sua maioria, estende suas conexões em estrela de modo reticular.

No Brasil, um dos primeiros autores a estudar sobre o hipertexto foi Vilan Filho (1994), que o definiu como "[...] uma rede de nós e ligações entre documentos, onde documentos são os nós e as ligações são referências cruzadas." (VILAN FILHO, 1994, p. 297). Esse autor destaca ainda que

> Os sistemas de hipertextos são conjuntos de programas de computador (suporte lógico), [com] suas tabelas e dados de controle necessários para a operação de um sistema construído para operar com hiperdocumentos, segundo a filosofia de hipertexto. Em geral, esses sistemas são compostos de: (a) um subsistema de autoria, e (b) um subsistema de navegação (VILAN FILHO, 1992, p. 61).

Lima (2004, p. 23) considera que o hipertexto pode ser

> [...] tanto uma ferramenta para o autor quanto para o leitor. Para o autor, funciona como ferramenta que ajuda a organizar, estruturar e armazenar informações. Para o leitor, ele permite, através da navegação, a recuperação da informação organizada.

De acordo com Lima (2004), os sistemas de hipertexto traduzem uma abordagem de estruturação e manipulação de textos caracterizada pela não linearidade, tendo como seus componentes básicos:

a) Nó (ou Nodo): em cada uma das unidades de informação na base hipertexto, os nós correspondem a uma ou mais exibições de tela. Essas unidades de informação em um hiperdocumento podem conter diferentes tipos de dados, textos, figuras, fotos, sons e são conectadas por *links* a uma variedade de estruturas. Geralmente, o nó descreve um único conceito ou tópico, de modo que pode ser caracterizado como autocontido, não dependendo da leitura prévia de outros nós.

b) *Link*: conceito mais importante do hipertexto, o *link* é também denominado elo, ligação, vínculo, âncora ou botão, de acordo com o sistema de hipertexto. *Links* são marcas que conectam um nodo com outro. A ativação desses *links* implica abertura de nova janela, contendo o documento referenciado. Assim, é possível deslocar-se fácil e rapidamente, de um ponto a outro, no conteúdo das páginas. Esses *links* podem ser representados por palavras ou frases em destaque (negrito, itálico, cores), ou, ainda, por figuras ou ícones.

Frei e Stieger (1995) dividem os *links* em dois tipos: *links* referenciais (ou organizacionais) e *links* semânticos (ou de conteúdo). A finalidade do *link* referencial é tornar a leitura do documento mais confortável. Já a função do *link* semântico é apontar para um detalhamento da informação ou uma informação similar, ou, ainda, uma informação adicional em tópico específico.

Em relação à sua estrutura, o hipertexto determina e descreve um sistema de ligações (*links*) ou relacionamentos entre os nós ou unidades de informação, sendo um fator decisivo na facilidade de criação, uso e atualização do hiperdocumento.

De acordo com os nós conceituais que estão sendo ligados, RADA (1991a) classifica o hipertexto conforme as tipologias microtexto e macrotexto. Microtexto é um neologismo que significa um hipertexto de pequeno volume, com ligações explícitas entre seus componentes. Aparentemente, os microtextos são muito apropriados para navegação. Uma rede de microtextos pode ser vista como uma rede semântica e, por isso, ser tomada como modelos da memória humana. Através dos recursos

computacionais, evidenciam-se o caminho ou os caminhos em que o texto foi internamente construído, e que podem variar de acordo com pontos de vista lógicos. Macrotexto é definido como um sistema hipertextual em larga escala, composto de vários documentos, e cuja ênfase está em *links* que os conectam entre si, em vez de conectar internamente apenas um documento.

Corroborando com essa ideia, Lévy (1993, p. 25) considera o hipertexto como "[...] uma metáfora cálida para todas as esferas da realidade em que significados estejam em jogo.", e aponta seis princípios básicos de sua lógica, que permitem visão panorâmica, a qual organiza, resume e amplia a ideia de rede que se pretende construir: (1) Princípio de metamorfose: processo de constante construção e renegociação de sentidos, que se dá nos hipertextos. O princípio de metamorfose explicita a ideia de que a rede de significados que constitui o conhecimento está em permanente transformação; (2) Princípio de heterogeneidade: a variedade e diferença entre as informações organizadas em determinada seção do hipertexto, como os nós e as conexões que se estabelecem entre as diversas partes da rede hipertextual. Existem, na memória, informações cognitivas que passam por vários tipos de associações entre estes elementos; (3) Princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas: organização "fractal" do hipertexto, ou seja, qualquer nó ou conexão, quando analisado, pode revelar-se como sendo composto por toda a rede, e assim por adiante, indefinidamente, ao longo da escala dos graus de precisão; (4) Princípio de exterioridade: a rede não possui unidade orgânica, nem um "motor interno". Seu crescimento, diminuição ou recomposição permanente dependem de ação exterior indeterminada. O princípio de exterioridade pretende caracterizar a permanente abertura da rede hipertextual e do conhecimento em construção; (5) Princípio de topologia: nos hipertextos, tudo funciona por proximidade, por vizinhança. Neles, o curso dos acontecimentos obedece a uma topologia, na qual os caminhos seguem a ideia de proximidade entre significados; (6) Princípio de mobilidade dos centros: a rede não tem centro fixo, mas possui diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, como finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa de informações.

Essas seis características da rede hipertextual propostas por Lévy (1993) constituem uma teia básica a partir da qual pode ser tecida a ideia de rede para a representação do conhecimento. Assim, as características próprias do hipertexto e as novas relações entre autor e leitor que este sistema está introduzindo estão transformando radicalmente a comunicação. O hipertexto é capaz de sedimentar uma nova forma de literatura, conforme previsto por alguns autores: Landow (2006), Murray (1997) e Bolter (1991). No cenário atual, vislumbram-se alguns elementos básicos, como: (1) a escrita e a leitura não sequencial; (2) a interatividade possibilitada pelo meio digital; (3) a existência de elos de ligação (*links*) – textuais ou não.

Pode-se dizer, portanto, que o hipertexto não pode ser considerado um gênero textual, mas documentos eletrônicos, organizados em forma de rede, com *links* eletrônicos que possibilitam a interatividade entre as relações inter e intratextuais de diferentes segmentos textuais.

Conclui-se, assim, que o hipertexto é tanto uma ferramenta para o autor (designers/programadores) quanto para o usuário (leitor). Para o autor, funciona como ferramenta que ajuda a organizar, estruturar e armazenar informações. Para o leitor, permite, por meio da navegação, a recuperação da informação organizada. Araújo (2006, p. 38) acrescenta que "[...] se pensarmos que o autor é quem decide como e onde disponibilizar os *links* no hipertexto, não haveria uma liberdade incondicional do leitor e sim uma liberdade, até certo ponto de vista vigiada.". Já Ensslin (2007) registra que existem estudos sobre como os princípios de organização estrutural podem moldar os processos de autoria e leitura do hipertexto. Acrescenta que os papéis de autor e leitor têm, frequentemente, sido revertidos, principalmente no que tange à relativa liberdade de escolha do usuário entre diferentes caminhos de leitura e suposto "desempoderamento" simultâneo do autor.

Para Vilan Filho (1992), a estruturação da informação em sistemas de hipertexto é similar à de uma rede semântica, ou seja, um modelo de representação do conhecimento. Os nós representam conceitos e ideias, e as ligações representam as relações entre eles. As relações devem refletir a estrutura organizacional do assunto relacionado ou, em outras palavras, uma rede semântica de uma área do conhecimento. Se a informação for disposta de maneira organizada, será fácil para o usuário recuperar o que

estiver procurando. Por outro lado, se a estrutura apresentar uma trilha de navegação desorganizada e uma estrutura cognitivamente ineficiente, a busca e o folheio (*browsing*) por parte do usuário será difícil ou ineficiente.

Para este estudo, considerou-se a primeira abordagem, a do autor, apresentada por Pierre Lévy (1993), na qual o hipertexto é utilizado como ferramenta de organização da informação por meio da sua característica de escrita não sequencial e da associação dessas informações através de nós, representados por conceitos, possibilitando assim a construção de uma rede navegacional em documentos completos sem perda significativa do conteúdo semântico após a fragmentação. Como o processo de organização hipertextual é muito parecido com a indexação tradicional, são apresentados, a seguir, os princípios da teoria da indexação e suas possíveis aplicações aos sistemas de hipertexto.

3 Indexação

Indexar é representar um documento por meio de uma descrição abreviada de seu conteúdo essencial. Embora algumas vezes a complexidade desse processo possa ser minimizada, essa é, sem dúvida, umas das atividades mais subjetivas do cotidiano do bibliotecário. A capacidade intelectual de reconhecer o conteúdo de um documento em análise é a questão central do procedimento de indexação. Essa representação é realizada a partir da análise do conteúdo do texto-fonte, com base em metodologias e procedimentos particulares, sempre levando em consideração uma clientela específica.

Para a execução da atividade, faz-se necessário ter uma formação especializada na área de tratamento de conteúdos de documentos. A experiência e os conhecimentos prévios desse profissional diferenciarão o resultado do tratamento informacional realizado por outro indexador menos preparado. Naves (2004, p. 8) afirma que:

> O profissional da informação que desenvolve a atividade de indexar assuntos de documentos é chamado de *indexador*, catalogador de assuntos ou classificador. A maioria desses profissionais é graduada em Biblioteconomia, e deve conhecer os fundamentos teóricos e técnicos do tratamento temático da informação.

Por se tratar de uma atividade intelectual, é natural que, no cotidiano dos indexadores, sejam percebidas divergências entre termos atribuídos a um mesmo documento por profissionais de diferentes instituições e contextos. Assim, uma mesma publicação poderá apresentar conjuntos diferentes de termos de indexação, dependendo do grupo de usuários ao qual se destina e dos interesses particulares desse grupo, ou seja, há várias formas 'corretas' de se indexar.

De acordo com a ISO 5963, a indexação é vista como "[...] a representação do conteúdo dos documentos por meio de símbolos especiais, quer retirados do texto original, quer escolhidos numa linguagem de informação ou de indexação." (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1985). Segundo Silva e Fujita (2004, p. 136-137), "[...] o conceito de indexação surgiu a partir da elaboração de índices e atualmente está mais vinculado ao conceito de *análise de assunto.*". De acordo com o UNISIST (1981, p. 8), "[...] indexação é o processo utilizado para descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto.".

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a *análise de assunto* é parte do processo de indexação que envolve procedimentos cujo número de etapas varia conforme diferentes autores. Jens-Eric Mai (2001) ressalta que o processo de indexação é algumas vezes apontado, na literatura, como tendo duas, três ou mesmo quatro etapas. Conforme as diretrizes da *International Standards Organization*-ISO 5963, do UNISIST (1981) e conforme os autores Foskett (1973), Chaumier, (1988); Fugmann (1993), Taylor (2004) Lancaster (2004), Dias e Naves (2007), esse processo é realizado em duas etapas, sendo a primeira a da *análise de assunto*, ou extração de conceitos; e a segunda etapa a de *tradu*ção dos conceitos nos termos de uma linguagem de indexação. Já os autores Hutchins (1978), Frohmann (1990) e Blair (1990), Farrow (1991), Taylor (2004) e Petersen (1994) e a ABNT 12.676 (1992) adicionam mais uma etapa, que, apesar de, também, considerarem como primeira a *análise de assunto*, incluem uma etapa intermediária, que reformula o assunto em uma frase de indexação na linguagem natural, para depois fazer a tradução; enquanto Chaumier (1988), Langridge (1989), Van Slype (1991), Chu e O'Brien (1993) e Robredo (2005) consideram quatro etapas. Contudo, todas têm basicamente as mesmas operações. O foco principal deste capítulo é, na primeira etapa, *a análise de assunto*, especificamente, o processo da leitura

documentária e as perspectivas de aplicação em contexto da Web, tendo o hipertexto como objeto de estudo. Sendo assim, na próxima seção, passa-se a descrever mais detalhadamente essa etapa, com ênfase nesse processo da leitura documentária.

3.1 Análise de assunto e a leitura documentária

A etapa de *análise de assunto* determina de que trata um documento, isto é, qual é o seu assunto. De acordo com Cesarino e Pinto (1980, p. 32, grifo do autor), "[...] a *análise de assunto* é a operação-base para todo o procedimento de recuperação de informação.". Isso justifica o fato de todo Sistema de Recuperação da Informação (SRI) utilizar essa técnica, tanto na etapa de entrada de dados no sistema quanto no momento de busca da informação pelo usuário final. A *análise de assunto* pode ser considerada a etapa mais importante do processo de indexação.

Segundo Lancaster (1993, p. 20), "[...] ao indexador raramente é dado o luxo de poder ler um documento do começo ao fim.", realidade que pode ser comprovada no cotidiano de indexadores de instituições nacionais e internacionais. Para tanto, a leitura e a compreensão do texto são primordiais, porém, o tempo restrito do indexador e a quantidade cada vez maior de documentos que demandam tratamento são fatores preocupantes, porque podem comprometer a qualidade da atividade realizada.

Fujita (2003, p. 69) acrescenta que

> [...] o processo de análise de assunto reveste-se (*sic*) de uma subjetividade característica, dadas as circunstâncias e elementos envolvidos, pois, a partir da leitura do documento pelo indexador, é realizado um processo de comunicação interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto. Cada uma dessas variáveis estará sujeita a diferentes condições, mas é o indexador como leitor a variável mais influente nessa interação para análise de assunto, porque precisa realizar a compreensão da leitura mediante sua cognição.

Hjorland (1992) agrega que, para a execução dessa primeira etapa, é preciso considerar o domínio no qual o documento está inserido,

identificando as características específicas do campo de conhecimento, sejam elas de ordem cultural, terminológica, histórica ou linguística. Para tanto, o conhecimento do indexador sobre esse domínio é importante para a qualidade da análise. Assim, a atividade poderá ser feita de acordo com o contexto, pois o documento não será considerado algo isolado, mas parte de um todo.

Segundo Kobashi (1994, p. 112), "[...] o texto, em sentido mais amplo, designa uma unidade de comunicação organizada sintagmaticamente e dotada de coesão e coerência.". O texto pode ser classificado, quanto à sua estrutura interna, como descritivo, narrativo, dissertativo ou, quanto à sua finalidade, como texto técnico, científico, didático, jornalístico, jurídico, político, de lazer e etc. A grande variedade de tipos de documentos pode ser diferenciada pelas características físicas e intelectuais: livros de leitura corrente, teses, dissertações, livros de referência, publicações periódicas e impressos diversos.

A leitura é um processo interativo de compreensão que depende das variáveis do texto (intenção do autor, forma e conteúdo), do leitor indexador (estruturas e processos), e do contexto (social, psicológico e físico) no qual a leitura está sendo realizada (GIASSON, 1993). O conhecimento prévio do indexador é fundamental para a compreensão do texto e identificação de seu conteúdo, para selecionar os conceitos que serão representados com o uso de vocabulário controlado, para que este possa ser recuperado pelos usuários da unidade de informação. Naves (2004, p. 5) considera:

> O texto é o ponto de partida para operações analítico-documentárias, sendo constante a presença dos elementos conteúdo e forma, como partes essenciais do mesmo. Para ter uma competência textual, é preciso que, além de conhecer o texto que tem em mãos para análise sob todos os aspectos, o indexador faça dele uma leitura adequada [...].

Assim, pode-se destacar que, para a assimilação e a compreensão do conteúdo do texto, é necessário o processamento de informações na mente do indexador. De acordo com Naves (2004, p. 8), "[...] parece ser consenso entre os especialistas em leitura que o processamento do ato de ler se dá interativamente, dependendo dessa interação a compreensão ou

a não compreensão de um texto.”. No entanto, a leitura documentária difere da leitura comum, porque esta é realizada pelo leitor indexador fazendo a mediação entre as ideias do autor com as do usuário, visando à representação de conteúdo por meio de conceitos. A leitura documentária pode, então, ser considerada a atividade inicial da etapa da *análise de assunto*, que permitirá identificar o conteúdo de um documento a partir de seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.

De acordo com os Princípios do Unisist (1981, p. 8), os três estágios para a etapa *análise de assunto* são: (1) compreensão do conteúdo do documento como um todo; (2) identificação dos conceitos que representam esse conteúdo e (3) seleção dos conceitos válidos para recuperação, sendo que se destaca que “na prática, esses três estágios se superpõem». Para Fujita (2003), esta superposição ocorre no momento da leitura do documento. Essa atividade é subjetiva, o que a torna complexa, exigindo, então, do indexador conhecimentos cognitivos, lógicos e linguísticos, e, consequentemente, interdisciplinares, para fazer uma análise coerente.

No primeiro estágio, *compreensão do conteúdo do documento como um todo*, o indexador deve fazer a leitura do documento, embora a leitura integral ideal seja impraticável. Destacam-se as partes entendidas como mais importantes para que o indexador possa se nortear durante a leitura; entre elas: título; introdução e as primeiras frases de capítulos e parágrafos; ilustrações; tabelas; diagrama e suas explicações; conclusão; e palavras ou grupos de palavras sublinhadas ou impressas com tipo diferente. Ressalta-se a importância de o indexador não se dedicar exclusivamente às partes preliminares do texto, uma vez que as intenções do autor se encontram no conteúdo principal, enquanto as partes finais indicam se essas intenções foram alcançadas.

No segundo estágio, *identificação dos conceitos que representam o conteúdo do texto*, o indexador deve abordar o texto de maneira lógica, selecionando os conceitos que representem adequadamente o assunto do documento. Para isso, recomenda-se que seja obedecido um esquema de categorias da área coberta pelo documento, como o indicado a seguir: o fenômeno; o processo; as propriedades; as operações; o material; o equipamento, entre outros aspectos (UNISIST, 1981).

Faz-se necessário aqui apresentar uma definição que será considerada sobre o termo *conceito*. Dahlberg (1978, p. 147) considera que

> A formação de um conceito é feita através da identificação, no universo de itens (ideias, objetos, fatos, leis, etc.), de um item de referência (entidades, propriedades, atividades e dimensões). Enunciados verdadeiros acerca desse item são formulados e sintetizados sob forma verbal (termo, palavra) que será utilizada no universo do discurso. Os conceitos são, portanto, definidos como unidades do conhecimento, identificadas através de enunciados verdadeiros sobre um item de referência e representados por uma forma verbal.

Para Dahlberg (1978), quando caminhamos rumo a sintetizar, compilar e reunir enunciados verdadeiros sobre um objeto, estamos caminhando para a formação de um conceito. Assim, pode ser definido como sendo a compilação de enunciados verificáveis sobre determinado objeto, fixado por um símbolo linguístico.

Nesse segundo estágio, o processo cognitivo está intrinsecamente ligado ao processo de identificação da ideia principal apontada em um texto:

> O processo de análise de assunto reveste-se de uma subjetividade característica, dadas as circunstâncias e elementos envolvidos, pois, a partir da leitura do documento pelo indexador, é realizado um processo de comunicação interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto. Cada uma dessas variáveis estará sujeita a diferentes condições, mas é o indexador como leitor a variável mais influente nessa interação para análise de assunto, porque precisa realizar a compreensão da leitura mediante sua cognição. (FUJITA, 2003, p. 69).

Sendo o indexador um "sujeito", essa subjetividade é inerente a ele. O indexador, apesar de ser um profissional com ideologias próprias, é o mediador entre as ideias do autor com as necessidades dos usuários, mantendo-se imparcial.

O terceiro estágio da *análise de assunto*, chamado de *seleção dos conceitos válidos para recuperação*, corresponde à seleção daqueles conceitos que são julgados como úteis para a recuperação do documento indexado, tendo em vista os objetivos para os quais as informações são indexadas. Assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados (UNISIST, 1981).

Há pesquisadores, como Lancaster (2004) e Naves (2004), que definem a atividade de seleção de conceitos como a *determinação da atinência*. Em tradução do inglês, a expressão corresponde ao termo *aboutness,* porém, encontram-se na literatura outras traduções: concernência, sobrecidade, temacidade.

O final do estágio é indicado com a definição da chamada *frase de indexação*. Essa é elaborada pelo indexador em Linguagem Natural (LN). Após todo o processo intelectual de leitura e compreensão do texto, de identificação e seleção de conceitos representativos do documento em foco, o indexador deve afirmar: "*Este documento trata de...*" A partir dessa definição, o indexador pode passar para a etapa final do processo de indexação, a tradução da *análise de assunto* em termos de indexação.

Tessier (1992) afirma que o processo de desenvolvimento de classes e relações de conceitos, que ocorre no processo de indexação, no qual o indexador pode utilizar diversas estratégias ao mesmo tempo, é um processo semelhante ao de ligação dos segmentos de textos, em um sistema de hipertexto.

Na próxima seção, passa-se a descrever sobre a perspectiva do uso da leitura documentária na estruturação hipertextual de um documento.

4 A leitura documentária na conversão de textos em hipertextos

Esclarece-se que o processo de leitura aqui referido estará direcionado ao procedimento da leitura documentária realizada pelo autor, com vistas à estruturação e conversão de hipertextos, e não a leitura que é realizada pelo usuário, no momento da navegação.

Nota-se, na literatura, que os teóricos em hipertexto têm dado maior ênfase a ele enquanto forma de leitura, interessando-se menos pelas suas características de ferramenta de auxílio ao autor e ao texto. No entanto, Landow (2006, p. 4, tradução nossa) ressalta que

> Tanto como uma ferramenta para o autor, ou quanto um meio de leitura, um sistema de hipertexto permite que autores ou grupos de autores juntos vinculem informações, criem caminhos por meio de blocos de informações relacionados, anotem nos textos existentes e

> criem notas que apontam os leitores para dados bibliográficos, ou para o corpo do texto referenciado... Os leitores podem navegar pelos textos anotados com referência cruzada vinculados de uma maneira ordenada, mas não sequencial.[28]

A importância fundamental do hipertexto como texto eletrônico é ter o potencial de implementar sua característica crucial – a capacidade do leitor/usuário adicionar *links*, comentários ou ambos, realizando o processo de leitura–escrita como um processo interativo comunicacional. No presente estudo, interessa mais este segundo aspecto: os detalhes que permitem criar um texto dinâmico, estruturado semanticamente em seus aspectos cognitivos e seu papel na navegação. No entanto, a função de leitor se funde com a do autor; e a divisão entre os dois, muitas vezes, é indistinta.

De acordo com Lima (2004), a criação de um hiperdocumento bem estruturado a partir do documento em papel é um processo de conversão que ainda exige um trabalho de reelaboração do texto. A passagem do "texto" ao "hipertexto", como o acréscimo do prefixo gramatical sugere, é a hiperbolização da forma, dos contornos, dos limites da palavra e do texto. Mas se há mudança pela interrupção, há de se ter também uma continuidade. E esse ultrapassar de fronteiras do suporte impresso para o virtual adquire sentido se forem consideradas as características da textualidade precedente, averiguando a preservação de algumas de suas características, quais limitações são superadas e quais novos domínios são potencializados.

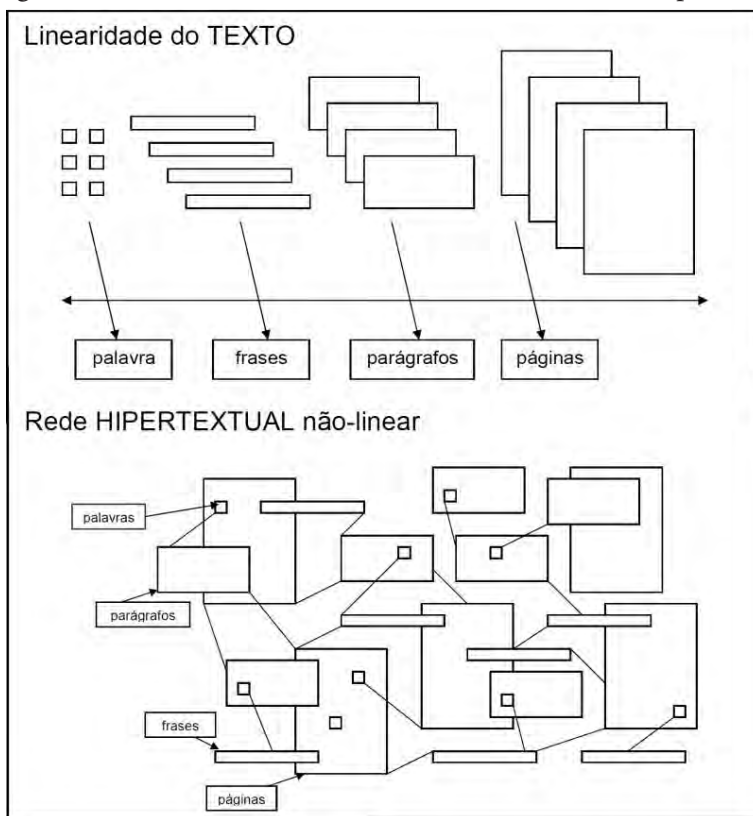
Enquanto o texto tradicional se caracteriza pela univocidade, a certeza, a linearidade, a perenidade, no hipertexto, o documento é dividido em pequenos módulos padronizados, com acesso seletivo e descontínuo, conforme ilustrado na Figura 1; porém deve-se assegurar ao usuário coerência e consistência internas, semelhantes à estrutura tradicional do documento. Assim, apesar de a informação hipertextual ser multissequencial e possibilitar uma leitura dinâmica e randômica, ainda

---

[28] *Both an author's tool and a reader's medium, hypertext document system allows authors or groups of authors to link information together, create paths through a corpus of related material, annotate existing texts, and create notes that point readers to either bibliographic data or a body of the referenced text…Readers can browse through linked, cross-referenced, annotated texts in an orderly but nonsequential manner.*

persiste, em sua estrutura, um mínimo de linearidade, de sequência para que se processe a inteligibilidade do material a ser lido.

O primeiro desafio na criação de um hipertexto é estruturar o conhecimento, de maneira que uma visão geral possa ser apresentada ao leitor no nó inicial, ou raiz. Essa visão deve identificar a ideia principal e a amplitude da cobertura, para que os leitores formem um modelo mental dos tópicos cobertos. Dependendo da aplicação e do tipo de informação em foco, um hipertexto estruturado pode ter o formato hierárquico de uma rede ou de filas (no mesmo nível). Os maiores problemas ocorrem nas fases de escolha e estruturação das informações relevantes e criação de *links* pertinentes.

Figura 1- A linearidade do texto e não linearidade do hipertexto

Fonte: Fachinetto (2005, p. 13).

Nessa conversão do texto linear para o texto não linear, faz-se necessária a realização prévia de um projeto para organização deste conteúdo textual, levando em consideração o contexto da obra analisada, a natureza do texto, perspectivas do usuário e o trabalho com a relação das ideais secundárias com a principal, para compreender a estrutura como um todo. Nesse processo, deve-se levar em consideração os *links* referenciais (ou organizacionais) e os *links* semânticos (ou de conteúdo). Os *links* referenciais são criados para a organização da superestrutura textual e o *link* semântico é utilizado para a criação da estrutura semântica hipertextual, direcionando o usuário para o conteúdo do nó. Pode-se utilizar o procedimento *bottom-up*, associando os *links* em estruturas, ou o *top-down*, no qual pegam-se as ideias gerais e as decompõem em detalhes, ou seja, em módulos.

Enquanto, no texto linear, o leitor indexador pode contar com a coerência textual e a estrutura hierárquica da informação, no caso do hipertexto, o autor tem que considerar que nem todos os parágrafos podem ter a mesma importância em todo texto a ser convertido. Na estruturação de um hipertexto, o autor deverá analisar os blocos de informação que terão seus conteúdos representados por unidades de informação/conceitos, que visam a uma representação com coerência e coesão em sua estrutura semântica, que abarque um conteúdo específico, e não dependendo da leitura prévia de outros nós para seu entendimento. Salienta-se que é por meio dos *links* que o autor constrói a coerência semântica do hipertexto, produzindo o significado dentro do contexto.

A questão da fragmentação é um dos maiores problemas que ocorre na estruturação de um hipertexto, pois não se pode comparar o parágrafo com um nó de informação. Segundo Heinonen (1998), a fragmentação é um problema de escolha dos limites dos parágrafos que melhor podem representar o conteúdo semântico fragmentado. Ela se dá na fase de escolha e estruturação das informações relevantes e criação de *links* pertinentes. Esses fragmentos, ou seções, são conectados e, quanto mais *links* existir em um hiperdocumento, mais fragmentado ele será.

Uma possível solução para a questão da fragmentação está no conceito de modularidade, que é a formação de blocos de informação e a estruturação do documento em módulos, permitindo definir os blocos de informação, os seus conteúdos, as ligações entre eles e a sua organização

coerente. O módulo é a unidade básica na construção do sistema. Modularidade, que será definida aqui como a divisão de documentos completos em pequenos módulos lógicos, é vista como importante conceito para as ferramentas biblioteconômicas que representam os conceitos de uma área, proporcionando a divisão mais específica dos esquemas dos documentos.

Cada módulo pode ser composto de um ou mais parágrafos que representam seu conteúdo, mantendo-o independente de outros módulos, sem a necessidade de relação entre eles, podendo ser representado por um único conceito. Isso permite que o autor do hipertexto use o conceito para representar o conteúdo do módulo, em vez de mostrar todas as sentenças e períodos que o compõem. Em cada módulo de informação, três aspectos são considerados essenciais: clareza, foco e completude. Esta interatividade se realiza por meio dos *links* determinados pelo autor do hipertexto, em níveis de modularidade que caracterizam essa navegação.

Dentre os procedimentos realizados na primeira etapa da indexação, *análise de assunto*, a leitura documentária tem como propósito principal a compreensão do texto para sua representação. Para fins de estruturação de um hiperdocumento, este procedimento não é exceção. Porém, o autor do hipertexto tem que ter em mente que o texto será refletido em uma tela, e os recursos de interatividade e multimodalidade devem ser levados em consideração.

De modo geral, o indexador realiza uma leitura rápida em diagonal no texto, analisando título, concentrando-se no início e no fim de capítulos, seções, resumos, índices dos livros e artigos. Analisam-se as partes mais importantes para extrair os conteúdos importantes do texto para, então, traduzir a informação que considera relevante para uma linguagem documentária. A leitura documentária tradicional com objetivo de compreender o conteúdo do documento e representá-lo não segmenta o texto em módulos para representá-los, mas sim, entende o texto como um todo com o intuito de fazer a organização estrutural do hipertexto, em blocos de informação, chamados nós, que serão inteligados pelos *links* (frase indexatória) escolhidos posteriormente, com vistas à necessidade do usuário para recuperação do documento.

Assim, pode-se realizar o procedimento da leitura documentária para a representação do conteúdo do hipertexto seguindo as mesmas

orientações para sua realização no texto linear, mas deve-se adequá-la de acordo com as características que serão exigidas para representar um texto não linear. Deve-se levar em consideração a macroestrutura e a superestrutura textual, tendo em mente o sentido global do texto e sua estrutura. Aliado a isso, ressalta-se a mesma necessidade do conhecimento prévio do autor do hipertexto, as questões cognitivas, o contexto e o usuário.

O autor do hipertexto pode seguir os mesmos estágios previstos na *análise de assunto* realizada no texto linear. Começando pela leitura documentária, que perpassa todos os estágios, o autor (1) compreenderá o conteúdo do documento como um todo, analisando as partes entendidas como mais importantes, conforme descritas anteriormente, para que possa nortear-se durante a leitura, e entender as intenções do autor. No caso da compreensão do texto para conversão em hipertexto, o autor não precisa ir nas partes tão detalhadas, como sugerida pelo UNISIST (1981), podendo dividir o texto em quatro partes: o título, o resumo, o conteúdo principal do texto e as referências. Diferentemente da *análise de assunto* do texto linear, interessa mais para o autor a macroestrutura do texto, para determinar quais serão os blocos de informação que comporão a estrutura semântica, demarcando os limites textuais e transformando-os em pequenos módulos lógicos e coerentes, que comporão a organização estrutural deste hipertexto, completando, assim, o primeiro estágio da *análise de assunto*.

Na sequência, o autor do hipertexto passa para o segundo estágio, no qual irá (2) identificar os conceitos/*links* que representarão os conteúdos dos módulos selecionados de uma maneira lógica; porém, neste estágio, o autor deve ter em mente que ele não estará selecionando conceitos que irão representar o documento no todo. Como descrito anteriormente, cada módulo selecionado é transformado em um conteúdo independente; portanto deve-se pensar no conteúdo do módulo, porém sem perder a ideia do documento no todo; fazendo a mediação entre as ideias do autor com as necessidades dos usuários, inseridos dentro de um determinado contexto. Esses módulos irão formar a estrutura semântica do documento, na qual o usuário poderá selecionar, fazer associações, que podem ser sequenciais ou não, sendo distribuídos em níveis hierárquicos. Sobrepor diferentes camadas ou vários documentos suplementares sobre um único assunto pode simular um hipertexto estratificado, como se fossem vários textos em um só documento.

No terceiro estágio, o autor irá (3) selecionar os conceitos válidos para representação do conteúdo de cada módulo, transformando-os em *links*, que irão constituir a rede de conexões do hipertexto. Nesse estágio, o autor deve considerar, também, os aspectos conceituais envolvidos na determinação dos *links,* que constituem uma unidade de informação, que levará o usuário ao acesso do conteúdo do nó. Este procedimento de seleção dos conceitos relaciona-se com a escolha dos conceitos julgados relevantes para o acesso ao módulo de informação, tendo em vista os objetivos a serem alcançados. Ressalta-se aqui que, no caso dessa atividade no hipertexto, escolhe-se somente um conceito que representará o módulo de informação, seja por meio de um termo ou uma frase de indexação.

O Quadro 1 apresenta os aspectos das atividades da leitura documentária na conversão do texto em hipertexto, tendo por base os estágios dessa leitura sugeridos pelo Unisist (1981). Ao final desse processo intelectual, passa-se para a implementação da estrutura do hipertexto, combinando os módulos de informação, levando em consideração o processamento cognitivo e lógico do usuário.

Quadro 1 - Atividades da leitura documentária realizadas durante o processo de conversão de texto em hipertexto

Atividades da Leitura Documentária- UNISIST (1981).	**Atividades da leitura documentária realizadas durante o processo de conversão do texto em hipertexto.**
Compreensão do conteúdo do documento como um todo.	Compreensão da macroestrutura do texto para determinar quais serão os blocos de informação que comporão a estrutura semântica, demarcando os limites textuais e tornando-os pequenos módulos lógicos e coerentes, que comporão a organização estrutural deste hipertexto.
Identificação dos conceitos que representam esse conteúdo.	Identificação dos conceitos/*links* que representarão os conteúdos de cada módulo selecionados, sem perder a ideia do documento no todo.

Seleção dos conceitos válidos para recuperação.	Determinação dos *links* que representarão os conteúdos dos módulos na estruturação do hipertexto.

Fonte: Elaborado pela autora.

5 Considerações finais

A mudança ocorrida no mundo ocidental desde os meados do século XII até a chegada da informática transformou e evoluiu as formas de expressões do conhecimento. A alteração do texto impresso para o texto eletrônico criou uma grande transformação na maneira como armazenamos e acessamos a informação. Surgem os textos eletrônicos, que podem ter as mesmas características dos textos lineares; e podem também ser textos não lineares, representando uma nova forma de escrita, chamados de hipertexto.

A forma não linear do hipertexto traz uma fragmentação textual como um problema, requerendo, assim, uma estrutura de relacionamentos configuradores de uma rede semântica que assegure a organização e recuperação deste conhecimento de acordo com o raciocínio humano. A modularidade apresenta-se como uma solução para a fragmentação, em que se subdividem os textos em unidades menores com conteúdos completos e mais focalizados, facilitando a organização do próprio autor do hipertexto e daqueles encarregados de sua manutenção. Além disso, o fato de serem esquemáticos os torna mais cognitivos, facilitando sua absorção e retenção na memória.

Na construção de um hipertexto, mantém-se a noção de autoria, porém alteram-se as relações entre o livro, o autor e o leitor. Assim, as fronteiras entre ler e escrever se tornam mais tênues. Apesar de o leitor ter a possibilidade de escolher uma trilha para navegar, de uma certa forma, ele continua lendo o texto linearmente, porque a estrutura foi proposta pelo autor, ou seja, as escolhas das trilhas a serem disponíveis são controladas pelo autor do hipertexto. Assim, o autor, o texto e o leitor têm uma interação a partir da característica intertextual do hipertexto.

O conhecimento do autor sobre o conteúdo, o usuário e o contexto é de suma importância, pois ele poderá pressupor quais as trilhas o usuário possa seguir, fazendo com que ele se sinta como se estivesse lendo

um texto tradicional. Por isso, é importante o autor manter a coerência textual, evidente no texto linear, propondo uma representação por meio de nós e *links* que considera relevante para a representação do conteúdo do texto.

Os processos de indexação podem subsidiar a conversão do texto em hipertexto para disponibilizá-lo na Web, porém exigem adaptação. Nesse contexto, o processo de indexação, especificamente a primeira etapa, a *análise de assunto*, pode ser apontado como uma solução para auxiliar nessa estruturação. A leitura documentária, realizada pelo autor do hipertexto durante estes três estágios, possui um papel interativo e mediador entre as ideias do autor, o usuário e o contexto. Ela irá auxiliar na compreensão do texto, na identificação dos módulos a serem representados e na seleção dos conceitos/*links*, contruindo uma estrutura semântica hipertextual com coerência e coesão.

O uso de método estruturado em conceitos, em vez de termos/palavras que são extraídos dos documentos, para representação dos *links* que farão a ligação entre os nós na estrutura hipertextual, possibilita criar uma rede semântica que considera o conteúdo do documento, o contexto e o usuário do hipertexto, evitando problemas semânticos, tais como a polissemia e a sinonímia. A construção de uma rede semântica coerente e o uso de vocabulário controlado podem tornar mais eficiente a recuperação na Web, assegurando que a informação relevante não se perca. Nesse contexto, na primeira etapa da indexação, os procedimentos da *análise de assunto* realizados no momento da leitura documentária se mostram de suma importância, a ser considerada na estruturação de hipertextos. Os *links*, como os conceitos, são unidades de informação, que devem representar o conteúdo do nó, dando sentido na trilha escolhida pelo usuário, formando uma rede de conteúdo que garante a compreensão global do texto. O ideal seria que a organização semântica do texto, que pode ser denominada de estrutura conceitual, refletisse as relações semânticas entre os assuntos que o compõem.

O autor do hipertexto, que, muitas vezes, cria estas estruturas intuitivamente, poderá, a partir dessas reflexões, utilizar as abordagens linguística, cognitiva e lógica, inerentes à leitura documentária para auxiliá-lo na conversão de textos em hipertextos. Espera-se que este estudo

sirva como ponto de partida para futuras reflexões da perspectiva da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Referências

ARAÚJO, M. A. *Compreensão de hipertexto*: sob a perspectiva da teoria da mesclagem. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*. Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARTHES, R. *From work to text in textual strategies:* perspectives in post-structuralist criticism. Ithaca: Cornell University Press, 1979.

BLAIR, D. C. *Language and representation in information retrieval*. Amsterdam; New York: Elsevier Science, 1990.

BOLTER, J. D. *Writing space*: the computer, hypertext, and the history of writing. Hillsdal: Lawrence Erbaum, 1991.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject analysis: the critical first stage in indexing. *Journal of Information Science*, London, v. 19, n. 6, p. 439-54, 1993.

CONKLIN, J. Hypertext: an introduction and survey. *Computer*, New York, v. 20, n. 9, p. 17-41, 1987.

DAHLBERG, I. A referent-oriented, analytical concept theory of Interconcept. *International Classification*, Baden-Baden, v. 5, n. 3, p. 122-151, 1978.

DERRIDA, J. Signature event context. *In*: MARIN, S.; SUSSMAN, H. *Glyph*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University, 1977. p. 172-197.

DIAS, E. W.; NAVES, Madalena M. L. *Análise de assunto*: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

ELGELBART, D. *Augmenting human intellect*: a conceptual framework. Chapel Hill: Ibiblio, [1962]. Disponível em: http://www.ibiblio.org/pioneers/englebart.html. Acesso em: 07 fev. 2019.

ENSSLIN, A. *Canonizing Hypertext*: explorations and constructions. London: Continuum, 2007.

FACHINETTO, E. A. O hipertexto e as práticas de leitura. *Letra Magna:* Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Brasil, ano 02, n. 3, 2. sem. 2005.

FARROW, J.F. A cognitive process model of document indexing. *Journal of Documentation*, London, v. 47, n. 2, p. 149-166, 1991.

FOSKET, A. C. *A abordagem temática da informação*. Tradução de Agenor de Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FOUCAULT, M. What is an author? *In*: RABINOW, P. (ed.). *The Foucault Reader*. London: Penguin Books, 1979. p. 101-120.

FREI, H. P.; STIEGER, D. The use of semantic links in hypertext information retrieval. *Information Processing & Management*, Tarrytown, v. 31, n. 1, p. 1-13, 1995.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. *Journal of Documentation*, London, v. 46, n. 2, p. 81-101, june 1990.

FUGMANN, R. *Subject analysis and indexing:* theoretical foundation and practical advice. Frankfurt/Main: Indeks Verlag, 1993.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,* Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Lisboa: Asa, 1993.

GOMES, L. F. *Hipertexto no cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2011.

HEINONEN, O. Optimal multi-paragraph text segmentation by dynamic programming. *In*: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 36., INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 17., 1998, Montreal. *Proceedings* […]. Québec: L' Université de Montréal, 1998. Disponível em: http://citeseer.ist.psu.edu/heinonen98optimal.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

HJORLAND, Birger. The concept of "subject"in information science. *Journal of Documentation*, London, v. 48, n. 2, p. 172-200, June 1992.

HUTCHINS, W. J. The concept of "aboutness" in subject indexing. *Aslib Proceedings*, Bingley, v. 30, n. 5, p. 172-181, May 1978.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *Documentation:* methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Suíça: ISO, 1985. (ISO 5963-1985 (E)).

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias:* em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto.* São Paulo: Cortez, 2002.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LANDOW. G. P. *Hypertext 3.0:* critical and new media in a era of globalization. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

LANGRIDGE, D. W. *Subject analysis:* principles and procedures. London: Bowker-Saur, 1989.

LIMA, G. Â. B. O. *Mapa hipertextual (MHTX) um modelo para a organização hipertextual de documentos.* 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MAI, J. E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. *Journal of documentation*, London, v. 57, n. 5, p. 591-622, 2001.

MARQUES, E. V. Introdução aos sistemas de hipertexto. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 85-111, jan./jun. 1995.

McGARRY, K. *O contexto dinâmico da informação*: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MURRAY, J. H. *Hamlet on the Holodeck:* the future of narrative in cyberspace. New York: Free Press, 1997.

NAVES, M. M. L. *Curso de indexação*: princípios e técnicas de indexação, com vistas à recuperação da informação. Belo Horizonte: UFMG; Biblioteca Universitária, 2004. Material didático.

NELSON, T. The hypertext. *In*: SMITH, J. B.; HALASZ, F.; YANKELOVICH, N. (ed.). *Proceedings International Documentathm Federation*: Hypertext '87 Proceedings. New York: Association for Computing Machinery Presses, 1965. p. vii.

NONATO, R. S. *Teoria do conceito e hipertextos:* uma proposta para determinação de relacionamentos em *links* conceituais. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7V2GYA/dissertacao_nonato_2009.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 mai. 2016.

OTLET, P. *Traité de documentation*: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PETERSEN, T. Introduction. *In:* PETERSEN, T.; BARNETT, P. J. (ed.). *Guide to indexing and cataloging with the Arts and Architecture Thesaurus*. New York: Oxford University Press, 1994. p. xiii-xvi.

RADA, R. Focus on links: a holistic view of hypertext. *International Classification*, Frankfurt, v. 1, n. 18, p. 13-18, 1991a.

RADA, R. Trends in... A critical review. *Information Processing & Management*, Tarrytown, v. 27, n. 6, p. 659-617, 1991b.

ROBREDO, J. *Documentação de hoje e de amanhã:* uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. Brasília: Editora do Autor, 2005.

SILVA, M. R; FUJITA, M. S. L. A prática da indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, mai./ago. 2004.

SNYDER, I. *Hypertext*: the electronic labirinth. New York: New York University Press, 1997.

TAYLOR, A. G. *The organization of information.* 2. ed. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, 2004.

TESSIER, J. A. Hypertext linking as a model of expert indexing. *Advances in Classification Research*, Medford, p. 1991. Trabalho apresentado no 2º ASIS SIG/CR Classification Research Workshop, 1991. Disponível em: https://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/view/12555/11068. Acesso em: 13 mar. 2019.

UNISIST. Princípios de indexação. Tradução de Maria Cristina M. F. Pinto. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, p. 83-94, mar. 1981. Título original: Indexing principles.

VAN SLYPE, G. Lenguages de indización: concepción, contrucción y utilización en los sistemas documentales. Tradução de Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.

VILAN FILHO, J. Hipertexto: visão geral de uma nova tecnologia de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 295-308, set./dez. 1994.

VILAN FILHO, J. *Sistemas hipertexto para microcomputadores:* uma aplicação em informação científica e tecnológica. 105p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UNB, Brasília, 1992.

WEINBERG, B. H. Improved internet access: guidance from research oniIndexing and classification. *Bulletin of the American Society for Information Science*, Maryland, v. 25, n. 2, p. 26-29, 1999.

WORD WIDE WEB CONSORTIUM. *Semantic web*. 2010. Disponível em: http://www.w3.org/standards/semanticWeb/. Acesso em: 12 dez. 2019.

7

A leitura documentária e a indexação de documentos da área de saúde

Maria Cristiane Barbosa GALVÃO

Resumo: Tem-se por objetivo apresentar os processos de leitura documentária e indexação na área da saúde seguindo uma abordagem conectada com os demais processos de trabalho do campo da saúde. Para tanto, inicialmente, apresenta-se o conceito de saúde, as diversas áreas que a compõem e as instituições que atuam no setor saúde. Em seguida, apresenta-se o *modus operandi* do sistema de saúde brasileiro e os padrões terminológicos empregados no país para a indexação da informação produzida no contexto da assistência em saúde. Posteriormente, o capítulo apresenta exemplos de conteúdos informacionais produzidos por instituições de saúde do Brasil e o modo de indexação desses conteúdos realizados por tais instituições. Finalmente, na conclusão, discutem-se alguns delineamentos da leitura documentária e indexação no campo da saúde que possam ser integrados aos conhecimentos mais tradicionais sobre a temática. Conclui-se que o setor da saúde é um contexto que pode trazer muitas oportunidades para os profissionais da informação que possuem conhecimento sobre os processos de organização da informação, bem como sobre saúde, o sistema de saúde, sobre o complexo industrial da saúde e seus padrões.

Palavras-chave: Saúde. Informação clínica. Leitura documentária. Indexação.

Abstract: The objective is to present the processes of documentary analysis and indexing in the health area following an approach connected with the work processes of the health field. Thus, the chapter starts from more general concepts to more specific concepts.

Initially, it presents the concept of health, the several areas that compose it and the institutions that work in the health sector. Next, the modus operandi of the Brazilian health system and its terminological standards are presented. Subsequently, the chapter presents examples of information contents produced by health institutions in Brazil, as well as the process of indexing these contents. Finally, some aspects of documentary analysis and indexing in the field of health that can be integrated with the more traditional knowledge about the subject are discussed. It is concluded that the health sector is a context that can bring many opportunities for information professionals who have knowledge about the processes of information organization, as well as about health, the health system, industrial complex of health and health standards.

Keywords: Health. Clinical information. Documentary analysis. Indexing.

1 Introdução

Muitas vezes, para fins acadêmicos e didáticos, os processos de leitura documentária e indexação são apresentados aos discentes de graduação e pós-graduação de forma pasteurizada, ou seja, atenuando-se as potenciais dificuldades de sua realização nos diferentes campos de atuação profissional. A idealização na apresentação desses processos pode estar associada a múltiplos fatores como: exiguidade de tempo nos currículos para cobrir uma enorme gama de conteúdos; a ausência de pesquisas mais aprofundadas sobre o funcionamento dos processos de leitura documentária e indexação nos diferentes contextos; um pressuposto da área da ciência da informação de que o mesmo modelo teórico pode ser empregado em múltiplos contextos, apesar de suas especificidades; ou, um real desconhecimento de como as diferentes áreas técnicas ou científicas funcionam. Independente dos fatores envolvidos na construção dessa abordagem mais idealizada, observa-se que os graduados na área da ciência da informação possuem alguma dificuldade em transpor os modelos teóricos apreendidos academicamente para os diversos e heterogêneos campos de atuação profissional, incluindo-se aqui a área da saúde.

Considerando-se situações como a descrita acima, este capítulo tem por objetivo apresentar os processos de leitura documentária e indexação na área da saúde seguindo uma abordagem, na medida do possível, mais conectada com os demais processos de trabalho do campo da saúde. Para tanto, o capítulo parte de conceitos mais gerais para conceitos mais específicos. Assim, na primeira parte, apresenta o conceito de saúde, as diversas áreas que a compõem e as instituições que atuam no setor saúde.

Em seguida, apresenta-se o *modus operandi* do sistema de saúde brasileiro e os padrões terminológicos empregados no país para a indexação da informação produzida no contexto da assistência em saúde. Posteriormente, o capítulo apresenta exemplos de conteúdos informacionais produzidos por instituições de saúde do Brasil e o modo de indexação desses conteúdos realizados por tais instituições. Finalmente, na conclusão, discutem-se alguns delineamentos da leitura documentária e indexação no campo da saúde que possam ser integrados aos conhecimentos mais tradicionais sobre a temática.

2 O conceito de saúde e algumas de suas implicações

Segundo a constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicada em 1948, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1948). Dada essa delimitação conceitual, pode-se derivar que diversas áreas estudam saúde e fornecem assistência aos aspectos físicos, mentais e sociais dos seres humanos, estando aqui incluídas a medicina, a enfermagem, a psicologia, a nutrição, a biomedicina, a educação física, a fisioterapia, a terapia ocupacional, a odontologia, a farmácia, a assistência social, a fonoaudiologia, entre outras.

Além disso, cada uma dessas áreas possui especialidades. Assim, por exemplo, algumas especialidades da medicina são: angiologia, imunologia, anestesiologia, cancerologia, cardiologia, cirurgia, clínica geral, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, genética, geriatria, hematologia, infectologia, medicina do trabalho, medicina do viajante, medicina esportiva, medicina legal, nefrologia, neurologia, obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, patologia, pediatria, pneumologia, psiquiatria, radiologia, reumatologia, urologia etc. Observando a enfermagem, algumas de suas especialidades seriam: enfermagem em saúde da mulher, enfermagem em saúde do homem, enfermagem em saúde do trabalhador, enfermagem em saúde indígena; enfermagem em saúde mental, enfermagem aeroespacial, enfermagem aquaviária; enfermagem em acesso vascular e terapia infusional; assistência de enfermagem em anestesiologia; enfermagem em assistência

domiciliária; enfermagem em captação, doação e transplante de órgãos e tecidos; enfermagem em cardiologia; enfermagem em central de material e esterilização; enfermagem em centro cirúrgico; enfermagem em cuidados paliativos; enfermagem dermatológica etc.

Nesse momento, o mais importante a ser destacado é que cada uma das áreas da saúde e cada uma de suas especialidades, por sua vez, possuem múltiplos propósitos comunicacionais que são desdobrados em diferentes mensagens em linguagem verbal (oral ou escrita) e em mensagens que podem empregar linguagem visuais e mesmo sinais sonoros. Disso resulta que uma mensagem em oftalmologia difere enormemente de uma mensagem em ortopedia, ou em patologia ou em cirurgia, pois os objetos de estudo dessas especialidades diferem, bem como seus processos de trabalho, seus instrumentos e formas pelas quais coletam e compartilham dados e informações, conforme representado na figura 1.

Voltando ao conceito de saúde, a constituição da OMS também esclarece que a saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1948). Neste ponto é importante esclarecer que o fato de o acesso à saúde ser um direito de todos não significa que todas as pessoas serão tratadas de igual modo dentro do sistema de saúde. Vários estudos indicam que, por exemplo, a religião, o território onde a pessoa habita ou trabalha, sua cultura etc podem interferir na condição de saúde. Assim, a assistência em saúde oferecida para católicos pode ser diferente da assistência oferecida para testemunhas de Jeová, pois nesta religião não se aceita a doação nem a transfusão de sangue. Já os adventistas do sétimo dia, por exemplo, não podem comer carne de porco e alguns espíritas se recusam a comer carne vermelha. Logo, quando internados, precisarão receber uma dieta diferenciada. Em decorrência da heterogeneidade humana, os dados e as informações coletadas, por profissionais de saúde e por unidades de saúde, podem abordar as mais diferentes searas a fim de proverem uma assistência mais adequada para cada indivíduo.

Figura 1 - Exemplos de recursos empregados para coleta de dados e informações de pacientes, respectivamente, pela oftalmologia, ortopedia, patologia e pela cirurgia.

Fonte: https://pixabay.com/pt/

Voltando ao conceito de saúde, a constituição da OMS também esclarece que a saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1948). Neste ponto é importante esclarecer que o fato de o acesso à saúde ser um direito de todos não significa que todas as pessoas serão tratadas de igual modo dentro do sistema de saúde. Vários estudos indicam que, por exemplo, a religião, o território onde a pessoa habita ou trabalha, sua cultura etc podem interferir na condição de saúde. Assim, a assistência em saúde oferecida para católicos pode ser diferente da assistência oferecida para testemunhas de Jeová, pois nesta religião não se aceita a doação nem a transfusão de sangue. Já os adventistas do sétimo dia, por exemplo, não podem comer carne de porco e alguns espíritas se recusam a comer

carne vermelha. Logo, quando internados, precisarão receber uma dieta diferenciada. Em decorrência da heterogeneidade humana, os dados e as informações coletadas, por profissionais de saúde e por unidades de saúde, podem abordar as mais diferentes searas a fim de proverem uma assistência mais adequada para cada indivíduo.

A constituição da OMS também esclarece outro ponto importante para compreensão da área da saúde ao afirmar que os países têm responsabilidade pela saúde dos seus povos, a qual só pode ser assumida pelo estabelecimento de medidas sanitárias e sociais adequadas (WORLDHEALTH ORGANIZATION, 1948). Em outras palavras, a forma de organização da área de saúde pode variar de país para país, conforme as especificidades sociais, econômicas, religiosas e políticas. Disso decorre que alguns países, por exemplo, podem ter uma assistência em saúde onde o médico tem um papel mais importante que os demais profissionais (abordagem médico-centrada) ou ter uma assistência onde a equipe multiprofissional de saúde é formada por profissionais com papéis complementares. Além disso, alguns países podem focar mais a prevenção de doenças, como é o caso de Cuba, em contraposição a países com foco maior na atenção de doenças com maior complexidade, como é o caso dos Estados Unidos. De mesmo modo, os países podem apresentar uma organização da área da saúde com maior enfoque no financiamento público ou com mais enfoque no financiamento individual e privado. Assim, a organização da área da saúde assume diferenças significativas nos diferentes países, gerando, por sua vez ciclos informacionais diferenciados, com impactos significativos para a produção dos documentos, bem como para os processos de leitura, síntese e indexação documentária.

Pelo exposto, dadas as diferentes especificidades nacionais, imagina-se que não se pode pretender criar uma visão generalista e universal sobre a "*leitura documentária e a indexação de documentos da área de saúde*". Mas que, talvez, seja possível elaborar abordagens com foco nas especificidades de cada país. Este capítulo, por exemplo, focará no contexto brasileiro.

Outra delimitação conceitual importante é que, do ponto de vista econômico, a área da saúde é também conhecida como um complexo industrial, onde atuam diferentes instituições, quais sejam:

- Prestadores de serviços, incluindo instituições que desenvolvem atividades de atenção primária, secundária e terciária, instituições que realizam serviços diagnósticos e serviços terapêuticos. Esses prestadores organizam a cadeia de suprimento dos produtos industriais em saúde, articulando o consumo por parte dos cidadãos no espaço público e privado;
- Indústrias de base química e biotecnológica, abrangendo as indústrias farmacêuticas, de vacinas, hemoderivados e reagentes para diagnóstico;
- Indústrias de base mecânica, eletrônica e de materiais, englobando as indústrias de equipamentos e instrumentos mecânicos e eletrônicos, órteses, próteses e materiais para uso no campo da saúde;
- Instituições de pesquisa e desenvolvimento, englobando instituições públicas e privadas, institutos de pesquisa, universidades, as demais indústrias, as instituições que atuam nas transferências de tecnologia e propriedade intelectual;
- Instituições de governança e regulação, englobando os ministérios, as agências de saúde, as secretarias de saúde e demais instituições que zelam pelo bem-estar da saúde da população em geral (GADELHA, 2003; MOREL, 2005).

A partir do conceito do complexo industrial da saúde fica mais fácil compreender que se pode encontrar, por exemplo, um médico pediatra (profissional com formação na área da medicina) que atua diretamente com o paciente, ou que atua na indústria farmacêutica no desenvolvimento ou avaliação de medicamentos para crianças e adolescentes, ou que atua como secretário de saúde em algum munícipio, ou que atua como pesquisador em uma universidade pública. Dessa forma, além das diferentes áreas e profissionais que integram a saúde, essas áreas e profissionais produzirão informações diferenciadas de acordo com os contextos nos quais estão inseridos. Assim, por exemplo, o pediatra no contexto da assistência ao paciente, poderá estar focado na descrição de um novo caso clínico em pediatria. Na indústria farmacêutica, poderá ser responsável pela revisão do bulário dos medicamentos para crianças e adolescentes. No município, poderá ser o responsável por produzir alguma norma técnica em saúde

para higienização das mãos em creches e escolas infantis. Na universidade, será demandado a escrever um artigo científico.

Quando se apresenta o complexo industrial da saúde, pode-se também perceber que na área da saúde há múltiplos espaços para a atuação do profissional da informação e para o desenvolvimento dos processos de leitura documentária e indexação. No entanto, neste capítulo, focar-se-á na leitura documentária e na indexação de documentos nos contextos onde ocorrem a assistência direta em saúde, ou seja, nos prestadores de serviços como unidades de atenção básica, secundária e terciária, conforme será detalhado a seguir.

3 O sistema de saúde no Brasil, sua estruturação e seus padrões

A concepção do sistema de saúde brasileiro, cujo nome oficial é Sistema Único de Saúde (SUS), sua estrutura, forma de atuação e seus princípios foram estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988. Diferentemente de muitos países, o SUS prioriza três níveis de assistência. São elas: a atenção básica ou primária, a atenção secundária e a atenção terciária (BRASIL, 1988).

A atenção básica é um conjunto de ações, de caráter individual e coletivo, voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Uma das ações bem conhecidas da atenção básica brasileira é a vacinação da população. No Brasil, a atenção básica é de responsabilidade dos municípios e as unidades básicas de saúde (UBS) possuem equipes multiprofissionais que atuam em um território geográfico definido, prestam ações de saúde individuais e coletivas, trabalham com prevenção, diagnóstico e tratamento, realizam visitas domiciliares periódicas e ações com a participação popular e ações intersetoriais. Por exemplo, se os profissionais da UBS percebem que em um bairro há muitos adolescentes e jovens usando drogas, a UBS pode atuar frente ao município solicitando ações conjuntas com escolas primárias e secundárias a fim de que mais informações sobre os riscos associados ao uso de drogas ilícitas cheguem a esse público.

A atenção secundária é formada pelos serviços especializados empregando tecnologias intermediárias entre a atenção primária e a terciária. No Brasil, a atenção secundária é de responsabilidade, sobretudo, dos estados

da federação. As unidades de atenção secundária abarcam procedimentos especializados e realizam cirurgias ambulatoriais especializadas, procedimentos traumato-ortopédicos, ações especializadas em odontologia, patologia clínica, citopatologia, radiodiagnóstico, ultrassonografias, fisioterapia, terapias especializadas, próteses, órteses etc. Um exemplo de unidade de saúde que oferece atenção secundária no Brasil são as unidades de pronto atendimento (UPA) que estão abertas todos os dias, inclusive nos feriados e finais de semana, quando as UBS estão fechadas.

As unidades de atenção terciária, como os hospitais, trabalham com procedimentos de média e de alta complexidade, bem como com procedimentos de alto custo, como assistência aos pacientes oncológicos, cirurgias cardiovasculares, neurocirurgias, assistência aos portadores de queimaduras, transplantes, partos de alto risco, cirurgias reprodutivas, cirurgias reparadoras, cirurgias bariátricas, além de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade como a quimioterapia. No Brasil, uma das fontes para manutenção da atenção terciária é o governo federal.

O SUS, para funcionar em sua plenitude, possui fluxos informacionais bem definidos e, na medida do possível, informações indexadas segundo terminologias regulamentadas. Em 2011, o Brasil estabeleceu que, no âmbito do SUS, incluindo os níveis municipal, distrital, estadual e federal, passariam a ser empregadas terminologias como: a Nomenclatura Sistematizada de Medicina – Termos Clínicos (SNOMED-CT), a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), a Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP), e a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (BRASIL, 2011). Além dessas terminologias, as diferentes áreas da saúde também empregam padrões para a indexação para os dados e informações que produzem, como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), empregada no âmbito da fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e reabilitação, e a Classificação Internacional da Prática de Enfermagem (CIPE), empregada no contexto da enfermagem.

A SNOMED-CT é mantida pela *International Health Terminology Standards Development Organisation* (IHTSDO) e tem por objetivo ser a mais extensa e abrangente terminologia clínica multilíngue do mundo; contribuir para a melhoria da assistência ao paciente; facilitar

a recuperação da informação registrada no prontuário eletrônico; viabilizar o acesso efetivo à informação necessária à tomada de decisão; e facilitar a comunicação no contexto da saúde. O conteúdo coberto pela SNOMED CT abarca: achado clínico; procedimento; entidade observável; estrutura corporal; organismo; substância; produto farmacêutico/biológico; espécime; conceito especial; objeto físico; força física; evento; ambientes e localizações geográficas; contexto social; situação com contexto explícito; estágio e escala; relação conceitual; qualificador de valor; artefato de registro (INTERNATIONAL ..., 2019).

A CID é mantida pela OMS e empregada por mais de 100 países, sendo a terminologia de base para a identificação global de tendências e estatísticas de saúde e o padrão internacional para relatar doenças, condições de saúde, distúrbios, lesões e outras condições relacionadas à saúde. A CID permite: o fácil armazenamento, recuperação e análise de informações de saúde para tomada de decisões; o compartilhamento e a comparação de informações de saúde entre unidades de saúde, regiões e países; e permite comparações de dados e informações no mesmo local em diferentes períodos de tempo. Seus usos incluem: o monitoramento da incidência e prevalência de doenças, observação de reembolsos e tendências de alocação de recursos, e acompanhamento das diretrizes de segurança e qualidade. Permite também a contagem de mortes, doenças, lesões, sintomas, razões para o uso das unidades de saúde, fatores que influenciam o estado de saúde e causas externas da doença (WHO, 2019).

A CIAP integra a família de classificações adotadas pela OMS e tem por objetivo sistematizar a demanda dos pacientes pela atenção primária, pois nem sempre o paciente que procura esse nível de atenção tem ainda um diagnóstico ou receberá um diagnóstico, nos moldes estabelecidos pela CID. Assim, a CIAP está preocupada, principalmente, com compreensão do contexto social do paciente e em como as unidades básicas de saúde podem melhor atendê-lo (COMITÊ INTERNACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO DA WONCA, 2009).

A Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS é mantida pelo Ministério da Saúde do Brasil e congrega todos os procedimentos autorizados e oferecidos pelo SUS em território nacional, bem como os respectivos valores monetários a eles associados. Por meio do uso dessa Tabela terminológica, é possível que

uma unidade de saúde dimensione quais são os procedimentos que mais realiza, bem como, os custos envolvidos na assistência que oferece. Essa Tabela também é empregada em múltiplas situações de caráter econômico que ocorrem internamente no SUS (BRASIL, 2019).

A CIF integra a família de classificações da OMS, sendo uma classificação com múltiplas finalidades que fornece uma base científica para a compreensão e o estudo dos determinantes sociais da saúde. A CIF contempla códigos relacionados às funcionalidades biológicas, intelectuais, emocionais e sociais do ser humano (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004).

A CIPE é uma das classificações empregadas no âmbito da enfermagem e também integra a família de classificações da OMS. Por meio de seu uso, é possível realizar de forma sistemática a análise dos cuidados de enfermagem, recursos de enfermagem e resultados obtidos na assistência de enfermagem (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2016).

Tendo apresentado como o sistema de saúde é estruturado no Brasil, bem como os padrões terminológicos regulamentados pelo Ministério da Saúde, pode-se imaginar erroneamente que todos os documentos produzidos na assistência em saúde do Brasil são bem analisados e indexados. Para dissolver essa ilusão, é importante ressaltar que os profissionais de saúde do Brasil nem sempre recebem uma educação formal sobre o uso dos padrões terminológicos. Também, nas unidades de saúde, diferentes profissionais, não necessariamente treinados, recebem a tarefa de executar a indexação das informações produzidas. Logo, existe uma grande defasagem entre aquilo que o Ministério da Saúde gostaria que as unidades de saúde fizessem em termos informacionais e aquilo que, realmente, as unidades de saúde realizam ou são capazes de realizar no que se refere à padronização dos dados e das informações. Dito de outra forma, para que padrões terminológicos sejam empregados, a motivação precisa ser maior que a existência de uma portaria ministerial.

Adicionalmente, alguns padrões terminológicos recomendados pelo Ministério da Saúde do Brasil se sobrepõem semanticamente. Por exemplo, a terminologia SNOMED-CT se propõe a ser a terminologia mais abrangente, ou seja, com o maior número de termos padronizados, do setor saúde em todas as suas dimensões (física, mental e social). Logo, outras terminologias não seriam necessárias, se a SNOMED-CT fosse

efetivamente empregada no território nacional. No entanto, a grande maioria dos profissionais de saúde do Brasil desconhecem essa terminologia, pois é ainda muito recente na área. Em uma visão panorâmica, são as empresas de software para o setor da saúde que mais têm empregado a SNOMED-CT no processo de estruturação semântica dos sistemas que desenvolvem a fim de criar sistemas mais interoperáveis.

De forma geral, a terminologia mais empregada no Brasil, na atenção primária, secundária e terciária, ainda é a CID, pois vários sistemas epidemiológicos de caráter nacional e internacional demandam seu uso para contabilização estatística de doenças e demais condições de saúde. Contudo, isto não significa dizer que o emprego da CID é sempre apropriado, uma vez que há profissionais de saúde que não assimilaram a importância de seu uso para a padronização dos dados e informações em saúde, em grande parte porque não tiveram uma educação formal que priorizasse a dimensão informacional da assistência em saúde, como já explicado anteriormente.

Uma segunda terminologia bastante empregada no Brasil, sobretudo pela atenção terciária, é a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, pois alguns repasses de verba do governo federal e estadual para unidades de saúde implicam em seu uso. Logo, além da padronização em si, seu uso possui uma motivação financeira.

Embora algumas das constatações apresentadas possam ser frustrantes para os brasileiros, elas evidenciam que os profissionais da informação, conhecedores dos processos de leitura documentária e indexação, possuem um vasto campo para atuação em organização da informação na área da saúde, seja nas unidades de assistência em saúde, seja em disciplinas de graduação e pós-graduação do campo da saúde, seja na gestão municipal, estadual e federal onde são tomadas as decisões sobre o uso de padrões terminológicos em saúde.

4 A leitura documentária e a indexação na assistência em saúde

Para ilustrar o processo de leitura documentária e indexação na assistência em saúde serão apresentados a seguir dois casos clínicos, um do contexto da atenção primária e um do contexto da atenção secundária.

Geralmente, a atenção primária analisa todo o contexto de vida do paciente, sua interação com as demais pessoas e o ambiente em que vive. Para exemplificar a leitura documentária e a indexação nesse nível de assistência à saúde, focar-se-á no caso clínico de Dona Margarida, um personagem fictício. Este caso foi originalmente desenvolvido para alunos de um curso de especialização em atenção primária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, [20--]).

Caso clínico 1: Registro de visita domiciliar realizada pela médica Joana à Dona Margarida Silva de 75 anos. Dona Margarida é viúva de Seu Quinzinho. Ele morreu de derrame aos 85 anos. Ela continua apaixonada pelo marido. Como diz sua filha Jandira, "a mamãe vive no passado". Dona Margarida teve três filhos com o finado Quinzinho e mora agora na companhia de sua filha mais nova, Jandira, de 54 anos. Dona Margarida apresenta quadro de disúria, algúria e dor suprapúbica com sete dias de evolução, sem febre. Apresenta: baixa acuidade visual, má higiene bucal, lesões nos lábios e comissura labial, incontinência urinária há 5 anos, teste Mini-mental alterado (20 pontos) e Escala de Lawton para atividades instrumentais de 14/27. Além disso, a filha refere que "deve ter uns cinco anos que a mamãe começou a caducar. No começo, ela esquecia coisas assim, que tinha feito há pouco tempo, do tipo onde pôs as chaves, se deu ou não comida para os cachorros. Com o tempo foi piorando, esquecendo o nome dos netos e filhos, das coisas. Mas é impressionante: ela lembra de coisas da sua infância e adolescência com uma nitidez (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, [20--]).

Dado o caso clínico 1, no processo de leitura documentária, é importante identificar as informações e dados que se referem, de fato, ao paciente que está sendo atendido, pois, muitas vezes, o relato clínico pode abordar pessoas com as quais o paciente se relaciona, mas que não são o foco da assistência. Por exemplo, Seu Quinzinho, marido de Dona Margarida, morreu de derrame, mas Dona Margarida continua viva e, pelo relato, nunca teve derrame. Logo, o termo derrame não faz parte do perfil clínico de Dona Margarida. Assim, seria inadequado colocar uma padronização via CID para o relato de derrame que aparece neste caso clínico. Além disso, no processo de indexação, é importante ter a certeza que o paciente tem o problema que será indexado, bem como se todos os seus problemas foram identificados e indexados. Tanto a inclusão quanto a

exclusão de termos equivocados no processo de indexação poderão causar erros durante as futuras assistências ao paciente.

No quadro 1, foram então apresentados os termos extraídos do caso clínico 1 passíveis de indexação segundo alguns padrões terminológicos empregados na saúde.

Quadro 1 - Indexação do caso clínico de Dona Margarida segundo diferentes terminologias em saúde (continua)

Termos para indexação	CIAP (2010)	SNOMED-CT (2019)	CID (2018)	CIF (2004)	Tabela de Procedimentos do SUS (2019)
Visita domiciliar		50357006 Evaluation and management of patient at home (procedure)			03.01.05.014-7 Visita domiciliar realizada por profissional de nível superior.
Mulher		224526002 Woman (person)			
75 anos		105438007 Elderly woman (person) 102528008 Age more than 65 years (finding) |			
Viuvez	Z15 Perda ou falecimento do parceiro	3071008 Widow (finding)		d770.2 Relacionamentos íntimos. Possui problema moderado.	
Teve três filhos e mora com sua filha mais nova		72705000 Mother (person) 224135000 Lives with daughter (finding)		d760.0 Relacionamentos familiares. Não apresenta problemas.	

Disúria, algúria e dor suprapúbica há 7 dias	U01 Disúria/ micção dolorosa U13 Sinais/ sintomas da bexiga e outros;	49650001 Dysuria (finding) 162053006 Suprapubic pain (finding)	MF50.7 Dysuria	b6200.3 Micção. Possui problema grave.	
Lesões bucais	D82 Doença dos dentes e gengivas; D83 Doença da boca/ língua/ lábios	1089981000119106 Lesion of oral mucosa (disorder) |		s320.2 Estrutura da boca. Possui problema moderado	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 1 - Indexação do caso clínico de Dona Margarida segundo diferentes terminologias em saúde (continuação)

Termos para indexação	CIAP (2010)	SNOMED-CT (2019)	CID (2018)	CIF (2004)	Tabela de Procedimentos do SUS (2019)
Teste Mini-mental alterado (20 pontos).	P20 Alterações da memória; P70 Demência; A91 Investigação com resultado anormal;	273617000 Mini-mental state examination (assessment scale) 52448006 Dementia (disorder)	6D8Z Dementia, unknown or unspecified cause	b117.2 Funções intelectuais. Possui problema moderado. Inclui: Demência	
Baixa acuidade visual	F28 Limitação funcional/ incapacidade	13164000 Reduced visual acuity (finding)	9D40 Impairment of visual acuity	b210.3 Funções da visão. Possui problema grave.	

Incontinência urinária aos esforços	U04 Incontinência urinária	165232002 Urinary incontinence (finding)	MF50.2 Urinary incontinence	b6202.2 Continência urinária. Possui problema moderado.	
Escala de Lawton para atividades instrumentais de 14/27	A91 Investigação com resultado anormal A28 Limitação funcional/ incapacidade	273534002 Instrumental activities of daily living (assessment scale) 404981008 Ability to perform instrumental activities of daily living (observable entity)			
Má higiene bucal	P29 Sinais e sintomas psicológicos. Inclui falta de higiene	110299009 Poor oral hygiene (finding)		d5201.2 Cuidar dos dentes. Possui problema moderado.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode observar no quadro 1, cada instrumento terminológico prioriza uma dimensão do caso clínico, sendo a SNOMED-CT a terminologia que permite uma melhor representação do caso clínico. Um esclarecimento importante é que no caso clínico da atenção primária, incluiu-se como instrumento de indexação a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. No entanto, esta não tem sido empregada na atenção primária pois o repasse de verbas do governo federal para esse nível de atenção têm ocorrido de acordo com o número de habitantes do município. Logo, seu uso não traz implicações econômicas para as unidades de saúde de atenção primária.

Geralmente, quando o paciente possuí uma condição de maior complexidade ele é encaminhado para ser assistido por unidades de atenção secundária. Para ilustrar essa situação, será apresentado um caso clínico 2 no qual o paciente demanda atendimento de fisioterapia. O caso

em questão foi apresentado por Medeiros e Bertoldo (2011) e foi aqui adaptado para ilustrar o processo de leitura documentária e indexação.

Caso clínico 2: Paciente Márcio Silva, sexo masculino, branco, nascido no dia 11 de fevereiro de 2008, 11 anos. Avó relata que não houve problemas durante a gestação, porém a mãe da criança não fez acompanhamento pré-natal, histórico de prematuridade, nasceu de 24 semanas, após o nascimento permaneceu 3 meses na incubadora, fez uso de ventilação mecânica, foi diagnosticado como quadriplegia. Começou fazer acompanhamento fisioterapêutico aos 6 meses. Apresentou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM), conquistou controle cervical aos 6 meses, sentou com 1 ano e 2 meses, engatinhou com 1 ano e 8 meses e adquiriu a marcha com 2 anos e 4 meses. Atualmente, seu diagnóstico é sequela de paralisia cerebral do tipo diplegia. Faz uso de órteses em ambos os pés. As últimas sessões de fisioterapia foram realizadas duas vezes por semana, totalizando 10 sessões com duração de 40 minutos cada uma. O paciente continua em tratamento fisioterapêutico (MEDEIROS; BERTOLDO, 2011).

Conforme pode ser observado no quadro 2, para realizar a indexação do caso clínico da atenção secundária, excluiu-se a CIAP, pois esse padrão terminológico se aplica apenas à atenção primária. Em relação às especificidades do caso, não se considerou as condições de saúde da mãe do paciente, como é o caso da gestação e ausência de acompanhamento pré-natal.

Quadro 2 - Indexação do caso clínico de Márcio Silva segundo diferentes terminologias em saúde.

Termos para indexação	**SNOMED-CT (2019)**	**CID (2018)**	**CIF (2004)**	**Tabela de Procedimentos do SUS (2019)**
Homem	339947000 Man (person)			
11 anos	67822003 Child (person)			
Prematuridade	138091000119101 History of prematurity (situation)	KA21.4 Preterm newborn		

Quadriplegia	11538006 Quadriplegia (disorder)	8D20.10 Spastic quadriplegic cerebral palsy		
Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor	65401001 Psychomotor development, function (observable entity) 248290002 | Developmental delay (disorder	MB23.N Psychomotor retardation		
Controle cervical				
Engatinhou	282606002 Ability to crawl (observable entity)		d4550.0 Gatinhar. Não possui problema	
Diplegia	6481005 Diplegia (disorder)	MB52 Diplegia of lower extremities		
Órteses em ambos os pés	266732009 Orthosis for lower limb (physical object)		d465.2 Deslocar-se utilizando algum tipo de equipamento. Possui problema moderado	
Sessões de fisioterapia	91251008 | Physical therapy procedure (regime/therapy)			03.02.06.003-0 Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuromotor.

Fonte: Elaborado pela autora.

5 Conclusão

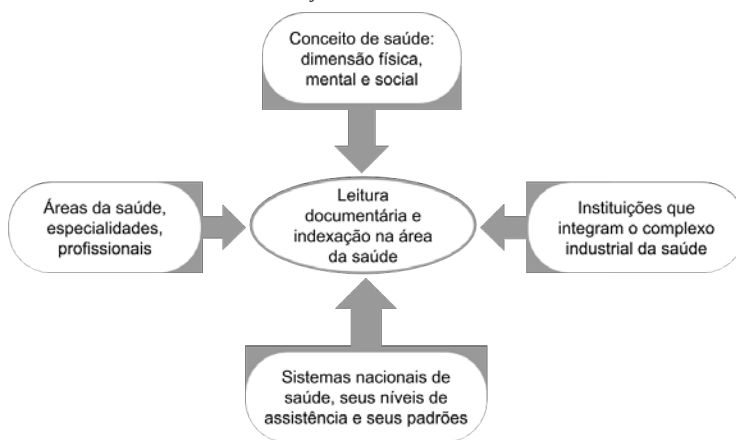
Este capítulo partiu de uma compreensão de que a análise documentária e a indexação são processos que sofrem a influência dos contextos no quais estão inseridos. Em relação à área da saúde, destacou que o conceito de saúde abrange a dimensão física, mental e social dos indivíduos,

sendo várias as áreas e especialidades que estudam aspectos do objeto saúde. Tais áreas, por sua vez, possuem especificidades comunicacionais. O capítulo destacou que, partindo do conceito de saúde, os diferentes países possuem autonomia para criar sistemas de saúde nacionais que reflitam os interesses religiosos, culturais, econômicos e políticos de suas populações. Dito de outro modo, os países também podem adotar diferentes fluxos informacionais no setor da saúde, incluindo a adoção de diferentes padrões terminológicos. No que se refere ao contexto brasileiro, o Ministério da Saúde, em portaria ministerial, definiu alguns padrões a serem empregados nos sistemas de informação em saúde. No entanto, grande parte desses padrões são pouco conhecidos dos profissionais de saúde brasileiros, o que dificulta seu uso. O capítulo elencou ainda algumas instituições que integram o complexo industrial da saúde, mas que não foram abordadas em profundidade como as instituições de pesquisa, a indústria farmacêutica e as agências regulatórias.

De forma geral, os elementos elencados, ao longo do capítulo, permitem esboçar algumas variáveis que interferem no processo de leitura documentária e indexação no setor da saúde, conforme sistematizado na figura 2.

Em relação aos casos clínicos apresentados para ilustrar a leitura documentária e a indexação na assistência em saúde, pode-se observar que a SNOMED-CT é a terminologia mais abrangente para a representação dos conteúdos informacionais em saúde. Contudo, as unidades de saúde têm optado por empregar os padrões terminológicos mais tradicionais como a CID e Tabela de Procedimentos do SUS. Imagina-se que estes casos também esclareceram que unidades de assistência em saúde produzem informações bem diferenciadas das universidades e dos textos técnico-científicos, demandando a utilização de terminologias clínicas para sua indexação. Assim, não se recomenda o emprego de terminologias que foram desenvolvidas para fins acadêmicos, como é o caso dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS), para a indexação de informações clínicas.

Como conclusão pode ser reiterado que o setor da saúde é um contexto que pode trazer muitas oportunidades para os profissionais da informação que possuem conhecimento sobre os processos de organização da informação, bem como sobre saúde, o sistema de saúde, sobre o complexo industrial e padrões demandados.

Figura 2 - Variáveis que interferem nos processos de leitura documentária e indexação na área da saúde

Fonte: Galvão (2019).

Referências

BRASIL. C*onstituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2073, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos níveis Municipal, Distrital, Estadual e Federal, e para os sistemas privados e do setor de saúde suplementar. *Diário Oficial da União,* seção 1, Brasília, p. 63, 01 set. 2011.

BRASIL. *Tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do Sistema Único de Saúde*. Brasília: DATASUS, 2019. Disponível em: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp. Acesso em: 02 fev. 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO DA WONCA. *Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP 2)*. 2. ed. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2009. Disponível em: https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/media/file/CIAP%202/CIAP%20Brasil_atualizado.pdf. Acesso em: 2 fev. 2019.

GADELHA, C. A. G. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 521-535, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000200015&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 fev. 2019.

INTERNATIONAL Health Terminology Standards Development Organisation. SNOMED CT. Dinamarca: IHTSDO, 2019. Disponível em: http://www.ihtsdo.org. Acesso em: 02 fev. 2019.

MEDEIROS, D. L.; BERTOLDO. M. G. W. Fisioterapia na paralisia cerebral: um relato de caso. *EFDeportes,* Buenos Aires, v. 16, n. 161, p. 1, 2011. Disponível em: http://www.efdeportes.com/ Acesso em: 02 fev. 2019.

MOREL, C. *et al*. Health innovation networks to help developing countries address neglected diseases. *Science*, Washington, v. 39, n. 15, p. 401-403, 2005. Disponível em: http://science.sciencemag.org/content/309/5733/401.full. Acesso em: 02 fev. 2019.

ORDEM DOS ENFERMEIROS. *CIPE*: Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem. Lisboa: OE, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *CIF*: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Lisboa, 2004. Disponível em: http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *Módulo de casos complexos*: Dona Margarida. São Paulo: UNIFESP, [20--]. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/casos_complexos/Caso_6.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Constitution*. New York, 1948. Disponível em: http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *ICD 11 is here*. América: WHO. c2019. Disponível em: https://www.who.int/classifications/icd/en/#. Acesso em: 02 fev. 2019.

8

A tematicidade textual na análise de assunto da indexação: aspectos inerentes à atuação profissional do indexador

Roberta Cristina Dal'Evedove TARTAROTTI

Resumo: No domínio da Organização do Conhecimento (OC), a abordagem teórica da indexação objetiva a representação temática em sistemas de recuperação da informação. No entanto, o processo de indexação realizado pelo indexador reveste-se de uma complexidade característica notadamente em dois momentos distintos: a análise de assunto/identificação de conceitos (tematicidade intrínseca) e a seleção de conceitos (tematicidade extrínseca). Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo trazer algumas considerações teóricas em torno da tematicidade textual na análise de assunto do processo de indexação, particularmente sobre a tematicidade extrínseca textual da etapa de seleção de conceitos. Neste viés, busca-se contribuir para o entendimento dos fatores interferentes no processo de indexação e da melhoria da atuação do bibliotecário indexador como um leitor profissional. Conclui-se que o estabelecimento de interfaces interdisciplinares da Organização do Conhecimento (OC) com outros campos científicos contribui não apenas para a resolução de problemas teórico-práticos em torno da representação e recuperação temáticas da informação como também para seu fortalecimento como campo científico.

Palavras-chave: Indexação. Análise de assunto. Tematicidade textual. Indexador.

Abstract: In the Knowledge Organization (OC) domain, the indexing theoretical approach aims at thematic representation in information retrieval systems. However, the indexing process carried out by the indexer has a complexity characteristic, especially in two different moments: the subject analysis/concept identification (intrinsic thematicity) and the concept selection (extrinsic thematicity). Therefore, the work aims to bring some theoretical considerations around the textual theme in the subject analysis of the indexing process, particularly on the extrinsic textual theme of the concepts selection stage. In this bias, it was sought to contribute to the understanding of the interfering factors in the indexing process and the improvement of the indexer librarian's role as a professional reader. It is concluded that the establishment of interdisciplinary interfaces of the Knowledge Organization (OC) with other scientific fields contributes not only to the resolution of theoretical-practical problems around the representation and the information thematic retrieval but also to its strengthening as a scientific field.

Keywords: Indexing. Subject analysis. Textual thematicity. Indexer.

1 Introdução

Diversos autores têm se debruçado nas questões teórico-metodológicas visando à consolidação da Organização do Conhecimento (OC) como disciplina científica e domínio de conhecimento. Por definição, o campo da Organização do Conhecimento (OC) é "[...] um sub-domínio-chave da Ciência da Informação, que é dedicado à ordem conceitual do conhecimento" (SMIRAGLIA, 2011, p. 1, tradução nossa) e "[...] um domínio inter e multidisciplinar indispensável para as atividades científicas, que também é praticada dentro da moderna Ciência da Informação" (BABIK, 2014, p. 328, tradução nossa).

Na Ciência da Informação, a leitura documental é pressuposto básico das atividades desempenhadas pelos profissionais que lidam com o tratamento temático da informação. O objetivo deste tratamento temático é possibilitar a representação por assunto de recursos informacionais e sua posterior recuperação pelos usuários nos sistemas de recuperação da informação: catálogos online, bases de dados ou mais atualmente em repositórios institucionais ou repositórios de dados de pesquisa no contexto de bibliotecas acadêmicas, dentre outros. Assim, uma das características imprescindíveis em um sistema de recuperação da informação é representar o conteúdo intelectual dos documentos para prover acesso aos mesmos baseando-se no seu **assunto**.

A análise de assunto, que se caracteriza pelo conjunto dessas subetapas, é considerada na literatura e na prática profissional como a mais importante de todo o processo de indexação, pois resultará na representação do assunto principal do recurso informacional, tornando-se a "operação base para todo o procedimento de recuperação de informações" (CESARINO; PINTO, 1980, p. 32). A importância da análise de assunto é reforçada por Fujita (2003, p. 78), para quem "[...] o assunto ou tematicidade do documento é o cerne principal e mais carente de esclarecimentos dentro dos estudos em análise documental". Entretanto, as variáveis na indexação são muitas e pouco conhecidas, considerando-se as inúmeras possibilidades de significados e ideias contidos nos recursos informacionais em cada elemento no processo, além da presença da subjetividade, que depende particularmente do indexador (MAI, 1997a, p. 65).

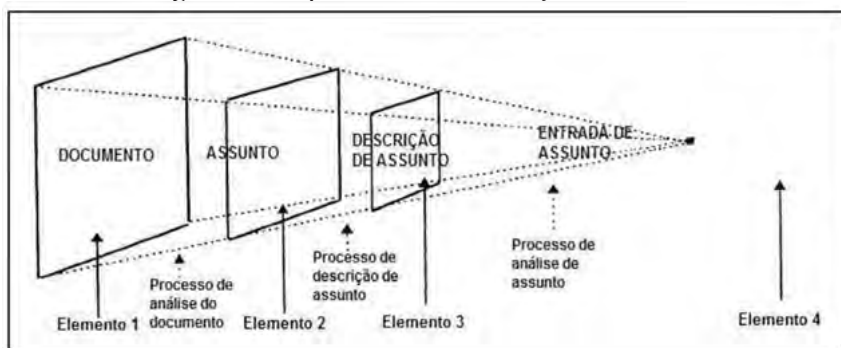
A abordagem teórica da indexação, ao adaptar ou propor uma metodologia que vise uma análise de assunto adequada dos recursos informacionais deve admitir que esta ocorre na leitura documental. Neste sentido, abordagens interdisciplinares com outros campos científicos tal como a Linguística que têm o texto como objeto de estudo contribuem para um maior entendimento desta atividade (TARTAROTTI; BOCCATO, 2013, p. 43). Nesse viés, busca-se tecer algumas considerações teóricas em torno da tematicidade textual da análise de assunto da indexação, especialmente no que tange à **tematicidade extrínseca textual da etapa de seleção de conceitos**.

2 A análise de assunto para identificação e seleção de conceitos no processo de indexação

Conceitualmente, a indexação de assuntos caracteriza-se como um processo formado por subprocessos ou etapas que identificam o conteúdo de um recurso informacional por meio de uma metalinguagem construída – a linguagem documental -, visando a efetiva recuperação da informação (TARTAROTTI; BOCCATO, 2013, p. 40). Em termos teóricos, qualquer recurso informacional pode ser indexado/representado por meio de conceitos em busca da satisfação de necessidades informacionais específicas (GIL LEIVA, 2008, p. 64). Logo, a indexação vai além da representação temática da produção científica – foco dos produtos e serviços - podendo

ser aplicada, em um contexto mais amplo, a qualquer recurso informacional ou objeto passível de ser denominado documento.

Embora não consensuais entre os autores da literatura especializada no temário, para Mai (2000, p. 294) o processo de indexação pode ser desconstruído revelando três etapas: *processo de análise do documento, descrição do assunto e processo de análise de assunto e quatro elementos: documento, assunto, descrição do assunto e entrada do assunto*, assim representada geometricamente (Figura 1):

Figura 1. O processo de indexação de assunto

Fonte: Mai (1997a, p. 61) adaptado de Miksa (1983)[29].

Nesta **abordagem interpretativa** do processo de indexação, o autor considera a indexação como uma atividade intelectual que requer a interpretação do texto do recurso informacional por parte do indexador, indo além de uma atividade puramente técnica. Ao imprimirmos tais etapas e elementos no domínio dos modernos sistemas de recuperação da informação tais como bases de dados, catálogos online, repositórios institucionais ou repositórios de dados de pesquisa, na primeira etapa do processo de indexação é realizada a análise do recurso informacional digital ou, na terminologia do autor - objeto digital - visando à descrição temática, denominada de *processo de análise*. O primeiro elemento é o *objeto digital* que está sendo analisado. A segunda etapa é a formulação de uma frase de indexação ou descrição de assunto, denominada de *processo de descrição*, uma formulação mental ou escrita do assunto pelo indexador, tendo como

[29] MIKSA, F. *The subject in the dictionary catalog from Cutter to the present*. Chicago: American Library Association, 1983.

segundo elemento o *assunto* do documento ou do objeto digital, que pode estar presente apenas na mente do indexador. Já na terceira etapa ocorre a tradução da descrição de assunto em uma linguagem de indexação ou esquema de classificação, denominada de *processo de análise de assunto*. O terceiro elemento nesta etapa é a *descrição formal do assunto*, que pode ser escrita. Já o quarto elemento, denominado de *entrada de assunto*, é o produto da tradução da descrição formal do assunto em uma determinada linguagem de indexação do repositório institucional (MAI, 1997b, p. 55).

Cabe esclarecer que o autor propõe o uso do termo "análise do documento" para a primeira etapa do processo e "análise de assunto" para a última etapa do processo. Na literatura percebe-se a existência de mais de uma denominação para o termo *análise de assunto*, podendo ser denominada ainda de *análise temática* ou *análise conceitual*. Entretanto, entendemos que o termo **análise de assunto** é o que melhor representa o processo de análise do conteúdo temático do recurso informacional, considerando-se seu sólido estabelecimento e aceitação da terminologia na literatura científica do campo da Organização do Conhecimento (OC).

Conforme Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 24), as etapas do processo de indexação não precisam ser necessariamente realizadas de maneira sequencial, visto que o indexador profissional já familiarizado com o processo pode realizá-las simultaneamente e até de maneira automática, situação corroborada na prática em estudo realizado com catalogadores e indexadores por Tartarotti (2014, p. 198), para quem quanto mais familiarizado com a área científica especializada no qual atua, mais estas etapas são superpostas durante o processo de indexação pelo profissional. Além disso, de acordo com Mai (2000, p. 280), a ação tomada por indexadores com diferentes níveis de experiência pode não ser exatamente a mesma, mas as etapas e elementos do processo de indexação de assunto são considerados fundamentais para qualquer processo de indexação.

No processo de indexação, a **análise de assunto** é considerada a etapa mais complexa e mais importante da indexação, pois determina os resultados das estratégias de busca realizadas pelos usuários do sistema de recuperação da informação, no momento da recuperação da informação. Durante a análise de assunto, o indexador examina o documento, procurando compreender o texto por meio da **identificação** do assunto, com o objetivo posterior de **selecionar** os conceitos indexáveis. Chu

e O'brien (1993) consideram a análise de assunto como fase inicial do processo de indexação que decidirá sobre os principais tópicos do assunto de um documento, precedendo a fase de tradução desses tópicos de acordo com a linguagem documental adotada pelo sistema.

Segundo Taylor e Joudary (2009, p. 305), a "[...] análise de assunto é a parte do processo de criação de metadados que identifica e articula o assunto do recurso informacional que está sendo descrito". O processo de análise de assunto abarca três subetapas; 1) análise conceitual para determinar de que trata o item; 2) descrição da tematicidade em uma declaração por escrito; e 3) utilização dessa declaração de tematicidade para atribuir termos de vocabulário controlado e/ou notações de classificação. Já para Raju e Raju (2006, p. 14), teóricos da abordagem teórica da catalogação de assunto, a análise de assunto consiste no "processo de analisar o assunto contido em um item antes da tradução desta análise conceitual em uma linguagem". Em síntese, a análise de assunto implica em determinar a tematicidade do documento mediante a identificação e seleção dos conceitos que comporão o assunto ou temas principal e secundários.

No contexto da análise de assunto realizada pelo indexador, a leitura documental possui um fundamental, pois "[...] para o indexador, seu cotidiano é concentrado no ato da leitura, de forma a viabilizar o acesso à informação contida nos documentos aos usuários dos sistemas de informação" (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 141). Conforme Fujita (2003, p. 94), é a leitura do documento que dá início à atividade de indexação, diferindo de uma leitura normal ao exigir procedimentos diferentes, "[...] ainda que os conhecimentos necessários para um bom entendimento de um texto sejam comuns a ambas". Aqui, "[...] esse leitor-indexador tem objetivo definido: identificação e seleção de conceitos que representem o conteúdo do texto e que coincidam com as necessidades informacionais da comunidade usuária do sistema de informação" (LARA, 1993, p. 50).

Todavia, é notável a dificuldade apresentada pelo indexador ao ler o documento com o objetivo de identificar e selecionar os conceitos representativos do assunto do documento, considerando-se que, na maioria das vezes, não é um especialista sobre o assunto que indexa. Por outro lado, o indexador bibliotecário pode ser tornar um especialista na

área em que atua devido à experiência adquirida ao longo do tempo na prática na atividade de indexação, além de cursos especializados (FUJITA, 2003, p. 84).

Considerando-se que a construção de qualquer texto de um recurso informacional é baseada em um ou mais temas, é por meio da **leitura profissional** na representação temática da informação que ocorre a busca pela **tematicidade** documental, revelada por meio da **análise de assunto** realizada pelo indexador - leitor profissional que interage com o texto para cumprir o objetivo da indexação. Sendo realizada durante a leitura documental, a análise de assunto é subdividida em outras três etapas: **compreensão** do conteúdo do recurso informacional; **identificação dos conceitos** que representam este conteúdo; e **seleção dos conceitos** válidos para recuperação. Se a análise de assunto, como primeira etapa da indexação, é realizada através da leitura - uma leitura documental -, é no momento da leitura em que os conceitos tratados em um documento são **identificados** e **selecionados**, para posterior representação em termos de indexação. Nesse sentido,

> [...] a **representação por conceitos** na **análise de assunto** para identificação e seleção de conceitos é diferente da **representação realizada na tradução** porque, em primeiro lugar, é realizada durante a análise de conteúdo do documento, ou seja, com o documento na íntegra e em segundo lugar, porque utiliza conceitos com os quais são representados os termos e assim identificada a tematicidade intrínseca do documento. Na tradução, de outro modo, a **representação** se dá com os **termos extraídos do documento analisado**, portanto, **fora do contexto** *documental* em que o autor desenvolveu o conteúdo significativo e utiliza uma linguagem *documental* que representa o vocabulário de áreas de especialidade com a finalidade de compatibilizar os termos identificados com os termos buscados pelo usuário (FUJITA, 2013, p. 50, grifo nosso).

Conforme apresenta Dal'Evedove (2002, p. 58), em uma abordagem ideal da prática da indexação, as etapas de leitura documental, análise de assunto/identificação de conceitos e seleção de conceitos precisam ocorrer durante a leitura, enquanto que a etapa de tradução dos conceitos que representam os conceitos em descritores da linguagem do

sistema deve ser feita após a leitura do documento. Esta visão permite que a análise seja realmente conceitual e compreensiva, pois a preservação do conteúdo do documento é uma garantia de relevância de recuperação, objetivo da eficiente indexação de conteúdo.

Referente às subetapas da análise de assunto, a **compreensão de leitura** é considerada uma condição necessária à leitura, ou seja, “[...] não existe leitura sem compreensão. Então, quando falamos em leitura para indexação, podemos dizer que o indexador necessita compreender o texto para identificar e selecionar conceitos, pois somente o fará a contento se houver compreensão” (FUJITA, 2003, p. 82). Sobre isso Farrow (1991, p. 151) adverte que o indexador compreende o texto basicamente do mesmo modo que um leitor fluente, porém, sob a influência de condições de tempo, objetivo definido, modelo a ser produzido e áreas temáticas definidas com estrutura textual padronizada dos recursos informacionais, podendo induzi-lo a um processo repetitivo e automático.

Na **identificação de conceitos**, o indexador, “após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo”. Esta etapa depende “[...] da tematicidade do texto e está atrelada à leitura do indexador e às suas concepções de análise de assunto adquiridas pela sua formação, objetivos e políticas de indexação” (FUJITA, 2003, p. 64-85). Deste modo, a identificação dos conceitos tratados num documento envolve como aspecto principal a compreensão do conteúdo do documento pelo leitor, de forma a representar e propiciar a seleção dos conceitos válidos para recuperação.

Já a etapa de **seleção de conceitos**, que ocorre após a identificação dos conceitos, está diretamente relacionada aos “objetivos para os quais as informações são indexadas”, sendo que “nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados” (FUJITA, 2003, p. 64).

3 A tematicidade textual na análise de assunto: da tematicidade intrínseca à tematicidade extrínseca

Como visto, a análise de assunto é subdividida nas etapas de **compreensão** do conteúdo do recurso informacional; **identificação dos conceitos** que representam este conteúdo; e **seleção dos conceitos**. Todo

texto possui uma **tematicidade intrínseca** – que podemos denominar de **tematicidade básica**, ou seja, um tema nuclear inerente ao texto e ligado à **produção** do mesmo, identificada na etapa de análise de assunto ou identificação de conceitos. De acordo com Todd (1992, p. 102), o nível de relação entre tematicidade e significado varia, pois depende "do uso que a pessoa pode encontrar da tematicidade do documento numa certa época, e o mesmo documento pode vir a ter diferentes significados para o mesmo leitor em diferentes épocas, entretanto o documento possui uma atinência fundamental". Esta etapa se refere à **identificação de conceitos**.

Por outro lado, a **tematicidade extrínseca** – que podemos denominar de **tematicidade profunda** – está diretamente relacionada com o **contexto** de produção e de recepção do texto, com a necessidade informacional dos usuários do sistema de recuperação da informação e com a política de indexação da instituição, ligada à **recepção** do texto. Estes fatores, quando conhecidos pelos profissionais que executam a atividade de indexação, são decisivos para a adequação temática ao contexto e respectiva recuperação temática. Esta etapa se refere à seleção de conceitos.

Na tematicidade do documento, destaca-se o conteúdo relativamente **permanente do documento (*aboutness*)**, o que nos leva à **tematicidade intrínseca textual**, enquanto que o **significado compreendido pelo usuário (*meanings*)** refere-se à **tematicidade extrínseca textual**. De acordo com Fujita (2003, p. 80), Begthol (1986)[30] fez distinção entre aboutness e meanings: "o *aboutness* é o conteúdo intrínseco do documento, que independe do uso temporal que um indivíduo possa fazer do mesmo em análise e que o faz possuir uma tematicidade relativamente permanente"; já o *meanings* (significados) pode ser medido de acordo com o uso particular do documento tendo em vista os usuários (FUJITA, 2003, p. 80).

Ainda para Fujita (2003, p. 79), não existe um consenso entre os autores em torno do termo *aboutness* em português, cunhado em 1969 por Fairthorne (1969). Enquanto para alguns autores significa "do que trata um texto", outros utilizam "atinência" ou ainda "**tematicidade**". Wellish (2000, p. 5) define *aboutness* como "[...] o conjunto de assuntos ou tópicos tratados em um documento, inclusive a intenção do autor e o

---

[30] BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Jornal of Documentation*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.

possível uso pelos leitores" Para Albrechtsen (1993, p. 220), tal conceito passou a ser pesquisado em substituição ao conceito de *subject* ou **"tema".** Nesse sentido, conceitualmente podemos considerar a tematicidade como sinônimo de tema. De acordo com Fujita (2001, p. 61), o tema possui uma estrutura temática composta por conceitos ou categorias ou facetas. A identificação das categorias ou conceitos na estrutura textual do recurso informacional ocorre por meio da análise conceitual e o conjunto das categorias identificadas formulará o tema do documento. Segundo Guimarães (2009, p. 35), o tema "[...] é uma representação abstrata da estrutura global do significado de um texto", compreendido ainda como um

> [...] núcleo informativo fundamental ou elemento em torno do qual se estrutura a mensagem, sua identificação permite ao receptor considerar "entender" o texto, daí poderá partir para a elaboração de resumo do texto, ou para exercício de retextualização sob diversas formas (paráfrases, comentários, resenhas, recensões, etc.). O processo seguido pelo receptor é, de certo modo, oposto ao utilizado pelo emissor. Se este procede desenvolvendo o tema, o receptor deve, reduzindo as informações que lhe são transmitidas, limitar-se ao fundamental, até chegar a esse núcleo informativo (GUIMARÃES, 2009, p. 35).

De forma geral, enquanto o *aboutness* refere-se ao "conteúdo relativamente permanente do documento", o *meanings* é entendido como "o significado compreendido pelo usuário" do sistema de recuperação da informação (FUJITA, 2003, p. 80). A literatura científica sinalizava que o interesse do indexador deve limitar-se ao *aboutness*, ou seja, à tematicidade textual, tendo em vista que o indexador lida com os conteúdos permanentes dos recursos informacionais (com as ideias propostas pelo autor), representadas através da linguagem textual.

Entretanto, os estudos mais contemporâneos defendem o estabelecimento de um novo paradigma no processo de análise de assunto, pois o *meanings*, ou seja, o contexto, também deve ser considerado pelo indexador durante a atividade de indexação, considerando-se que embora a tematicidade seja o conteúdo relevante do documento no contexto próprio do autor, algumas variáveis irão influenciar na determinação

desse conteúdo. Logo, a determinação do(s) assunto(s) do recurso informacional também está ligada a estes fatores. Segundo Cavalcanti (1989) a tematicidade intrínseca refere-se ao tema importante para o autor, enquanto que a tematicidade extrínseca refere-se ao tema importante do ponto de vista do leitor. Isso é denominado pela autora como “saliência autor – relevância leitor”.

Em síntese, no processo de representação da informação existem dois tipos de tematicidade: a **tematicidade intrínseca** (resultado da fase de **identificação de conceitos** na análise de assunto) e a **tematicidade extrínseca** (resultado da fase de **seleção de conceitos** na análise de assunto), conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - A tematicidade textual na análise de assunto do processo de indexação

Etapa da indexação	Subetapa da indexação	Tipo de tematicidade
Leitura documental	-	-
Análise de assunto	Compreensão de leitura	-
	Identificação de conceitos	*Tematicidade intrínseca*
	Seleção de conceitos	***Tematicidade extrínseca***
Tradução dos conceitos	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando-se que a tematicidade intrínseca e a tematicidade extrínseca são aspectos norteadores do processo de indexação, entendemos que a prática ideal desta atividade realizada pelo indexador deve abarcar tanto o *aboutness* (contexto de produção) quanto o *meaning* (contexto de recepção) dos recursos informacionais.

4 A tematicidade extrínseca da etapa de seleção de conceitos na análise de assunto

Na prática, a indexação é analisada sob três diferentes concepções teóricas ou perspectivas de análise que refletem na atuação profissional do indexador: indexação orientada para o documento (ênfase no documento), indexação orientada para o usuário (ênfase nos usuários) e indexação orientada para o domínio (engloba o **contexto**, o documento e os usuários) (GIL LEIVA, 2008, p. 62). De acordo com Fujita (2003, p. 72), a concepção de leitura orientada para o conteúdo deve orientar a identificação de conceitos e a concepção orientada para a demanda, a seleção de conceitos, sendo que a concepção do indexador está "diretamente vinculada com sua formação educacional (concepção orientada pelo conteúdo) e com a postura do sistema de informação (concepção orientada pela demanda) e não pelo fato de ele ser um leitor menos ou mais habilitado". Por abarcar uma visão mais ampla, a abordagem da indexação centrada no domínio representa o ideal em termos de indexação, pois considera outros elementos além do documento ou o usuário.

Sob a ótica de Smiraglia (2009, p. 674), a interpretação de um recurso informacional envolve o contexto em que o recurso informacional é interpretado, visto que anteriormente ao processo de indexação houve a criação do recurso informacional por uma determinada **comunidade discursiva,** resultado de diversos **atos de interpretação** por parte de seus atores sociais. Uma vez concluído, publicado e analisado por meio do processo de indexação possibilitando que o recurso informacional seja acessível, o objetivo é que este seja recuperado e utilizado pelos usuários da informação, estejam ou não inseridos dentro da própria comunidade discursiva que o elaborou (MAI, 2000, p. 272; MAI, 2001, p. 604).

No processo de indexação, a seleção de conceitos corresponde à etapa da análise de assunto que resultará na extração da **tematicidade extrínseca textual** do recurso informacional em análise pelo profissional indexador. Logo, a etapa de seleção de conceitos é influenciada pela variável **contexto**, que refere-se à análise de assunto em contextos de informação especializados e todos os elementos influentes no momento da leitura profissional, isto é, "[...] todas as condições nas quais se encontra o leitor quando entra em contato com um texto." (GIASSON, 1993, p. 40). Além disso, "[...] representa não apenas o **conhecimento prévio profissional** e

os **objetivos da atividade em questão**, mas o **ambiente** em que é realizada esta atividade profissional em leitura documental" (DAL'EVEDOVE, TARTAROTTI; FUJITA, 2015, p. 610).

Nessa perspectiva, para que o significado do conteúdo informacional de um documento seja o menos ambíguo possível, o mesmo deve ser analisado de acordo com o **contexto** no qual está inserido, uma vez que tal variável tende a agregar valor em determinados conceitos, os quais passam a assumir novos significados apenas mudando-se o ambiente de análise (PINTO MOLINA, 1993). Desse modo, "o conceito somente assume sentido quando levado em consideração o contexto de situação, em que o bibliotecário indexador deve ajustá-lo as suas decisões conforme a necessidade exigida pelo meio" (DAL'EVEDOVE; TARTAROTTI; FUJITA, 2015, p. 610).

Entretanto, como observa Olson (2007, p. 536), a maioria dos relacionamentos na **abordagem temática da informação** como os tesauros (produtos da concepção teórica da indexação), listas de cabeçalhos de assunto (produtos da concepção teórica da catalogação) ou esquemas de classificação (produtos da concepção teórica da classificação) está limitada às relações paradigmáticas, ou seja, são **relações intrínsecas**; não dependendo do contexto. Nesta **abordagem interpretativa** do processo de indexação, os principais problemas da representação de documentos estão relacionados ao significado e à linguagem, consequentemente que o **indexador** é o fator mais interferente do processo de indexação, pois os referentes de cada elemento no processo são entendimentos **subjetivos** e, portanto, que os resultados do processo são bastante incertos, e dependendo em grande parte de quem realiza a análise (MAI, 2000, p. 270; MAI, 1997a, p. 61).

Na opinião de Neves (2006, p. 43), o momento mais crucial do processo de indexação é a análise de assunto, pois reveste-se de uma subjetividade inerente à política de indexação, que determina prioridades a alguns assuntos. Para minimizar esta subjetividade na indexação, a formação e capacitação profissional desempenham um papel-chave. Entretanto, conforme alertam Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 151), "[...] apesar desse treinamento, em sua busca por termos para representar o assunto tratado no documento, o indexador baseia-se no discernimento próprio e na prática adquirida no exercício da profissão, o que, além

de tornar o processo de indexação **subjetivo**, questiona a eficácia da formação profissional".

No que concerne aos aspectos cognitivos do indexador enquanto leitor, ao considerarmos que todo fato cultural, atividade ou prática social constituem-se como práticas significantes, ou seja, práticas de produção de linguagem e de sentido (SANTAELLA, 2007, p. 10), isto nos leva ao campo da Linguística (a ciência da linguagem verbal), mais especificamente à abordagem teórica da **Linguística Textual**, considerando-se a relevância do objeto texto como *materializador de sentidos* no processo de indexação no âmbito da Organização do Conhecimento (OC).

De acordo com Koch (2009, p. 154), a multiplicidade cultural, histórica e funcional que caracteriza a moderna evolução do conhecimento seria impossível sem a existência de textos. Para Discini (2007, p. 14), "[...] o texto é uma unidade de sentido, dada por recorrência daquilo que é dito e de um modo próprio dizer".

Cavalcanti (1989, p. 48) considera a interação leitor-texto como um processo caracterizado por quatro principais aspectos: **ativo** (que envolve não compreensão, mas interpretação e exige competência comunicativa); **construtivo** (baseia-se em interpretação das expressões indexicais sinalizadas no texto); **interativo** (influenciado por variáveis de desempenho); e **reconstrutivo** (permite a introdução de vieses tanto das variáveis de desempenho como dos sistemas de valores do indexador). Neste contexto, a interação entre o indexador e o texto "[...] consiste numa amplitude de procedimentos coordenados e de operações perceptíveis, linguísticas e cognitivas, em que as características da estrutura textual fornecem subsídios ao conhecimento do bibliotecário indexador, aumentando a compreensão do assunto abordado" (DAL'EVEDOVE; TARTAROTTI; FUJITA, 2015, p. 609).

Nos estudos mais recentes sobre o texto e o discurso da Linguística Textual, recai uma ênfase na concepção de cognição humana de forma integrada, "[...] onde a linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados", assim como uma retomada do interesse pelas tipologias e gêneros textuais (BENTES, 2011, p. 282). No âmbito da Ciência da Informação, a cognição é percebida em todas as atividades realizadas pelos profissionais da informação, tanto no

tratamento descritivo ou temático quanto na recuperação da informação. Nesse sentido, “[...] a cognição implica que cada ato de processamento da informação, seja ele perceptivo ou simbólico, é mediado por um sistema de categorias e conceitos os quais, para o mecanismo de processamento da informação, constituem um modelo de mundo” (NEVES, 2006, p. 42).

Entre as diversas concepções de texto que fundamentaram os estudos em Linguística Textual, destacam-se: **concepção gramatical**: texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico; **concepção semiótica**: texto como signo complexo; **concepção semântica**: texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas; **concepção pragmática**: texto como ato de fala complexo; **concepção discursiva**: texto como discurso ‘congelado’, como produto acabado de uma ação discursiva; **concepção comunicativa**, texto como meio específico de realização da comunicação verbal; **concepção cognitivista:** texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos e, por fim, **concepção sociocognitiva-interacional**: texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (KOCH, 2009, p. 12). Na concepção sociocognitiva-interacional, “a compreensão deixa de ser vista como simples “captação” de uma representação mental ou como a decodificação de mensagem resultante de uma codificação de um emissor”, mas entendida como uma “atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos”, realizada “com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo” (KOCH, 2009, p. 18).

Ao considerarmos o processo de indexação com base em Koch (2009, p. 19), o sentido de um texto de um determinado recurso informacional é construído na interação recurso informacional-indexador (texto-sujeito) com três elementos: o **autor (produtor)**, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a diversas estratégias de organização textual e orientando o indexador profissional por meio de marcações textuais para a construção dos (possíveis) sentidos; o **recurso informacional (texto)**, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo autor entre as inúmeras possibilidades de materialização oferecida pela língua e estabelecendo limites quanto

às leituras possíveis; e o **indexador (leitor),** que, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído, das sinalizações que lhes oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos a fim de cumprir o objetivo da indexação.

De acordo com Koch (2009, p. 14-15), a concepção de sujeito – ou mais especificamente, a de *sujeito da linguagem* (neste caso, de autor e indexador) varia de acordo com a concepção de língua adotada**.** Em uma concepção de **língua como estrutura**, caracteriza-se um autor/indexador "não consciente", inerte, "assujeitado" pelo sistema, onde o comportamento individual é apenas um reflexo do comportamento coletivo, seja este linguístico ou social. O autor/indexador é inserido numa ideologia, numa instituição da qual é apenas porta-voz: é um discurso anterior que fala através dele. Ainda para a autora, se pensarmos na **língua como representação do pensamento**, percebe-se um autor/indexador individual, dono de sua vontade e de suas ações, social na medida em que se constrói em sociedade e com isto adquire a habilidade de interagir, que constrói uma representação mental e deseja que esta seja "captada" pelo interlocutor da maneira como foi mentalizada. Já na concepção de **língua como lugar de interação**, percebe-se o autor/indexador como ativo na produção do social e da interação. O autor/indexador reproduz o social na medida em que participa ativamente da definição da situação na qual se acha engajado, sendo um ator na atualização das imagens e das representações, sem as quais a comunicação não poderia existir. Desse modo, a concepção de língua como lugar de interação e do autor/indexador como um elemento ativo neste processo caracteriza o **contexto sociocognitivo**.

Conforme a autora, atualmente na Linguística Textual o **contexto** abrange não apenas o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores (que integra os demais), mas também todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais (neste caso, indexadores e atores durante o processo de indexação). Estes conhecimentos são classificados como: o **conhecimento linguístico** propriamente dito; o **conhecimento enciclopédico** (declarativo ou episódico, frames e *scripts*); o **conhecimento da situação comunicativa** e

de suas 'regras' (situacionalidade); o **conhecimento superestrutural** (tipos textuais); o **conhecimento estilístico** (registros, variedades de língua e sua adequação às situações comunicativas); **o conhecimento sobre os variados gêneros** adequados as diversas práticas sociais; **o conhecimento de outros textos** que permeiam nossa cultura (intertextualidade) (KOCH, 2009, p. 24).

Esta interação ocorre com o uso de estratégias cognitivas (inferências, focalização, busca de relevância, etc.), estratégias sociointeracionais (preservação das faces, polidez, atenuação, atribuição de causas a (possíveis) mal-entendidos etc.) e estratégias textuais (formas de organização do texto com vistas à produção de determinados sentidos) (VILELA; KOCH, 2001, p. 24, p. 464). Assim, todos estes conhecimentos são importantes para o indexador realizar uma análise conceitual e compreensiva no **processo de indexação**. Percebe-se que a literatura da área tem se voltado principalmente para as estratégias cognitivas e metacognitvas do indexador. Do ponto de vista da Linguística Textual, o processo de indexação é um **processamento textual,** e, portanto, torna-se relevante mais estudos sobre estas outras estratégias de interação descritas por este campo.

Se um texto escrito não é recebido ativamente pelo indexador, pressupondo energia de processamento cognitivo por parte do indexador. Desse modo, a cognição será mais eficaz se completada pela **metacognição**, isto é, "pelos princípios que regem a desautomatização consciente das estratégias cognitivas ou o pensamento sobre nosso próprio pensamento". Assim, "[...] um texto não tem sentido por si mesmo, mas graças à interação que se estabelece entre o conhecimento apresentado no texto e o conhecimento de mundo armazenado na memória do interlocutor" (GUIMARÃES, 2009, p. 17). De acordo com Vilela e Koch (2001, p. 559), enquanto os **modelos cognitivos** (frames, *scripts*, cenários, modelos episódicos, esquemas, modelos mentais) controlam o conteúdo semântico do texto, isto é, o que está sendo ou será dito, os **modelos de contexto** controlam a maneira como os interlocutores vão formular tais conteúdos em função do contexto em que a interação se realiza.

Somada às características inerentes à etapa de identificação de conceitos da análise de assunto que trazem uma complexidade própria à atividade de indexação por envolver aspectos cognitivos, a etapa de seleção

de conceitos é influenciada notadamente pelos elementos de **política de indexação** e pelo perfil dos **usuários**, e em uma abordagem mais ampla, pela política de informação presentes no contexto institucional em que o indexador atua. Embora o assunto seja a informação relevante abordada no recurso informacional, a seleção do assunto sofre a influência da política de indexação do sistema de informação à qual pertence, pois a instituição decidirá, dentre outros elementos, se o tema extraído do documento terá um nível mais específico ou mais genérico com base no perfil da comunidade usuária. Nesse cenário,

> A atuação profissional no tratamento temático da informação deve ser regida por uma política própria e única, que considere a instituição como um todo, seus usuários, colaboradores, estrutura física e financeira, entre outros. Como um processo que vai muito além de um fazer técnico – mas sim, uma atividade altamente cognitiva e humana, sendo, portanto, passível de influências sociais - a qualidade do tratamento temático da informação no contexto de bibliotecas universitárias depende ainda da coleção e da comunidade usuária local. [...] São diversos os fatores que afetam o processo de indexação, já que não existe uma única maneira de indexar corretamente um documento (TARTAROTTI, 2014, p. 228).

Assim, ao refletir os fundamentos teórico-metodológicos do campo da Organização do Conhecimento e, ao mesmo tempo, as necessidades profissionais, o estabelecimento de uma política de indexação formalizada em um manual de indexação contribui com o processo de melhorias contínuas na atuação profissional do indexador, pois fornece as diretrizes de indexação ao profissional indexador em seu contexto de atuação.

5 Considerações finais

Como considerações finais, verifica-se que os aportes teóricos da Linguística Textual são relevantes e podem contribuir, em **termos teóricos**, para o fortalecimento da abordagem teórica da indexação do campo da Organização do Conhecimento (OC) e em **termos práticos**, para a atuação do indexador como um leitor profissional, reforçando ainda mais

a relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Linguística, em torno da representação e materialização de sentidos.

A complexidade inerente ao processo de análise de assunto – realizada durante a leitura documental, ou seja, com o texto "em mãos" - é ampliada ao lançarmos o olhar para a etapa de **seleção de conceitos**, que ocorre após a leitura do documento, ou seja, não mais com o texto. Isto porque na seleção de conceitos são vários os fatores interferentes. Desse modo, a etapa de seleção de conceitos é tão ou ainda mais complexa que a etapa de identificação de conceitos, por conter ainda mais elementos e fatores interferentes no processo, **fatores extrínsecos** que independem da leitura documental e, portanto, do contexto onde o profissional atua. Reforça-se ainda a visão de Dal'Evedove, Tartarotti e Fujita (2015, p. 612) sobre a importância de considerarmos tanto a abordagem sociocognitiva como a abordagem sociocultural nos estudos em torno da indexação, mais especificamente na etapa de seleção de conceitos que abriga a tematicidade extrínseca textual da análise de assunto, tanto na formação quanto na capacitação do indexador.

Diante destas reflexões em torno da tematicidade extrínseca textual da análise de assunto para indexação e do texto como objeto de estudo da Linguística Textual, recomenda-se estudos comparativos em torno dos fatores interferentes na análise de assunto, especialmente sobre as convergências e divergências entre os fatores interferentes na etapa de identificação de conceitos e os fatores interferentes na etapa de seleção de conceitos, bem como a relação entre a seleção de conceitos e a recuperação da informação. Além disso, pesquisas interdisciplinares que versem sobre a abordagem teórica da análise do discurso, tal como a abordagem bakhtiniana, podem contribuir com aportes teórico-práticos da tematicidade intrínseca e da tematicidade extrínseca na representação temática da informação no processo de indexação

Finalmente, ao *incorporar novas, diferentes e futuras v*ozes (McTAVISH, 2014, p. 330) nos estudos sobre a análise de assunto do processo de indexação, acredita-se que a representação temática da informação nesta abordagem discursiva e contextual como um modelo alternativo permita realmente a recuperação dos recursos informacionais nos sistemas de recuperação da informação, contribuindo para o entendimento

dos fatores interferentes no processo de indexação e da melhoria da atuação do bibliotecário indexador como um leitor profissional.

Referências

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The indexer*, London, v. 18, n .4, p. 219-223, Oct. 1993.

BABIK, W. *et al*. ISKO and Knowledge Organization's 25th anniversary: the future of Knowledge Organization and ISKO Panel Discussion. Reported by Rebecca Green. *Knowledge Organization*, Wurzburg, v. 41, n. 4, p. 327-331, 2014.

BENTES, A. C. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v.1.

CAVALCANTI, M. do C. *Interação leitor-texto*: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

CESARINO, M. A. N., PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun.1980.

CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject analysis: the critical first stage in indexing. *Journal of Information Science*, Cambridge, v. 19, n. 6, p. 439-454, 1993.

DAL'EVEDOVE, P. R.; TARTAROTTI, R. C.D.; FUJITA, M. S. L. Reflexões acerca do desenvolvimento de metodologias para análise de assunto. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 607-614. (Série: Estudos Avançados em Organização e Representação do Conhecimento, v. 3).

DAL'EVEDOVE, R. C. *Compreensão de leitura em análise de assunto para identificação e seleção de conceitos*. 2002. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

DISCINI, N. *A comunicaç*ão nos textos. São Paulo: Contexto, 2007.

FAIRTHORNE, R. A. Content analysis, specification, and control. *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, v. 4, p. 73-109, 1969.

FARROW, J. F. A cognitive process model of document indexing. *Journal of Documentation*, London, v. 47, n. 2, p. 149-66, 1991.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, dez. 2003.

FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*: uma contribuição à formação do indexador. Marília: UNESP; CNPq, 2001. 190 p. (Relatório Parcial de Pesquisa).

FUJITA, M. S. L. Representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr. 2013.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In:* FUJITA, M. S. L. (org.). *A indexação de livros*: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Lisboa: Asa, 1993.

GIL LEIVA, I. *Manual de indización*: teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GUIMARÃES, E. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LARA, M. L. G. *A representação documentária*: em jogo a significação. 1993. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MAI, J. E. Deconstructing the indexing process. *Advances in Librarianship,* New York, v. 23, p. 269-298, 2000.

MAI, J. E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. *Journal of Documentation*, London, v. 57, n. 5, p. 591-622, 2001.

MAI, J. E. The concept of subject: on problems in indexing. *Knowledge Organization for Information Retrieval:* Proceedings of the 6th International Study Conference on Classification Research, v. 6, p. 60-67, 1997a.

MAI, J. E. The concept of subject in a semiotic light. Digital Collections: Implications for Users, Funders, Developers and Maintainers. *Proceedings of the ASIS Annual Meeting*, v. 34, p. 54-64, 1997b.

McTAVISH, J. ISKO and Knowledge Organization's 25th anniversary: the future of Knowledge Organization and ISKO Panel Discussion. Reported by Rebecca Green. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 4, p. 327-331, 2014.

NEVES, D. A. B. Ciência da Informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2006.

NEVES, D. A. B.; DIAS, E. W.; PINHEIRO, Â. M. V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, set./dez. 2006.

OLSON, H. How we construct subjects: a feminist analysis. *Library Trends*, Champaign, v. 56, n. 2, p. 509-541, 2007.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental*: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

RAJU, J.; RAJU, R. *Descriptive and subject cataloguing*: a workbook. Oxford: Chandos Publishing, 2006.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism, cultural warrant, and the ethics of resource description: a case study. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 47, n. 7, p. 671-686, 2009.

SMIRAGLIA, R. P. Domain coherence within Knowledge Organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. *In*: *A*NNUAL CAIS/ACSI CONFERENCE, 39., 2011, Canada. *Proceedings* […]. Canada: University of New Brunswick, 2011. p. 1-6.

TARTAROTTI, R. C. D. *Atuação bibliotecária no tratamento temático da informação em unidades informacionais*: um estudo comparativo qualitativo-quantitativo. 2014. 277 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

TARTAROTTI, R. C. D., BOCCATO, V. R. C. A abordagem teórica bakhtiniana e o processo de indexação: diálogos. *Versão Beta*: sob o signo da palavra, São Carlos, ano 11, v. 74, p. 33-47, 2013.

TAYLOR, A. G.; JOUDAREY, D. N. *The organization of information*. 3. ed. Wesport: Libraries Unlimited, 2009.

TODD, R. J. Academic indexing: what's it all about? *The Indexer,* London, v. 18, n. 2, p. 101-104, 1992.

VILELA, M.; KOCH, I. G. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

WELLISH, H. H. *Glossary of terminology in abstracting, classification, indexing and thesaurus construction*. 2. ed. Medford: American Society of Indexers, 2000.

9

Abordagem teórica da semiótica peirceana para identificação de assuntos em música e suas representações

Camila Monteiro de BARROS
Lígia Maria Arruda CAFÉ

Resumo: Conhecer e mapear termos e conceitos relacionados com a música para fins de indexação perpassa pela compreensão da amplitude do processo de significação que tal tipo de informação pode suscitar. A discussão apresentada tem como base a Semiótica de Peirce, considerando a música como signo e os níveis de interpretante (emocional, energético e lógico) como indicadores de potenciais descritores da informação musical, aplicáveis à indexação. Propomos, assim, uma matriz conceitual semiótica como modelo de leitura do fenômeno da informação musical para fins de indexação. A matriz é dividida em três grandes dimensões, correspondentes às categorias fenomenológicas e níveis de interpretante: primeiridade, secundidade e terceiridade. Cada dimensão, de acordo com as características das categorias fenomenológicas, apresenta um grau diferente de precisão de representação e um grau diferente de relevância, dependendo do contexto em que ocorre a representação.

Palavras-chave: Informação musical. Indexação. Semiótica.

Abstract: Knowing and mapping terms and concepts related to music for indexing purposes claims for the understanding of the extend of the signification process that this kind of information can evoke. The discussion is based on peircean Semiotics considering music as sign and the levels of interpretant (emotional, energetic and logic) as indicators of potential music information descriptors applied to indexing process. We propose a semiotic conceptual framework as a music phenomena reading model for indexing purposes. The framework is organized in three dimensions that are correspondents to the peircean phenomenological categories and interpretant levels: firstness, secondness and thirdness. Each dimension, according to the phenomenological categories, presents a specific precision level of representation, and a specific level of relevance, depending on the representation context.

Keywords: Music information. Indexing. Semiotics.

1 Introdução

A informação não é algo exterior às pessoas ou que se encontre apenas dentro de suas mentes, é um processo construtivo que engloba relações entre diversos elementos possibilitadas pela percepção sensível. E, "[...] se a primeira fonte do nosso conhecimento é a sensibilidade, a segunda é o entendimento, poder de julgar, poder de conhecer não sensível." (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 86). O não sensível refere-se à reflexão, ao pensamento, à experiência (sensível) levada à razão. É nesse espaço que surge a proposta de pensarmos analiticamente como ocorre nossa interação com o fenômeno musical e, a partir daí, buscarmos elementos que possam ser úteis à tarefa de representação da informação. Esse exercício confere um olhar informacional sobre a música - daí a noção de "informação musical", inserindo-a no âmbito de um dos propósitos mais elementares da Ciência da Informação (CI): a representação de assunto por meio do processo de indexação para fins de recuperação da informação.

Conforme veremos a seguir, a noção de "assunto" no contexto da informação musical é diferente do contexto da informação verbal. Da mesma forma, o que diferencia elementos de representação descritiva daqueles de representação temática também não apresentam delimitação clara. Assim, conhecer e mapear termos e conceitos relacionados com a música perpassa pela compreensão da amplitude do processo de significação que tal tipo de informação pode suscitar, justamente pela forma peculiar com que a música pode desencadear significados. A natureza expressiva e não necessariamente referencial da música enaltece a hipótese de que

entender o que ela pode significar é premissa para a construção de uma base teórica capaz de sustentar outras discussões no contexto da indexação, como adotada pela CI. Essa situação tem impacto principalmente sobre aqueles conceitos que têm sua gênese na emoção experimentada por um indivíduo, isto é, quando as emoções são determinantes na significação de certo tipo de informação, como é o caso da informação musical.

A abordagem da música como recurso passível de ser inserido em um sistema de informação não é um assunto novo. Tal temática já está consolidada como âmbito de pesquisa haja vista, por exemplo, a realização anual, desde 2000, da conferência da *International Society for Music Information Retrieval* (ISMIR), principal evento da área de *Music Information Retrieval* (MIR). A conferência tem característica multidisciplinar, sendo que, de acordo com o site do evento, envolve estudos de processamento de sinais sonoros e textuais, comportamento e perfil de usuários, propriedades e características da música, classificação automática, transcrição musical, sistemas de recuperação e recomendação de músicas, entre outros.

Na medida em que a CI busca trabalhar no sentido de aprimorar o processo de mediação da informação, de comunicação de ideias, depara-se com questões relacionadas à organização social, aos sujeitos, às instituições, questões de ordem linguística, instrumental, semiótica, entre outros aspectos que interferem na comunicação.

Nesse contexto, inevitavelmente, o panorama epistemológico da CI se expande em uma interação com diferentes disciplinas, cada qual evidenciando determinado aspecto do objeto central da área. A Semiótica de Peirce surge, então, como teoria possivelmente capaz de fornecer um aparato conceitual para o estudo da dimensão do significado da informação corporificada em qualquer tipo de signo.

Para Peirce (1995), a semiose, que é o processo de produção de significado, ocorre com base em três correlatos: o signo que, nesse caso, é a própria música; o objeto, aquilo a que o signo se refere e representa; e o interpretante, que é o significado criado na mente que interpreta o signo. Os três níveis de ocorrência do significado, ou seja, do interpretante, são: emocional (sensações, sentimentos, emoções), energético (experiências particulares, respostas físicas) e lógico (convenção, cognição). Cada nível de interpretante carrega características (mais ou menos definidas)

das categorias fenomenológicas peirceana, quais sejam: primeiridade, secundidade e terceiridade, conforme explicaremos mais adiante. No caso da música, os níveis emocionais e energéticos desempenham um papel mais evidente que na significação dos signos verbais de nível lógico, já que estes últimos são, por natureza, signos de convenção social e linguística.

A CI tem cada vez mais admitido a profunda característica sociológica da sua constituição como área científica. Nas áreas de organização do conhecimento (OC) e organização da informação (OI), esse aspecto fica ainda mais evidente quando se percebe que os significados, de fato, não são estáticos, pois perpassam por uma série de experiências fenomenológicas experimentadas por indivíduos continuamente em contato com a realidade. A leitura de um documento ou a análise do conjunto conceitual de uma área de conhecimento para fins de sua representação lidam não só com estruturas da própria linguagem, representada pela sistematização de diversos signos, mas com o contexto de significação, com os objetos a que os signos se referem e, em um prospecto de acesso futuro à informação, com os possíveis significados que os signos terão em uma mente interpretante.

Com base nesse contexto desafiador e estimulante, o objetivo deste capítulo é propor parâmetros de fundamento Semiótico para o que chamaremos de "modelo de leitura do fenômeno", aproximando esse processo dos objetivos da indexação.

2 Considerações sobre "assunto" no contexto informação musical

Em Café e Barros (2015) já foram discutidas algumas especificidades da informação musical quando se pretende delimitar o que seria o "assunto" da música. De acordo com as autoras, aspectos como dimensão emocional, percepção social da música, uso, gênero musical, entre outros (SELFRIDGE- FIELD, 2006; LAPLANTE; DOWNIE, 2006; LAPLANTE, 2010, 2011; HU; DOWNIE; EHMAFNN, 2006; HU; DOWNIE, 2007) são passíveis de serem representados dependendo do objetivo do sistema em questão (recomendação de músicas, recuperação precisa, descoberta, etc.). Muitos desses aspectos estão relacionados à experiência e comportamento do ouvinte, questão também já admitida como fundamental em estudos da informação musical (ZANGERLE;

PICHL, 2018; FONT; SERRÀ; SERRA, 2015; LAPLANTE, 2015; LEE; DOWNIE, 2004; LEE, 2010; CRUZ, 2011; LEE; CUNNINGHAM, 2013).

Pesquisas envolvendo perfil de usuários da informações musical, devem ter em vista, segundo Lee (2010), os desafios transcultural e multilíngue, para os quais os modelos[31] de comportamento de busca e recuperação da informação se mostram demasiadamente genéricos e não servem como parâmetro para conhecer o comportamento de usuários de um tipo de informação peculiar como a música. Lee (2010) empreendeu um amplo levantamento das questões de busca expressadas em linguagem natural pelos usuários no *Google Answer* (site de interação entre usuários, do tipo pergunta-resposta) e, por meio da categorização dos aspectos da música apontados nas expressões de busca, atestou que a maior parte das questões se referia a aspectos muito pessoais e centrados no usuário, quando em comparação com a descrição bibliográfica habitual. Como recomendação para o aprimoramento de sistemas de MIR, a autora sugere que sejam incorporados termos familiares, bem como o contexto dos usuários para empreender a recuperação da informação musical.

O desafio transcultural (*crosscultural*) e multilíngue foi tema de pesquisas anteriores. Lee, Downie e Cunningham (2005) trazem à tona o problema do desenvolvimento de uma biblioteca digital de música em nível mundial, já que esse empreendimento implica lidar com distintas culturas e idiomas, além da problemática da ampla ênfase dada à música ocidental nas pesquisas em MIR. Seu estudo de caráter exploratório buscou mapear o comportamento de busca de usuários que procuram músicas de diferentes culturas em idiomas estrangeiros. Os autores apresentam como exemplo a questão abaixo exposta, retirada de um site coreano do tipo pergunta-resposta:

> *Primeiro de tudo, é muito longo. Apenas o primeiro movimento parece ir além de 10 minutos. O estado de ânimo [*mood*] é, em geral, obscuro e triste. A melodia principal é interpretada por violino e o piano aparece brevemente. Eu sei apenas que o nome do compositor tem quatro caracteres quando expressado em coreano. Alguém sabe o*

[31] Lee (2010) cita como exemplos o modelo *sense-making* de Dervin, o modelo comportamental de Ellis, o comportamento informacional humano descrito por Wilson, entre outros.

título dessa obra? (LEE; DOWNIE; CUNNINGHAM, 2005, p. 2, tradução nossa[32]).

Em nota de rodapé, Lee, Downie e Cunningham (2005) relatam que a resposta a essa questão é "*The Devil's Trill*", do compositor italiano Tartini, cujo nome em coreano tem quatro caracteres: 타르티니. Por meio da coleta de expressões de busca inseridas no site *Google Answers* e no site coreano *Naver 지식 (knowledge) iN* (da mesma natureza interativa de pergunta-resposta), os autores fizeram comparações entre o comportamento de busca dos coreanos e dos americanos. Em resumo, as conclusões a que os autores chegaram apontam para a necessidade de incluir a possibilidade de busca por meio de características da música que são relativamente mais neutras culturalmente, ou seja, que são possivelmente universais, como *query-by-humming* (já que a sonoridade da música ultrapassa barreiras linguísticas) e o gênero do artista (masculino/feminino).

Casey et al. (2008) realizaram um levantamento sobre os métodos utilizados na representação da informação musical, cada qual baseando-se em determinadas características da música. Entre outras questões, os autores definem uma escala de três níveis de especificidade de sistemas de MIR, listados abaixo, de acordo com a precisão com a qual as características da música podem ser extraídas para fins de representação e de acordo com a precisão com que essas características podem ser utilizadas no momento da recuperação, do ponto de vista da relação entre questão de busca e correspondência com o documento recuperado.

1) Sistemas de alta especificidade: aqueles que utilizam instâncias do próprio áudio, como conceitos musicais, melodia, harmonia, timbre e outros aspectos da estrutura da música. Referem-se, portanto, à descrição exata de cada música individualmente.

2) Sistemas de baixa especificidade: utilizam conceitos mais gerais como gênero musical, estilo, emoção, entre outros. Nesse caso, são recuperadas músicas não necessariamente com conteúdo musical em comum com a questão de busca, mas que compartilham algumas características globais.

[32] *"First of all, it's very long. Just the first movement seems to go over 10 minutes. The mood is dark and sad overall. The main melody is played by violin and the piano briefly appears. I only know that the composer's name is four characters when it is spelled out in Korean. Does anybody know the title of this work?"* (LEE; DOWNIE; CUNNINGHAM, 2005, p. 2).

3) Sistemas de média especificidade: utilizam métricas extraídas do sinal de áudio para recuperação de músicas. As características extraídas pelos sistemas de média especificidade podem ser convertidas em informações para representações tanto de alta quanto de baixa especificidade.

Existem muitas pesquisas que testam aplicações automatizadas que lidam com a representação da dimensão emocional da música, algumas dessas aplicações, utilizadas para fins de classificação, recomendação ou ainda organização de coleções pessoais estão disponíveis no site do ISMIR[33]. Testes e resultados de variados tipos de aplicações voltados à representação e recuperação da informação musical são apresentados e confrontados nos encontros do *Music Information Retrieval Evaluation eXchange* (MIREX), organizado pelo *The International Music Information Retrieval Systems Evaluation Laboratory* (IMIRSEL), da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. O IMIRSEL possui ainda outros projetos relacionados como o *The Virtual Research Labs* (VRL) *using Music-to-Knowledge* (M2K) e o *The Human Use of Music Information Retrieval Systems* (HUMIRS)[34].

A eficiência da representação e recuperação da informação musical também engloba a forma como a interface do sistema será apresentada ao usuário. Para Casey et al. (2008), essa questão é fundamental para promover aos usuários finais do sistema uma efetiva interação e compreensão da forma como a visualização da informação musical é apresentada, aprimorando, principalmente, a tarefa de navegação (*browsing)*.

Se adotarmos a visão de Brascher e Café (2010) sobre os processos de organização da informação, ou seja, representação descritiva (ligada à descrição física, à catalogação) e representação temática (ligada à indexação, classificação e condensação) veremos que não é possível executar a simples transposição da abordagem dedicada ao texto verbal para a informação musical.

Ocorre que alguns aspectos da música citados anteriormente (emoções, conceitos gerais) não estão associados à representação descritiva da informação, já que não podem ser extraídos do próprio

[33] Disponível em: http://ismir.net/resources.html.

[34] Disponível em: http://www.music-ir.org/evaluation/.

documento musical. Nesse sentido, podemos aproximá-los da atividade de representação temática. Entretanto, esses aspectos também escapam da análise que o indexador realizaria na intenção de extrair conceitos relevantes a respeito da temática do documento (LANCASTER, 2004). Não se busca, exatamente, responder à questão "a respeito do que a música está tratando?", mas "a respeito do quê a música passa a tratar quando interpretada por um ouvinte?" e, nesse caso, o termo "assunto" não reflete a amplitude necessária para a indexação da música.

Em outras palavras, a noção de assunto é mais difusa no contexto da informação musical. Um exemplo que pode ilustrar essa situação é a pesquisa dos termos constantes no campo "assunto" da música (gravação sonora) "Garota de Ipanema", composta por Vinicius de Moraes e Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim "Tom Jobim". No quadro abaixo podemos observar a variação gramatical e semântica dos termos de alguns desses registros bibliográficos.

Quadro 1 - Termos constantes no campo "assunto" da música Garota de Ipanema.

Universidade	Termos do campo "assunto"
1	Música popular - Brasil
2	Jobim, Tom, 1927-1994. Música popular - Brasil
3	Quartetos de cordas
4	Música de câmara Duo (Violino e piano) Música brasileira
5	Jobim, Tom, 1927-1994. Música Música popular - Brasil Bossa-nova

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O quadro mostra a descrição de aspectos de naturezas distintas relacionados à noção de assunto, como definição de instrumentos,

do gênero musical, do tipo de documento, de aspectos geográficos e históricos.

Da mesma forma, a noção de "resumo" também é diferente dependendo do tipo de informação. O resumo no contexto da informação musical pode ser entendido como aquela pequena amostra da música que é disponibilizada para que o ouvinte a "experimente" antes de decidir se vai ou não ouví-la na íntegra. Geralmente, são disponibilizados alguns segundos do início da música ou do refrão. Huron (2000), considerando resumo da informação musical um extrato melódico, afirma que nem todas as partes da música são igualmente representativas e que "a prática de extrair os segundos iniciais (*incipt*) não é ótima para identificar ou reconhecer uma obra" (HURON, 2000, p. 2, tradução nossa[35]). O autor defende que seria mais eficiente uma síntese de duas ou mais passagens da música, editadas em uma única amostra de alguns segundos de duração. Ensaiando uma aproximação à abordagem mais habitual da CI, pode-se pensar o resumo da música também como um texto que pode descrever de forma verbal características da estrutura musical, apresentar uma crítica musical ou informe de lançamento (os *releases*).

O próprio termo "tema" tem um significado institucionalizado na área da Música, e se refere à melodia principal que a fundamenta e caracteriza. É um entendimento distinto daquele usualmente trazido pela CI, de que "tema" e "assunto" compartilham significados muito próximos.

No processo de indexação de documentos textuais, podemos executar movimentos cognitivos deliberados buscando, por exemplo, um assunto geral e exercendo um movimento em direção à sua especificação. Pode-se também definir um assunto central e depois elencar os aspectos secundários. Seja qual for o modelo de leitura adotado, a finalidade é a análise de assunto, identificação, seleção de conceitos e definição de termos de representação que assegurem o equilíbrio entre exaustividade e precisão (LANCASTER, 2004).

Já na música, diferentes dimensões do seu significado se justapõem podendo ser igualmente centrais, dependendo do contexto. Portanto, o movimento cognitivo da análise da informação musical não é vertical, ou seja, não busca a definição de conceito geral/conceito particular, conceito

[35] *"the practice of extracting the initial few seconds (incipit) is not optimum for identifying or recognizing a work."* (HURON, 2000, p. 2).

central/ conceito secundário. É um movimento horizontal que se direciona para uma e outra dimensão de significado, avaliando sua relevância para o contexto que se apresenta. Por exemplo, utilizar o termo “pop para malhar” ao descrever uma música em um site de *streaming* é tão relevante quanto utilizar o termo “sonata” na descrição voltada a músicos especialistas. Nesse contexto, a mediação daquele que realiza a indexação se dá no sentido de pensar como facilitar a comunicação das experiências dos usuários para outros usuários, ou seja, não é o “conteúdo” da música que é descrito, mas a experiência/entendimento do usuário. Nesse caso, a noção de leitura técnica pode ser substituída por uma abordagem que olha para as expressões de emoções e opiniões como elementos potencialmente descritivos. Dessa forma, a definição do “assunto” da música precisa, necessariamente, da contribuição dos próprios usuários, seja no fornecimento ou na validação constante de termos e dimensões de representação.

Assim, convidamos o leitor a abrir sua mente para uma nova noção de “assunto” que ainda está em construção e, portanto, inacabada. Trata-se de ampliar a visão de indexação para além do delineamento já conhecido pela CI, aceitando dimensões da informação que nem sempre estarão em acordo com os preceitos de precisão, consistência e constância da indexação.

Sabe-se que a indexação é um processo interpretativo. Essa intrínseca característica interpretativa que compõe a efetivação da indexação é abordada por Mai (2001) como um atributo que está presente em todas as fases desse processo. Em função dessa característica, a indexação traz consigo uma frágil certeza de seu resultado pelo principal fato de que a interpretação está longe de ser neutra, independentemente da vontade do indexador de sê-lo. Na CI, sabemos que a não existência da neutralidade na leitura documental se deve, em primeira instância, à orientação do processo de indexação para um grupo de usuários definido. Entretanto, mesmo com a adoção de certos parâmetros, a interpretação *per se* não é neutra, pois ela está entrelaçada com o contexto do indexador, responsável pela busca dos possíveis significados. Assim, Mai (2001) defende que a indexação, seja qual for a quantidade de etapas que se considere que tenha, é um processo que, como um todo, é de natureza interpretativa e, portanto, se dá por meio de signos. Ou seja,

> [...] apesar de cada um dos elementos da indexação de assunto – documento, assunto, descrição de assunto e entrada de assunto – serem signos, cada um é um tipo diferente de signo, que fará uma considerável diferença na forma de abordá-los e interpretá-los. (MAI, 2001, p. 611, tradução nossa[36]).

Sousa e Almeida (2012) expõem a questão de como se constitui o referente que o indexador adota no momento de representar o assunto de um documento. A principal questão levantada pelos autores é que o indexador não compartilha da mesma realidade que o usuário, ou seja, não tem a mesma experiência que o usuário atinge na sua realidade, aspecto de especial relevância para a informação musical. Dessa forma, para alcançar certos significados, o indexador tem como referente as delimitações apresentadas nos Sistemas de Organização do Conhecimento e na sua própria vivência. "O indexador só tem a experiência sociocognitiva gerada a partir do contato com as obras, mas não possui a experiência de um especialista da área dos documentos que tem de indexar." (SOUSA; ALMEIDA, 2012, p. 30) e é por meio dessa experiência com as obras que é extraída a constituição do referente e, por decorrência, do significado.

Para além da leitura documentária (FUJITA, 2004, 2013, KOBASHI; SANTOS, 2011), a informação musical exige um processo ainda mais flexível de interpretação, daí nossa proposta da abordagem Semiótica, teoria capaz de possibilitar a análise da expressão e da experiência musical (DOUGHERTY, 1994). Assim, nos parece que não são as teorias utilizadas no estudo da representação temática que são insuficientes, mas que a música é um objeto que ultrapassa essas teorias na medida em que suscita significados peculiares. A perspectiva semiótica, portanto, vem contribuir para a ampliação desses estudos, com o intuito de acrescentar novos olhares às abordagens teóricas já adotadas, e não substituí-las.

A música pode *carregar* certos significados, representações e relações intencionadas pelo compositor, expressa Svenonius (1994), mas, por outro lado, tem o poder de *suscitar* sensações e relações (similares ou distintas daquelas intencionadas pelo compositor). Aí a questão da indexação se envolve

[36] *"[...] although each of the elements in the subject indexing process – document, subject, subject description and subject entry – are signs, that each is a different kind of si.gn will make a considerable difference in how one approaches them and interprets them."* (MAI, 2001, p. 611).

com uma especificidade peculiar desse tipo de informação, diferentemente da linguagem discursiva, que é relativamente mais objetiva e referencial. Situação similar ocorre com outros materiais que não são utilizados para fins de documentação (como poesia, escultura etc.).

3 Introdução à semiótica de Peirce

Para Peirce (1995), a concepção de representação é fundamental ao próprio pensamento e ocorre em uma relação triádica entre três correlatos: signo ou representâmen, objeto e interpretante.

O signo, para que assim possa ser entendido, precisa estar no lugar de outro, referir-se a outro, representar. Essa referência ao objeto significa que deve ser possível expor, logicamente, algum atributo ou contexto que explique essa representação. Esse atributo ou contexto pode ser entendido por meio do fundamento do signo, ou seja, por meio de determinado aspecto do objeto dinâmico emanado no signo que o constitui e emprega-lhe a possibilidade de representação. Em outras palavras, algo precisa conectar o signo ao objeto e esse "algo" é o fundamento.

Para Peirce (1995), a forma como se dá a experiência com o fenômeno na realidade desencadeia e influencia o desenvolvimento dos processos significativos. Esse é um princípio que fundamenta a noção de pragmatismo adotada na semiótica do autor. Dessa forma, para Peirce existe de fato uma realidade última, que independe da nossa vontade (uma tendência ao realismo), porém, o entendimento dessa realidade é sempre aproximativo na medida em que tal entendimento perpassa pelos processos semióticos que envolvem toda e qualquer relação do ser com o mundo (SILVEIRA, 2007). Considerando não uma dicotomia, mas um *continuum* entre mente e matéria, esse entendimento da realidade é, então, novamente confrontado com a experiência, reforçando ou formando novos significados. Dentro da semiótica, a pertinência do pragmatismo peirceano para a abordagem da informação musical está justamente na relevância da própria experiência fenomenológica, em qualquer nível, como base para análise desse tipo de informação. É preciso observar como de fato ocorre a percepção do fenômeno, quais elementos concorrem para a interpretação da música no real momento em que a experiência ocorre. Considerar a interpretação e representação da música no sentido semiótico é operar

com os significados pragmaticamente atualizados pelos usuários, ou seja, os interpretantes.

Para Peirce (CP 1.184) , a Fenomenologia se apresenta como ciência fundamental da sua Filosofia na medida em que "descreve o universo da experiência" (SILVEIRA, 2007, p. 38) tendo, portanto, como central interesse, os "[...] componentes elementares que caracterizarão os fenômenos que preenchem o universo da experiência." (idem). Peirce chamou esses componentes elementares de "categorias". Às categorias fundamentais dos fenômenos Peirce (1995) denominou primeiridade (*firstness*), secundidade (*secondness*) e terceiridade (*thirdness*). A atualização do interpretante acompanha a lógica das categorias, podendo ser um interpretante emocional (primeiridade), energético (secundidade) ou lógico (terceiridade).

A primeiridade está relacionada com o sentimento, "[...] um sentir meramente passivo que não atua e não julga" (PEIRCE, 1995, p. 14), a consciência de um instante no tempo, "[...] consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise." (PEIRCE, 1995, p. 14). Na primeiridade, dá-se apenas a sensação imediata e espontânea. No caso da música, o interpretante emocional pode ser exemplificado pela ocorrência de um som ambiente, em que a percepção do som ocorre, mas esse não é identificado. O som permanece apenas uma qualidade sonora, sem uma apreciação direta. Nessa categoria, o interpretante pode também ser um tipo de emoção, ou seja, a percepção de diversas qualidades e sensações que se traduzem em um sentimento mais complexo (MARTINEZ, 2001, p. 156), como alegria, inveja, raiva, etc.

A secundidade, segundo Peirce (1995, p. 14), compreende um "[...] sentido de resistência [da consciência], de um fato externo ou outra coisa". Assim, o reconhecimento da realidade é presença da secundidade na medida em que "[...] a realidade é aquilo que insiste, nos força a reconhecer um *outro* diferente do espírito." (PEIRCE, 1983, p. 90, grifo do autor). O interpretante energético da música está relacionado à ressonância física do som no corpo do intérprete, de forma mais ou menos consciente. Das situações menos conscientes, depreende-se a ocorrência de movimentos instintivos, como o arrepio. Os movimentos conscientes são interpretações que resultam em ações como cantar e dançar. A secundidade também pode ocorrer somente no âmbito mental, mas com a característica de haver

um esforço como resposta ao estímulo externo do som. Como exemplo, podemos pensar no empenho do ouvinte em tentar compreender a letra ou a estrutura da música.

A terceiridade é a "[...] consciência sintética, reunindo tempo, sentido de aprendizado, pensamento.", envolve, portanto, cognição (PEIRCE, 1995, p. 14). Na categoria da terceiridade, por meio do pensamento, representamos e reconhecemos o mundo de forma deliberada. É o pensamento deliberado que diferencia o interpretante lógico do emocional, que tem a consciência passiva como traço definidor ou do interpretante energético, que se baseia na repercussão e resposta como efeitos interpretativos. O interpretante lógico da informação musical pode ser visualizado na interação do ouvinte com os aspectos textuais da música como o conteúdo da letra, análise e reconhecimento (mesmo que hipotético) de instrumentos e vocais ou ainda o estabelecimento da relação da música com outros aspectos da memória como outros momentos e locais.

É importante ressaltar que na medida em que se experiencia um fenômeno de terceiridade, aspectos de primeiridade e secundidade terão também existência, ainda que de modo menos evidente. O mesmo ocorre com um fenômeno de secundidade, que terá em si a primeiridade também presente na experiência. Peirce considera o princípio da continuidade como fundamento de especial relevância para qualquer elemento da realidade. Assim, compreende que as regularidades não são absolutas, mas estão em evolução para certo grau de aproximação de como a mente ou o mundo orgânico geral deve se comportar. Em outras palavras, os significados mudam, são flexíveis, se modificam e se atualizam conforme se dão nossas experiências. Especialmente no âmbito da música, essa característica precisa ser considerada quando pensamos nos processos de organização da informação.

Essa brevíssima introdução à Semiótica de Peirce tem o objetivo de apresentar os níveis de interpretante, ou seja, as possibilidades de significação da música, como base para análise da informação musical. Tal base, nos fornece um percurso analítico útil à descrição dos assuntos relacionados a esse tipo de informação, já que a lógica da linguagem musical é diferente daquela da linguagem verbal. O significado da música e os possíveis assuntos a ela conectados não provém, necessariamente, da

lógica da sua sintaxe ou da estrutura da sua textualidade (combinação de notas, sons, etc.), mas das percepções imputadas à música pelos ouvintes.

Também é relevante sinalizar que estamos tentando um tipo de tradução por meio da verbalização de uma informação não verbal e de significados que não têm início na linguagem verbal (como teria a leitura de um texto, por exemplo). É uma adaptação, ainda que experimental, da teoria semiótica com vistas ao uso de palavras para representação e objetivação de outros sistemas comunicativos que não se baseiam fundamentalmente em palavras (sentimentos, ações, metáforas…).

4 Modelo de leitura do fenômeno musical para fins de indexação

Com base na Semiótica de Peirce e nas considerações a respeito das características da informação musical discutidas anteriormente, o modelo de leitura que propomos tem como base um tipo de classificação ou associação dos elementos percebidos em cada nível de interpretante com os elementos cotados como potenciais descritores desses mesmos níveis, aplicáveis à indexação. A partir dessa análise classificatória de elementos, podemos criar parâmetros para representação de assunto da música. É relevante, no entanto, nos mantermos atentos e críticos já que a proposta implica na transposição dos conceitos coletados de uma teoria geral dos signos, a Semiótica, para uma teoria muito específica, com finalidades bem particulares, que é a representação da informação. Por outro lado, considerando-se que toda experiência fenomenológica, em todos os seus níveis, implica na interação dos e com os signos, é razoável que os princípios teóricos da Semiótica nos guiem no desvelamento dos possíveis significados da música. Desses significados, a Semiótica também nos mostra quais elementos são mais constantes, mais estáveis, com maior nível de generalidade e quais são mais variáveis, precisando de atualização recorrente quando da sua “tradução” e registro para uma forma verbal, como o termo.

Vale registrar que em Barros, Café e Laplante (2019), a abordagem semiótica é aplicada na análise do autorrelato dos usuários da informação musical. Os usuários narram, com suas próprias palavras, experiências intensas com a música e, a partir dessas narrações, as autoras extraem expressões que se referem à descrição do signo (a música), dos objetos e

dos interpretantes alcançados na semiose relatada. A pesquisa, apesar de apresentar objetivos distintos da discussão em andamento aqui, tem importante contribuição para a proposta que ora apresentamos.

Propomos, assim, uma matriz conceitual como modelo de leitura da informação musical para fins de indexação, dividida em três grandes dimensões, correspondentes às categorias fenomenológicas e níveis de interpretante, conforme abaixo.

Quadro 2 - Matriz Semiótica de leitura da informação musical para fins de indexação.

Categoria fenomenológica	Nível de interpretante	Natureza do elemento a ser descrito	Exemplos
Primeiridade	Emocional	Sentimentos mais ou menos definidos	Alegria, tristeza, raiva (...)
		Ambiência	Calma, divertida (...)
		Apreciação crítica	Boa, bonita (...)
Secundidade	Energético	Uso da informação musical	Para estudar, para dançar, para fazer exercícios físicos, para concetração (...)
Terceiridade	Lógico	Estrutura musical	Instrumentos (violão, música vocal, música instrumental, vocal feminino/masculino, flauta). Tonalidade. Arranjo (redução para piano) (...)
		Histórico	Biografia do artista, história da banda. história da cansão (...)
		Letra	Letra da música (...)
		Gênero musical	Samba, partido alto, rock, reggae (...)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Da perspectiva Semiótica, a leitura do fenômeno que implica a informação musical tem como base o usuário, o momento da sua experiência e a interpretação resultante da experiência musical. Por isso, para além da leitura, essa matriz propõe uma compreensão do fenômeno musical nas suas três dimensões.

Cada dimensão apresenta um grau de relevância diferente, dependendo do objetivo da representação. Conforme apresentamos anteriormente, tal objetivo pode estar relacionado ao contexto do usuário no que se refere a seu objetivo no uso da informação musical; ao seu grau de conhecimento formal de música ou de temas a ela relacionados (músicos, historiadores, antropólogos, repórteres, ouvinte leigo, etc.); seu grau de engajamento com a música (tempo dedicado à atividade de escuta ou outras atividades que envolvam música, como participação em shows, grupos de fãs, etc.). O objetivo da representação, naturalmente, também está relacionado ao objetivo do serviço de informação como recomendação, descoberta, etc. Cabe ao profissional da informação definir os elementos de descrição que melhor atenderão ao contexto de representação.

Cada dimensão, de acordo com as características das categorias fenomenológicas, apresentam um grau diferente de precisão de representação. Bem como possibilidades diferentes de que os elementos correspondentes sejam determinados pelo profissional que realiza a representação ou pelo próprio usuário, conforme veremos a seguir.

Na representação da informação musical considerando o nível emocional, a participação do usuário é fundamental. Seja no fornecimento de inputs para aprendizagem do sistema de descrição automática, seja para fornecer os próprios termos e expressões de descrição. Na verbalização destes significados é muito comum o uso de gírias, metáforas, analogias e outras expressões linguísticas. Como Félix Mendehlsson (1809-1847), compositor do início do período romântico já afirmou: “Os pensamentos que me são expressos pela música que eu amo não são muito indefinidos para serem colocados em palavras, mas, pelo contrário, são definidos demais.” (MENDEHLSSON apud SHORT, 2007, p. 204).

A característica principal deste nível é a pluralidade de significados, já que representa a experiência particular, passada ou presente do ouvinte. Sentimentos e emoções não estão relacionados à música em si, mas a lembranças, momentos, sensações, etc. Neste sentido, observa-se

que, apesar de relevante para a recuperação, a precisão e o controle de vocabulário (univocidade) não são o objetivo principal no caso do nível emocional da música, sobressaindo-se a noção de variação de vocabulário.

A heterogeneidade do vocabulário é o que o aproxima mais de representar "fielmente" o significado neste nível. Nesse contexto, a tarefa de tradução da linguagem natural para uma linguagem documental (CINTRA, 2002), como é considerada nas teorias de indexação, é uma tarefa que pode implicar na perda da riqueza semântica da expressão das emoções. Termos que inicialmente parecem opostos (como alegria/tristeza), podem ocorrer para representar a mesmo música, não sendo essa situação um caso de contradição ou falta de consistência de indexação. O mesmo não ocorre com o nível lógico de significados, pois nesse nível certas referências a objetos mais ou menos fixos precisam ser mantidas já que representam convenção (por exemplo, a ideia de autoria, gravadora, ano, etc.).

A representação da informação musical considerando o nível energético se caracteriza principalmente pela recomendação de uso. Nesse caso, características da música em si como bpm (batidas por minuto), instrumentos, tonalidade podem ser fontes para a descrição automática da música por meio de algoritmos que executem a análise, relacionem essas características e classifiquem automaticamente a música. Entretanto, a participação do usuário na confirmação dessa análise automática é desejável. Essa participação pode se dar por meio do mapeamento do perfil de escuta, da avaliação do ouvinte ao escutar a música, ou outras formas de compartilhamento de experiência.

No nível lógico, os elementos de descrição são mais estáveis, ou seja, têm maior probabilidade de alcançar uma certa generalidade na forma como são percebidos. A letra da música, sua estrutura (como tonalidade) ou a biografia dos artistas são elementos que têm menor dependência da percepção do ouvinte, porém, têm maior dependência das condições prévias do ouvinte para percebê-los. Por exemplo, não é a percepção do ouvinte que vai determinar se a canção está em tonalidade de "lá maior", já que o que define a tonalidade é uma série de regras convencionais do âmbito da música. Entretanto, se o ouvinte não tem conhecimento formal de música, não poderá perceber esse significado.

De qualquer forma, os conceitos referentes ao nível lógico de interpretação são aqueles com maior possibilidade de serem extraídos

automaticamente ou definidos pelo indexador, precisando de menos intervenção humana para serem endossados.

Sendo o gênero musical uma forma muito comum de as pessoas se referirem à música, cabem algumas considerações específicas sobre esse tema. Os gêneros musicais não são demarcados somente pela forma ou estilo de um texto musical em sentido estrito mas, sim, "[...] pela percepção de suas 'formas' e 'estilos' pela audiência através das performances pressupostas pelos gêneros.". (JANOTTI JUNIOR, 2003, p. 37). De acordo com Janotti Jr. (2003), o gênero musical é definido por três elementos: o princípio mercadológico representado pelas produtoras/gravadoras, a crítica musical exercida pela mídia e pelos grupos reais e potenciais de consumidores, fãs e ouvintes. Assim, na medida em que essas referências se modificam histórica e geograficamente, as definições de gênero musical também se modificam. Por exemplo, os parâmetros culturais que definiam o gênero "rock" na década de 1950, período de músicos como Elvis Presley e Chuck Berry, passaram por modificações substanciais tendo-se, na década de 1990, a band The Strokes como um exemplar desse gênero.

Abrahamsen (2003), quando discute a descrição dos gêneros musicais, afirma que a música clássica parece ter uma melhor diferenciação nas categorias que representam o gênero musical do que a música popular. Esse aspecto revela um tipo de visão de mundo, de desenvolvimento e construção de discurso, pois, de fato, o aparato teórico que acompanha o desenvolvimento da música clássica de origem europeia fornece parâmetros que delimitam tecnicamente a diferenciação entre seus subgêneros. Diferentemente da música popular em que elementos muito além dos técnicos e estruturais competem para formar a ideia não terminada do que se entende que seja determinado gênero musical.

Em resumo, o modelo de leitura propõe uma sequência de análise que começa por observar o fenômeno musical em seus aspectos de primeiridade, secundidade e terceiridade e os possíveis interpretantes de cada nível (cujos exemplos estão no quadro 2). A segunda etapa, após o mapeamento dos interpretantes, é buscar a melhor forma de expressá-los em linguagem verbal, sendo que a fonte de levantamento e coleta de termos varia conforme as características de cada nível. No nível emocional: menor controle de vocabulário, necessário maior participação do usuário; no nível energético: pode-se contar com mais apoio de sistemas automatizados e

participação do usuário no refinamento do sistema; no nível energético: possibilidade de maior uso de sistemas automatizados ou definições *a priori*, possibilidade de maior controle de vocabulário e, portanto, de uso de fontes formais de conhecimento para representação do domínio da música.

5 Considerações finais

Todos os significados são corrigidos (no sentido de serem ajustados) conforme se dão nossas experiências. Isso é o que Mai (2011) chama de "distância semiótica" da realidade. Assim, a utilização da linguagem verbal para traduzir as concepções que têm origem na experiência com o som é, necessariamente, revista e modificada de acordo com as novas significações imputadas à música no contexto social - e sempre de forma meramente aproximativa.

Em um contexto complexo como o da música, que envolve elementos de naturezas diversas na sua caracterização, a tecnologia pode ser uma aliada importante na automatização de certas tarefas, na possibilidade de se trabalhar no cruzamento de uma quantidade maior de informações como fontes para representação da música mas, principalmente, na possibilidade de interação com o usuário. Especialmente no que se trata de representação de emoções (muito comum nos sites de serviço *streaming*) é fundamental que se abra espaço para o *input* humano de forma a enriquecer o âmbito da informação musical.

Quando se trata da música do ponto de vista da informação, o usuário não ocupa somente o papel de "utilizador" da informação. Esse ator do processo de mediação é fundamental na definição de qual a real dimensão que a música ocupa no âmbito social e, portanto, na definição do quê e de como se deve falar sobre música, especialmente no âmbito da CI.

Referências

ABRAHAMSEN, Knut Tore. Indexing of musical genres: an epistemological perspective. *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 144-169, 2003. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-3-4-144/indexing-of-musical-genres-an-epistemological-perspective-jahrgang-30-2003-heft-3-4. Acesso em: 29 mar. 2019.

BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia; LAPLANTE, Audrey. As contribuições da autonarrativa da experiência semiótica musical para a organização do conhecimento. *Informação & Sociedade,* João Pessoa, v. 29, n. 2, 2019. No prelo.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). *Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 87-103.

CAFÉ, Lígia; BARROS, Camila Monteiro de. Informação musical: aspectos de indexação. *In*: ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique; BAPTISTA, Dulce Maria (org.) *Organização da Informação*: Abordagens e Práticas. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 69-93.

CASEY, Michael A. *et al.* Content-based music information retrieval: current directions and future challenges. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 2008, Plymouth (EUA). *Anais* [...]. Disponível em: http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.148.3288. Acesso em: 29 mar. 2019.

CINTRA, Anna Maria Marques. *Para entender as linguagens documentarias*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002.

CORTINHAS, Jorge Fernando Pereira. *O gênero musical na representação da informação*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CRUZ, Fernando William *et al*. Um modelo para mapeamento de necessidades e usos de informação musical. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 207-227, abr./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n2/13.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

DOUGHERTY, William P. The quest for interpretants: toward a Peircean paradigm for musical semiotics. *Semiotica*, Berlin, v. 99, n. 1/2, p. 163-184, 1994.

FONT, Frederic; SERRÀ, Joan; SERRA, Xavier. Analysis of the impact of a tag recommendation system in a real-world folksonomy. *ACM Transactions on Intelligent Systems and Technology*, New York, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: https://dl.acm.org/citation.cfm?id=2743026. Acesso em: 29 mar. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007547/f439490af520c6a64bbdd99c4a74f163/. Acesso em: 20 mar. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o Modelo de Leitura Documentária para Textos Científicos e Livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/32618. Acesso em: 20 mar. 2019.

HU, Xiao; DOWNIE, J. Stephen. Exploring mood metadata: relationships with genre, artist and usage metadata. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 8., 2007, Viena. *Anais* [...]. Viena: ISMIR, 2007. Disponível em: http://ismir2007.ismir.net/proceedings/ISMIR2007_p067_hu.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

HU, Xiao; DOWNIE, J. Stephen; EHMANN, Andreas F. Exploiting recommended usage metadata: exploratory analyses. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 7., 2006, Victoria. *Anais* [...]. Victoria: ISMIR, 2006. Disponível em: http://ismir2006.ismir.net/PAPERS/ISMIR06157_Paper.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

HURON, David. Perceptual and cognitive applications in music information retrieval. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 1., 2000, Plymouth (EUA). *Anais* [...]. [*S. l*], 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220723259_Perceptual_and_Cognitive_Applications_in_Music_Information_Retrieval. Acesso em: 29 mar. 2019.

JANOTTI JUNIOR, Jader. À procura da batida perfeita: a importância do gênero musical para a análise da música popular massiva. *ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p 31-46, ago./dez. 2003. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path[]=212&path[]=207. Acesso em: 29 mar. 2019.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Cibele Araújo Marques. Leitura Documentária: Aspectos Pragmáticos da recepção e condensação de textos para indexar e resumir. *Revista EDICIC*, Caribe, v. 1, n. 4, p. 130-140, 2011. Disponível em: https://bdpi.usp.br/item/002256244. Acesso em: 20 mar. 2019.

LANCASTER, F. Wilfrid. *Indexação e resumos:* teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LAPLANTE, Audrey. Social capital and music discovery: an examination of the ties through which late adolescents discover new music. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 12., 2011, Miami. *Anais* [...]. Miami: ISMIR, 2011, p. 341-346 Disponível em: http://ismir2011.ismir.net/papers/OS5-2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

LAPLANTE, Audrey. Tagged at first listen: an examination of social tagging practices in a music recommender system. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 20, n. esp., p. 33-54, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p33/28636. Acesso em: 29 mar. 2019.

LAPLANTE, Audrey. Users' relevance criteria in music retrieval in everyday life: an exploratory study . *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 11., 2010, Utrecht. *Anais* [...]. Utrecht: ISMIR, 2010, p. 601-606. Disponível em: http://ismir2010.ismir.net/proceedings/ismir2010-103.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

LAPLANTE, Audrey; DOWNIE, Stephen. Everyday life music information-seeking behaviour of young adults. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MUSIC INFORMATION RETRIEVAL, 7., 2006, Victoria. *Anais* [...]. Victoria: ISMIR, 2006, p. 381–382. Disponível em: http://ismir2006.ismir.net/PAPERS/ISMIR06132_Paper.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

LEE, Jin Ha. Analysis of user needs and information features in natural language queries seeking music information. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 61, n. 5, p. 1025–1045, 2010. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.21302. Acesso em: 29 mar. 2019.

LEE, Jin Ha; CUNNINGHAM, Sally Jo. Toward an understanding of the history and impact of user studies in music information retrieval. *Journal of Intelligent Information Systems*, Boston, v. 41, p. 499-521, 2013. Disponível em: https://idp.springer.com/authorize/casa?redirect_uri=https://link.springer.com/article/10.1007/s10844-013-0259-2&casa_token=HMmZ8EQq2nsAAAAA:gi6370X6-9zmJa5M8y2_7BRaXVeajZBr3JiHDEJVdvDGPehjks-4SAzZxVG_i7z3XoBqrI3guhMrLC2yl8A. Acesso em: 29 mar. 2019.

LEE, Jin Ha; DOWNIE, J. Stephen. Survey of music information needs, uses, and seeking behaviours: preliminary findings. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 5., 2004, Barcelona. *Anais* [...]. Barcelona: ISMIR, 2004. Disponível em: http://ismir2004.ismir.net/proceedings/p081-page-441-paper232.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

LEE, Jin Ha; DOWNIE, J. Stephen; CUNNINGHAM, Sally Jo. Challenges in cross-cultural/multilingual music information seeking. *In:* INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 6., 2005, London. *Anais* [...]. London: ISMIR, 2005, p. 1-7. Disponível em: http://ismir2005.ismir.net/proceedings/1100.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

MAI, Jens-Erik. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. *Journal of documentation*, London, v. 57, n. 5, p. 591-522, set. 2001. Disponível em: https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/EUM0000000007095. Acesso em: 29 mar. 2019.

MARTINEZ, José Luiz. *Semiosis in Hindustani music*. Delhi: Montilal Banarsidass, 2001.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul; BURKS, ARTHUR W. (ed.). Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

PEIRCE, Charles Sanders. *Escritos coligidos*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SELFRIDGE-FIELD, Eleanor. Social cognition and melodic persistence: where metadata and content diverge. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 7., 2006, Victoria, 2006. *Anais* [...]. Victoria: ISMIR, 2006. Disponível em: http://ismir2006.ismir.net/PAPERS/ISMIR0625_Paper.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

SHORT, Thomas Lloyd. The development of Peirce's theory of signs. *In*: MISAK, Cheryl. (ed.). *The Cambridge Companion to Peirce*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 200-238.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. *Curso de semiótica geral*. São Paulo: QuartierLatin, 2007.

SOUSA, Brisa Pozzi de; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente, *Informação & Sociedade*: estudos, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 23-34, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12211/7755. Acesso em: 29 mar. 2019.

SVENONIUS, Elaine. Access to nonbook materials: the limits of subject indexing for visual and aural languages. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 45, n. 8, p. 600-606, set. 1994. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/Svenonius_1994.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

ZANGERLE, Eva; PICHL, Martin. Content-based user models: modeling the many faces of musical preference. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 19., 2018, Paris *Anais* [...]. Innsbruck: DBIS, 2018. Disponível em: https://dbis-informatik.uibk.ac.at/sites/default/files/2018-12/ismir18.pdf Acesso em: 29 mar. 2019.

Parte 2

Modelos de leitura documentária para indexação de diferentes tipos de documentos

10

Processo de leitura para análise documental: proposição metodológica

Mariângela Spotti Lopes FUJITA
Milena Polsinelli RUBI

Resumo: Desencadeados pela leitura documentária, os resultados da análise e da representação documental são a identificação e seleção de termos, que serão correspondentes aos conceitos do documento. Diferentemente de leitores "comuns", os leitores que fazem a leitura documentária para a indexação estão sujeitos a aspectos que condicionarão a sua leitura. Objetivou-se apresentar o Modelo de leitura, o Manual de Explicativo e exemplos de exercícios que demonstram a aplicabilidade do Modelo para a formação de futuros profissionais e para aqueles que já atuam em contexto de uma unidade de informação. A utilização do Modelo de leitura com a aplicação prática permitiu demonstrar o percurso da leitura realizada pelo leitor profissional durante a indexação. Consideramos no Modelo um importante instrumento didático ao combinar a exploração da estrutura textual com o questionamento para a identificação de conceitos para que a leitura documentária possa ser mais rápida e estratégica.

Palavras-chave: Leitura documentária. Análise documental. Modelo de leitura documentária. Indexação.

Abstract: Unleashed by documentary reading, the results of analysis and representation documentary are the identification and selection of terms, which will correspond to the concepts of the document. Unlike "ordinary" readers, readers who do documentary

reading for indexing are subject to aspects that will condition their reading. The objective was to present the Reading Model, the Explanatory Manual and examples of exercises that demonstrate the applicability of the Model to the training of future professionals and to those who already act in the context of an information unit. The use of the Reading Model with the practical application allowed to demonstrate the course of the reading made by the professional reader during indexing. We consider in the Model an important didactic tool when combining the exploration of the textual structure with the questioning to identify concepts so that the documentary reading can be more rapid and strategic.

Keywords: Documentary reading. Documentary analysis. Documentary reading model. Indexing.

1 Introdução

A leitura documentária é o início da tarefa que leva ao processamento e ao tratamento da informação, permitindo a realização da indexação, classificação e elaboração de resumos. Procedimentos esses que requerem, por meio da compreensão do que foi lido: a identificação de conceitos que representarão o conteúdo para futura recuperação em uma unidade de informação, seja essa representação palavras-chaves, número de classificação ou a síntese de um conteúdo documental.

Nesse caso, concentraremos os estudos na indexação e na sua representação temática – as palavras-chave ou os descritores – considerando essa representação documentária como resultado da análise documental feita dos documentos lidos pelo leitor em uma unidade de informação.

A atribuição de palavras-chave a um artigo, por meio da indexação e que começa com a leitura documentária, pode ser auxiliada efetivamente pelo Modelo de leitura documentária para a indexação de textos científicos e de livros (FUJITA; RUBI, 2006; FUJITA 2007).

O Modelo de leitura documentária é resultado de estudos sobre leitura e leitura documentária, fundamentados, realizados e descritos cronologicamente por Fujita (2017) em que a autora explica que "O modelo de leitura é uma proposição de aprimoramento e evolução da metodologia de indexação a partir da metacognição do indexador que poderá ser oferecida na formação do indexador em leitura documentária." (FUJITA, 2017, p. 41).

Dessa forma, o Modelo de leitura documentária combina estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos, partindo da pressuposta dificuldade do leitor frente à complexa tarefa de análise, identificação e seleção de assunto de documentos.

Assim, o objetivo do Modelo de leitura é instrumentalizar, de maneira didática, profissionais e estudantes para que possam aplicá-lo no seu fazer diário quando precisam atribuir palavras-chave a um artigo, por exemplo. O Modelo se propõe como uma metodologia para compreensão do conteúdo e análise de assunto, e consequente identificação e seleção de conceitos em documentos que será relevante para a recuperação da informação.

Nosso objetivo, portanto, é apresentar o Modelo de leitura bem como seu Manual de Explicativo e exemplos de exercícios que elucidarão passo-a-passo, a aplicabilidade do Modelo tanto para a formação de futuros profissionais como para aqueles que já atuam em um contexto de uma unidade de informação.

2 Referencial teórico

A análise e a representação documental são aspectos importantes a serem considerados na recuperação e no uso da informação em unidades de informação.

Desencadeados pela leitura documentária, os resultados dessa análise e representação são a identificação e seleção de termos, que serão correspondentes aos conceitos do documento para o usuário final.

De acordo com Moreira, Santos e Vitorini (2017, p. 159)

> Para que se efetue a análise documentária, requer-se a realização de leitura documentária, uma modalidade de leitura profissional que consiste na análise do conteúdo do documento visando a identificação e a distinção das informações essenciais e acessórias, sendo que tal distinção ocorre conforme os interesses relativos ao contexto em que se produz a análise. Utilizando-se de técnicas de condensação documentária adequadas à modalidade de representação que se deseja construir, as informações essenciais são reelaboradas como representações documentárias e passam a compor, nessa condição, sistemas de informação documentária.

Diferentemente de leitores "comuns", os leitores que fazem a leitura documentária para a indexação estão em um contexto de unidade de informação e sujeitos a aspectos que condicionarão a sua leitura como, por exemplo: o volume de documentos a ser lido, o tempo a ser despendido dessa tarefa, os usuários a serem atendidos, entre outros.

Considerando esses aspectos, Redígolo e Fujita (2015) enfatizam que é necessário formar ou capacitar essa pessoa para uma leitura profissional em que os objetivos do contexto profissional onde ela está inserida sejam sobrepostos aos seus objetivos pessoais.

Moreira, Santos e Vitorini (2017) apresentam claramente dois aspectos que diferenciam o leitor comum do leitor profissional e leitura profissional da leitura documentária: as técnicas empregadas e a tipologia de recursos empregados, respectivamente.

Complementando a visão das afirmações anteriores, Terra (2017, p. 52) afirma que esses leitores

> [...] precisam de realizar uma leitura bem estruturada e seguir um método sistematizado que apoie a identificação dos conceitos do documento, permitindo a compreensão da temática, e o reconhecimento dos termos representativos equivalentes usando a linguagem documental em uso no serviço de informação.

Sobre isso, corroboram Redígolo e Fujita (2015) quando afirmam que, devido à importância dos resultados obtidos com a representação do conteúdo documental, e ao fato de que a leitura profissional não poder ser linear, ela deve ser cuidadosamente pensada. Considerando isso, as autoras citam estudos que indicam partes do texto que devem ser consideradas na leitura profissional: Cavalcanti (1989), ABNT 12.676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992), Mai (1997), Fujita (2004) e Redígolo (2010).

Essa indicação de partes a serem lidas demonstra uma preocupação em sistematizar de alguma forma um método para identificação de termos, considerando a complexidade do processo da leitura e da indexação.

Assim, Fujita (1999) respalda essa afirmação quando diz:

> Acreditamos que o domínio da estrutura textual relacionada à identificação de conceitos, poderia oferecer uma abordagem melhor sustentada para oferecer agilidade à leitura documentária como também assegurar uma uniformidade de procedimentos ao tratamento temático de informações.

Maimone, Kobashi e Mota (2016) alertam que a indexação é fundamental para que ocorra a adequada recuperação de informações. Sendo assim torna-se necessário buscar formas cada vez mais aprimoradas de realizar esse processo.

Considerando o exposto e os estudos desenvolvidos desde 1993 por Fujita (2017), constituídos pelo arcabouço teórico na literatura científica nacional e internacional, além de embasamento propiciado pela aplicação prática dos resultados obtidos, foi elaborado o Modelo de Leitura documentária para textos científicos (FUJITA; RUBI, 2006).

Para tanto, foram considerados os subsídios teóricos sobre estrutura textual e a existência de propostas metodológicas que combinam a exploração da estrutura textual com a identificação de conceitos, bem como metodologias de identificação de conceitos pela análise conceitual e abordagem sistemática.

3 Proposição metodológica

Considerando o percurso teórico desenvolvido, apresentamos a seguir uma proposição metodológica com o objetivo de instrumentalizar estudantes e profissionais durante o processo de leitura para a análise documental.

Essa proposição é composta por três itens:

1. Manual de ensino do Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos (FUJITA, 2007);
2. Modelo de leitura documentária para textos científicos: passo-a-passo (FUJITA; RUBI, 2006).
3. Exercício de aplicação.

O "Modelo de leitura" (Quadro 1) foi elaborado em 2006, e consiste, fundamentalmente, da caracterização de conceitos, segundo análise conceitual do PRECIS; da identificação de conceitos, mediante abordagem sistemática da Norma 12.676; da localização dos conceitos em parte do texto; da apresentação de termos que representam conceitos.

Quadro 1 - Modelo de Leitura Documentária para textos científicos: identificação de conceitos por questionamento em partes da estrutura textual.

CONCEITO (ANÁLISE CONCEITUAL)	**QUESTIONAMENTO** (NORMA 12.676)	**PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL**
OBJETO	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AÇÃO	O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AGENTE	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
MÉTODOS DO AGENTE	Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?	METODOLOGIA
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA
CAUSA E EFEITO	São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS
PONTO DE VISTA DO AUTOR; PERSPECTIVA	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	CONCLUSÕES

Fonte: Fujita; Rubi (2006).

Com a experimentação do "Modelo de leitura..." em diversas oportunidades em sala de aula de graduação, apresentação de trabalhos em eventos científicos, desenvolvimento de outras pesquisas, artigos

publicados, foi necessário seu aprimoramento que resultou em mudanças mais adequadas ao uso como se verá a seguir no "Passo-a-passo" (FUJITA, 2007) que acompanha o Modelo de Leitura adaptado (Quadro 2). Esse "Passo-a-passo" foi idealizado para que o aluno de graduação ou o profissional tenha um roteiro que o oriente de modo mais rápido sobre a sequência de etapas do que deveria fazer e, também, ter um conjunto de dicas e observações que são importantes para a identificação e seleção de conceitos.

Já o "Manual de ensino", foi elaborado por Fujita (2007) após o "Modelo de leitura..." e considera também os resultados de pesquisa com a metodologia do Protocolo Verbal de experimentação do "Modelo de leitura".

O "Manual de ensino" que deve ser lido integralmente antes do uso do "Modelo de leitura" de modo a compreender com profundidade a aplicabilidade do "Modelo de leitura" a qualquer texto.

Dessa forma, apresentamos o "Manual de ensino do Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos" e em seguida o "Modelo de leitura documentária para textos científicos: passo-a-passo".

Após a apresentação do Manual e do Modelo, sugerimos um exercício de aplicação da proposta metodológica.

Manual de ensino do modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos

A leitura documentária, realizada pelo indexador na fase de análise, visa propiciar a "identificação de conceitos" para posterior representação em índices que satisfaçam a demanda do usuário.

A indexação em análise documentária, sob o ponto de vista dos sistemas de recuperação de informação, é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. *O bom ou o mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita através de índices.* Isso nos leva a considerar que a recuperação do documento mais pertinente à questão da busca é aquela cuja indexação proporcionou a identificação de conceitos mais pertinentes

ao seu conteúdo, produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices.

Na *identificação de conceitos*, o indexador, após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. E a *seleção de termos* é necessária, tendo em vista os objetivos para os quais as informações são indexadas. Assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados.

No contexto da análise para indexação, a leitura é a atividade principal da indexação, pois, sendo a fase inicial, influenciará o desempenho de outras operações e resultará na seleção de termos que irão representar o documento para o usuário. Assim, a leitura passa a ter uma conotação mais direcionada aos objetivos da indexação, diferente daqueles para outros fins.

Considerando que a identificação de conceitos é o objetivo da leitura documentária e a operação mais importante da indexação, os resultados obtidos em pesquisas (FUJITA; RUBI, 2006) levam às seguintes conclusões:

- a identificação de conceitos pode depender do domínio do indexador na exploração da estrutura textual;
- existem duas operações distintas realizadas pelos indexadores ***durante*** (e não após!) a leitura – *Identificação de conceitos e Seleção de termos*.

Assim, essa instrução de leitura estará dividida em três procedimentos principais:

- Exploração do conhecimento da estrutura textual
- Identificação de conceitos
- Seleção de conceitos

I – Exploração do conhecimento de estrutura textual

1. Observação da estrutura textual: Localize no texto científico os elementos que o compõe, mesmo que não estejam evidentes através de itens ou sinalizados por meio de destaques. Todo texto possui uma estrutura, evidente

ou não, que podemos denominar de superestrutura. Essa observação deve ser feita, portanto, com base na superestrutura, pois indicará, com maior objetividade, qual é o assunto tratado no texto, evitando desse modo, que se cometam equívocos:

Título em português

Título em inglês

Autoria

Resumo do trabalho científico

Palavras-chave

Abstract

Keywords

Introdução

Materiais e métodos

Resultados

Figuras

Discussão dos resultados

Conclusões

Referências bibliográficas

2. Localização do conteúdo pertinente de cada uma dessas partes do texto. Verifique que o conteúdo pertinente a cada parte do texto demonstra um padrão, tal como:

Introdução: explicação do assunto principal com referencial teórico, contendo os objetivos com o tema principal do trabalho ao final da introdução;

Materiais e métodos: descrição de materiais e métodos utilizados, processos, técnicas, amostragem;

Resultados: compatibilidade com objetivos enunciados, materiais e métodos utilizados, com o uso, às vezes de figuras, gráficos, tabelas, fotografias, etc.;

Discussão dos resultados: verificação dos resultados a partir do referencial teórico utilizado;

Conclusões: verificação dos objetivos propostos;

Referências bibliográficas

IMPORTANTE: *a realização da* ***etapa 2*** *é* ***imprescindível****, pois resultará na compreensão global do texto.*

II – Identificação de conceitos

A metodologia utilizada para esta etapa consiste na identificação de conceitos que será realizada combinando a exploração da estrutura textual e o questionamento.

A identificação de conceitos é a etapa principal da indexação e dependerá da compreensão do que é conceito e qual a sua importância. Conceito é a formulação de uma ideia por palavras. Tomemos como exemplo o conceito *agente* que pode ser definido por *aquele ou algo que realizou a ação*. Isso significa que o conceito agente poderá ser representado por uma palavra no texto, que dependerá do contexto para identificá-la com a ideia de agente. Assim, asseguramos que esses conceitos poderão ser identificados em qualquer texto, garantindo uma uniformidade de identificação de conceitos e de compreensão global do texto que, de outra forma, não seria possível, por não termos parâmetros de compreensão.

Ex.: Destruição de plantações de café pela geada.

O agente neste caso é a geada, pois "praticou" a ação de destruição das plantações de café.

a) Compreensão de conceitos

Os conceitos essenciais do documento são:

- OBJETO: é algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador.
- AÇÃO: processo sofrido por algo ou alguém
- AGENTE: aquele ou algo que realizou a ação

- MÉTODOS: métodos utilizados para realização da pesquisa
- LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA: local físico onde foi realizada a pesquisa
- CAUSA E EFEITO:

– *causa* => razão ou motivo. Aquilo ou aquele que faz com que uma coisa exista ou aconteça (antecedente); está vinculada à identificação da AÇÃO.

– *efeito* => produto de uma causa. Resultado de um ato qualquer (consequência); está vinculado ao resultado da AÇÃO realizada.

Assim, o suposto efeito ou consequente deve variar cada vez que faz variar a suposta causa ou antecedente.

Ex.: Grupos familiares carentes que migram tendem a desorganização interna.

Causa: processo de migração

Efeito: desorganização interna do grupo familiar

b) Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

Para conseguir um melhor resultado na identificação de conceitos, você poderá utilizar partes do texto em que os conceitos, geralmente, poderão ser identificados:

Quadro 2 - Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

Partes do texto	Conteúdo pertinente	*Conceitos de*
Introdução (objetivos) (confirmar tema em Referências)	• Referencial teórico • Tema: objetivos* • Objetivos	OBJETO AGENTE AÇÃO
Metodologia	• Descrição de materiais, métodos, processos e técnicas utilizados.	MÉTODOS LOCAL FÍSICO MATERIAIS

Resultados Discussão dos resultados Conclusões	• Compatibilidade com objetivos enunciados e materiais e métodos utilizados, mostrados, às vezes em tabelas; • Verificação dos resultados a partir do referencial teórico utilizado	CAUSA E EFEITO

* Observe que o tema, geralmente, está expresso no objetivo do artigo.

c) Questionamento do texto para identificação de conceitos

Por outro lado, este resultado poderá ser obtido mais facilmente se você utilizar o questionamento a seguir, pois as respostas a essas perguntas implicarão em uma análise do documento e dará origem à seleção de termos. A seguir, temos três exemplos que demonstram o uso do questionamento e a obtenção de termos como resposta à identificação dos conceitos estabelecidos.

Exemplo 1: Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarréia aguda e persistente.[37]

Exemplo 2: Desempenho de genótipos de arroz irrigado cultivados no sistema pré-germinado com inundação contínua.[38]

Exemplo 3: Gerenciamento estratégico de informação nas empresas industriais do setor de telecomunicações no Brasil.[39]

1. O ASSUNTO CONTÉM UMA AÇÃO (PODENDO SIGNIFICAR UMA OPERAÇÃO, UM PROCESSO ETC)?
    - **AÇÃO 1**: proliferação
    - **AÇÃO 2:** cultivo de arroz
    - **AÇÃO 3:** gerenciamento estratégico

[37] CRUZ; FAGUNDES NETO, 1995.

[38] MARCHEZAN, E. *et al*. 2004.

[39] PONTES, 1999.

2. O DOCUMENTO POSSUI EM SEU CONTEXTO UM OBJETO SOB EFEITO DESTA AÇÃO?

- **OBJETO 1**: flora anaeróbia
- **OBJETO 2**: arroz
- **OBJETO 3**: informação

2.1 O OBJETO IDENTIFICADO PODE SER CONSIDERADO COMO PARTE DE UMA TOTALIDADE?

- **PARTE DO OBJETO**: "flora anaeróbia" é parte do "intestino delgado", que é parte do todo "lactente"
- **PARTE DO OBJETO 2:** genótipos de arroz
- **PARTE DO OBJETO 3:** "informação" é parte das "empresas industriais" que são parte do "setor de telecomunicações" no Brasil.

2.2 O OBJETO IDENTIFICADO POSSUI CARACTERÍSTICAS OU ATRIBUTOS PARTICULARES?

No exemplo dado não existe característica ou atributo, mas em outro exemplo, seria:

Substância aromática do vinho

vinho: objeto

substância aromática: atributo

- **CARACTERÍSTICA DO OBJETO IDENTIFICADO 2**: irrigado

3. O DOCUMENTO POSSUI UM AGENTE QUE PRATICOU ESTA AÇÃO?

- **AGENTE 1**: microorganismos anaeróbios
- **AGENTE 2**: Sistema pré-germinado com Inundação contínua.
- **AGENTE 3**: não tem agente no exemplo 3

4. PARA ESTUDO DO OBJETO OU IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO, O DOCUMENTO CITA E/OU DESCREVE MODOS ESPECÍFICOS, POR EXEMPLO: INSTRUMENTOS ESPECIAIS, TÉCNICAS, MÉTODOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS?

- **MÉTODOS 1**: Intubação intestinal; análise morfológica das colônias
- **MATERIAIS**:
- **MÉTODOS 2**: Experimento de campo em safras agrícolas; irrigação por inundação; semeadura; adubação do solo; drenagem
- **MÉTODOS 3**: estudo de caso; três empresas industriais do setor de telecomunicações sediadas no Brasil; entrevista semi-estruturada; gravação direta dos depoimentos e anotações; roteiro de entrevista.

5. A AÇÃO, OBJETO E AGENTE SÃO CONSIDERADOS NO CONTEXTO DE UM LUGAR ESPECÍFICO OU AMBIENTE?

- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 1**: a pesquisa foi realizada em Unidades de Gastroenterologia Pediátrica
- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 2**: Área de várzea sistematizada; Departamento de Fitotecnia; Universidade Federal de Santa Maria – RS
- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 2**: Brasil

6. CONSIDERANDO QUE A AÇÃO E O OBJETO IDENTIFICAM UMA CAUSA, QUAL É O EFEITO DESTA CAUSA?

- **CAUSA 1**: proliferação da flora anaeróbia (AÇÃO+OBJETO);
- **CAUSA 2**: genótipos de arroz irrigado (AÇÃO+OBJETO);
- **CAUSA 3**: gerenciamento estratégico da informação (AÇÃO+OBJETO);
- **EFEITO 1**: diarreia aguda e persistente, pois quando há aumento da proliferação da flora anaeróbia, agrava-se diarreia aguda e persistente.

- **EFEITO 2**: Plantas uniformes; Condições ambientais e climáticas; condições de cultivo; propriedades do solo; produtividade; Acamamento de plantas; elevada produtividade de alguns fenótipos de arroz
- **EFEITO 3**: transferência de conhecimento e tecnologias produzidas nos países periféricos.

Observação: às vezes, nem todas as questões poderão ser respondidas.

Após a compreensão do texto acima, faça a identificação de conceitos, combinando a exploração da estrutura textual com o questionamento.

III. Seleção de conceitos

A partir da *identificação de conceitos*, realizada por meio das respostas a essas questões, *selecione os conceitos* que você considera importantes para uma representação mais pertinente ao conteúdo do documento e que seja baseada na demanda do sistema, conforme linguagem adotada, promovendo a garantia de uso do documento.

Exemplo:

Quadro 3 - Identificação e seleção de termos.

Termos identificados Exemplo 1	Termos selecionados Exemplo 1
Flora anaeróbia	Flora anaeróbia
Proliferação	Proliferação da flora anaeróbia
Microorganismos anaeróbios	Microorganismos anaeróbios
Intubação intestinal	Análise morfológica
Análise morfológica das colônias	Diarreia aguda
Unidades de Gastroenterologia Pediátrica	Diarreia persistente
Proliferação da flora anaeróbia	
Diarreia aguda e persistente	

Termos identificados Exemplo2	Termos selecionados Exemplo 2
cultivo de arroz	Cultivo de arroz
arroz	Arroz
genótipos de arroz	Genótipos de arroz
Sistema pré-germinado com Inundação contínua	Inundação contínua
Experimento de campo em safras agrícolas; irrigação por inundação; semeadura; adubação do solo; drenagem	Safras agrícolas; Irrigação por inundação; Semeadura; Adubação do solo; Drenagem
Área de várzea sistematizada; Departamento de Fitotecnia; Universidade Federal de Santa Maria – RS	Universidade Federal de Santa Maria; várzea
Plantas uniformes; Condições ambientais e climáticas; condições de cultivo; propriedades do solo; produtividade; Acamamento de plantas; elevada produtividade de alguns fenótipos de arroz	Plantas; Solo; Acamamento de plantas; Fenótipos de arroz
Termos identificados Exemplo 3	**Termos selecionados Exemplo 3**
gerenciamento estratégico	Gerenciamento estratégico
informação	informação
empresas industriais; setor de telecomunicações	Empresas industriais; Setor de telecomunicações
estudo de caso; três empresas industriais do setor de telecomunicações sediadas no Brasil; entrevista semi-estruturada; gravação direta dos depoimentos e anotações; roteiro de entrevista.	Estudo de caso; Empresas industriais; Telecomunicações; Entrevista semi-estruturada Anotações; Roteiro de entrevista; Gravação dos depoimentos

Brasil	Brasil
transferência de conhecimento e tecnologias produzidas nos países periféricos	Transferência de conhecimento; Transferência de tecnologia

Modelo de leitura documentária para textos científicos: passo-a-passo

Coloque aqui a referência bibliográfica do texto:

Exemplo: CRUZ, A. S. da; FAGUNDES NETO, U. Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarréia aguda e persistente. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p. 158-162, 1995. Disponível em: http://www.jped.com.br/conteudo/95-71-03-158/port_print.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

1° Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do artigo científico: localizar no texto científico os elementos que o compõem, tal como, introdução, metodologia, resultados, discussão dos resultados e conclusão. Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do texto.

2° Identificação dos conceitos: considera-se importante, observar as partes da estrutura textual e realizar o questionamento, indicados na grade do modelo de leitura, para que a identificação dos conceitos seja correta.

Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao Manual explicativo.

Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- o conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;

- termos vazios de significado, como "avaliação", "estudo", "análise" e etc., não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- o conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como "coagulação";
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados por termos.

Quadro 4 - Versão adaptada do Modelo de Leitura Documentária.

Conceitos	Questionamento para identificação de conceitos	Partes da estrutura textual	Exemplos de termos identificados
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Flora anaeróbia + intestino delgado + lactente
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Proliferação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Microrganismos anaeróbios
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	Intubação intestinal; Análise morfológica das colônias

LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	Unidades de Gastroenterologia pediátrica
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Causa: proliferação da flora anaeróbia em intestino delgado de lactentes (ação + objeto); Efeito: diarreia aguda e persistente

Fonte: Fujita (2007, p. 177).

Exercício de Aplicação

A partir daqui será importante realizar a análise documental de um texto. Sugerimos que escolha um artigo científico para começar sua atividade. Vá ao site do Scielo (http://www.scielo.br) e procure um artigo científico da área de ciências da saúde e outro da área de ciências humanas. O Manual Explicativo e o Modelo de Leitura Documentária são autoexplicativos, mesmo assim, recomendamos aos aprendizes as seguintes estratégias com uso do Modelo de Leitura Documentária e Manual de Ensino para diminuir ainda mais suas dificuldades da análise documental:

a) Análise da tarefa: a pouca familiaridade com o assunto e com os termos específicos do artigo científico especializado sugere que o exercício de leitura documentária para análise de assunto de documentos de áreas especializadas seja realizado após análise do conteúdo do texto acompanhada do uso de dicionários especializados, consulta a especialistas e uso de linguagens documentárias especializadas no assunto do documento;

b) Compreensão da metodologia: a aplicação do Modelo de Leitura Documentária somente deve ser feita após leitura e orientação sobre o conteúdo específico de Análise Documental contido nas seções anteriores e, em seguida, fazer uma leitura cuidadosa do Manual de Ensino para seguir os três procedimentos;

c) Contato com o contexto sociocognitivo da tarefa: é preciso ter contato com a situação real de sistemas de recuperação da informação e para isso é possível realizar dois exercícios reais: o primeiro consiste em fazer entrevista com um pesquisador ou especialista do assunto do texto escolhido para obter sua compreensão e principalmente com que palavras recuperaria o artigo; o segundo, em seguida, solicita ao especialista que faça uma busca em um sistema de recuperação da informação da sua especialidade utilizando palavras que identifiquem sua necessidade de busca.

Com essas estratégias que antecedem a aplicação do Modelo de Leitura Documental é possível realizar com mais entendimento do assunto a análise documental do artigo escolhido. Essas estratégias tem a finalidade, como você verá, de realizar uma aproximação do seu conhecimento com a área de assunto do artigo escolhido para diminuição das dificuldades de vocabulário.

Para que você tenha um parâmetro prático antes de realizar sua atividade de Análise Documental, apresenta-se, em seguida, um exemplo da aplicação do Modelo de leitura documentária para identificação e seleção de conceitos em um artigo de periódico científico da área médica (Quadro 5).

Referência do artigo: VIEIRA, L. A. *et al*. Colonização intestinal de recém-natos por enterobactérias multirresistentes a antimicrobianos em unidade neonatal. *Jornal de Pediatria,* Rio de Janeiro, v. 75, n. 2, p. 83-90, mar./abr. 1999.

Quadro 5 - Exemplo de aplicação do modelo de leitura para textos científicos

CONCEITO	QUESTIONAMENTO	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	TERMOS SELECIONADOS
OBJETO e PARTE (S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Recém-nascido	Recém-nascido

AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo, etc)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Colonização intestinal	Colonização intestinal
AGENTE (Aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Germes multirresistentes a antimicrobianos	Germes multirresistentes a antimicrobianos
MÉTODOS (Métodos utilizados para realização da pesquisa)	Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?	METODOLOGIA	Identificação bacteriana; Testes de sensibilidade aos antimicrobianos; Amostras fecais; Extração de DNA plasmidial bateriano; Eletroforese em gel de agarose	Teste de sensibilidade bacteriana Fezes DNA bacteriano
LOCAL OU AMBIÊNCIA (Local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	Berçário do HUPE-UERJ; Hospital público.	Berçários hospitalares; Hospitais públicos
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Causa: Colonização intestinal em recém-nascido (ação+objeto) Efeitos: *Klebsiella pneumoniae* Baixo peso Alimentação com leite artificial Hospitalização Uso de antimicrobianos	*Klebsiella pneumoniae;* Baixo peso ao nascer; Leite de vaca; Hospitalização

Fonte: Fujita (2007).

Observe que foi incluída uma síntese, que denominamos "enunciado de assunto", revelando o tema do documento. Esse enunciado de assunto é composto, em ordem lógica, pelos termos que representam os conceitos identificados e atesta a compreensão do assunto do documento pelo leitor documentalista.

ENUNCIADO DE ASSUNTO: Colonização intestinal de recém-nascidos por germes multirresistentes a antimicrobianos mediante identificação bacteriana, testes de sensibilidade aos antimicrobianos, amostras fecais, extração de DNA plasmidial bacteriano e eletroforese em gel de agarose em Berçario do HUPE-UERJ cujas causas foram a infecção por Klebsiella pneumoniae e baixo peso que resultou na alimentação com leite artificial, hospitalização e uso de antimicrobianos.

Complementando o exemplo anterior, apresentamos a seguir outro exemplo de aplicação do Modelo de leitura documentária para identificação e seleção de conceitos em um artigo de periódico científico, dessa vez na área de ciências humanas (Quadro 6).

Referência do artigo escolhido: FERREIRA, L.; BARROS, R. M. de O. Uma análise do discurso do aluno trabalhador acerca de sua evasão: caso específico do curso de matemática da UEM. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100109&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019.

Quadro 6 - Modelo de Leitura Documentária para exercício (Versão adaptada do Modelo de Leitura Documentária)

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	**Termos selecionados**
OBJETO e PARTE (S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	Introdução (objetivos)	Evasão	Evasão

AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	Introdução (objetivos)	Necessidade de trabalhar	Trabalho
AGENTE (Aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	Introdução (objetivos)	Alunos do curso de Matemática da UEM	Alunos universitários
MÉTODOS (Métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	Metodologia	Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Contato e entrevista com a população alvo; Transcrição das entrevistas; Análise de discurso de Foucault	Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Entrevista; Análise de discurso de Foucault
LOCAL OU AMBIÊNCIA (Local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	Metodologia	Curso de Matemática da Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá Curso de Matemática
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	Resultados; discussão de resultados; Conclusões	Causa: necessidade de trabalhar Efeito: evasão do curso de Matemática	Trabalho Evasão

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Coloque aqui o "Enunciado do assunto" (composto pelos termos que representam os conceitos identificados): Evasão dos alunos do curso de Matemática da Universidade Estadual da UEM devido à necessidade de

trabalhar, mediante Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Contato e entrevista com a população alvo; Transcrição das entrevistas; Análise de discurso de Foucault, cuja causa é a necessidade de trabalhar que resultou na evasão do curso pelos alunos.

Após a realização da tarefa, comente abaixo sobre as estratégias utilizadas antes da aplicação do Modelo de Leitura Documentária e faça uma reflexão sobre as dúvidas, dificuldades e êxitos obtidos com essa atividade.

A utilização do Modelo de leitura com a aplicação prática em dois exemplos distintos de artigos científicos permitiu demonstrar o percurso da leitura realizada pelo leitor profissional durante a indexação. No entanto, cabe ressaltar que o processo de indexação não termina com a seleção dos conceitos. Há uma outra etapa a ser considerada, após a leitura documentária, que é a tradução dos termos selecionados para a linguagem documentária adotada pela unidade de informação onde o leitor profissional está inserido. Essa linguagem deverá estar em consonância com os assuntos inerentes à unidade de informação, bem como ao usuário que utiliza essa unidade. A linguagem utilizada certamente influenciará no resultado final dos termos que definitivamente representarão o documento.

Além disso, é necessário considerar também as particularidades de cada área do conhecimento que influenciarão da identificação e seleção dos conceitos. O conhecimento da área de ciências da saúde geralmente é descrito com maior precisão e exatidão nos artigos que, por sua vez, apresentam uma estrutura mais segmentada e enxuta. Isso certamente facilita a leitura e identificação dos conceitos pelo leitor profissional. Já a descrição do conhecimento na área de ciências humanas apresenta nuances e é muitas vezes, permeado de recursos da Língua Portuguesa como metáforas, eufemismos, ironias entre outros. A estrutura desses artigos nos periódicos também não obedece a uma segmentação rígida, até pela própria natureza que os estudos podem assumir. Dessa forma, podemos inferir que a leitura feita pelo profissional dos artigos dessa área deverá ser mais atenta, especialmente na tentativa de localizar os conceitos pertinentes no texto, correspondente às partes textuais.

Porém, independentemente da área do conhecimento, a aplicação do Modelo de leitura mostrou-se viável. E como já esclarecido anteriormente no “Manual de ensino do Modelo de leitura” nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados por termos.

4 Considerações finais

A importância da leitura na análise documental demonstrou a necessidade de sistematizar um método de identificação e seleção de conceitos. O método foi sistematizado no "Modelo de leitura documentária" (Quadro 1) combinando estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos.

Essa proposição metodológica permite ao leitor profissional (estudante ou profissional) realizar a identificação de conceitos em bases cognitivas porque o modelo é resultado das observações com Protocolo Verbal da leitura documental realizada por indexadores proficientes. Portanto, é um modelo ao qual o leitor profissional se adapta facilmente por ser coerente com suas estratégias metacognitivas utilizadas para a leitura documental de textos diversos e em distintas áreas de conhecimento.

Podemos afirmar que esse Modelo é resultado dos estudos desenvolvidos em que foi possível verificar a inexistência de domínio sobre procedimentos sistemáticos para abordagem do conteúdo textual que levassem à identificação de conceitos da leitura documentária.

Considerando que a indexação termina, de fato, com a tradução dos termos selecionados em uma linguagem de indexação, ressaltamos que não foi incluída essa etapa no Modelo de leitura devido ao nosso objetivo ter sido demonstrar a identificação e a seleção de conceitos que ocorrem durante a leitura documentária e a tradução é uma etapa que acontece após a leitura documentária. Dessa maneira, não consideramos essa "possível coluna" em nosso quadro "Modelo de leitura documentária para exercício".

Finalmente, consideramos no Modelo um importante instrumento didático ao combinar a exploração da estrutura textual com o questionamento para a identificação de conceitos para que a leitura documentária possa ser mais rápida e estratégica, resultando em termos representativos do conteúdo do documento.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

CAVALCANTI, Marilda C. *I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto*: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: UNICAMP, 1989.

CRUZ, A. S. da; FAGUNDES NETO, U. Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarréia aguda e persistente. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 158-162, 1995. Disponível em: http://www.jped.com.br/conteudo/95-71-03-158/port_print.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária*: estudos avançados para a indexação. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 15-49.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária na formação inicial do indexador*: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino. 2004. Marília: Universidade Estadual Paulista; CNPq, 2004. (Projeto Integrado de Pesquisa).

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária na formação inicial do indexador*: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2007. (Relatório final de pesquisa-Bolsa PQ-CNPq).

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, 1999.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire*, Zaragoza, v. 12, n. 1, p. 47-70. 2006. Disponível em: http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1585/1557. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAI, J. E. The concept of subject: on problems in indexing. *In*: INTERNATIONAL STUDY CONFERENCE ON CLASSIFICATION RESEARCH, 6., 1997, The Hague. *Proceedings* [...] The Hague: FID, 1997. p. 60-67.

MAIMONE, G. D; KOBASHI, N. Y.; MOTA, D. Indexação: teoria e métodos. *In*: SILVA, J. F. M. da; PALETTA, F. C. (org.) *Tópicos para o ensino de biblioteconomia*. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 73-85. v. 1.

MARCHEZAN, E. *et al*. Desempenho de genótipos de arroz irrigado cultivados no sistema pré-germinado com inundação contínua. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 34, n. 5, p. 1349-1354, set./out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782004000500005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019.

MOREIRA, V.; SANTOS, J. C. F. dos; VITORINI, E. F. Os padrões de Hearst como recursos auxiliares semiautomáticos para a eficácia na leitura documentária. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária*: estudos avançados para a indexação. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 167-193.

REDÍGOLO, F. M. *O processo de análise de assunto na catalogação de documentos*: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de Biblioteca Universitária.

2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REDÍGOLO, F. M.; FUJITA, M. S. L. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 3, p. 356 - 376, set./dez. 2015. Disponível em: http:www.uel.br/revistas/informacao/. Acesso em: 14 fev. 2019.

TERRA, A. L. Processos cognitivos na leitura documental: o que faz o indexador quando lê? *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária*: estudos avançados para a indexação. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 51-67.

11

Procedimentos de leitura documentária para indexação de doutrina: um estudo com base em estruturas textuais

Daniela Majorie Akama dos REIS

Resumo: A leitura documentária é realizada durante a análise de assunto, considerada a primeira etapa de vários processos, como a indexação. Cada profissional que realiza a prática da leitura documentária é único, e como consequência, a análise do documento poderá ocorrer de formas diferentes dependendo do documento e do analista de assunto. Vários fatores devem ser considerados quando estudamos o processo de leitura documentária realizado por profissionais da informação, como estratégias de leitura, conhecimento prévio, o domínio de atuação, e tipo de estrutura textual do documento analisado. Serão apresentados conceitos sobre a leitura documentária na Biblioteconomia jurídica, e sobre a estrutura textual de doutrina, documento presente na maioria das bibliotecas jurídicas. O resultado deste estudo é uma lista de procedimentos de leitura documentária para a indexação de doutrina.

Palavras-chave: Leitura documentária. Estrutura textual de documentos. Indexação. Biblioteconomia jurídica.

Abstract: The documentary reading is a process performed during the subject analysis, considered the first step of of the indexing of documents. The professional who performs the practice of documentary reading is unique, and as a consequence, the analysis of the document may occur in different ways depending on the document and the subject analyst.

Several factors should be considered when studying the process of documentary reading carried out by information professionals, such as reading strategies, prior knowledge, domain of activity, and type and structure of the document analyzed. Concepts about documentary reading in legal librarianship and on the textual structure of doctrine, document present in most legal libraries will be presented here. The result of this study is a list of documentary reading procedures for indexing doctrine.

Keywords: Documentary reading. Textual structure of documents. Indexing. Legal librarianship.

1 Introdução

Este estudo está inserido no contexto da organização do conhecimento, e tem por temática central a análise da leitura documentária de documentos da área jurídica, especificamente de doutrina, com base em sua estrutura textual.

Entende-se que em organização do conhecimento, a leitura documentária é a forma pela qual os profissionais iniciam diversos processos como, por exemplo, a indexação e catalogação de assunto. Cada mente trabalha de forma única, de sorte que fatores como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica e convívio com outras pessoas influenciam na forma como tal indivíduo interpreta informações. O objetivo de modelos de leitura para esses profissionais é sempre de guiá-los pelo obscuro processo de leitura documentária.

O bibliotecário, como profissional que realiza a leitura documentária, durante a análise de assunto, é qualificado para atuar em diversas áreas e locais, não somente em bibliotecas. O campo de atuação do bibliotecário é bastante extenso e a área jurídica é uma ramificação complexa na Biblioteconomia.

Silva (2008) busca oferecer subsídios que auxiliem o acesso e a compreensão dos conceitos da ciência jurídica pelos bibliotecários. A autora dá enfoque à estrutura textual de acórdãos, leis e pareceres jurídicos. Foi desenvolvido um modelo de leitura técnica jurisprudencial com a exibição de conceitos referentes à dinâmica processual, em especial, os procedimentos recursais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ. A autora concluiu que, para a compreensão da terminologia jurídica e

indexação da decisão judicial (acórdão), é necessário que o bibliotecário entenda conceitos jurídicos e as fases do processo judicial, além de aplicar técnicas estratégicas de leitura, na análise de certas partes do acórdão.

Ferreira (2017), em Dissertação de Mestrado, realiza pesquisa sobre a análise de assunto para indexação de acórdãos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), com o intuito de sistematizar a leitura do indexador. A autora procura oferecer diretrizes e procedimentos para a análise de assunto, via modelo de leitura técnica. Explica que, com os resultados da pesquisa, verificou a importância das estratégias de análise do texto, as quais permitiram a sistematização do processo de leitura no modelo. Considera imprescindível o conhecimento do domínio jurídico por parte do indexador, pois o modelo traz diretrizes de leitura, e não de contextualização.

Reis *et al*. (2018) analisam os diferentes enfoques teóricos sobre a semiótica, na criação de registros bibliográficos. As autoras explicam que tanto a catalogação de forma quanto a de assunto exigem o contato com o documento, por meio da leitura, o que requer processos interpretativos complexos, por parte dos profissionais. Foram consideradas duas vertentes distintas da Semiótica, sob o olhar de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure. Com os estudos teóricos apresentados, as autoras concluem que é possível categorizar, através das abordagens da Semiótica, como o profissional se comporta em contato com os documentos.

Propõe-se redação de fundamentação teórica sobre a leitura documentária para indexação de doutrina, documento comum em bibliotecas da área do Direito. O objetivo é apresentar de forma concisa quais são as partes da estrutura textual de doutrina mais consultadas por analistas de assunto do domínio do Direito. Esta pesquisa surgiu da necessidade de aprofundamento em um domínio específico para estudos sobre leitura documentária com base em estruturas textuais de documentos.

Traz alguns dos resultados de Reis (2019), cuja coleta de dados ocorreu pela aplicação de Protocolo Verbal Individual (PVI) a profissionais de bibliotecas da área jurídica, durante a leitura documentária para indexação de doutrina em formato tradicional (impresso) ou digital (*e-book*). Após as coletas de PVI, foi realizada uma comparação entre as análises das estruturas textuais de todos os bibliotecários.

Reis (2019) observou dez bibliotecários, por meio de entrevista via PVI, cada um fazendo a leitura documentária de doutrina. Foi enfatizada a influência do domínio específico, experiência profissional (conhecimento prévio da área) e a prática na interpretação e inferência do profissional, elementos que forneceram subsídios para a conclusão da tese.

Foi alcançado um entendimento maior de como o profissional analisa o conteúdo do livro, durante a leitura documentária, através de sua estrutura, e, como consequência disso, como funciona o processo de criação de hipóteses na indexação para organização do conhecimento, por meio da leitura documentária em bibliotecas jurídicas.

Esta pesquisa é apresentada em quatro partes, a seção dois sobre leitura documentária para indexação, a seção três sobre a Biblioteconomia jurídica, a seção quatro sobre a estrutura textual de documentos da área do Direito, e a última traz as considerações finais.

2 A leitura documentária para indexação

A leitura documentária é o primeiro passo para a análise de assunto em indexação e diversos outros processos, tornando-a fundamental para profissionais da área.

Guinchat e Menou (1994, p. 176) definem a indexação como uma das formas de descrição de conteúdo. É a operação pela qual se escolhem os termos mais apropriados para indicar o conteúdo de um documento.

Lancaster (2004, p. 6) traz um conceito clássico de indexação, destacando que esta "[...] implica na preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos." Consiste em um dos processos mais importantes do trabalho do bibliotecário, porque objetiva representar o conteúdo de um documento, por meio de termos extraídos de um texto original (DUARTE, 2007, p. 1).

É um processo de sumarização que ocorre por meio da análise de assunto. Conforme algumas abordagens teóricas, pode ser organizada em duas, três e até quatro etapas. A literatura evidencia que não há unanimidade nas etapas que configuram o processo de indexação, sendo certo que independentemente da efetividade de cada uma, para os profissionais

mais experientes, as etapas ocorrem frequentemente de modo simultâneo (TERRA, 2017, p. 53).

Existem diversas abordagens sobre quais são as etapas da indexação (duas etapas para Chaumier (1988) e Lancaster (2004), três etapas para Mai (1997b), quatro etapas para Chu e O'Brien (1993)), contudo, todas elas colocam a análise de assunto como processo inicial. Em contextos profissionais, é comum que os bibliotecários não façam essa distinção, realizando o processo de forma automática, sem notar as etapas da indexação.

Em suma, a indexação é um processo de identificação de conceitos que possam representar um documento. A quantidade de passos para esse processo depende da abordagem teórica, mas a primeira etapa será sempre a análise de assunto (na concepção de Mai (1997a, p. 55), o primeiro estágio consiste no processo de análise do documento, e não de análise de assunto). Os produtos da indexação são termos representativos de um documento, e o profissional que realiza esse processo é tido, nesta investigação, como o analista de assunto.

A indexação está diretamente relacionada à leitura documentária, e vários autores estudam esse processo tão complexo. Existem diversas abordagens de estudo da indexação, sendo que a maioria determina a análise de assunto como processo inicial.

O processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como análise de assunto, para alguns, análise temática para outros, e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo (NAVES, 1996, p. 215).

O termo análise de assunto é o mais comumente utilizado. Grande parte dos autores que tratam do tema estabelece a análise de assunto como a etapa antes da tradução dos conceitos extraídos dos documentos para um vocabulário controlado (NAVES, 1996, p. 217).

A análise de assunto, do ponto de vista do indexador, começa com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos (NAVES, 2001, p. 192)

Portanto, o indexador, ou analista de assunto, é a figura central do processo de análise de assunto. Naves (2001, p. 193) lista os fatores relacionados a esse processo: política de indexação adotada pelo sistema, tipo de vocabulário utilizado (linguagem natural ou artificial), objetivos da instituição, perfil e necessidades de informação dos usuários e, principalmente, o fator humano. O indexador é importante para esse processo, pois cabe a ele a interpretação e a definição do assunto de documentos. É influenciado por variáveis de ordens diversas, sobretudo ligadas à linguística, ciência cognitiva e lógica.

Hutchins (1977) assinala que é necessário entender sobre o **assunto central** do documento, concebido como *aboutness*, para o seu tratamento. O analista de assunto precisa aprender do que o documento trata, durante o pouco tempo que tem disponível para a leitura de documentos.

Portanto, em pesquisas associadas à análise de assunto, é necessário conceituar **atinência**, ***aboutness*** ou **tematicidade** de um documento. Hjørland (2001, p. 774) ressalta que **assunto** e *aboutness* devem ser considerados sinônimos em organização do conhecimento.

Fujita (2003, p. 77), por seu turno, considera

> [...] relevante nos referirmos à tematicidade (*aboutness*) do documento quando se busca pesquisar sobre a problemática da identificação do tema." Para a autora, a tematicidade "[...] é pertinente à análise de assunto porque estamos tratando de seu objetivo principal que é a identificação do assunto ou tema mediante análise conceitual composta de identificação e seleção de conceitos.

Portanto, cabe ao bibliotecário o conhecimento do *aboutness* dos documentos e de sua importância para a representação temática. O conhecimento do *aboutness* ocorrerá via conhecimento prévio, durante a análise de assunto.

O processo de indexação e outros vinculados à organização do conhecimento, têm como primeira etapa a análise de assunto e, por consequência, a leitura documentária. A leitura tem natureza interpretativa

e, quando seu foco é a documentação, observam-se tentativas de padronização de estratégias, por parte do leitor.

Neves (2007, p. 2) entende que: “no que diz respeito à compreensão de um enunciado, a leitura de um texto é uma atividade cognitiva que requer esforço mental/cognitivo, envolvendo: percepção, memória, inferência e dedução”.

Tanto a redação como a leitura de um texto, são processos repletos de complexidade. Koch (2016) afirma que “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação”.

Autores como Cavalcanti (1989), Giasson (1993) e Kleiman (2000), estudam a teoria interacionista da leitura. Fujita explica que uma situação ideal para o processo de compreensão da leitura “é a indissociabilidade entre as três variáveis, texto, leitor e contexto, o que nos leva a considerar que as dificuldades da análise de assunto para a indexação devem ser analisadas a partir de cada variável e não somente do leitor/indexador” (FUJITA, 2017, p. 15).

Fujita explica que a leitura em análise de assunto de documentos é entendida como uma atividade de cunho profissional, e caracteriza o indexador como leitor profissional que realiza a leitura documentária. Dessa forma, o objetivo principal da formação do indexador, do resumidor e do classificador seria formá-lo ou capacitá-lo para uma leitura com objetivos profissionais (FUJITA, 2004, p. 2). Incluímos aqui, também, o profissional analista de assunto, pensado como o responsável pela análise de assunto sem foco específico em algum processo como, indexação, catalogação de assunto, entre outros.

Para Livingston, o conhecimento sobre as variáveis de estratégias de leitura inclui conhecimento sobre estratégias cognitivas e metacognitivas, bem como conhecimento condicional sobre quando e onde é apropriado usar tais estratégias (LIVINGSTON, 1997, p. 1).

Os leitores costumam identificar informações ao ler as partes consideradas mais importantes, e com isso, fazem inferências ao ler o texto em voz alta e ao repetir trechos para formular uma ideia buscando algo relacionado em sua memória. É comum tomarem notas e fazer pausas para pensar sobre o texto, podem buscar por padrões textuais e predizer assuntos. Buscam interpretar o texto por meio de partes da

estrutura e emitem juízos de valor sobre tudo que é informado (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 142).

Em Protocolos Verbais Individuais - PVIs, é comum identificar tal comportamento por parte dos leitores proficientes. Estes verbalizam suas estratégias, possibilitando melhor entendimento de como processam a informação durante a leitura documentária. Fujita entende que “o uso de estratégias não é facilmente observável porque ações mentais, como associações e deduções durante a leitura, não podem ser vistas, ainda que, possam ser verbalizadas” (FUJITA, 2017, p. 26).

A metacognição é um assunto bastante estudado em pesquisas sobre leitura documentária, e de acordo com Livingston (1997, p. 2) significa: “‘pensar sobre o pensamento’ e envolve supervisionar se uma meta cognitiva foi cumprida. Este deve ser o critério de definição para determinar o que é metacognitivo”.

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) explicam que “além do papel central do conhecimento prévio na compreensão da leitura, a importância do monitoramento da compreensão e do uso de estratégias metacognitivas de processamento de texto tem sido enfocada por vários estudos”.

Fujita explica que a compreensão em leitura necessita de conhecimento armazenado na memória a longo prazo, cuja estrutura de conhecimento é baseada em rede semântica de informações, onde é possível associar informações e conceitos. O processo de compreensão exige os “esquemas” ou representações generalizadas de ambientes, permitindo associações com tudo aquilo que é informado durante a leitura (FUJITA, 2017, p. 18).

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) compartilham de pensamento equivalente com Fujita, “o conhecimento anterior facilita o processamento do texto e a compreensão, por oferecer uma estrutura na qual o conteúdo do material lido possa ser relacionado”.

Fujita (2017), explica que para realizar a leitura documentária de forma adequada e inteligente, o profissional deve executar os movimentos em equilíbrio, sempre tendo em mente os objetivos da leitura, caracterizando o processo como metacognitivo. Tendo em vista o equilíbrio dos movimentos ascendentes e descendentes, o profissional fará uso de estratégias próprias de leitura.

As estratégias cognitivas, ocorrem na leitura fluida, do documento na íntegra, e as estratégias metacognitivas, ocorrem durante uma leitura com objetivos documentários.

Diversos fatores podem influenciar no processo de leitura, e consequentemente, no processo de leitura documentária. Kato (1995) define as condições de leitura: a) o grau de maturidade do sujeito como leitor; b) o nível de complexidade do texto; c) o estilo individual; d) o gênero do texto.

Cintra (1983, p. 5) reconhece que a análise de documentos com fins documentários (indexação e catalogação de assunto) é realizada pela leitura do documento, é processada pelo cérebro humano, ou por máquina. Especula-se que a leitura documentária seja mais adequada dentro de domínios específicos, devido à bagagem de informações e conhecimentos específicos em dada área adquiridos ao longo da vida do profissional.

Em organização do conhecimento, a leitura é a forma pela qual os analistas de assunto iniciam diversos processos, como a indexação. A leitura documentária deve ser realizada por um profissional e nunca ocorrerá de maneira fixada. A mente funciona de forma única e fatores como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica, convívio com outras pessoas, influenciam diretamente no processo inferencial.

Sobre a leitura, conclui-se que é inerente ao leitor o equilíbrio de estratégias cognitivas e metacognitivas, e é por meio destas que o leitor proficiente está apto a formular hipóteses para compreender um texto. O conhecimento de estruturas textuais integrarão as estratégias de leitura criadas por cada leitor, influenciando diretamente no processo inferencial sobre determinado texto. Apresentaremos a seguir, a relação de aspectos da leitura ao domínio da Biblioteconomia jurídica.

3 A Biblioteconomia jurídica

Passos (2009, p. 47) apresenta conceito conciso sobre a Biblioteconomia jurídica. Seria uma aplicação das teorias e técnicas biblioteconômicas à Ciência do Direito. Em artigo citado, a autora traça uma linha do tempo sobre o assunto.

Segundo Reale (2001, p. 12), na “[...] Introdução ao Estudo do Direito, faz-se mister verificar quais as suas ligações, os seus nexos com outras ordens de conhecimento, especialmente com a Filosofia do Direito, a Teoria Geral do Direito e a Sociologia Jurídica.” Portanto, é uma área bastante complexa e com diversas ramificações.

O Direito e seus fenômenos são difíceis de conceituar, de maneira sucinta. Betioli (2008) estabelece diversos critérios, tendo em vista a definição de “direito”. Para o autor, existe um conceito do “direito” de origem **nominal** (relacionado à etimologia e semântica) e um conceito **real** (vinculado à essência do objeto, o que ele realmente é).

Para Cunha e Dip (2001, p. 2), o Direito “[...] insere-se imediatamente no mundo social, isto é, no universo das relações dos homens uns com os outros, em sociedade.”

O Direito, assim como muitos domínios do conhecimento, é composto por diversas áreas, cada uma, com suas particularidades e características, podemos citar o direito constitucional, administrativo, financeiro, tributário, processual, penal, entre outros.

A informação jurídica é comumente produzida por órgãos do Estado, pois é dele o monopólio das atividades legislativa e jurisdicional (BARROS, 2016, p. 185). Essas informações necessitam de organização e tratamento, serviço do bibliotecário jurídico.

No Brasil, a formação do bibliotecário é bastante genérica, dando-se pela via da graduação, em cursos com duração, em média, em torno de 4 a 5 anos (BARROS, 2016, p. 181).

Mendes faz algumas considerações sobre a formação do bibliotecário que opta pela profissão na área do Direito. Para especializar-se na área jurídica o aluno deve buscar estágios em bibliotecas jurídicas para adquirir experiência, noções e o vocabulário próprio do Direito [...] alguns profissionais que optam pela alternativa de graduar-se em Direito (MENDES, 2010, p. 4).

Baptista *et al.* (2008, p. 159) esclarecem que “a área jurídica, assim como qualquer outra, necessita de profissionais preparados, ativos e tecnologicamente aptos, para atuar como facilitadores entre os repositórios de informação e os usuários”.

Nas bibliotecas especializadas em Direito, a *expertise* do bibliotecário amplia-se a partir do momento em que, ao manejar frequentemente a informação jurídica, adquire o *status* de "especialista" dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de "colaborador" do usuário, no desenvolvimento de seus estudos, agregando-a à de consagrado "intermediário" (LOUREIRO, 2005, p. 1).

Cabe ao bibliotecário jurídico saber quais são suas atribuições e quais serviços estão ao alcance de seus conhecimentos sobre o domínio do Direito. O bibliotecário jurídico **não** é advogado, é bibliotecário. Este deve realizar os serviços de organização e disseminação da informação e do conhecimento jurídico, sem invadir o espaço do advogado.

Mendes recomenda que o profissional da informação que pretende atuar no campo jurídico precisa dominar os conhecimentos em relação à leitura e terminologia da comunidade jurídica, além de saber manusear a documentação e utilizar, de forma correta, a busca pelas principais fontes de informações (MENDES, 2010, p. 17).

Baptista *et al.* (2008) reconhecem a necessidade de especialização do bibliotecário, para melhor atuação na área jurídica. Porém, a autora explica que existem indícios de que nem sempre a educação continuada é escolhida como forma de se preparar, visando à diminuição de dificuldades relacionadas à especificidade da área.

Logo, para suprir a falta de foco ou especialização jurídica nos cursos de graduação, o bibliotecário com intenção de atuar nesse domínio deverá contar com cursos específicos no assunto, cursos de pós-graduação na área e com a prática deliberada, durante a experiência profissional.

Cada domínio do conhecimento possui diversos tipos de documento e, com o Direito, não é diferente. Na próxima seção, serão apresentados conceitos de documentos jurídicos e suas respectivas estruturas.

4 A estrutura textual de doutrina

Existem vários tipos de documento. As bibliotecas podem conter, em seus acervos: livros, periódicos, materiais somente em formato digital, materiais multimídia, entre outros. Porém, os livros e fascículos de

periódicos, tanto em formato tradicional (impresso) quanto digital, são os mais comuns e em maior quantidade.

Guinchat e Menou (1994, p. 54) definem o livro brevemente como um "[...] conjunto de folhas impressas e reunidas em um volume encadernado ou sob a forma de brochura." Deve-se levar em conta, ainda, as informações contidas nos livros, sua área e as intenções do autor.

Em bibliotecas jurídicas, a variedade aumenta, principalmente quando se distinguem os tipos de documentos. Em livros do domínio jurídico, podemos encontrar doutrina, jurisprudência, leis, modelos de contratos, materiais de pesquisa, entre outros. Por conseguinte, é sempre essencial ter em mente que cada tipo de documento apresenta seus conteúdos de forma diferenciada, em suas estruturas, mesmo quando as estruturas são bem características, como em livros e artigos de periódicos. Esse conteúdo no domínio do Direito é a informação jurídica.

A informação jurídica é vista como esclarecimento útil para o progresso e o desenvolvimento da cidadania, de maneira que, por meio dela, os profissionais do Direito produzem conhecimentos, nos quais fundamentam suas análises e adotam decisões que regularão a vida em sociedade (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 77).

Conceitualmente, a informação jurídica, de acordo com Passos (1994, p. 363), embasa manifestações de pensamento de jurisconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica. Procura estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpreta e aplica dispositivos legais (PASSOS, 1994, p. 363).

Na área jurídica, podemos observar o crescimento do número de documentos publicados, nos últimos anos. A produção de informação jurídica tem alcançado grandes proporções, com a intensificação da elaboração doutrinária e da publicação de leis (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 78). Muitos documentos são produzidos e disponibilizados em meio digital, em plataformas inovadoras (sejam ou não de órgãos oficiais). O objetivo é disseminar informação, de maneira mais rápida, conferindo conteúdo atualizado.

As fontes de informação jurídica são classificadas em primárias, secundárias e terciárias. Conforme Passos e Barros (2009, p. 122), “[...] com o objetivo de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias, surgiram as fontes secundárias, que apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, conforme sua finalidade.”

São exemplos de **fontes primárias**: Diário Oficial da União (e as respectivas matérias e seções publicadas); Diário da Justiça Eletrônico; Diários Oficiais dos Estados e do Distrito Federal (PASSOS; BARROS, 2009). A maior parte das fontes primárias de informação jurídica estão disponíveis em meio digital *on-line*.

São exemplos de **fontes secundárias**: Livros, periódicos e teses; Livros jurídicos; Cartilhas e apostilas; Periódicos jurídicos; Periódicos eletrônicos; Teses; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Dicionários, enciclopédias e vade-mécuns e Coleções de leis e de jurisprudência (PASSOS; BARROS, 2009). As fontes secundárias de informação jurídica ainda são publicadas em papel, mas se percebe o crescimento de publicações em meio digital.

As **fontes terciárias** têm a função de direcionar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São os índices, bibliografias, guias de literatura, bibliografias de bibliografias, bases de dados, bibliotecas e centros de informação e documentação.

Na área jurídica, é notória a escassez de literatura que oriente o profissional da informação no manuseio e na organização dos documentos legais, referente à leitura técnica e à análise de assunto do documento (MENDES, 2010, p. 8). A falta de fluência na terminologia jurídica também é um problema comum para bibliotecários. Assim, cabe a esses profissionais estudar e conhecer os tipos e estruturas de documentos desse domínio.

Pensando na estrutura dos documentos jurídicos, podemos classificar a informação jurídica em três tipos distintos: “[...] analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência). A analítica caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto.” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 94).

Para Souza (2013, p. 79), "[...] a **documentação legislativa** é formada pelo conjunto de documentos gerados durante o processo legislativo. Compreende os atos legislativos propriamente ditos, as proposições legislativas e a documentação acessória."

Silva (2016) assinala que a palavra **jurisprudência** deriva do "[...] latim *jurisprudentia*, de *jus* (Direito, Ciência do Direito) e *prudentia* (sabedoria), entende-se literalmente que é a ciência do Direito vista com sabedoria. Resulta da interpretação e aplicação das leis em casos concretos, submetidos ao julgamento da Justiça." (SOUZA, 2013, p. 84).

Por sua vez, Silva (2016) explica que a palavra **doutrina** vem do "[...] latim *doctrina*, de *docere* (ensinar, instruir, mostrar), na terminologia jurídica, é tido, em sentido lato, como o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica."

A informação jurídica contida em doutrina é comumente publicada e disseminada de forma impressa ou digital, em formato de livro ou *e-book*, e é um tipo de documento bem comum em bibliotecas da área jurídica.

Marques Júnior (1997) também apresenta conceitos sobre os tipos de documentos jurídicos. Acrescentamos alguns exemplos aos conceitos do autor, comuns em bibliotecas jurídicas:

Legislação: É representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração. As normas jurídicas, por sua vez, englobam, de acordo com sua hierarquia, os seguintes diplomas legais: Constituição; Emenda constitucional; Lei complementar; Medida provisória; Lei ordinária; Lei delegada; Decreto (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 165).

Jurisprudência: É representada pelo conjunto das decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanadas de determinada corte ou instância de julgamento, bem como, por extensão, da documentação relativa ao processo de tomada dessas decisões. Tipos básicos: Ação; Sentença; Recurso; Acórdão (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

<u>Doutrina:</u> É representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc. Essa literatura, além de constituir espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, servindo como embasamento teórico para a própria atuação jurídico-legislativa (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

Nesta pesquisa, o enfoque é dado aos documentos que existem em maior quantidade em bibliotecas jurídicas de vários tipos (tribunais, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos). São os livros e artigos de periódicos jurídicos (doutrina), em formato impresso ou digital.

Fujita (2017, p. 19) salienta que, “[...] quando lemos algum texto, sempre estamos prevendo encontrar algum aspecto ou padrão compatível aos nossos esquemas que nos ajude a compreendê-lo.”

Portanto, o reconhecimento de estruturas textuais de documentos favorece o processo inferencial da leitura documentária. Assim, quanto mais o leitor se familiariza com diferentes tipos de estruturas textuais, mais experiente e hábil se torna para ler variadas espécies de textos (FUJITA, 2017, p. 17).

A melhor forma de realizar uma análise segura e fiel de um documento se dá com base em sua estrutura. Os aspectos associados ao conhecimento prévio são os responsáveis por tal conhecimento. Desse modo, o profissional estará apto a realizar a leitura documentária de forma adequada à atividade, com base em estratégias metacognitivas de leitura.

Os livros e artigos de periódicos do domínio jurídico possuem uma estrutura textual diferenciada, considerando seus três tipos (legislação, jurisprudência e doutrina). Reis (2019), realizou estudo de leitura documentária de doutrina com base em estruturas textuais. A seguir, serão fornecidos conceitos de partes da estrutura textual de doutrina (livros e artigos de periódico), com base em Reis (2019), que analisou bibliotecários jurídicos por meio de PVIs e estudou diversas publicações da área do Direito, a NBR 6029 - Informação e documentação - Livros e folhetos, e na NBR 6022 - Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa. Foram considerados os elementos citados nas NBR.

Livro

Capa: É uma parte bastante consultada por analistas de assunto e usuários. É o primeiro contato com o documento; muitas chamam atenção, devido às cores vivas e ilustrações. Primeiro contato com o "título" do documento, elemento mais consultado pelos profissionais, para iniciar a leitura documentária. Ocasionalmente, é possível encontrar informações inconsistentes com outras partes do livro, como número da edição ou subtítulo (alguns subtítulos da capa divergem dos da folha de rosto). Não é uma fonte de informação confiável.

Contracapa: Assim como a capa, é um dos primeiros elementos a ser consultado. O analista de assunto costuma pegar o livro, olhar a capa, virá-lo e olhar a contracapa. Alguns livros não possuem esse tipo de informação, sobretudo os livros antigos ou de capa dura (coleções). Quando presente no livro, contém informações breves sobre o conteúdo, autor ou coleção. Nessa parte, está sempre presente o código de barras com ISBN do livro. Em diversas ocasiões, o mesmo tipo de informação, a qual figuraria nessa parte, aparece na orelha do livro.

Orelha: Apresenta informações mais concisas do que as mostradas na contracapa, consistindo de informações breves sobre o livro, autores e coleção. Varia bastante de editora para editora.

Anverso da folha de rosto: Parte sempre consultada por analistas de assunto. Possui informações confiáveis, ao contrário da capa. Alguns livros trazem uma falsa folha de rosto, antes da folha de rosto original. Apresenta título, subtítulo (quando houver), edição (quando houver), editora, local de publicação e ano de publicação. Algumas possuem informações da coleção e sobre o acesso *online* ao livro (quando houver).

Verso da folha de rosto: Parte habitualmente consultada por analistas de assunto. Contém informações sobre a edição, publicação e autores. Seria o local correto para a ficha catalográfica, que é um elemento muitas vezes negligenciado pelas editoras de livros. Alguns livros possuem fichas com informações incorretas ou divergentes do anverso da folha de rosto. Em alguns casos, as editoras não incluem a ficha catalográfica, em seus livros. Alguns analistas de assunto costumam consultar os assuntos da ficha, após a análise de assunto do livro, para mera conferência.

Apresentação: Elemento que não aparece em todos os livros da área jurídica. Muitas estão relacionadas ao conteúdo da edição e aos autores atualizadores de conteúdo.

Prefácio: Parte com conteúdo semelhante à apresentação e notas de um livro. Varia de acordo com a preferência dos autores e editores. Frequentemente consultada por analistas de assunto.

Sumário: Parte sempre consultada pelos analistas de assunto. É considerada de extrema importância para a análise de assunto. Em alguns livros mais antigos, principalmente, mas não exclusivamente, pode ser nomeada de "índice". Sua extensão varia, dependendo da quantidade e profundidade dos assuntos abordados. Alguns analistas de assunto fazem uma representação exaustiva dos termos representados no sumário, dependendo da política da biblioteca.

Capítulos - desenvolvimento do texto: Alguns analistas de assunto "pulam" essa parte. Em alguns casos, as informações fornecidas nos sumários já são suficientes para representar os principais assuntos do livro. Os analistas de assunto costumam consultar o desenvolvimento do livro, quando o sumário é curto ou inexistente. Assim como todas as partes mencionadas até agora, pouco difere a versão impressa da versão digital.

Artigo de periódico

Artigo de periódico impresso: Os artigos de periódicos impressos costumam ser padronizados, de acordo com as regras de cada revista. Cada periódico possui um padrão próprio, conforme as regras editoriais. Geralmente, são compostos por título, sumário e palavras-chave (nos idiomas que a revista exigir), e desenvolvimento do texto. O número de páginas dos artigos pode variar, e os analistas de assunto costumam consultar poucas páginas para a análise de assunto, principalmente a primeira e a segunda. Raramente consultam a conclusão ou considerações finais do artigo.

Artigo de periódico digital: Os artigos de periódicos digitais são estruturados da mesma forma que os artigos impressos. Muitos são publicados em meio digital e também em meio impresso. O que diferencia os dois formatos é o acesso: o acesso do artigo em papel se dá por meio da

compra do fascículo, o qual será organizado na biblioteca de acordo com a política. O acesso ao artigo digital é disponibilizado através de assinatura, e o tipo de acesso define se será possível fazer *download* do artigo ou somente consultá-lo na plataforma específica, durante a vigência do plano. A leitura documentária dos analistas de assuntos costuma ocorrer da mesma maneira para os dois tipos de artigo.

A leitura documentária do analista de assunto costuma ser focada em alguns pontos específicos. O formato (impresso ou digital) não afeta, de forma significativa, a leitura documentária do profissional. Os procedimentos de leitura e análise costumam ser os mesmos, quer em documentos impressos, quer aqueles em meio digital.

Com base nos resultados apresentados por Reis (2019), foi possível listar quais são as partes das estruturas textuais de doutrina mais consultadas pelos profissionais, parte da proposta da pesquisa:

Quadro 1 - Diretrizes para leitura documentária de livros da área jurídica.

Em livros (ordem de apresentação de acordo com a NBR 6029)
Parte externa: capa (título e autor), "contracapa" e orelhas.
Parte interna - elementos pré-textuais: folha de rosto (ficha catalográfica), sumário, prefácio; **Elementos textuais:** introdução, partes do desenvolvimento.

Fonte: Reis (2019).

Quadro 2 - Diretrizes para leitura documentária de artigos da área jurídica.

Em artigos (ordem de apresentação de acordo com a NBR 6022):
Elementos pré-textuais: título e subtítulo, resumo, palavras-chave; **Elementos textuais:** introdução e desenvolvimento.

Fonte: Reis (2019).

Os conceitos enfocados nesta seção evidenciam que a leitura documentária, com abordagem voltada para o domínio jurídico, permite

que o indexador seja guiado pela estrutura textual dos documentos, proporcionando uma análise de assunto produtiva de doutrina.

5 Considerações finais

Vários processos compõem a organização do conhecimento, e podemos destacar a leitura documentária como fase inicial da indexação. O processo de indexação é iniciado com a análise de assunto. É por meio da leitura documentária, para a análise de assunto, que se torna possível conhecer o *aboutness* de um documento. Diversos elementos concernentes ao processo inferencial, como conhecimento prévio, domínio específico de atuação, estratégias próprias, prática e experiência profissional foram considerados. Concluiu-se que, com relação à leitura documentária, a singularidade do bibliotecário como leitor é determinante para o sucesso do processo. Este deverá fazer uso de toda sua bagagem teórica e prática, na criação de estratégias que sejam eficazes para os objetivos de sumarização.

O Direito possui diversas ramificações, exigindo alta especialização dos bibliotecários. Acredita-se que a especialização do bibliotecário em leitura documentária acontece com a prática deliberada, durante sua experiência, e raramente haverá orientação específica, na etapa de formação. O domínio jurídico, exige que o analista de assunto seja altamente especializado.

Bibliotecários experientes conhecem diversas áreas do Direito, possuem estratégias de leitura mais do que adequadas ao processo de leitura documentária e reconhecem diferentes estruturas textuais com muita facilidade. O resultado é uma análise de assunto para indexação com qualidade e sob medida, para os usuários específicos do domínio jurídico.

Esta pesquisa contribui diretamente para a leitura documentária, na Biblioteconomia jurídica, especificamente de doutrina, no sentido de apresentar, de forma sucinta sugestões de procedimentos para leitura documentária de doutrina.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022*: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6029*: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

BAPTISTA, S. G *et al*. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação:* RICI, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12986/1/ARTIGO_PerfilBibliotecarioArea.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

BARROS, L. V. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 176-216, jan. 2016. Disponível em: http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/87. Acesso em: 21 jun. 2018.

BETIOLI, A. B. *Introdução ao direito:* lições de propedêutica jurídica tridimensional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAVALCANTI, M. C. *I-n-t-e-r-aç-ã-o leitor-texto:* aspectos de interpretação pragmática. Campinas: UNICAMP, 1989.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n.1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject analysis: the critical first estage in indexing. *Journal of Information Science*, Amsterdam, v. 1, n. 19, p. 439-454, 1993.

CINTRA, A. M. M. Elementos de lingüística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CUNHA, P. F. da; DIP, R. *Propedêutica jurídica*: uma perspectiva jusnaturalista. Campinas: Millennium, 2001.

DUARTE, E. A. Processos de indexação e análise de assunto: uma abordagem baseada na avaliação dos fatores intervenientes nestes processos. *Biblionline*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 1-7, 2007. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/1911. Acesso em: 14 jan. 2019.

FERREIRA, A. C. *Análise de assunto da informação jurídica:* proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AX2JM6. Acesso em: 20 dez. 2018.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. *In:* FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária:* estudos avançados para a indexação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 15-50. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas n variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-27, 2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007547/f439490af520c6a64bbdd99c4a74f163/. Acesso em: 14 jan. 2019.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura.* Lisboa: Asa, 1993.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.* 2. ed. rev. aum. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994. E-book. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1007/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20geral%20%C3%A0s%20ci%C3%AAncias%20e%20t%C3%A9cnicas%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20documenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. Towards a Theory of Aboutness, Subject, Topicality, Theme, Domain, Field, Content . . . and Relevance. *Journal of the American Society for Information Science and Technology,* Hoboken, v. 52, n. 9, p. 774-778, 2001. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.1131. Acesso em: 14 jan. 2019.

HUTCHINS, W. J. On the problem of 'Aboutness' in document analysis. *Journal Of Informatics,* Norwich, v. 1, n. 1, p. 17-35, abr. 1977. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/e9b9/28aa2aacfefe2a1eddd864dc34cabdbd1dc7.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

KATO, M. A. *No mundo da escrita:* uma perspectiva psicolinguística. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Fundamentos).

KLEIMAN, A. *Texto e leitor:* aspectos cognitivos da leitura. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos.* 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos:* teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIVINGSTON, J. A. A. *Metacognition:* an overview, 1997. Disponível em: http://www.gse.buffalo.edu/fas/shuell/cep564/Metacog.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

LOUREIRO, R. C. C. A especialidade do Bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do Direito. *E-gov UFSC*, Florianópolis, 2005. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/especialidade-do-bibliotec%C3%A1rio-jur%C3%ADdico-bases-para-uma-intera%C3%A7%C3%A3o-com-o-usu%C3%A1rio-operador-do. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. The concept of subject in a semiotic light. *In:* SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (ed.). *Digital collections***:** implications for users, funders, developers and maintainers. Medford, NJ: Information Today, 1997a. p. 54-64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234593922_The_Concept_of_Subject_in_a_Semiotic_Light. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. The concept of subject: on problems in indexing. *In:* McILWAINE, I. C. (ed.). *Knowledge organization for information retrieval:* 6th International Study Conference on Classification Research. The Hague: FID, 1997b. p. 60-67.

MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídico-legislativas. *Perspect. Cienc. Inf.,* Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul. 1997. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/630/419. Acesso em: 18 jan. 2019.

MENDES, R. R. Conhecimentos básicos sobre o bibliotecário jurídico: ferramentas e fontes da informação. *Rorg*, Rio Grande, p. 1-19, nov. 2010. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/5952. Acesso em: 05 out. 2017.

MIRANDA, A. C. C. de; MIRANDA, E. S. de. Fontes de informação jurídica. *Encontros Bibli:* Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Santa Catarina, v. 22, n. 50, p. 76-90, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76/34698. Acesso em: 01 out. 2017.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004670/d141075e3da6cf9d44b3e45ed7587c89/. Acesso em: 18 fev. 2019.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. *Perspect. Ciênc. Inf.,* Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/428. Acesso em: 18 fev. 2019.

NEVES, D. A. de B. Leitura e Metacognição: uma experiência em sala de aula**.** *R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 24, p. 1-9, 2. sem. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p1/405. Acesso em: 18 fev. 2019.

NEVES, D. A. de B.; DIAS, E. W.; PINHEIRO, A. M. V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, 01 set. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_de6be734db_0008103.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

PASSOS, E. J. L. O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Código de Processo Penal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 183, n. 46, p.47-53, set. 2009. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194930. Acesso em: 24 jul. 2018

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537. Acesso em: 18 fev. 2019.

PASSOS, E. J. L.; BARROS, L. V. *Fontes de informação para pesquisa em direito.* Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REALE, M. *Lições preliminares de direito.* 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. E-book. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/40071/mod_resource/content/1/Livro%20Miguel%20Reale. Acesso em: 20 maio 2018.

REIS, D. M. A. *A leitura documentária de bibliotecários jurídicos:* um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181849. Acesso em: 08 maio 2019.

REIS, D. M. A. *et al*. Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação:* RICI, Brasília, v. 11, n. 1, p. 42-58, jan. 2018. Quadrimestral. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/25461. Acesso em: 02 fev. 2018.

SILVA, A. G. *Leitura documentária das fontes de informação jurídica.* 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31082015-113702/en.php. Acesso em: 26 fev. 2018.

SILVA, de P. *Vocabulário jurídico.* 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SOUZA, S. T. de. *A caracterização do documento jurídico para a organização da informação.* 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9CAHBP. Acesso em: 5 mai. 2018.

TERRA, A. L. Processos cognitivos na leitura documental: o que faz o indexador quando lê?. *In:* FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária*: estudos avançados para a indexação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 51-67. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

12

Modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção

Deise Maria Antonio SABBAG

Resumo: O modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção tem como objetivo a análise de obras de ficção, ou seja, a identificação da tipologia textual, a leitura técnica do documento e a identificação de conceitos. Propõem como aportes teóricos o Percurso Gerativo de Sentido e as categorias para obras ficcionais desenvolvidas por Begthol (1994). Apresenta um modelo de leitura documentária que para as obras de ficção denominado Mentif.

Palavras-chave: MENTIF. Indexação de Obras de ficção. Texto Narrativo de Ficção. Modelo de Leitura.

Abstract: The documentary reading model for indexing fictional narrative texts aims to analyze works of fiction, the identification of the textual typology, the technical reading of the document and the identification of concepts. Uses theoretical contributions the Generative Sense Course and the categories for fictional works developed by Begthol (1994). It presents a documentary reading model that for works of fiction called Mentif.

Keywords: MENTIF. Indexing of Works of fiction. Narrative Fiction Text. Readin Model.

"a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudicais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas."

Antonio Candido

1 Introdução

A criação do modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção (MENTIF) teve a seu entendimento integralizado após a leitura do ensaio "O direito à literatura" do professor Antonio Candido (1995). Digo entendimento integralizado pois como um modelo a princípio tinha como intento o estudo de um conjunto de ideias que possibilitasse a construção teórica e metodológica para um paradigma de análise dos textos narrativos de ficção. Como modelo ele nasceu inacabado, inconclusivo e parcial sendo obra aberta para ser aprimorado, negado, utilizado, modificado, discutido e analisado. A leitura do ensaio se deu após a conclusão do Mentif, mas sua interpretação decodificou o desejo que permeava todo o processo de elaboração do dispositivo.

O ensaio apresenta a literatura, a ficção, bem como outras formas artísticas, como um bem de necessidade básica humana, uma necessidade universal que deveria ser estabelecida como direito. Necessidade universal que "deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza" (CANDIDO, 1995, p. 186), ela também é um instrumento de desmascaramento, de denúncia, de libertação.

Se entendermos que os textos narrativos de ficção são bens imensuráveis e um direito universal sua análise, síntese e recuperação se tornam imprescindíveis para sua disponibilização e acesso.

Muitos procedimentos utilizados para identificação do conteúdo temático dos documentos demonstram eficácia devido à própria tipologia dos materiais. Esses materiais oferecem uma estrutura textual, e física, que corrobora para a aplicabilidade de análises metodológicas, compostas

por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Essas características favorecem a análise do conteúdo temático de alguns documentos, como por exemplo, os técnicos-científicos. Mas sua aplicabilidade em textos narrativos de ficção carecia, e ainda carece, de maior aprofundamento devido aos resultados obtidos. Pois, os textos narrativos de ficção acabam sendo representados por seu gênero e nacionalidade.

A partir da década de 1980 percebe-se na literatura de Ciência da Informação a preocupação com a recuperação de textos narrativos de ficção. Pesquisas importantes são desenvolvidas com esse objetivo, dentre elas destacam-se os estudos de Burges (1936), Spiller (1980), Pejtersen e Austin (1983), Harrell (1985), Beghtol (1986), Jansson e Södervall (1987), Macpherson (1987), Beghtol (1989), Bell (1991), Olderr (1991), Ranta (1991), Hayes (1992), Beghtol (1992), Beghtol (1994), Negrini (1995), Andersson e Holst (1996), Hidderley e Rafferty (1997), Nielsen (1997), Saarti (1997), Beghtol (1997), Saarti (1999a, 1999b, 2002).

A maioria desses estudos estão voltados sobre os produtos documentais, e não sobre o processo de análise dos documentos, sendo que, os produtos documentais, em sua maioria focam nas questões de gênero e da nacionalidade dos textos narrativos de ficção.

Nosso interesse era desenvolver um modelo que colaborasse para a análise dos textos narrativos de ficção de tal forma que essa tivesse como resultado o assunto do documento.

Assim sendo, o primeiro desafio para o desenvolvimento do modelo residia na pergunta o que é um texto narrativo de ficção?

2 O que é o texto narrativo de ficção?

Para responder essa pergunta foi necessário estabelecer critérios para sua conceituação. O texto é composto por:

- estrutura superficial (microestrutura): compreende elementos linguísticos que auxiliam na sua composição;
- estrutura profunda (macroestrutura): onde existem os elementos que compõe a denominada semântica do texto, e
- superestrutura: forma definida pelo uso social (superestrutura).

Para um texto ser identificado como "texto narrativo" sua estrutura superficial (microestrutura) forma-se basicamente por elementos que indicam ações e mudanças de estado (verbos e indicadores de tempo e lugar); a estrutura profunda (macroestrutura) apresenta personagens que sofrem mudanças de estado; e a superestrutura é caracterizada por uma sequência de ações.

No caminho destes critérios conceituais recorremos à literatura da área de Ciência da Informação construindo uma reflexão com três autores, a seguir: Lancaster (2004); Beghtol (1994), fazendo uma justaposição com os conceitos de Moraes (2011).

Lancaster (2004) estabelece uma diferenciação entre textos de ficção e textos de obras não-literárias afirmando que os elementos (problemas) envolvidos na indexação do primeiro e do segundo são de ordem diferentes. Essa diferenciação estaria nos objetivos para os quais os dois tipos de documentos são criados: "o primeiro, fundamentalmente, para entreter ou suscitar emoções, o segundo, fundamentalmente, para veicular informações. O fato de o segundo tipo poder, de vez em quando, entreter é igualmente fortuito em relação ao objetivo principal do veículo de comunicação" (LANCASTER, 2004, p. 200).

Para a autora Beghtol (1994) podemos dividir de forma convencional os documentos em ficção e não-ficção. Ficção seriam os textos criados a partir da imaginação; não ficção os criados a partir da faculdade racional. Mas ela alerta que textos criados da imaginação são produzidos em prosa narrativa. Neste contexto, "a 'narrativa' pode ser tomado de forma ampla para incluir discursos que avançam de algum sentido de um ponto a outro" (BEGHTOL, 1994, p. 7, tradução nossa).

Na análise das definições realizada por Moraes (2011), Lancaster (2004) apresenta uma perspectiva redutora sobre a obra literária, o que pode ser interpretado como desconhecimento em relação às manifestações literárias quando afirma que os textos de ficção destinam-se a entreter, suscitar emoções, divertir etc. De acordo com García-Marco et. al. (2010), Lancaster (2004) desconsidera a questão nuclear da ficção que é a ficção como manifestação artística:

> Mas a ficção transmite informação cultural - e no final - informação muito pragmática, ensinando as pessoas sobre possíveis cursos de eventos, a complexidade das relações... e, como foi dito antes, é um meio que envolve uma mensagem que implica no uso dimensões não-lógicas, apelando para outros canais de comunicação. Na verdade, nós também devemos lembrar que a ficção é uma manifestação artística, presente em todas as civilizações, e tem sido estudado de forma científica desde a Grécia antiga, como fez Aristóteles em sua Ars Poetica. Assim, muitos pesquisadores consideram isso como uma manifestação concreta de informações, estudando a estrutura de composição, por exemplo, apesar da ficção contar uma história sobre um lugar imaginário, como fez Swift em As Viagens de Gulliver (GARCÍA –MARCO et al., 2010, p. 263-264, tradução nossa).

Notadamente, essas obras podem servir a diversão, provocar emoções, mas defende-se a dimensão da ficção enquanto manifestação artística (presente e reconhecida desde a antiguidade) que não pode ser esquecida, muito menos desconsiderada na área de Ciência da Informação. O reducionismo da definição de Lancaster (2004) é contraposto por uma amplitude na definição de Beghtol (1994) quanto ao texto de ficção. A autora compreende o texto de ficção como oriundo da imaginação de seus criadores. O texto literário encontra-se no limiar da imaginação, do imaginário, e como estabelecer os limites do ‘o que é ou não imaginário. Para a autora ficção é *narrative prose*, com isso uma grande quantidade de textos que não são apenas narrativos, mas podem ser classificados como ficcionais não são contemplados.

Para melhor compreender essa questão, Moraes (2011) apresenta o exemplo de três épicos: “Odisseia”, “Eneida” e os “Lusíadas”. Tratam-se de narrativas que atendem os critérios de microestrutura, macroestrutura e superestrutura, mas são escritos em versos.

Para construir uma definição de texto de ficção que seja mais adequada aos estudos voltados para a área, Moraes (2011) toma como ponto de partida afirmações de Beghtol (1994) sobre uma autocrítica a sua definição de ficção:

> É útil aceitar uma definição operacional por duas razões. Primeiro, nenhuma definição de ficção é universalmente aceita [...]. Segundo, o exame de documentos de ficção para o armazenamento e recuperação de informação precisa incluir o maior número de exemplos de ficção possíveis (BEGTHOL, 1994, p. 07, tradução nossa).

O autor afirma que não há um consenso sobre o que seja ficção, apontando que uma definição deveria ser "tão abrangente de forma a abarcar todas as possibilidades do texto de ficção" (MORAES, 2011, p. 20). Tomam-se como ponto de partida os conceitos de ficção usados na língua portuguesa, à questão da atividade literária em face do cotidiano em Moisés (1990) e os estudos linguísticos sobre a poética em Jakobson (2010), chegando à conclusão que

> o texto de ficção é aquele que é escrito pensando-se também na seleção dos termos que melhor se adéquam e reforçam o contexto sugerido pelo conteúdo semântico, ou seja, a ficção é uma forma de manifestação artística, na qual o artista se serve das palavras para criar a sua obra de arte, buscando com esta fornecer um novo olhar para as situações humanas, ou mesmo criando uma realidade que pode ser chamada de paralela. Pode-se afirmar que o texto científico também é escrito nos mesmos moldes, ou seja, há uma seleção rigorosa dos termos a serem utilizados, e de fato o são. A grande diferença é que, enquanto os textos científicos esforçam-se por ser o mais claro possível, não se pode dizer o mesmo dos textos de ficção, pois a escolha dos termos se dá para causar um efeito que busque, muitas vezes, obliterar o que seria o real sentido do que está escrito, ou mesmo sugerir múltiplos e diferentes significados (MORAES, 2011, p. 22).

Dessa forma, como em Moraes (2011), entende-se que ficção é uma forma de arte, uma manifestação artística construída com palavras que ultrapassam os escritos originários da imaginação do escritor, pois pode conter elementos concretos da realidade.

Portanto, o texto narrativo de ficção é uma manifestação artística que compreende microestruturas (elementos que indicam ações e mudanças

de estado), macroestrutura (presença de personagens em situações que demandam mudanças de estado) e superestruturas (demarcadas por sequências de ações).

Nesta perspectiva, "o texto narrativo de ficção é uma obra de arte onde o artista é o escritor que cria criteriosamente, selecionando, os termos que irão representar o contexto escolhido pelo conteúdo semântico" (SABBAG, 2013). O pincel do artista escritor são as palavras que dão vida a obra de arte, fornecendo ao leitor uma nova perspectiva acerca do mundo, das relações humanas, das situações humanas, mesmo quando a realidade usada para demonstrar sua arte tenha elementos do imaginário, demonstrando sentidos fora da realidade, e sugerindo múltiplos e variados significados.

Respondida a questão inicial "o que é um texto narrativo de ficção? ", uma segunda pergunta permeou a construção do modelo de leitura: como analisar esse documento artístico?

3 Construção do MENTIF: aportes teóricos

O primeiro ponto que buscamos compreender foram as etapas de análise e síntese presentes no processo de análise documental, compostas respectivamente por:

- Identificação da tipologia documental: abstração das diferentes manifestações (visuais, gestuais, verbais ou sincréticas) e identificação do seu plano de conteúdo;
- Leitura Técnica do documento, em que o documentalista adentra na estrutura do documento, buscando tomar contato com as partes que revelem maior conteúdo temático valendo-se, para tanto, de um conjunto de estratégias metacognitivas;
- Identificação de conceitos: uma vez identificadas as partes mais significativas tematicamente, aplica-se ao documento um conjunto de categorias conceituais, visando a construção de enunciados de assunto;
- Seleção de conceitos: os enunciados de assunto são categorizados em principais, secundários e periféricos, e ordenados logicamente,

tendo como parâmetros a estrutura, a função e os usos (tipo de busca informacional a que se presta o documento;

- Condensação documental: redução do documento original a um micro-documento (resumos)
- Representação documental: tradução do conteúdo temático do documento em linguagem de indexação, representando-o por meio de índices.

Figura 1 – Processo de análise documental

Fonte: Elaborado pela autora.

Compreendida as etapas do processo de análise documental percebemos que a construção de um modelo de leitura para indexação de textos narrativos de ficção deveria estar relacionada com a etapa de Análise e suas subetapas: identiciação da tipologia documental, leitura técnica do documento e identificação de conceitos.

Para tanto os aportes teóricos para a construção do Mentif tiveram como resultado o estudo articulado de três elementos: figura do espetáculo (TATIT, 2007); percurso gerativo de sentido (FIORIN, 2011) e as categorias propostas por Beghtol (1994).

Desta forma a correspondência teórica entre a etapa da análise e os três elementos ficam melhor visualizados para o leitor no quadro a seguir:

Quadro 1 - Aportes teóricos do Mentif

Etapa de Analítica	Aportes teóricos
Identificação da tipologia documental	o texto narrativo de ficção: obra de arte onde o artista é o escritor que cria criteriosamente selecionando os termos que irão representar o contexto escolhido pelo conteúdo semântico (SABBAG, 2013)
Leitura técnica do documento	Percurso Gerativo de Sentido (FIORIN, 2011)
Identificação de conceitos	Categorias de Beghtol (1994)

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstrado no Quadro 1 o modelo de leitura documentária para textos de ficção encontra sua utilização na etapa analítica, para tanto o indexador deve:

a) Identificar a tipologia textual: o indexador deve ter consciência que trabalhos com uma grande diversidade de recursos bibliográficos e para que todos sejam analisados e sintetizados de forma adequada os profissionais devem respeitar a especificidades dos documentos e, mais, identificar as necessidades de tratamento a de cada recurso;

b) Leitura técnica do documento: o indexador deve ler o texto narrativo de ficção utilizando as estratégias já tradicionalmente estabelecidas pela área, e no caso da obra de ficção levar em consideração o que será explicitado no item 2.1;

c) Identificação de conceitos: o indexador deve identificar os conceitos por meio das categorias estabelecidas por Beghtol (1994) para textos narrativos de ficção (item 2.2).

3.1 Leitura técnica do documento: o percurso gerativo de sentido

Apresentamos aqui os elementos constitutivos da Teoria do Percurso Gerativo de Sentido que utilizamos como embasamento teórico para a criação do Mentif. Importante ressaltar que, "o percurso gerativo

de sentido parte daquilo que é a parte última da Análise Documental: o elemento mais simples e abstrato de ordenamento dos múltiplos conteúdos do texto" (MORAES, 2011), pois ele é o plano de conteúdo de um texto e, por seu meio, o profissional poderá extrair os elementos conceituais para a representação do documento.

Em 1966, Greimas (Algirdas Julien Greimas) publica a obra "Semântica Estrutural" na qual mostra a mudança do estudo das frases para o estudo dos textos. Esta nova perspectiva tinha como principal questão o sentido construído no âmbito do texto que logo depois foi denominada de Semiótica. A Semiótica não possui uma teoria pronta e acabada, mas está em percurso repensando seu fazer, corrigindo-se, refazendo-se.

Para Greimas (1973) a unidade comum entre as ciências humanas encontra-se na pesquisa acerca da significação, mas apesar de ser um problema central nas ciências, não havia uma disciplina científica adequada para estudar essa questão, pois reconhecia que, principalmente a semântica, sempre foi a "parente pobre da linguística". Os três motivos que explicariam as reticências dos linguistas para com a semântica seriam: a) o retardamento histórico dos estudos semânticos; b) as dificuldades próprias à definição do seu objeto; e c) a forte onda de formalismo. Então, o autor uma reflexão sobre as condições para um estudo científico da significação com vistas à construção de uma semântica (GREIMAS, 1973, p. 12-13). Semântica que não seria uma semântica lógica, mas uma semântica linguística

> que se ocuparia da análise tal como é fornecida pelo código da língua. A semiótica não se interessa pela verdade dos enunciados, mas por sua veridcção, isto é, pelos efeitos de sentido de verdade com os quais um discurso se apresenta como verdadeiro, falso, mentiroso, etc. (FIORIN, 1999, não paginado).

Greimas toma o texto como unidade de análise onde a semântica deveria ser gerativa, sintagmática e geral (FIORIN, 1999, não paginado):

i) Gerativa: concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, caminhando do mais simples e abstrato para o mais complexo e concreto, no qual ocorre um enriquecimento semântico. O texto é um conjunto de níveis de invariância crescente;

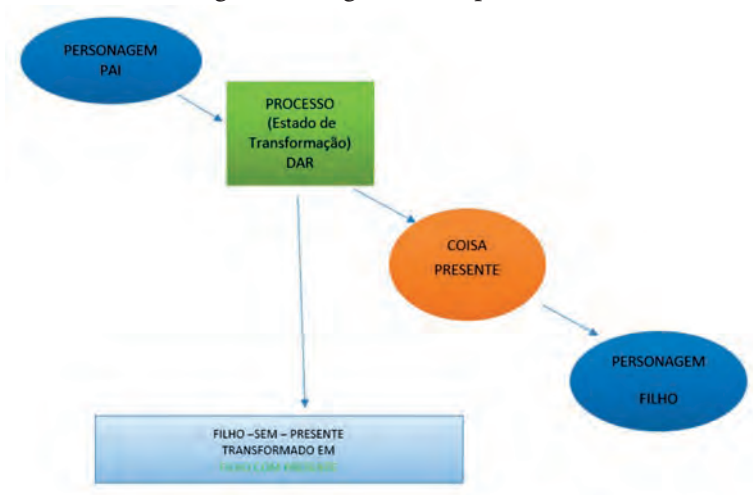
ii) Sintagmática: tendo como escopo o estudo da produção e interpretação dos textos. O texto é a totalidade e não o plano de conteúdo das línguas naturais, pois seu interesse é encontrar as diferenças produtoras do sentido do texto, e não em encontrar o conjunto de categorias responsáveis pela criação dos sentidos das palavras (em determinada língua);

iii) Geral: seu interesse recai sobre qualquer texto, independentemente de sua manifestação (verbalmente, visualmente, por combinação de planos de expressão visual e verbal etc.). O conteúdo pode ser analisado separadamente da expressão, sendo que o conteúdo pode ser veiculado por diferentes planos de expressão. Para a análise, primeiramente, faz-se a abstração da manifestação, analisando o plano de conteúdo, logo após analisa-se as especificidades da expressão e sua relação com o significado.

Percebe-se o deslocamento produzido pela Semiótica do plano comum das línguas naturais, das noções funcionais que operam em unidades linguísticas para o texto global. Para Tatit (2007)

> a passagem do estudo das frases ao estudo dos textos requer significativa mudança de enfoque. As gramáticas que nos explicam as construções frasais mostram-se inadequadas para a descrição da combinação dessas unidades num contexto mais amplo, o que fez o grande teórico Émile Benveniste considerar que a linguística perderia o seu lastro científico se tentasse integrar as frases num nível superior de análise (TATIT, 2007, p. 187).

A teoria de Greimas (1973) foi desenvolvida no momento em que vários linguistas observavam a existência de unidades comuns entre a noção de frase e texto. Tatit (2007) explica essa noção com base na figura do "espetáculo". O autor exemplifica a figura do espetáculo com uma frase simples "O pai dá um presente ao filho" onde podemos identificar uma curta encenação com personagens:

Figura 2 - Figura do Espetáculo

Fonte: Elaborado pela autora.

A figura do espetáculo "O pai dá um presente ao filho" poderia ser a base para diversas narrações, por exemplo, um romance, onde um pai estivesse obstinado a obter um objeto para presentear seu filho para fazê-lo feliz. Greimas tem inspiração para desenvolver sua teoria na proposição do linguista Lucien Tesnière. O linguista faz a associação entre a estrutura de um enunciado simples à estrutura de um espetáculo utilizando o sólido modelo de análise do conto maravilhoso russo. Este modelo de análise foi formulado por Vladimir Propp em "Morfologia do Conto", "que após sucessivas adaptações, lança sua própria teoria onde elementos conceituais demonstraram ser possível uma abordagem sintáxica do texto integral (TATIT, 2007, p. 188).

Assim sendo, a preocupação teórica do Mentif residia em: se a figura do espetáculo por ser a base para diversas narrações, inclusive romances, em que parte, local, da obra encontraríamos o PROCESSO (estado de transformação)? Pois acreditávamos que encontrando esse local poderíamos utilizá-lo como estratégia de leitura.

A resposta estava no Percurso Gerativo de Sentido. O Percurso Gerativo de Sentido pode ser definido como o plano de conteúdo que a semiótica concebe para construir o sentido do texto.

De acordo com Barros (1999, p. 9) a noção de Percurso Gerativo de Sentido pode ser resumida da seguinte maneira: a) O Percurso Gerativo do Sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; b) São estabelecidas três etapas no percurso podendo cada uma delas, ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis; c) A primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima; d) No segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito; e) O terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

Para Fiorin (1999, não paginado) o percurso gerativo de sentido constitui "um simulacro metodológico, para explicar o entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo".

Dessa forma, entendemos que o percurso gerativo de sentido é uma representação metodológica. É uma representação do plano intelectual traçado por um autor para expressar suas ideias por meio de uma manifestação. Essa manifestação proporcionará ao realizar abstrações, a partir da superfície do texto (partindo do mais simples para o mais complexo), buscar o conjunto de relações responsáveis pelo sentido. Este conjunto de relações responsáveis pelo sentido do texto é composto por estruturas sêmio-narrativas e estruturas discursivas. As estruturas sêmio-narrativas são compostas por componentes sintáxicos e componentes semânticos.

O percurso gerativo de sentido por ser esboçado no seguinte quadro:

Quadro 2 - Percurso Gerativo de Sentido

PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO			
	Componente Sintático		Componente Semântica
Estruturas Sêmio-Narrativas	Nível Profundo	**SINTAXE FUNDAMENTAL**	**SEMÂNTICA FUNDAMENTAL**
	Nível de Superfície	**SINTAXE NARRATIVA DE SUPERFÍCIE**	**SEMÂNTICA NARRATIVA**
Estruturas Discursivas	**SINTAXE DISCURSIVA** Discusivização (actorialização, temporalização, espacialização)		**SEMÂNTICA DISCURSIVA** Tematização Figurativização

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o Percurso Gerativo de Sentido vimos que a resposta a nossa pergunta estava no Nível de Superfície (narrativo). No nível narrativo as estruturas narrativas são definidas por transformações de estado.

Essas mudanças podem ser definidas em termos de conjunção e disjunção (MORAES; GUIMARÃES, 2008). Fiorin (1999) afirma que uma narrativa mínima é definida como uma transformação de estado. Moraes (2011) alerta para a necessidade de se fazer uma distinção entre narratividade e narração antes do aprofundamento do nível narrativo, pois uma ressalva que se poderia fazer, quando falamos que um dos níveis do Percurso Gerativo de Sentido é o narrativo, é que nem todos os textos são narrativos. A narratividade é um componente presente em todos os textos, é uma transformação que se localiza entre dois estados sucessivos e diferentes (FIORIN, 2011, 27). A narração caracteriza uma determinada classe textual, classe de discurso em que estados e transformações estão ligados a personagens individualizados. De certo, todos os textos apresentam um nível narrativo, se a narratividade for entendida como transformação de estados, pois está presente em todos os textos (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007). Na sintaxe narrativa existem dois tipos de enunciados elementares (FIORIN, 2011, p. 28):

a) enunciados de estado: são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto (no enunciado "Aurélia é rica", há uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser, entre um sujeito "Aurélia" e um objeto "riqueza"; em "Seixas não é rico", há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito "Seixas" e um objeto "riqueza");

b) enunciados de fazer: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro (no enunciado "Seixas ficou rico", há uma transformação de um estado inicial "não rico" num estado final "rico").

Como existem dois tipos de enunciados de estado, também existem duas formas de narrativas mínimas caracterizadas pela privação e a de liquidação da privação.

Na privação ocorre um estado inicial conjunto que passa a um estado final disjunto (família rica que fica pobre). Na liquidação da privação acontece o contrário, o estado inicial é o disjunto e o final conjunto (pessoa pobre que fica rica).

Neste momento, é importante ressaltar a função dos papéis narrativos. Não se deve confundir SUJEITO com pessoa e OBJETO com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos. Esses papéis narrativos podem ser representados num nível mais superficial por COISAS, PESSOAS ou ANIMAIS. Por exemplo, em uma narrativa de perseguição os HUMANOS a serem aprisionados são o OBJETO com que o ser que captura deve entrar em conjunção. Mas quando se diz "o tapete voador pousou no terraço da casa", esta transformação tem o TAPETE VOADOR como SUJEITO e como OBJETO o TERRAÇO DA CASA (FIORIN, 2011, p. 29).

Nessa perspectiva, os textos não são narrativas mínimas, são narrativas complexas onde os enunciados de estado (fazer e ser) estão hierarquicamente organizados, tendo como estrutura uma sequência canônica composta por etapas que caracterizam o esquema narrativo padrão, que são os dispositivos da análise semiótica (TATIT, 2007). A sequência canônica demonstra a dimensão sintagmática da narrativa e as fases obrigatoriamente presentes da representação da ação do homem no

mundo (FIORIN, 1999). A sequência canônica possui quatro (4) fases: manipulação, competência, performance e sanção:

- **Manipulação:** um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa. O sujeito é um papel narrativo e não, necessariamente, uma pessoa. São vários os tipos de manipulação aqui descritos os quatro mais comuns: tentação, intimidação, sedução e provocação;
- **Competência**: o sujeito que realiza a narrativa é dotado de um saber e ou poder fazer;
- **Performance:** fase em que se dá a transformação central da narrativa (mudança de um estado a outro). Por exemplo: num conto de fadas em que a princesa foi raptada pelo dragão, a performance será a libertação da princesa. O sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou em disjunção com um objeto podem ser distintos ou idênticos;
- **Sanção:** última fase onde há a constatação de que a performance se concretizou e o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. A sanção pode ser cognitiva se há o reconhecimento que a competência se realizou; ou sanção pode ser pragmática, com prêmios e castigos.

Após analisar toda a teoria do Percurso Gerativo de Sentido chegamos à conclusão que a Performance e a Sanção são etapas da sequência canônica que poderiam dar subsídios para a leitura técnica do documento e que, quase sempre, encontram-se na conclusão no texto narrativo de ficção. E neste momento surgiu outra pergunta: se a conclusão de uma obra de ficção pode ser utilizada como ponto estratégico de leitura com vistas a indexação, como identificar os seus conceitos?

3.2 Identificação de conceitos: categorias de Begthol

A identificação de conceitos está vinculada "ao esquadrinhamento do documento por meio de categorias conceituais, tendo-se como pressupostos a estrutura e a função do documento" (GUIMARÃES, 1994, P. 166).

Para Foskett (1973) na identificação de conceitos o analista procura estabelecer uma "descrição-modelo" para cada conceito e usar essa descrição sempre que for necessário. Cavalcanti (1982, p. 220) define a identificação de conceitos como o

> método que exige a análise do conteúdo temático dos documentos, para identificação das idéias e atribuição dos termos de indexação, selecionados em listas previamente elaboradas. O conceito, segundo o Classification Research Group pode ser inserido em uma das categorias seguintes: entidades, atividades, abstratos, propriedades, heterogêneos. As entidades são as coisas que apresentam um significado preciso e podem ser físicas (por exemplo, matéria ou fenômeno físico), químicas (por exemplo, estado molecular, minerais), biológicas (seres vivos), artefatos (coisas manufaturadas). As atividades são identificadas pelas formas verbais. Os abstratos referem-se, em geral, a qualidades ou estados e têm significado conotativo. As propriedades são de duas espécies, identificadas pela forma gramatical: a. adjetivas, usadas em ligação com um substantivo que qualificam e se referem aos cinco sentidos (audição, olfato, paladar, tato e visão) e b. substantivas, representativas de propriedades que podem ser medidas

Mas o que é o conceito?

De acordo com a NBR 12676 (ABNT, 1992) conceito é qualquer unidade de pensamento, podendo seu conteúdo semântico ser reexpresso pela combinação de outros conceitos. O assunto é o tema de um documento representando por um ou uma combinação de conceitos. Dahlberg (1978) explica que o homem por meio da linguagem foi capaz de relacionar-se com os objetos que o circundavam. Os objetos podem ser caracterizados de duas formas:

a) Objetos individuais: objeto pode ser individual quando pensado como único (distinto dos demais), por exemplo, casa, mesa, automóvel, esses objetos são expressos por conceitos individuais. Sua característica é a presença das formas de tempo e espaço, pois estão no aqui e agora. Exemplo: UNESP, UNIRIO, Copa das Confederações de 2013, descobrimento do Brasil em 1500 etc.; e

b) Objetos Gerais: os objetos gerais prescindem das formas de tempo e espaço, seu estudo é permeado de extremo interesse, pois em sua base está o processo classificatório, e são expressos por conceitos gerais. Exemplo: as universidades, as partidas de futebol, as descobertas marítimas etc.

Os conceitos individuais e gerais podem ser expressos por enunciados por meio da linguagem natural. Esses enunciados permitem a elaboração dos diversos conceitos acerca dos diversos objetos.

Portanto, todo enunciado possui um elemento do respectivo conceito, ou seja, estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos (traduzem os atributos das coisas designadas). Este processo pode ser considerado

> como análise do conceito. Mas só é possível proceder a essa decomposição do conceito coletando-se os enunciados verdadeiros que sobre determinado objeto se podem formular. Pode-se então dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico—sintético. Cada enunciado apresenta (no verdadeiro sentido de predicação) um atributo predicável do objeto que, no nível de conceito, se chama característica. Muitas vezes não se trata de um atributo a que corresponde uma característica, mas de uma hierarquia de características, já que o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria. (Entende-se aqui por categoria o conceito na sua mais ampla extensão) (DAHLBERG, 1978, p. 102).

As características dos conceitos podem ser simples e complexas.

> São consideradas simples as que se referem a uma única propriedade. Ex.: redondo, colorido, etc. Complexas são as características que dizem respeito a mais de uma característica. Ex.: moldado em metal, pintado com tinta azul, etc. Em ambos os casos trata-se de um material combinado com um processo resultando numa propriedade. A ordem seguinte das características serve de exemplo para a possibilidade de listagem de todas as características possíveis (DAHLBERG, 1978, p. 103).

Dessa forma, por meio da análise das categorias conceituais podemos realizar a identificação de conceitos nos documentos. Na literatura da área vários autores empenharam esforços para a análise do assunto do documento por meio do estabelecimento das categorias.

Nesse sentido, Ranganhan (considerado o criador das classificações facetadas) criou a Colon Classification (Classificação de Dois Pontos) que "revolucionou a estrutura dos sistemas tradicionais de classificação, introduzindo o princípio da divisão de assuntos em categorias ou facetas" (CINTRA, 1987, p. 17).

'Suas categorias são conhecidas pela sigla PMEST:

- ST – Espaço/Tempo;
- E – Energia (como forma compulsora). Exemplo: exportações em economia, currículo em educação;
- M – Matéria. Exemplo: ouro como material de dinheiro dentro da Economia. Instrumento de Música. Marfim na Escultura.
- P – Personalidade: corresponde às coisas, tipos de coisas, tipos de ação. Exemplo: pessoas em Sociologia/Psicologia.

Vickery (1980), do Classification Research Group, amplia as categorias de Ranganathan propondo o seguinte desdobramento: tipo, estrutura, constituintes, propriedades, processos, operações, técnicas, generalidades. Mesmas categorias são expressas por Campos e Gomes (2008) como: Coisas, substâncias, entidades que ocorrem naturalmente; produtos; instrumentos; constructos mentais; Suas partes constituintes, órgãos; Sistemas de coisas; Atributos de coisas, qualidades, propriedades, incluindo estrutura, medidas; processo, comportamento; Objeto da ação (paciente); Relações entre coisas, interações, efeitos, reações; Operações sobre coisas; experimentos, ensaios, operações mentais.

Para a identificação de conceitos Begthol (1994) propõe quatro categorias que seriam generalizantes para textos narrativos de ficção:

- **Personagem**;
- **Eventos**;
- **Espaço;** e
- **Tempo.**

A autora, em seu livro "The Classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles", busca um caminho para realizar a análise de obras de ficção, pois não aceita a visão de que textos de ficção são intratáveis, não são fluídos para análise, pois não possuem elementos constantes para uma análise que seja considerada suficiente e confiável (BEGHTOL, 1994).

Nos estudos realizados por Brewer (1984) e Van Dijk (1992), Beghtol (1994) observa que diferentes leitores resumem uma mesma história com grandes semelhanças. Também, esses estudos demonstram que as pessoas que realizam a leitura de um mesmo livro desenvolvem as mesmas experiências de leitura. Essas experiências podem ser trocadas quando esses leitores se encontram e discutem os assuntos relacionados na leitura do livro. Dessa forma, a autora encontra nos estudos de Halász (1987) um contributo importante para sua pesquisa, ou seja, se a leitura de livros de ficção pode oferecer um terreno tão comum para discussões e resumos, pode-se afirmar que as histórias apenas existem onde se tem eventos e coisas existentes (personagens e cenários).

Nesse sentido, Beghtol (1994) utiliza dois estudos que buscam quais seriam as categorias em textos narrativos de ficção. O primeiro foi o estudo de Brewer (1984) onde o autor compara quais são as convenções narrativas em histórias orais e escritas com o objetivo de formular hipóteses sobre a existência de elementos universais em textos narrativos de ficção.

Como fruto deste trabalho, Brewer (1984) propõe cinco elementos que seriam universais nos textos narrativos de ficção: cenário, personagens, eventos, resolução e narrador. O segundo estudo foi realizado por Ruthrof (1981) onde propõe que a narrativa contém as seguintes categorias:

1) Tempo: presente como uma matriz tempo no mundo;
2) Espaço: presente como uma matriz espacial no mundo;
3) Personagem: Personagens;
4) Atos: atos físicos e mentais (um discurso, um pensamento, um movimento);
5) Eventos: eventos considerados não humanos;
6) Aspectos Pessoais: atitudes das personagens entre si e, também, com o mundo apresentado;

7) Aspectos atmosféricos: exemplo: sombrio, idílio;

8) Padrões ideológicos: a ideologia de mundo apresentada no texto.

Beghtol (1994) compara as duas propostas de categorização com o objetivo de analisar o nível de generalização e o processo sistemático de divisão. Pela análise da autora, quatro categorias são existentes nas duas propostas: Tempo, Espaço, Personagem e Eventos.

A categoria Cenário de Brewer (1984) pode ser comparada as categorias Tempo e Espaço de Ruthrof (1981). De forma similar, Ruthrof (1981) combina as categorias *Events* e *Acts;* e Brewer (1984) a categoria Evento.

Elementos das duas propostas não apresentam similaridade, no caso as categorias Resolução e Narração de Brewer (1984) e Aspectos Pessoas, Aspectos Atmosféricos e Padrões Ideológicos de Ruthrof (1981). Após a análise, Beghtol (1994) sugere que quatro categorias podem ser aceitas como fundamentais para ficção:

1) Personagem (inclui o narrador): são os seres e atores que existem e participam no mundo da ficção;

2) Evento (inclui atos de humanos e não humanos): ocorrências e acontecimentos do mundo real e não real;

3) Espaço: lugares geográficos e localizações no mundo ficcional; e

4) Tempo: unidade de tempo no mundo ficcional.

Dessa forma, para análise de textos narrativos de ficção sugerimos que o indexador utilize essas categorias para a identificação conceitos.

4 Modelo de leitura para textos narrativos de ficção: Mentif

Após os aportes teóricos apresentamos os passos que o indexador deve seguir para utilizar o modelo.

Para o exame e leitura técnica do texto narrativo de ficção propomos que sejam utilizadas as seguintes estratégias de leitura (leitura das seguintes partes dos documentos:

a) Título das obras;

b) Subtítulos;

c) Resumo;

d)Sumário;

e) Ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos (não são comuns em textos narrativos de ficção); e

f) **Conclusão:** composta pelo último ou penúltimo capítulo da obra. **IMPORTANTE:** a teoria mostra que a leitura completa da conclusão proporcionará a **IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS** com vistas a indexação.

MENTIF – Modelo de Indexação de Ficção

Categorias	Questionamento	Partes da estrutura textual	Identificação de conceitos (orientando pelo conteúdo)
PERSONAGEM	Há seres ou atores que existem e participam no mundo da ficção (inclui narrador quando for o caso)? Os seres podem ser animados e inanimados.	Capa Contracapa Último capítulo da obra	
EVENTO	Existem ocorrências e acontecimentos do mundo real e não real (inclui atos humanos, não humanos, fatos, ações, situações, sentimentos etc)	Resumo Orelha do livro Sumário Último capítulo da obra	
ESPAÇO	A narração acontece em um determinado lugar geográfico ou localização (ou ambiente) no mundo ficcional?	Capa Contracapa Resumo Orelha do livro Último capítulo da obra	

TEMPO	Existe uma unidade de tempo (período de tempo) no mundo ficcional?	Capa Contracapa Resumo Orelha do livro Último capítulo da obra	

A seguir exemplo de aplicação do MENTIF.

Livro analisado: "Cai do pano" de Agatha Christie.

O primeiro passo foi a leitura técnica das partes significativas do documento. Após a leitura foi realizado o preenchimentos das informações da obra e as informações do MENTIF.

a) Título da obra: Cai o pano;

b) Subtítulo: um caso de Hercule Poirot;

c) Resumo: possui resumo na quarta capa.

d) Sumário: sem sumário;

e) Ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos: sem ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos.

g) Conclusão (composta pelo último capítulo da obra, quando necessário for, o último e o penúltimo capítulo): possui dezenove capítulos e um pós-escrito.

Categorias	Questionamento	Identificação de conceitos (orientando pelo conteúdo)
PERSONAGEM	Hercule Poirot; Arthur Hastings; Franklin; Stephen Norton; X; Bárbara Franklin; Judith; Elizabeth Cole e Boyd Carrington; George; Curtiss; Enfermeira Craven	Hercule Poirot; Arthur Hastings; Franklin; Stephen Norton; X; Bárbara Franklin; Judith; Elizabeth Cole e Boyd Carrington; George; Curtiss; Enfermeira Craven

EVENTO	Assassinatos; Amizade; Suicídio; Morte de Poirot; Suicídio de Poirot	Assassinato Morte de Hercule Poirot; Suicídio de Hercule Poirot
ESPAÇO	Styles; Inglaterra; Eastbourne	Inglaterra
TEMPO	---------------------------	

5 Considerações possíveis: Mentif

O desenvolvimento do Mentif foi um desafio teórico-metodológico que buscou refletir sobre a prática do indexador. Refletir sobre a prática buscando um instrumento que colaborasse para o fazer do trabalho.

Essa epistemologia do fazer também intencionou a colaborar com a análise de obras complexas como os textos narrativos de ficção. Por meio da Teoria do Percurso Gerativo de Sentido e as categorias para as obras de ficção de Beghtol (1994) o modelo de leitura Mentif foi elaborado e tem como objetivo contribuir para que a literatura seja representada de uma forma mais adequada levando em consideração o seu assunto, o seu tema.

Como modelo está aberto para do debate, reflexão e aprimoramento.

Com isso esperamos contribuir para uma Biblioteconomia e Ciência da Informação heterotópica por excelência que contribua e trabalhe para o crescimento do espaço do **Outro.**

Referências

ANDERSSON, R.; HOLST, E. Indexes and other depictions of fiction: a new model for analysis empirically tested. *Svensk Biblioteksforskning/Swedish Library Research*, n.2/3, p. 77- 95, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BEGHTOL, C. Access to fiction: a problem in classification theory and practice, part 1. *International Classification*, v. 16, n. 3, p. 134-140, 1989.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: about ness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of documentation*, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.

BEGHTOL, C. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. *Knowledge Organization*, v. 24, n. 2, p. 64-71, 1997.

BEGHTOL, C. *The classification of fiction*: the development of a system based on theoretical principles. Metuchen: Scarecrow Press, 1994.

BEGHTOL, C. Toward a theory of fiction analysis for information storage and retrieval. *Proc. 5th Int. Study Conf. On Classification Research, Toronto, Canada, 6, 24-28*. Amsterdam: Elsevier, 1992.

BELL, H. K. Indexing fiction: a story of complexity. *The Indexer*, v. 17, n. 4, Oct. 1991.

BREWER, W. F. *The story schema*: universal and culture-specific properties. Center for the Study of Reading. Technical Report no. 322. Urbana; Champaign: University of Illinois; New York: Cambridge University Press, 1984.

BURGESS, L. A. A *system for the classification and evaluation of fiction*. The library world, 1936.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. *DatagramaZero*: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CAVALCANTI, C. R. Indexação. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 211-233, 1982.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. *In*: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária*: a análise da síntese. Brasília: MCT; CNPq; IBICT, 1987. p. 28-35.

DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro, 1972. *Anais* [...]. Brasília: IBICT; ABDF, 1978. v. 1, p. 352-370. Palestra apresentada durante a Conferência e traduzida do inglês por Henry B. Cox. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/dahlbergteoria/dahlberg_teoria.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J. L. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *DELTA*: revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada, São Paulo, v. 15, n. 1, fev./jul. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mai. 2019.

FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono, 1973.

GARCIA-MARCO, F. J. *et al*. Knowledge organization on fiction and narrative documents: a challenge in the age of multimedia revolutions. *In*: GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (org.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010. p. 262-268.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência:* subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhista brasileiros. 1994. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E.; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *In*: GARCÍA MARCO, F. J. (org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

HALÁSZ, L. Social perception and understanding of interaction in the short stories entitled "Everything that rises must converge" and "Brutes"(Barbarians). *In*: HALÁSZ, L. (ed.). *Literary Discourse*: aspects of cognitive and social psychological approaches. Berlin: Walter de Gruyter, 1987. p. 140-166.

HARREL, G. The classification and organization of adult fiction in large American public libraries. *Public Libraries*, v. 24, n. 1, p. 13-14, p. 1985.

HAYES, S. Enhanced catalog access to fiction: a preliminary study. *Library resources & technical services*, v. 36, n. 4, p. 441-459, 1992.

HIDDERLEY, R.; RAFFERTY, P. Democratic indexing: an approach to the retrieval of fiction. *Information Services and Use*, v. 17, n. 2/3, p. 101-109, 1997.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2010.

JANSSON, E.; SODERVALL, B. *Tesaurus for index eringavsk on litteratur.* Boras: Hogsk, 1987.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos:* teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MACPHERSON, R. Children's literature indexes atmora y house. *Library Review*, v. 36, n. 4, p. 254-260, 1987.

MOISÉS, L. B. P. *Flores na escrivaninha.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MORAES, J. B. E. de. *A questão do aboutness no texto narrativo de ficção:* perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação. 2011. 81 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Análise documental de conteúdo de textos literários narrativos: em busca de um diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e percurso temático/percurso figurativo *In*: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. *Discurso e Texto:* multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos: EDUFSCar, 2008. p. 35-45.

NEGRINI, G. *Thesaurus di letteratura italiana:* aggiornamento al 30 dicembre 1994. Roma: C.N.R., 1995.

NIELSON, H. J. The nature of fiction and its significance for classification and indexing. *Information Services and Use*, v. 17, n. 2/3, p. 171-182, 1997.

OLDERR, S. *Olderr's fiction subject headings*: a supplement and guide to the LC thesaurus. Chicago: American Library Association, 1991.

PEJTERSEN, A. M.; AUSTIN, J. Fiction retrieval: experimental design and evaluation of a search system based on user' value criteria (part 1). *Journal of documentation*, v. 39, n. 4, p. 230-246, 1983.

RANTA, J. The new literary scholarship and a basis for increased subject catalog access to imaginative literature. *Journal of librarianship and information science*, p. 3-26, 1991**.**

RUTHROF, H. *The reader's construction of narrative.* London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

SAARTI, J. Feeding with the spoon, or the effects of shelf classification of fiction on the loaning of fiction. *Information Services & Use*, v. 17, n. 2/3, p. 159-169, 1997.

SAARTI, J. Fiction indexing and the development of fiction thesauri. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 31, n. 2, p. 85-92, 1999.

SAARTI, J. Consistency of subject indexing of novels by public library professionals and patrons. *Journal of Documentation,* v. 58, n. 1, p. 49-65, 2002.

SABBAG, D. M. A. *Análise documental em textos narrativos de ficção*: subsídios para o processo de análise. 2013. 160 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

SPILLERS, D. The provision of fiction for public libraries. *Journal of librarianship and information*, v. 1, Oct. 1980.

TATIT, L. Abordagem do texto. *In*. FIORIN, J. L. (org). *Introdução à linguística* I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2007. p. 187-209.

VAN DIJK, T. *Text and context*: explorations in semantics and pragmatics of discourse. London: Longman, 1992.

VICKERY, B. C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: BNG; Brasilart, 1980.

13

Modelo de leitura documentária para indexação de artigos de jornal

Silvana Aparecida FAGUNDES

Resumo: A leitura documentária consiste na identificação e extração de conceitos. A leitura documentária de jornais tem que ser rápida, devido à quantidade de material que necessita ser tratado. Propõe-se a elaboração de um modelo de leitura para indexação de artigos de jornais mediante revisão de literatura, estudo de caso com o Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e no Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC) e observação da leitura dos indexadores com aplicação de Protocolo Verbal. Os resultados do teste do modelo indicam que o grupo de ação obteve melhor desempenho na análise porque selecionou termos que possibilitaram elaborar o enunciado de assunto, contendo a macroestrutura global do texto. Concluiu-se que o modelo de leitura proposto possibilita procedimentos que direcionam o indexador experiente ou inexperiente à uma compreensão durante a leitura documentária sem apelação ao "bom senso", permitindo assim realizar uma representação do conteúdo do texto.

Palavras-chave: Indexação de jornal. Leitura documentária. Estrutura textual.

Abstract: The documental reading consist of the identification and extraction of concepts. The documental reading of newspapers must be fast, due to the quantity of materials that needs to be treated. It is proposed the elaboration of a reading model to the indexing of newspaper articles according to literature review, case study in Archive of the journal O Estado de São Paulo and, Department of Documentation of Editora

Abril (DEDOC) and observation study of indexers reading with application of the Verbal Protocol. The results of the model test indicate that the action group had better performance in the analysis because they select terms that could elaborate the subject, containing the global macroestruture of the text. It is concluded that proposed reading model facilitates procedures that direct the experiented or unexperiented indexer to a comprehension during the documental reading without making use of the "common sense", this way allowing them to achieve a representation of the text content.

Keywords: Newspaper indexing. Documental reading. Textual structure.

1 Introdução

A Análise Documentária é uma área da Biblioteconomia e Documentação que engloba também a atividade de indexação dos documentos por meio do processo de exame do documento, ou seja, da leitura documentária.

A leitura documentária é a fase inicial da operação de análise documentária que se constitui basicamente das fases: leitura do texto e, neste momento, também ocorre a identificação e seleção de conceitos que representem o conteúdo do texto, e representação desses conceitos selecionados através de uma linguagem documentária. O produto dos procedimentos de Análise Documentária são os índices de assuntos e resumos.

Na leitura documentária ocorrem os mesmos processos mentais presentes na leitura normal. E Kato (1986) distingue dois tipos de estratégias utilizados durante a leitura:

- estratégias metacognitivas: conscientes, usadas frente a um determinado problema;
- estratégias cognitivas: automáticas, subconscientes, usadas na leitura fluida sem obstáculos para o leitor.

Destacamos que na leitura para fins de indexação a Norma ISO (5963, 1985) orienta a proceder o exame do documento buscando informação precisa em curto período de tempo, analisando: título; resumo; lista de conteúdos; introdução, frases que iniciam capítulos e parágrafos,

e conclusão; ilustrações, diagramas, tabela; palavras ou grupos de palavras que se encontram destacadas.

A Análise Documentária deixou de restringir o corpus documental com o qual trabalha, que na maioria das vezes é o texto escrito geralmente em suporte papel, e passou a englobar outros documentos em diferentes suportes.

Evidenciando que nosso objetivo de pesquisa é a observação da indexação de artigos de jornal, enfatizaremos a estrutura textual do texto jornalístico.

De acordo com Van Dijk (1983, p. 37), a superestrutura do texto jornalístico na cultura ocidental é composta por categorias que exercem uma relação de subordinação e superordenação entre si, como se observa abaixo:

1- Sumário/Introdução
1.1 Cabeçalho
1.2 Lead
2. Episódio(s)
2.1 Informações prévias
2.1.2 Antecedentes
2.1.2.3 Eventos Presentes
2.1.3.1 Explicação
2.1.3.1.1 Contexto
2.1.3.1.2 Experiências passadas
2.1.3.2 Eventos principais
2.2 Consequências/ Reações
3. Comentários
3.1 Expectativas
3.2 Avaliação (Tradução nossa)

Para o linguista Van Dijk (1983), no texto jornalístico é convencional a apresentação de um resumo do acontecimento que foi abordado. Esse resumo pode ser expresso pelas letras grandes separadas do resto do texto, resumo ou introdução denominado de "Lead",

componente inicial da estrutura textual do artigo de jornal. Com essa determinação é possível chamar a atenção do leitor que decidirá se o texto lhe interessa ou não.

E na opinião de Silva (2001), o LEAD constitui a abertura e arquitetura do texto e que nas notícias e nos textos de abertura, no 1º e 2º cadernos, o LEAD deverá respeitar formalmente as regras clássicas contendo: O quê (o que aconteceu, está ou vai acontecer); Quem (os agentes da ação); Quando (dia da semana e do mês, horas); Onde (o local do acontecimento); Como (as circunstâncias) e Porque (os motivos e as razões).

Após conhecer a área de Análise Documentária, surgiu o interesse em investigar a atividade de leitura dos indexadores, uma vez que, na literatura sobre o assunto, são raras as publicações sobre a atividade de leitura documentária. A nosso ver, essa deveria ser caracterizada como a atividade primordial do processo de indexação, porque sendo a primeira fase da análise do documento, o bom ou o mau resultado desta refletirá na boa, ou na má qualidade das outras atividades (elaboração de resumos e índices).

Com o conhecimento da escassez de pesquisas sobre leitura documentária, optamos então por investigar a atividade de leitura dos indexadores de jornais porque essa modalidade de leitura, segundo a literatura da área de Análise Documentária, deve ser realizada rapidamente já que "ao indexador raramente é dado o luxo de ler um texto do começo ao fim" (LANCASTER, 1993, p. 20). Considerando a grande quantidade de documentos que o indexador tem para tratar, além das outras atividades que, muitas vezes, tem para desenvolver dentro do centro de informação no qual trabalha e a grande quantidade de matérias jornalísticas publicadas diariamente que precisam ser indexadas, podemos supor que, no caso da indexação de jornais, a leitura documentária deverá ser mais rápida ainda. E também podemos supor que a observação dessa leitura rápida proporcionará a outros indexadores o conhecimento dos métodos utilizados pelos indexadores experientes e suas vantagens.

Neste contexto, percebemos a necessidade de observar a leitura dos indexadores de jornais para sabermos como agiam esses profissionais diante da realização da tarefa de indexar, procurando observar se utilizavam determinadas estratégias e quais eram elas e se tais estratégias eram consideradas compatíveis com o que indica a literatura da área. E com

os dados obtidos, comparados com informações relevantes recomendadas pela revisão de literatura sobre a temática, elaboramos um modelo de leitura para indexação de jornais.

2 Observação da leitura do indexador de artigo de jornal: procedimentos metodológicos

Ressaltamos que decidimos observar a leitura dos indexadores de artigos de jornais no contexto dos centros de informações especializados que possuíam acervo organizado e desenvolviam a atividade de indexação. Nessa pesquisa, a ambiência da observação da prática de indexação de jornais ocorreu primeiramente no contexto do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e foi realizada durante o nosso curso de graduação, como trabalho de conclusão de curso, em 1997. Durante o triênio de 1999-2001, continuamos com a pesquisa no curso de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus de Marília, tendo como ambiência de observação o Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC). O DEDOC foi escolhido visando obter subsídios capazes de complementar a pesquisa anterior, enriquecendo-a com a observação da indexação em duas ambiências: arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, realizado durante o curso de graduação em 1997, e DEDOC da Editora Abril, para elaborarmos o modelo de leitura para indexação de jornais.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa optou por uma metodologia de coleta e análise de dados cujos processos estão descritos na sequência.

Dentre os processos metodológicos adotados, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes de informação na área, onde se pesquisou a literatura relevante publicada sobre: leitura documentária, estrutura do texto jornalístico, identificação de conceitos e metodologias para avaliação de política de indexação e linguagens documentárias.

Com o levantamento bibliográfico, identificamos bibliografias relevantes que compõem os pressupostos teóricos desta pesquisa, em que se destacam: a metodologia para indexação manual de jornais mencionada por Ahmad (1991); tipologias e estruturas textuais de textos trabalhados

pela Análise Documentária citada por Kobashi (1994), a classificação das concepções de análise de assunto proposta por Albretchtsen (1993), a estrutura do texto jornalístico elaborada por Van Dijk (1983) analisada e comentada por Amaro (1991) e ainda as considerações de Silva (2001) para essa estrutura textual, atividades metacognitivas presentes na leitura consciente estabelecidas por Brown (1980), Kato (1986), Norma ISO (5963, 1985), elementos de política de indexação estabelecidos por Carneiro (1985), avaliação da estrutura externa de tesauros elaborada por Corrêa (1998), metodologia de avaliação da estrutura interna de linguagens documentárias elaborada por Ginez de Lara (1993), metodologia de análise de assunto do sistema de indexação PRECIS comentada por Fujita (1989) e modelo de leitura para indexação de artigo de periódico científico também elaborado por Fujita (2000-2002).

Posteriormente, para a observação da leitura dos indexadores foram necessários estudos de casos nos centros de informação especializados (Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e DEDOC) que desenvolviam a indexação de jornais. Nessa fase de estudos de casos, foi realizada consulta à documentação e conversa com os responsáveis pelos setores, possibilitando uma caracterização da infraestrutura física e funcional dos centros englobando: histórico breve e área física, o organograma da instituição, recursos humanos, recursos materiais (mobiliário, equipamento e acervo), usuários e serviços prestados. E também foi elaborada entrevista para a caracterização dos indexadores dos sistemas de informações, com a qual foram obtidos dados referentes à formação educacional, experiência profissional anterior e no serviço de indexação, outras atividades realizadas na instituição, dificuldades na atividade de indexação e procedimentos de identificação de conceitos e fontes de experiência de indexação.

Identificamos a política de indexação dos centros de informações como uma das variáveis que influenciam a leitura do indexador. Percebemos que a política de indexação desses centros influencia na escolha da linguagem de indexação e, consequentemente, no resultado da leitura do indexador.

Quando realizamos os estudos de casos analisamos, também, a política de indexação do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e do DEDOC, por meio da verificação da ocorrência de alguns elementos estabelecidos por Carneiro (1985) para implantação de uma política de indexação.

E como a escolha da linguagem documentária adotada pelo centro de informação sofre influência da política de indexação, e esta determina a comunidade usuária que a instituição servirá, fez-se necessário avaliar a estrutura externa das linguagens documentárias, seguindo a metodologia elaborada por Corrêa (1998), e também avaliar a estrutura interna somente da linguagem do DEDOC, seguindo a metodologia de Ginez de Lara (1993), porque a linguagem do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* não apresentou parâmetros funcionais para se avaliar a sua estrutura interna.

A observação da leitura documentária dos indexadores de jornal, no Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e no DEDOC, foi realizada com a aplicação do Protocolo Verbal, um método de observação introspectivo, muito utilizado na área de Linguística Aplicada para investigar as ações do indivíduo durante a realização da leitura, de modo a gravar a exteriorização de seus processos mentais em busca da compreensão. Esse método é denominado "Pensar Alto".

A utilização da técnica introspectiva denominada "Pensar Alto", ou seja, Protocolo Verbal, possibilita que os pensamentos dos sujeitos (indexadores) sejam gravados e transcritos literalmente, produzindo protocolos verbais. Os protocolos são definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes do sujeito. Em outras palavras, eles se referem ao "Pensar Alto" do sujeito enquanto realiza uma tarefa de qualquer natureza. (CAVALCANTI, 1989; CAVALCANTI; ZANOTTO, 1994).

Esse método de observação ultrapassou os limites da área de Psicologia Cognitiva e passou a ser utilizado na Linguística Aplicada, na pesquisa sobre leitura por meio dos trabalhos de Hosenfeld (1977) referentes à leitura em língua estrangeira, e do trabalho de Olshavsky (1976-1977) sobre leitura em língua materna.

No Brasil, particularmente no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC/São Paulo (LAEL), protocolos têm sido usados como instrumentos de pesquisa em dissertações como a de Nardi (1993), cujos parâmetros metodológicos serviram de base para o desenvolvimento do Projeto Integrado "Leitura em Análise Documentária", pertencente ao Grupo de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Campus de Marília, coordenado por Fujita (2000-2002).

É inédita no Brasil a observação do processo de leitura documentária para indexação com uso do Protocolo Verbal. Destaca-se que a pesquisa realizada por Fujita no Projeto Integrado "Leitura em Análise Documentária", com indexadores da Sub-Rede de Informações em Ciências da Saúde Oral, provavelmente é pioneira na utilização deste método.

Na literatura internacional o uso do Protocolo Verbal para observação do processo de indexação foi relatado por Gotoh (1983) em artigo que discute os problemas do comportamento de processamento da informação na atividade de indexação humana. Nesse trabalho, o autor realizou um experimento com dois sujeitos indexadores utilizando a técnica de Protocolo Verbal.

A técnica de Protocolo Verbal é, no momento, segundo Nardi (1993), o único instrumento de coleta disponível que possibilita observar processos do leitor durante a compreensão de um texto. Destaca-se que a referida pesquisadora utilizou a técnica em sua pesquisa de mestrado (NARDI, 1993), e obteve êxito nos resultados, o que justifica a nossa escolha por esta técnica.

Nesta pesquisa, com os indexadores de jornais, os procedimentos da coleta de dados em ambas as instituições (Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e DEDOC) foram:

1- Procedimentos anteriores à coleta de dados:

- **Seleção do Texto-Base**

Para a seleção do texto-base escolheram-se textos inéditos, ou seja, desconhecidos e ainda não indexados por nenhum dos indexadores.

Quanto à temática os textos selecionados eram referentes aos Cadernos, ou Editorias dos Jornais com os quais cada indexador trabalhava, variando-se, assim, a temática de cada texto.

Destaca-se que para a observação da leitura dos indexadores do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e do DEDOC foram selecionados dez textos, sendo que cada indexador (caracterizados como sujeitos 1,2,3,4 e 5) indexou dois textos.

- **Seleção dos Sujeitos**

A seleção dos sujeitos considerou como critério o tempo de permanência no sistema de informação e na atividade de indexação acrescentando ainda "habilidade em indexação" refletida na quantidade de documentos indexados. Foram selecionados cinco indexadores que foram classificados como sujeitos 1 e 2 (pertencentes ao Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*) e sujeitos 3, 4 e 5 (pertencentes ao DEDOC).

- **Conversa informal com os sujeitos**

Foi realizada uma conversa informal com cada um dos sujeitos, durante a qual foram expostos os objetivos da pesquisa, destacando sua relevância para o desenvolvimento da área de Análise Documentária. Nessa conversa, ressaltou-se que a identidade dos sujeitos manter-se-ia oculta, visando assim deixá-lo mais à vontade e não comprometer os dados coletados. Foi solicitado que cada sujeito realizasse a leitura do texto-base naturalmente como o faz no seu dia-a-dia tendo como objetivo a identificação e seleção de conceitos para a indexação.

- **Familiarização com a tarefa do "Think Aloud" (Pensar Alto)**

Antes da aplicação do Protocolo Verbal, foi realizada uma familiarização com a tarefa de "Pensar Alto" por meio da leitura do texto "Instruções aos Sujeitos" elaborado por Nardi (1993), tendo o propósito de descontrair e, ao mesmo tempo, apresentar procedimentos que pudessem auxiliar os sujeitos no desempenho da tarefa.

2- Procedimentos durante a coleta de dados:

- **Gravação do "Pensar Alto" durante a leitura do texto-base**

Anteriormente à gravação, foi entregue aos sujeitos o texto-base, solicitando-os a "Pensar Alto" durante toda a leitura e exteriorizar seus processos mentais, procurando esquecer a presença da pesquisadora que somente controlava o gravador e lembrava que era preciso "Pensar Alto". A aplicação do Protocolo Verbal foi realizada, com cada um dos indexadores,

bem como a conversa informal, a familiarização com a realização da tarefa e a leitura do texto "Instruções aos Sujeitos".

3- Procedimentos após a coleta de dados

- **Transcrições literais das gravações da leitura dos sujeitos**

As transcrições foram feitas de maneira a destacar a compreensão dos sujeitos, suas dúvidas, equívocos, identificação e seleção de termos. Para melhor visualização dos processos adotados pelos sujeitos, destacamos cada um deles com um tipo de notação específica, como descrito em Fagundes (2001, p. 132):

> Letra normal: vocalização das palavras exatas do texto durante a leitura
>
> *Itálico*: comentários do leitor
>
> **Negrito**: termos identificados
>
> ..PS: pausa
>
> (   ): comentários da pesquisadora
>
> ⇐ : indexador volta a trechos do texto

Destacamos um trecho da análise da observação da atividade de leitura, de um sujeito dos estudos de caso fazendo uso das notações adotadas na transcrição (grifadas abaixo):

Bailarina acusa o marido ator de espancamento e dá queixa na polícia. *Bailarina acusa marido e ator registra queixa de agressão.* Briga de casal teria acontecido durante a festa de aniversário do filho. Ana Carolina Torres. (A pesquisadora observou que nesse momento o indexador seleciona o nome do autor e digita na ficha de indexação, onde o mesmo é obrigatório). *Então essa aqui como envolve pessoas públicas quer dizer bailarina, artista o casal trabalhou em novelas coisa do tipo então a gente marca o que aborda a matéria.* A atriz e bailarina Luciana Bessa, de 21 anos, registrou queixa contra o marido, o ator Ademir Zanyor, de 26, na 32ª DP (Jacarepaguá), no domingo passado. Ela o acusa de tê-la espancado durante a festa de aniversário de dois anos de Uriel, filho único do casal. ...PS.. *E*

você vai pro nome da bailarina (Nesse momento o indexador atribui como assunto da matéria o nome da bailarina) BESSA, Luciana *e o ator chama* ZANYOR, Danilo. (Posteriormente o indexador comenta) *Entramos pelo nome do agressor e da vítima ent*ão aqui lemos ⇐ bailarina acusa marido ator ..PS.. *Então, aqui não precisa colocar bailarina, ator porque o título já está definindo isso e quando o título define mais ou menos o que está na matéria não tem necessidade de colocar muitos termos.*

Durante a observação da leitura dos indexadores experientes, estabelecemos um parâmetro de análise que considerou os aspectos destacados no QUADRO 1 abaixo:

Quadro 1 - Identificação da Natureza Metacognitiva Na Leitura Documentária.

Aspectos metacognitivos de leitura estabelecidos por Brown reformuladas por KATO	**Recomendações da Norma ISO 5963 adaptadas ao texto jornalístico**	**Outros aspectos do comportamento do indexador durante a leitura**
· Explicitação dos objetivos da leitura e/ou manutenção dos objetivos na mente;	· Análise do documento com domínio da estrutura textual, considerando partes do texto é uma recomendação da Norma ISO. Verificaremos a exploração da estrutura do texto jornalístico proposta por Van Dijk (1983); analisada e comentada por AMARO (1991) e SILVA (2001)	· Associação com Linguagem;
Identificação de aspectos importantes da mensagem;	· Identificação de conceitos (abordagem sistemática mediante questionamento)	· Seleção de conceitos (Termos ou descritores)

Alocamento de atenção a àreas importantes;	· Seleção de conceitos	
* Exploração da estrutura textual		
· Monitoramento do comportamento através de:		
* Engajamento em revisão e auto-indagação para ver se o objetivo está sendo atingido;		
*Tomada de ações corretivas quando são detectadas falhas na compreensão		
***Recobramento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões**		

Fonte: FAGUNDES (2001)

3 Resultados da observação da leitura dos indexadores de artigo de jornal

A análise das transcrições dos textos permitiu identificar que os indexadores experientes, durante a indexação, seguem uma sistemática de identificação de conceitos, utilizando seis tipos de comportamento:

- Realizam o destaque de palavras do texto por meio de argolamento ou digitação (esse argolamento não foi expresso verbalmente, a pesquisadora observou e anotou);
- Realizam associações com a linguagem após reconhecimento de termos;
- Fazem questionamento durante a leitura do texto quanto à escolha dos descritores;
- Identificam que há maneiras diferentes de ler;
- Evidenciam conhecimento da estrutura do texto jornalístico;
- Usam conhecimento prévio do assunto e recorrem à memória de longo prazo.

É relevante mencionar que com os resultados obtidos durante a observação da leitura dos indexadores experientes e também com os dados dos estudos de revisão da literatura conseguimos obter subsídios para elaboração do modelo. Assim, foi possível identificar as respostas às nossas suposições, referindo-nos, primeiramente, ao fator tempo disponível para ler, em que supúnhamos que a leitura documentária de jornais deveria ser rápida devido à grande quantidade de material publicado. A análise dos protocolos evidenciou que a leitura dos indexadores de jornais é rápida, e que um dos fatores que proporciona esta rapidez é o conhecimento da estrutura do texto jornalístico. Tal estrutura está composta de tal forma que, geralmente, nos primeiros parágrafos encontramos um resumo com respostas aos questionamentos - Quem? O que? Como? (Para que?) Onde? Porque? (Para que?) Quando? - que permitem ao leitor compreender o texto e identificar o tema abordado antes de ler o texto detalhadamente. Entretanto, os indexadores não explicitaram, durante a gravação da indexação dos textos selecionados, conhecerem o questionamento proposto pela estrutura do texto, mas demonstraram indícios de conhecer a estrutura textual, porque concentraram a seleção de conceitos nos itens "*Lead*"* e "Episódio" componentes da estrutura textual da notícia, que se localizam no começo do texto jornalístico.

Além disso, o que proporciona rapidez na leitura dos indexadores de jornais é o conhecimento prévio sobre o tema a indexar, porque percebemos que o leitor não identifica e seleciona o tema do texto se não tiver compreendido o texto. E para que ocorra compreensão, é preciso que o conhecimento prévio (adquirido com indexação de textos anteriores relacionados ao tema presente, ou por meio de leitura, etc.) referente ao tema interaja, no momento da leitura, com as informações do texto. Percebemos, então, que a memória do indexador é um fator primordial para a acumulação de conhecimento prévio sobre o assunto com o qual trabalha, porque as matérias são publicadas por vários dias, então algo novo vai se introduzir nas matérias novas, mas o tema abordado, já conhecido, provavelmente será o mesmo.

Uma outra suposição era que os indexadores de jornais experientes deveriam utilizar determinadas estratégias para realizar essa leitura rápida, e interessava-nos descobrir quais eram essas estratégias. A análise dos protocolos tornou possível o estabelecimento da sistemática

de identificação de conceitos, que os indexadores utilizaram durante a leitura, recorrendo a diferentes estratégias como exploração da estrutura textual, considerando, na maioria dos textos, a leitura do "Lead", uso do conhecimento prévio, entre outras. Entretanto, notou-se que após seleção de conceitos, realizaram pouca associação com Linguagem. (Linguagem Documentária do Centro de Informação.)

Evidencia-se que questionávamos, também, se as estratégias utilizadas eram compatíveis com o que recomendava a literatura. Os resultados da observação da leitura dos indexadores nos comprovaram que sim, porque eles utilizam exploração da estrutura textual, uso do conhecimento prévio, entre outras estratégias.

Sendo assim, confirmamos nossas suposições, evidenciando que os indexadores experientes de jornais são estratégicos, rápidos e dominam a estrutura textual para identificação e seleção de conceitos. Com a confirmação das hipóteses, acima, atingimos, primeiramente, um dos nossos objetivos que era a identificação de estratégias de leitura para indexação de jornal. E isto conjuntamente com dados relevantes encontrados na revisão de literatura, nos possibilitou alcançar um segundo objetivo que era elaborar um modelo de leitura para indexação de artigos de jornal, considerando os resultados da observação de leitura dos indexadores e recomendações da literatura.

4 Leitura documentária para indexação de artigos de jornais: proposição e avaliação de modelo

Com a análise dos resultados da revisão de literatura sobre a temática e a observação prática de indexação de jornal, elaboramos o modelo de leitura para indexação de artigos de jornais, visualizado abaixo, que acompanha um roteiro de utilização:

Roteiro de utilização do modelo

1 - Inicie a leitura do texto buscando prever por meio de interpretação da ilustração (fotografia) ou da leitura do título, o assunto que o texto abordará;

2 - Posteriormente, comece a ler o texto utilizando o seu conhecimento prévio sobre o assunto, direcionando a sua leitura para os cinco

primeiros parágrafos, sem realizar leitura linear, buscando encontrar respostas aos questionamentos propostos pelo modelo de leitura descrito mais especificamente no quadro abaixo (alertamos que nem todas as respostas das questões estarão presentes num texto);

3 - Encontre no texto as possíveis respostas aos questionamentos: O que?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; (ou Para que?); Por que?;

4 - Identifique as respostas considerando, nesse momento, o conteúdo do texto, visando compreender do que o texto trata, qual o seu assunto;

5 - Selecione, dentre as respostas encontradas, somente os conceitos que interessem à comunidade usuária que fará uso de determinado texto;

6 - Após selecionar o conceito que representa o conteúdo do texto e que interessa aos usuários, compare os conceitos selecionados com a Linguagem do sistema (no caso DEDOC);

7 - Por fim, elabore um resumo considerando o questionamento do Lead organizando as respostas obtidas em ordem lógica para as questões: O que?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; (ou Para que?); Por que?; (ou Para que?).

Quadro 2 - Modelo de leitura para indexação de jornais: identificação de conceitos por questionamento evidenciando a estrutura textual jornalística.

Conceito para análise de assunto do sistema (PRECIS)	**Parte da Estrutura Textual (Van Dijk, 1983) onde podemos encontrar o questionamento do LEAD e os elementos do sistema PRECIS**	**Questionamento ao (LEAD) da estrutura do texto jornalístico segundo VAN DIJK (1983); SILVA (2001)**	**Lembre-se que para atingir o objetivo da leitura documentária o indexador deve:**
AÇÃO	Sumário/Introdução (Cabeçalho e Lead)	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)	Identificar conceitos considerando o conteúdo do documento

AGENTE	Sumário/Introdução (Lead)	Quem (os agentes da ação)	Selecione os conceitos considerando as necessidades informacionais da comunidade usuária
MÉTODOS DO AGENTE	Sumário/Introdução (Lead) ou Episódio (s)	Como, ou Para quê (as circunstâncias)	Padronize os conceitos com termos de uma linguagem de indexação. E se preciso crie novos termos.
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Sumário/Introdução (Cabeçalho) Sumário/introdução (cabeçalho e Lead)	Quando (dia da semana e do mês, horas) Onde (o local do acontecimento)	
CAUSA E EFEITO	Sumário/Introdução (Lead) ou Episódio (s)	Por que, ou Para que (os motivos e as razões)	

Fonte: FAGUNDES (2001).

Após elaboração do modelo, realizamos uma aplicação com um corpus de textos selecionados para testar a viabilidade de seu funcionamento. Selecionamos no DEDOC três indexadores considerados inexperientes, porque realizavam a atividade de indexação esporadicamente, para participarem da fase de avaliação do modelo de leitura, visando verificar o seu funcionamento na atividade de indexação, considerando o contexto dos centros de informação especializados que tratam a notícia e que demandam rapidez no tratamento dessa tipologia documentária.

A fase de avaliação do modelo, na qual participaram os três indexadores caracterizados como: Clara, Ana e Maria, seguiu

os procedimentos adotados para observar a leitura dos indexadores experientes. Ressalta-se que, diferentemente da primeira fase, não houve uma preocupação em selecionar textos de temática específica porque seria utilizado por sujeitos (indexadores) que indexam textos diversos, mas nos preocupamos em selecionar dois textos, caracterizados como (A e B), que apresentavam mais completamente a estrutura completa do texto jornalístico.

O texto A foi utilizado pelos três sujeitos Ana, Maria e Clara, mas somente o sujeito Clara o indexou fazendo uso do modelo de leitura (porque já conhecia o modelo e sabia utilizá-lo) e o texto B foi utilizado para a pesquisadora ensinar ao indexador Clara sobre o funcionamento do modelo, numa fase anterior à indexação do Texto A. Um outro procedimento diferente ocorrido na fase de avaliação foi a gravação do depoimento do sujeito Clara quanto à utilização do modelo, a fim de que, se preciso, o mesmo pudesse ser aperfeiçoado.

Destaca-se que na fase de avaliação do modelo de leitura com o segundo grupo de indexadores do DEDOC, (indexadores inexperientes), os dados levantados do protocolo do indexador que num primeiro momento foi orientado sobre o funcionamento do modelo (caracterizado como sujeito Clara) para que num segundo momento tivesse condições de utilizar individualmente o modelo, demonstraram que o questionamento do Lead presente no modelo foi um dos fatores que, conjuntamente com o conhecimento prévio mínimo do assunto, possibilitaram ao indexador realizar a indexação do texto selecionado. Esse fato foi evidenciado durante a gravação do Protocolo Verbal nos momentos em que o sujeito indaga que no dia-a-dia deixaria de atribuir termos (assuntos) para representar o texto por se tratar de um texto difícil de compreender, pois era um texto da área médica.

Na discussão dos resultados quanto à avaliação do modelo de leitura proposto, notou-se que fazendo uso das orientações do modelo, os conceitos selecionados pelo indexador que foi orientado para utilizar o modelo, possibilitaram uma representação mais fidedigna do tema global comunicado pelo texto, do que os conceitos selecionados pelos dois indexadores que não fizeram uso e desconheciam o modelo, porque aumentou as possibilidades de recuperação do texto, selecionando mais termos.

Para uma melhor visualização dos dados obtidos na fase de avaliação do modelo elaboramos os QUADROS 3 e 4:

Quadro 3 - Indexação do texto A não fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Ana.

Conceitos (PRECIS)	Parte da estrutura textual (VAN DIJK)	Conceito (Lead)	Termos Identificados	Linguagem DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)	Experiência Científica	Experiência Científica
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)	Instituto de Pesquisa Scripps	
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)		
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Lead	Onde (o local do acontecimento)		
CAUSA E EFEITO	Lead	Por que (os motivos e as razões)		

Enunciado de Assunto: O Instituto de Pesquisa Scripps realizou uma experiência científica.

Fonte: FAGUNDES (2001).

Percebemos que o sujeito Ana, com os conceitos que atribuiu ao texto, conseguiu responder o que aconteceu de uma forma bem genérica, e quem o realizou, sem conseguir descrever a informação que o texto comunica de forma global.

Quadro 4 - Indexação do texto A não fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Maria.

Conceitos (PRECIS)	Parte da estrutura textual (VAN DIJK)	Conceito (Lead)	Termos Identificados	Linguagem DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)		Experiência Científica
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)		
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)	Medicamento-antibiótico	
LOCAL OU AMBIÊNCIA	LeadLead	Onde (o local do acontecimento)		
CAUSA E EFEITO		Por que (os motivos e as razões)	Infecção hospitalar	

Enunciado de Assunto: Vai se desenvolver um medicamento-antibiótico para se combater infecção hospitalar.

Fonte: FAGUNDES (2001).

Notamos que o sujeito Maria, sem usar o modelo de leitura proposto, consegue, muito vagamente, com os termos que selecionou, responder o que se causou e como se pretende combater o problema.

Quadro 5 - Indexação do texto A fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Clara.

Conceitos (PRECIS)	Parte da estrutura textual (VAN DIJK)	Conceito (Lead)	Termos Identificados	Linguagem DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)	Bactéria	Bactéria
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)	Instituto de Pesquisa Scripps	
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)	Molécula	Molécula
LOCAL OU AMBIÊNCIA	LeadLead	Onde (o local do acontecimento)	La Jolla/ Califórnia	
CAUSA E EFEITO		Por que (os motivos e as razões)	Infecção hospitalar	Infecção-hospitalar

Enunciado de Assunto: O Instituto de Pesquisa Scripps localizado em La Jolla na Califórnia criou uma nova classe de moléculas para combater bactéria que causa infecção hospitalar.

Fonte: FAGUNDES (2001).

5 Considerações finais

Com a utilização do modelo de leitura proposto, os conceitos selecionados pelo sujeito Clara, provavelmente abrangeram todas as possibilidades de termos para recuperação do texto e possibilitou organizar o enunciado de assunto de maneira lógica, resultando em uma representação mais fidedigna do tema global vinculado pelo texto.

Pretendemos na continuidade da pesquisa aprimorar o modelo de leitura proposto realizando uma investigação teórica mais abrangente

a respeito da estrutura do texto jornalístico, visando identificar em sua organização elementos linguísticos de apresentação do tema que compõem as respostas ao questionamento proposto pelo "Lead" e presentes no modelo, bem como, uma hierarquização desses elementos, diferenciando os relevantes dos secundários no relato de uma notícia.

Percebe-se que identificar o tema é uma tarefa difícil de realizar, como também de ensinar, pois em muitos casos este se encontra no texto de maneira complexa e pouco explícita.

Logo, identificar e representar o tema no documento não é uma tarefa fácil , e até o momento é realizada de maneira mais eficaz pelo indexador humano e essa é temática carente de investigação na literatura da área.

Concordamos com Campos (1987) que a área de indexação deve apresentar instrumentos para análise e interpretação do documento e que esses venham fornecer ao indexador possibilidades de compreender coerentemente o texto analisando o seu conteúdo e considerando as necessidades informacionais da comunidade usuária.

O modelo de leitura que elaboramos é provavelmente original e a possibilidade de sua utilização na indexação de jornais é relevante para a área de Análise Documentária, como para os centros de informação especializados que tratam a notícia.

Referências

AHMAD, N. Newspaper indexing: an international overview. *The Indexer*, Liverpool, v. 17, n. 4, p. 257-266, 1991.

ALBRETCHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The Indexer*, Liverpool, v. 8, n.4, p. 219-224, 1993.

AMARO, R. K. F. *Contribuição da análise do discurso para a análise documentária*: o caso da documentação jornalística. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BROWN, A. L. Metacognitive developmental and reading. *In*: SPIRO, R. J. *et al*. (org.). *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsade: Lawrence Erlbaum, 1980. cap. 19.

CAMPOS, A. T. A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 69-72, 1987.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação**.** *Revista da Escola de Biblioteconomia*: UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n.2, p. 221-241, 1985.

CAVALCANTI, M. C. *Interação leitor-texto*: aspectos de interação pragmática. Campinas: UNICAMP, 1989.

CAVALCANTI, M. C.; ZANOTTO, M. S. Intropection in aplied linguistics: meta-research on verbal protocols. *In*: SCOTT, B. (ed.) *Reflections on language learning*. Cleverdon: Multilingual Matters, 1994. p. 148-156.

CORRÊA, A. O. *A construção de tesauros na perspectiva da metodologia facetada*. 1998. 117 p. Relatório (Pesquisa) - UNESP, FAPESP, Marília, 1998.

FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornal*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Paulista, Marília, 1997.

FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornal*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2001.

FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*: uma contribuição à formação do indexador. 185 p. Relatório Parcial (Projeto Integrado de Pesquisa) - UNESP, CNPq, Marília, 2000-2002.

FUJITA, M. S. L. *Precis na língua portuguesa*: teoria e prática de indexação. Brasília: UNB, 1989.

GINEZ DE LARA, M. L. *A representação documentária*: em jogo a significação. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GOTOH, T. Cognitive structure in human indexing process. *Library and Information Science*, Bingley, n. 21, p. 209-226, 1983.

HOSENFELD, C. A preliminary investigation of the reading strategies of successfull and nonsuccessful second language learners. *System*, Oxford, v. 5, p. 110-123, 1977.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Documentation: methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Suíça: ISO. 5 p. 9 (ISO 5963-1985).

KATO, M. *No mundo da escrita*: uma perspectiva psicolínguistica. São Paulo: Ática, 1986.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informação documentária*: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LANCASTER, F.W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. Tradução: Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

NARDI, M. I. A. *As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira.* 1993. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

OLSHAVSKY, J. E. Reading as problem solving: an investigation of strategies. *Reading research Quartely*, Hoboken, v. 12, n. 4, p. 654-674, 1976-1977.

SILVA, V. J. *Regras de construção*. Disponível em: http://www.publico.pt/nos/livro_estilo/paginas/1e12_regras.htm. Acesso em: 27 mar. 2001.

VAN DIJK, T. A. Discourse analysis: its development and application to the structure of news. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 33, n. 2, p. 20-23, 1983.

14

Modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa

Roberta Caroline Vesu ALVES

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP de Marília-SP, financiamento CNPq, processo n° 150884/2018-4.

Resumo: A elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa é importante para a recuperação da informação. Inicia-se com procedimentos de leitura documentária e análise de assunto, os quais identificam aspectos estruturais e temáticos do texto, com posterior seleção de elementos relevantes para representação. A leitura documentária tem o apoio do modelo de leitura documentária que elucida aspectos estruturais, temáticos, de inferência e de partes importantes do texto para elaboração de resumos. O objetivo deste capítulo consistiu em fundamentar o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa e avaliar esse modelo por profissional bibliotecário. A metodologia foi constituída por pesquisa bibliográfica e protocolo verbal individual e aplicação de questionário para coleta de dados. Os resultados da avaliação do modelo levaram a concluir ser necessária sua flexibilização para os tipos de resumidor, instituição, resumo, literatura infantojuvenil e usuários.

Palavras-chave: Modelo de leitura documentária. Elaboração de resumo. Literatura infantojuvenil em prosa. Protocolo verbal individual.

Abstract: The elaboration of abstracts about literature in prose for children and adolescents is important for information retrieval. It begins with procedures for documentary reading and subject analysis, which identify structural and thematic aspects of text, subsequent selection of relevant elements for representation. Documentary reading is supported by a documentary reading model that elucidates structural, thematic, inference, and important parts of the text for elaboration of abstracts. The objective of this chapter was to base the documentary reading model for elaboration of abstracts about literature in prose for children and adolescentes and evaluate this model by professional librarian. The methodology consisted of bibliographic research, and individual verbal protocol and application of questionnaire for data collection. Results of evaluation about the model led to conclusion that it is necessary to flexibility for the types of librarian, institution, abstract, literature in prose for children and adolescentes, and for the users.

Keywords: Documentary reading model. Elaboration of abstracts. Literature in prose for children and adolescents. Individual verbal protocol.

1 Introdução

A literatura infantojuvenil em prosa – também denominada textos literários infantojuvenis e textos narrativos ficcionais infantojuvenis em prosa –, assim como os demais tipos de textos ficcionais, apresenta alguns desafios para o entendimento de sua temática e representação, para fins de recuperação da informação por usuários de sistemas de unidades de informação ou bibliotecas diversas.

Atualmente, a literatura infantojuvenil em prosa tem acompanhado a tendência de mostrar elementos receptivos aos leitores para conquistá-los, como também apresenta expressões artísticas diferenciadas (ALVES, 2016). Além disso, segundo Zilberman (2008), a literatura para crianças e adolescentes passou de um cunho educativo e institucionalizado, preocupado em expressar valores morais, éticos, para o papel de destacar aspectos linguísticos e sociais, a fim de que o leitor reflita sobre sua vida e incorpore novas experiências. Esses aspectos são demonstrados em meio aos elementos lúdicos, mágicos, ou outros atrativos para crianças e adolescentes.

Os elementos estruturais e temáticos do texto da literatura infantojuvenil em prosa, bem como suas características, são explicados por certas teorias, como a de estruturas textuais de Teun A. Van Dijk, a do Percurso Gerativo de Sentido da Análise do Discurso e Semiótica Greimasiana, além das teorias que examinam a narrativa textual. Essas teorias, de modo geral, elucidam a relação da organização do texto com o significado produzido a partir da estrutura.

O entendimento e a representação da temática da literatura infantojuvenil, em sistemas de biblioteca escolar, têm o potencial de ampliar a recuperação desses textos para os usuários, os quais apresentam necessidades de leituras diversas. Por exemplo, na perspectiva de Alves (2008, 2016) e Alves e Moraes (2016), os usuários de biblioteca escolar, crianças e adolescentes, exibem necessidades informacionais de acordo com seus gostos de leitura, entre outros aspectos, pois buscam livros sobre amor, terror, amizade, aventura, bruxa, princesa, dinossauro, preconceito, tipo de narrador, espaço e tempo da narrativa etc. Além disso, os professores, também usuários da biblioteca, mostram necessidades de conhecer a literatura infantojuvenil para trabalhar com a leitura, conforme o gosto do aluno e sua proposta de ensino, por isso, procuram determinados gêneros e subgêneros discursivos e textuais, além de certas temáticas e elementos da narrativa importantes para o ensino.

A representação temática em registros bibliográficos armazenados em sistemas de informação é imprescindível para a recuperação de informações pertinentes às buscas dos usuários e referentes ao conteúdo dos documentos ou textos. Nesse sentido, a elaboração de resumos da literatura infantojuvenil é importante para a recuperação da informação.

Esse processo de elaboração de resumos se inicia com procedimentos de leitura documentária, ou leitura documental, e análise de assunto, os quais identificam aspectos estruturais, temáticos e partes relevantes do texto, com posterior seleção de elementos relevantes para representação. A leitura documentária tem como apoio o modelo de leitura documentária, que elucida aspectos estruturais, temáticos, de inferência e das partes importantes do texto para a elaboração dos resumos.

Diante do exposto, objetivou-se fundamentar o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa e avaliar esse modelo, durante sua aplicação por profissional bibliotecário. Para isso, a metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e, para coleta de dados, o protocolo verbal individual, além da aplicação de questionário. A literatura infantojuvenil em prosa escolhida para avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração do resumo foi constituída por uma fábula, pois foi o material de leitura escolhido livremente pelo bibliotecário escolar de Rede de Bibliotecas de Escolas Municipais de Ensino Fundamental I, de uma cidade do estado de São Paulo, Brasil.

No Brasil, o modelo de leitura documentária é estudado, em Ciência da Informação, como método para a identificação de assuntos e conceitos em leitura documentária, mediante indexação, entre outros aspectos. Segundo Fujita, Neves e Dal'Evedove (2017, p. 08), a leitura documentária apresenta

> [...] muitas tarefas de processamento e tratamento da informação de documentos são realizadas pela leitura para execução de procedimentos de indexação, classificação, elaboração de resumos que exigem compreensão para decisões, como por exemplo, a identificação de conceitos que representam conteúdos para futura recuperação pelo leitor da unidade de informação.

Nesse sentido, a leitura documentária permite utilizar modelos de leitura documentária, os quais auxiliam de modo estratégico na identificação da estrutura textual e temática, entre outros aspectos, durante a análise de assuntos do texto ou documento (FUJITA; RUBI, 2006). Por isso, buscou-se elucidar os elementos do modelo de leitura documentária necessários para fundamentar a elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, como também avaliar na prática esse modelo, demonstrando que está aberto a adaptações, conforme as necessidades de uma instituição.

2 Elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa: tipos e funções

De acordo com Moreiro González (2004, p. 223, tradução nossa), "[...] falamos de resumo como a operação que explica de maneira abreviada e precisa a informação substancial do conteúdo do documento. Para isso, utiliza-se a linguagem natural". Nesse sentido, Lara (1993) salienta que o resumo é constituído por condensação intensiva do texto original, apresentando semelhança com o texto de origem. Contudo, o resumo da literatura infantojuvenil goza de certa autonomia em relação ao texto original, pois não é exposto na forma narrativa, e sim descritiva, explicativa, informativa e indicativa, apresentando características de seu conteúdo ou temática.

Vale destacar, conforme Pinto (2001, p. 160, tradução nossa), que "[...] o resumo é um texto breve, representativo, autônomo, intencional,

não unívoco e com vocação de sinônimo"; ademais, apresenta autonomia e independência documentária do texto original, porque o mesmo texto pode ser usado para elaboração de diferentes tipos de resumos.

Enfatiza Moreiro González (2004, p. 223-224, tradução nossa):

> O resumo retextualiza uma mensagem: trata do mesmo, com a mesma organização que estruturava o documento complexo. É um texto que reproduz outro texto, mas com um determinado nível de significação. Logicamente, muita informação se perde. Contudo, salvamos o que é verdadeiramente central.

O processo de resumir, segundo Pinto (2001), consiste em um processo de redução sofisticado, realizado por meio da cognição e de construção de texto reduzido. Dessa forma, obtém-se um novo documento que representa o original, com a informação substancial, porém, diferente no modo de expressão, estrutura e extensão. Contudo, o texto do resumo apresenta uma organização superficial para representação do texto original (PINTO, 2001). Ainda, na opinião da autora, existem dois tipos de sintetização do documento: uma denominada redução, que ocorre em âmbito cognitivo e metacognitivo, e outra, de síntese e representação, a qual acontece na manifestação discursiva, durante a elaboração dos resumos, mas que também utiliza o apoio da cognição e metacognição (PINTO, 2001).

A finalidade ou função mais relevante do resumo, conforme Lancaster (2004), consiste em facilitar a seleção do texto ou documento, contribuindo para o leitor decidir a escolha sobre o item, ou seja, se o item corresponde ao interesse e necessidade de leitura dos usuários. Nesse contexto, de acordo com Pinto Molina (1993), o resumo deve ser dirigido para um destinatário, por isso, é importante conhecer o público a que o resumo se destina, assim, pode-se adequar sua elaboração. Para Moreiro González (2004), as características fundamentais de alguns tipos de resumos ocorrem segundo a densidade informativa.

Entre os tipos de resumos, destaca-se neste estudo o resumo informativo em texto discursivo, que pode ser organizado em macroestrutura global (tema principal), seguida das macroestruturas parciais (aspectos semânticos de cada parte do texto), também de acordo com a organização

da superestrutura e sob a forma informativa e descritiva (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004), contendo entre 100 a 300 palavras (PINTO, 2001).

O resumo, em geral, é um meio importante de representação para fins de recuperação da informação em bibliotecas, pois apresenta a descrição do conteúdo informacional, portanto, também é um meio para o usuário conhecer e selecionar a leitura, conforme seu desejo ou sua necessidade. Quanto ao resumo da literatura infantojuvenil e de literaturas ficcionais, em geral, García Marco e García Marco (1997) ressaltam que este tem a finalidade de incentivar a leitura, informar o conteúdo, oferecer uma crítica em função do conhecimento de determinada disciplina, quando for o caso, e difundir o texto por meio do mercado editorial.

Outros aspectos fundamentais para o resumo da literatura de ficção, de acordo com García Marco e García Marco (1997, p. 82-83, tradução nossa), são os objetivos de:

1. Conseguir a síntese mais informativa possível;
2. Representar fielmente o documento original;
3. Condensar ao máximo a informação;
4. Construir um texto unitário com unidades gramaticais corretas;
5. Adequação às necessidades dos usuários;
6. Redação precisa e exata, com clareza e atrativa.

Além disso, os mesmos autores apontam a necessidade de esse tipo de resumo conter, na representação do texto, alguns aspectos, como assunto ou tema; tempo e espaço da história; classificação geral e de subgêneros narrativos; trama; posição do narrador no texto; entre outros (GARCÍA MARCO; GARCÍA MARCO, 1997).

3 Modelo de leitura documentária em indexação como subsídio para o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos

Gardin (1981)[40] citado por Silva e Fujita (2004, p. 136), formalmente conceitua a Análise Documental, ou Análise Documentária,

[40] GARDIN, J.-C. *La logique du plausible*: essais d´épistemologie pratique. Paris: Maison des Sciences de l´Homme, 1981.

como "[...] um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação". Em meio a esses procedimentos, inserem-se as operações de indexação e os resumos.

A primeira "[...] surgiu a partir da elaboração de índices e atualmente está mais vinculada ao conceito de análise de assunto." (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136). A indexação apresenta os processos de análise de assunto para identificação de conceitos, seleção e tradução para representação, e tem por objetivo a recuperação do conteúdo do documento. A segunda operação, a de elaboração de resumos, segundo Pinto Molina (1993), veio para auxiliar na recuperação da informação, sendo que o resumo se difundiu na cultura ocidental, quando inserido em revistas científicas, também em publicações específicas de resumos de textos científicos (PINTO MOLINA, 1993).

O resumo, de acordo com Guimarães, Moraes e Guarido (2007) e Moreiro González (2004), é um produto documentário resultante do processo de síntese e condensação, com a função de representar o documento original, para fins de recuperação temática, conforme seus tipos e diferentes densidades informativas.

Além disso, os resumos servem para representação de artigos científicos, contribuindo para a localização e recuperação da informação desejada e escolha da leitura do documento, como ainda para recuperação da informação de documentos diversos, em bases de dados na *web* e sistemas ou bases de registros bibliográficos em bibliotecas.

Em suma, as etapas de elaboração dos resumos são: **leitura e análise do documento** ou texto para compreensão de seus significados; **identificação do tema e estrutura do texto**; **síntese ou condensação para representação**, com base nas informações selecionadas das partes do texto, em razão das necessidades dos usuários e tipo de resumo a ser elaborado (PINTO, 2001; KOBASHI, 1997).

Observam-se semelhanças nos processos de indexação e elaboração de resumos, pois ambos priorizam a redução ou síntese do conteúdo de um documento ou texto. Contudo, as representações documentárias são diferentes. Ademais, alguns aspectos do processo de leitura documentária diferem, principalmente porque cada uma depende da finalidade de representação. A indexação almeja a representação de conceitos e termos,

por isso, tem redução do texto em maior grau, enquanto o resumo, por sua vez, visa à representação de partes do texto, em linguagem natural, de modo conciso.

Nesse contexto, o modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos se insere na etapa de análise e leitura documentária do documento ou texto, a fim de auxiliar o indexador na identificação de assuntos e conceitos. Segundo Fujita e Rubi (2006), o modelo de leitura documentária resulta do uso de "[...] estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos". Em acréscimo, o modelo de leitura documentária tem como procedimentos principais: "I. Exploração do conhecimento da estrutura textual; II. Identificação de conceitos; e III. Seleção de conceitos". (FUJITA; RUBI, 2006). Isso, considerando os aspectos de superestrutura e macroestruturas textuais, bem como as partes importantes para identificação de temas; o modo de identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto; a seleção de conceitos para tradução e composição da representação, com auxílio de linguagem de indexação.

Nesse sentido, os questionamentos constituem recurso estratégico de inferência ao texto, para a compreensão e identificação de conceitos e temas, levando-se em conta igualmente as partes estruturais do texto (FUJITA; RUBI, 2006). Vale destacar que a leitura documentária se dá por meio de ações cognitivas conscientes e inconscientes, as quais identificam a estrutura textual, as partes importantes do texto e seus aspectos temáticos e conceitos (FUJITA, 2003).

A leitura com o uso de estratégias metacognitivas direciona a compreensão do texto, portanto, direciona a cognição, gerenciando-a com a metacognição, diante dos conhecimentos sobre estruturas textuais e conhecimentos prévios (FUJITA, 1999; NEVES, 2011). Assim, a leitura é direcionada, "[...] mantendo em mente o seu objetivo de representar o texto para futura recuperação, considerando as limitações da tarefa de indexação e os objetivos do sistema de informação no qual se insere" (FUJITA, 1999, p. 109-110), sendo que, no caso deste estudo, esses aspectos se aplicaram aos resumos.

Fujita e Rubi (2006) indicam que a identificação do tema para indexação do texto científico está relacionada com o objetivo desse texto, além de ser feita por meio de modelo de leitura documentária,

com base em questionamentos, segundo as categorias temáticas: "[...] o quê? (categoria essencial); quando?, onde?, como? (categorias acessórias), que podemos denominar de estratégia de inferência e considerá-la como elemento fundamental dos modelos de leitura para indexação". Por isso, compreende-se que são categorias importantes para inferência da temática de textos, assim como para fins de representação em resumos.

As categorias voltadas ao texto narrativo ficcional infantojuvenil em prosa apresentam as seguintes relações, conforme Alves (2016, p. 145):

> a) O quê? (categoria essencial): tema principal de estrutura profunda do Percurso Gerativo de Sentido, portanto, relacionado com a ação e transformação de estado inicial para o final (fases de manipulação e sanção de nível narrativo);
>
> b) Quem?: quem exerce a ação para ocorrer a transformação, geralmente o manipulado, considerando também a influência do manipulador;
>
> c) Quando?: aspectos relacionados ao tempo da narrativa ficcional;
>
> d) Onde?: aspectos relacionados aos locais da narrativa ficcional;
>
> e) Como?: modo que contribui para a transformação de estado (competência); ou como ocorreu a transformação de estado (performance).

A categoria "quem?", a qual não é considerada para o texto científico, é importante nesta pesquisa, por ter relação com os personagens da literatura infantojuvenil (ALVES, 2016; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006).

Verificou-se que esses elementos, advindos do modelo de leitura documentária para indexação, são importantes para compor o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, pois contemplam aspectos estratégicos de exploração da estrutura textual e de abordagem sistemática para identificação da temática. Com efeito, as partes e a estrutura do texto da literatura infantojuvenil e a temática, essencial para recuperação da informação, serão informadas e descritas no resumo em linguagem natural, segundo as orientações do modelo de leitura documentária para resumos.

Diante disso, os aspectos importantes para compor o modelo de leitura documentária para resumos de textos narrativos ficcionais

infantojuvenis em prosa estão especificados na proposta de modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa.

4 Proposta de modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa

O modelo de leitura documentária pode contribuir com a leitura documentária voltada para a elaboração de resumos e, consequentemente, para a representação sucinta da temática da literatura infantojuvenil em prosa. Por isso, foi elaborado o "Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil", utilizado como base para esclarecer a leitura documentária e, posteriormente, elucidar os elementos necessários para a elaboração de resumos, os quais consistem, de modo geral, em: **elementos do texto** para nortear as estratégias metacognitivas de exploração das partes relevantes do texto; **estratégia de inferência** diante de questionamentos que permitem a identificação de temática; **seleção das partes temáticas importantes**, considerando também o que é essencial para a recuperação da informação pelo usuário de biblioteca escolar (criança, adolescente e professor); **representação em linguagem natural**, explicativa ou informativa e descritiva, conforme o tipo de resumo.

Portanto, o manual, que consta a seguir, foi usado para demonstrar a proposta de modelo de leitura com fins de elaboração de resumo de literatura infantojuvenil em prosa, também para ser avaliado por meio de coleta de dados com metodologia de protocolo verbal individual e posterior questionário.

4.1 Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil

Os resumos são elaborados de modo condensado, em linguagem natural, descritiva e informativa, a partir de procedimentos de leitura documentária, os quais identificam aspectos estruturais, temáticos e característicos da literatura infantojuvenil, para fins de elaboração e representação do conteúdo em resumos em sistemas e/ou catálogos, que potencialmente permitem a recuperação da informação desejada pelos

usuários, crianças, pais ou responsáveis e professores. Os usuários e o bibliotecário podem utilizar esse meio de recuperação para encontrar e refletir sobre a escolha da leitura da literatura infantojuvenil.

A leitura documentária comporta procedimentos de leitura para análise de assunto, identificação e seleção de conceitos ou temas, além da condensação e representação de aspectos do texto, no caso do resumo. **O uso do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos visa a guiar o resumidor para a observação de aspectos importantes do texto, os quais podem compor a representação em resumos. Portanto, os aspectos de estrutura e temática do texto a serem observados na literatura infantojuvenil embasam a leitura documentária; ademais, os procedimentos de seleção do conteúdo, segundo as necessidades de informação dos usuários, complementam os aspectos para a elaboração de resumos.** O restante do manual orienta ainda a representação em resumos.

As instruções para o modelo de leitura documentária têm como base os estudos de Fujita e Rubi (2006) e Fujita (2009), que reuniram as estratégias de conhecimento de estruturas textuais e de inferência ao texto para o modelo de leitura documentária de textos científicos, assim como os estudos de Alves (2008, 2016), os quais apresentam as estruturas textuais e aspectos importantes para indexação e representação em resumos da literatura infantojuvenil. Diante disso, as instruções mais detalhadas de leitura documentária e modelo de leitura documentária estão explicitadas a seguir.

4.1.1 Instruções de leitura documentária para a literatura infantojuvenil

4.1.1.1 Conhecimento e exploração da estrutura textual

a) Estrutura textual da Linguística Textual de Van Dijk

O texto pode ser entendido segundo as estruturas que demonstram sua organização, que são, de acordo com Alves (2008, 2016), com base em Van Dijk (1996, 2000, 2004):

i) Superestrutura: estrutura global em que o conteúdo semântico do texto se adapta, independentemente do tema do texto, mas contribui para expressar o significado; também é o gênero, que forma um padrão para determinar o tipo de texto. Por exemplo: texto de notícia de jornal (fatos: o quê, quem, como, quando e onde), crônica de jornal (o quê e opinião crítica, entre outros aspectos), literatura juvenil (texto em narrativa longa e em prosa, sem imagens ou com poucas imagens que são, em geral, em preto; apresenta ações/eventos, espaço e tempo, entre outros aspectos), literatura infantil (texto narrativo mais curto e em prosa, várias ilustrações coloridas; apresenta ações/eventos, espaço e tempo, entre outros aspectos, por exemplo, a moral da história no final);

ii) Macroestruturas parciais: estrutura semântica local em microestrutura e proveniente do entendimento de partes do texto (semântica ou entendimento das partes do texto);

iii) Macroestrutura global: estrutura semântica com o conteúdo global ou semântica global do texto, percebida por categorias e esquemas que armazenamos na memória, os quais formam o significado global do texto (tema principal e geral, que engloba todos os outros);

iv) Microestrutura: palavras organizadas e proposições básicas do texto, que se projetam em nossos sentidos para a compreensão da estrutura e sentido do texto.

b) Estrutura textual da Análise do Discurso com Percurso Gerativo de Sentido

O texto pode ser concebido conforme as estruturas de textos narrativos ficcionais, que apontam sua organização, a partir de elementos concretos e simples até os mais abstratos e complexos, evidenciando a produção de sentido, conforme os níveis explicados por Alves (2008, 2016), com base em Fiorin (2014, 2015) e Greimas (1971, 1975):

i) Estrutura ou nível profundo ou fundamental (superestrutura e macroestrutura global): termos com sentido mais abstrato e não explícito completamente no texto, são entendidos em função do julgamento do sentido do texto, são dispostos em oposição, "a *versus* b", demonstrando um jogo de forças entre eles, durante a narrativa e a transformação de estado do personagem principal. Por isso, são compostos por temas das fases da manipulação e sanção do nível narrativo a seguir. Por exemplo, "capacidade *versus* incapacidade", "bem *versus* mal", "desânimo *versus* ânimo", "diferenças *versus* semelhanças", "realidade *versus* sonho", "segredo *versus* descoberta" etc.;

ii) Nível narrativo ou estrutura canônica (superestrutura e macroestrutura parcial): partes do texto em sequência canônica, que aborda ações/eventos entre os personagens, sendo composta de:

- *Manipulação*: estado inicial da ação e/ou evento principal, em que o manipulador (geralmente o vilão) faz a persuasão ao manipulado (geralmente o herói) a fazer ou querer, poder e saber algo; mas o manipulador e manipulado podem ser a mesma pessoa em busca de algo. Exemplos: desafio, curiosidade, cumplicidade, proposta, recompensa, tentação, pedido, *bullying*, ordem, ameaça, sedução, provocação etc. Portanto, tem relação com os personagens principais, o vilão, que leva o herói a fazer algo; ou o próprio herói, que está em busca de algo;
- *Competência*: incentiva o herói a saber ou poder fazer algo (ou pode ser por meio de objeto mágico, assim como nos contos de fadas, nos quais o poder é dado ao herói a fazer algo; por exemplo, a fada madrinha, em Cinderela).
- *Performance*: várias ações subsequentes à principal, em que o manipulado (herói) busca algo e transforma seu estado inicial para o final, ou seja, o desenvolvimento das transformações de estado;
- *Sanção pragmática*: estado final do herói, o que resultou da ação e/ou evento principal, se o herói aceitou ou não a manipulação, e quais foram seus prêmios e recompensas; castigos atribuídos ao vilão; moral da história, se for o caso;
- *Sanção cognitiva*: estado final do herói, o reconhecimento de sua vitória socialmente, e se houve mudança em seus estados psicológicos ou características de personalidade, se houve reconhecimento do herói perante os outros ou para si mesmo; e confusão do vilão (fica obscuro o que houve com o vilão), por exemplo, ele foge, ou é desmoralizado; moral da história, se for o caso.

iii) Estrutura ou nível discursivo (microestrutura): compreende figuras (palavras concretas do mundo real: correr, brincar, sol, árvore, José, mamãe, família etc.) e temas (palavras com significado abstrato: amizade, amor, orgulhoso, teimoso, bom, mau, vaidoso, carinhoso, cuidadoso etc.), que são expressas por palavras, e seus respectivos encadeamentos formam percursos temáticos e percursos figurativos.

c) Estrutura textual das características da Narrativa

O texto pode ser compreendido de acordo com as características dos textos narrativos, a partir da microestrutura, segundo Alves (2008, 2016), com base em D'Onofrio (2007), Gancho (2014) e Terra (2014):

i) Personagens principais (herói e vilão) – nomes; características físicas (se forem relevantes); características psicológicas (boas e más), sendo que, no caso do herói, pode ser também uma personalidade em construção/descoberta; além de abordar as relações e ações entre eles; e ações com outros personagens, se necessário;

ii) Espaço – cenários (locais físicos: escola, casa, floresta etc.) e ambientes (aspecto psicológico, por exemplo, chique, pobre, conservador, alegre, moderno, aterrorizante, aconchegante etc.), que estiverem explícitos no texto;

iii) Tempo da história – duração da história, por exemplo, alguns anos, tempo antigo, atual (somente se estiver explícito), futuro, com data determinada, e lembranças do passado;

iv) Tempo da narrativa – cronológico (de forma linear), psicológico (tempo cronológico distorcido por vivências subjetivas) e de forma vaga, para contos de fadas, ou indeterminado;

v) Narrador – conforme características de foco narrativo com verbos em primeira pessoa (narrador personagem: protagonista que é o personagem principal da história, ou testemunha que vive a história, mas não é o personagem principal) e verbos em terceira pessoa (narrador: observador que mostra os fatos à medida que acontecem, ou onisciente que sabe e descreve tudo na narrativa, incluindo como todos os personagens se sentem).

vi) Moral da história – é bem destacada no final do texto, típica de fábulas, alguns contos e outras obras modernas, as quais apresentam lição de vida no final, que deve ser descrita junto com o tema principal, se estiverem relacionados.

4.1.1.2 Estratégia de inferência de questionamentos ao texto para identificação de conteúdo

A leitura documentária, com apoio do modelo de leitura documentária, adota estratégia de questionamento ao texto para identificação de conceitos, considerando algumas partes do texto. Conforme esquematizado no Quadro 1, a seguir, são abordadas as categorias que revelam os aspectos temáticos principais, relacionados com a literatura infantil e juvenil para elaboração de resumos:

Quadro 1 - Questionamentos principais de abordagem ao texto e relações com a estrutura e partes do texto da literatura infantil e juvenil.

Questionamentos ao texto, que revelam o conteúdo ou assunto, segundo Fujita e Rubi (2006), que se basearam em Tálamo (1987)	Estrutura, temática e características da literatura infantojuvenil, que são correspondentes aos questionamentos	Partes do texto em que se encontram as estruturas textuais e temáticas inerentes, a que podem ser direcionados os questionamentos
O quê? *(tema e categoria essencial)*	**Tema principal** identificado por meio da análise de estrutura profunda do Percurso Gerativo de Sentido, portanto, relacionado com a ação e transformação de estado inicial para o final (fases de manipulação e sanção em nível narrativo). **Moral da história**.	**CAPÍTULOS INICIAIS** (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais) **CAPÍTULOS FINAIS** (2 últimos capítulos, ou folhas finais)
Quem? *(ser)*	Quem exerce a ação de transformação, geralmente o manipulado ou herói, considerando a influência do manipulador (vilão; mas o herói pode buscar uma transformação sem influência do vilão). **Personagens principais**.	**CAPÍTULOS INICIAIS** (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
Quando? *(tempo)*	Aspectos da duração de **tempo** da narrativa ficcional.	**CAPÍTULOS INICIAIS** (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
Onde? *(lugar)*	Aspectos dos **locais** apresentados na narrativa ficcional	**CAPÍTULOS INICIAIS** (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
Como? *(modo)*	Modo que contribui para a transformação de estado inicial para o final, a **competência**; ou como ocorreu a transformação de estado, a **performance**.	**CAPÍTULOS DO MEIO** (partes do meio)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

A leitura documentária e o modelo de leitura devem seguir algumas regras de consulta ao texto, para descobrir aspectos temáticos associados com as categorias que revelam o conteúdo textual. Esse conteúdo textual deve ser identificado conforme algumas partes do texto. Para isso, recomenda-se a consulta de determinadas partes da obra, como:

a) **Leitura e análise de elementos textuais preliminares -** título, subtítulo, prólogo, dedicatória, contracapa com sinopse, orelhas do livro e sumário, identificando se abordam indicações sobre o conteúdo ou tema e tipo de gênero literário (novela, literatura infantil, conto etc.) e subgênero literário (aventura, folclore, fábula, mistério, humor, terror etc.);

b) **Leitura e análise do conteúdo da obra literária -** consulta e leitura das primeiras páginas ou dois primeiros capítulos iniciais, algumas páginas do meio da obra, com leitura rápida, e das páginas finais ou dos dois capítulos finais. No entanto, se a leitura não apresentar sentido, outros capítulos podem ser consultados para a leitura.

Essa leitura documentária tem o objetivo de identificar o conteúdo temático proveniente da literatura infantil e juvenil, todavia, nesta pesquisa, a ênfase está na elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, por isso, no Quadro 2, são apresentadas as partes da estrutura do texto e questionamentos que revelam a estrutura e o conteúdo temático:

Quadro 2 - Partes da estrutura do texto da literatura infantojuvenil e questionamentos que revelam a estrutura e o conteúdo temático

PARTES DA ESTRUTURA DO TEXTO	CONCEITOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL	QUESTIONAMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PARTES TEMÁTICAS DO TEXTO	CONTEÚDOS A QUE SE REFEREM OS QUESTIONAMENTOS (superestrutura, macroestruturas e características textuais)
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	**Tema ou assunto principal -** *O quê? (tema e categoria essencial)*	Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra? Reflexão: para ser comparado e analisado com os elementos textuais.	Elementos que podem revelar *aspectos temáticos*: título, subtítulo, prólogo, dedicatória, contracapa com sinopse, orelha do livro e sumário. Entretanto, são aspectos a serem confirmados na leitura do texto.
	Gênero Literário *(tipo de texto)*	Qual o gênero literário?	**Gênero literário:** romance, novela, conto etc. – aspecto a ser confirmado na leitura do texto.
	Subgêneros Literários *(subtipo de texto - mais específico)*	Quais os subgêneros literários?	**Subgênero literário:** aventura, folclore, mistério, humor, terror etc. – aspecto a ser confirmado na leitura do texto.

CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**Manipulação** *(Ação/evento e estado inicial)*	Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói? Reflexão: existem manipulações secundárias que podem ser verificadas para confirmação da principal, se necessário.	**Manipulação:** (primeiro aspecto do tema principal) – *estado inicial da ação e/ou evento principal*, em que o manipulador (geralmente o vilão) faz a persuasão ao manipulado (geralmente o herói) a fazer ou querer, poder e saber algo; mas o manipulador e manipulado podem ser a mesma pessoa em busca de algo. Exemplos: desafio, curiosidade, cumplicidade, proposta, recompensa, tentação, pedido, ordem, ameaça, sedução, provocação etc.
	Manipulador - *Quem? (ser)*	Quem é o manipulador?	**Personagem principal:** *vilão*, que leva o herói a fazer algo; ou o próprio *herói*, que está em busca de algo. Identificação de *nomes*, *personalidades* (boas e más) e de aspectos que caracterizam seus *tipos físicos*, se forem relevantes.
	Manipulado - *Quem? (ser)*	Quem é o manipulado?	**Personagem principal:** geralmente o *herói*. Identificação de sua *personalidade* (geralmente boa, ou em construção/descoberta); e identificação de aspectos que caracterizam seu *tipo físico*, se for relevante.
	Narrador - *Quem?*	Qual o tipo de narrador?	**Narrador:** características de foco narrativo em primeira pessoa (*narrador personagem*: *protagonista*, que é o personagem principal da história, ou *testemunha* que vive a história, mas não é o personagem principal) e terceira pessoa (*narrador observador*, que mostra os fatos à medida que acontecem, ou *narrador onisciente*, que sabe e descreve tudo na narrativa, incluindo como todos os personagens se sentem).
	Tempo da história - *Quando? (tempo)*	Quando aconteceu a história?	**Tempo da história:** descrição da duração da história, por exemplo, alguns anos, tempo antigo, atual (somente se estiver explícito), futuro, com data determinada, e com lembranças do passado.
	Tempo da narrativa - *Quando? (tempo)*	Qual o tempo da narrativa?	**Tempo da narrativa:** *cronológico* (de forma linear), *psicológico* (tempo cronológico distorcido por vivências subjetivas) e de forma vaga para contos de fadas, ou *indeterminado*.
	Espaço - *Onde? (lugar)*	Onde aconteceu a história?	**Espaço:** *cenários* (locais físicos: escola, casa, floresta etc.) e *ambientes* (aspecto psicológico, por exemplo, chique, pobre, conservador, alegre, moderno, aterrorizante, aconchegante etc.), que estiverem explícitos no texto.

CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	**Competência -** *Como? (modo)*	Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)?	**Competência:** incentiva o herói a saber ou poder fazer algo (pode ser por meio de objeto mágico).
	Performance - *Como? (modo)*	Como ocorreu a transformação de estado ou performance do personagem principal? (somente para verificar alguns aspectos do desenvolvimento da história, se necessário)	**Performance:** várias ações subsequentes da principal em que o manipulado (herói) busca algo e transforma seu estado inicial para o final (desenvolvimento das transformações de estado).
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**Sanção pragmática do manipulado (herói)** *(Ação/evento e estado final)*	Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática? Reflexão: o herói foi o próprio manipulador de si mesmo?	**Sanção pragmática:** (segundo aspecto do tema principal) – *estado final do herói*, o que resultou da ação e/ou evento principal. Se o herói aceitou ou não a manipulação e quais foram seus *prêmios e recompensas*.
	Sanção cognitiva do manipulado (herói) *(Ação/evento e estado final)*	Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva? Reflexão: o herói foi o próprio manipulador de si mesmo?	**Sanção cognitiva:** (segundo aspecto do tema principal) – *estado final do herói*, se foi reconhecido socialmente e se houve *mudança em seus estados psicológicos ou características de personalidade*. Se houve *reconhecimento do herói perante os outros ou para si mesmo*.
	Sanção pragmática do manipulador (vilão) *(Ação/evento e estado final)*	Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática?	**Sanção pragmática:** *castigos atribuídos ao vilão*.
	Sanção cognitiva do manipulador (vilão) *(Ação/evento e estado final)*	Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva?	**Sanção cognitiva:** *confusão do vilão* (fica obscuro o que houve com o vilão), por exemplo, ele foge, ou é desmoralizado.
	Elemento da narrativa que apresenta uma lição de vida no final.	Qual a moral da história? (somente se apresentado de forma explícita, no final)	**Moral da história:** é bem destacada no final do texto, típica de fábulas, alguns contos e outras obras modernas, que apresentam lição de vida no final; deve ser descrita junto com o tema principal, se estiverem relacionados.
CAPÍTULOS INICIAIS E FINAIS	**Tema ou assunto principal -** *O quê? (tema e categoria essencial)*	Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)?	**Tema principal e abstrato:** nível profundo do percurso gerativo de sentido, expresso por *termos opostos* (a *versus* b), proveniente da manipulação e sanção, segundo o estado inicial e final do sujeito principal da ação (geralmente, o manipulado e herói).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

No Quadro 3, a seguir, estão os questionamentos e partes do texto para identificação de conteúdo temático da literatura infantojuvenil, a serem utilizados pelo resumidor, bem como espaço para reflexão sobre a seleção de aspectos importantes para a elaboração de resumos:

Quadro 3 - Questionamentos ao texto da literatura infantojuvenil para identificação de conteúdo temático e seleção de aspectos importantes para a elaboração de resumos.

PARTES DA ESTRUTURA DO TEXTO	QUESTÕES QUE REVELAM O CONTEÚDO DO TEXTO	IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO EM LINGUAGEM NATURAL	SELEÇÃO DE ASPECTOS IMPORTANTES PARA ELABORAÇÃO DE RESUMOS
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	**1) Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra?**		
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	**2) Qual o gênero literário?**		
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	**3) Quais os subgêneros literários?**		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**4) Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói?** Reflexão: existem manipulações secundárias que podem ser verificadas para confirmação da principal, se necessário.		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**5) Quem é o manipulador?**		

CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**6) Quem é o manipulado?**		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**7) Qual o tipo de narrador?**		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**8) Quando aconteceu a história?**		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**9) Qual o tempo da narrativa?**		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	**10) Onde aconteceu a história?**		
CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	**11) Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)?**		
CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	**12) Como ocorreu a transformação de estado ou performance?** (somente para verificar alguns aspectos do desenvolvimento da história, se necessário)		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**13) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática?** Reflexão: o herói ou personagem principal foi o manipulador de si mesmo?		

CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**14) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva?** Reflexão: o herói ou personagem principal foi o manipulador de si mesmo?		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**15) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática?**		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**16) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva?**		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	**17) Qual a moral da história?** (somente se apresentado de forma explícita, no final) Reflexão: tem relação com o tema principal?		
CAPÍTULOS OU FOLHAS INICIAIS E FINAIS	**18) Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)?**		

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

4.1.1.3 Seleção de aspectos importantes do texto para elaboração dos resumos, de acordo com o que o texto contém e o que é importante para a recuperação da informação pelos usuários

Nesta etapa, os elementos do texto identificados em linguagem natural são selecionados devido à sua importância para condensação e representação, visando aos assuntos ou conteúdos essenciais para a recuperação da informação pelos usuários. Para isso, é imperioso rever o que foi identificado e selecionar o conteúdo relevante, considerando o que o texto contém e o que é importante para os usuários.

Os elementos selecionados podem ser indicados na quarta coluna do Quadro 3, ou efetivamente elaborados na redação do resumo, se os elementos identificados forem suficientes para a recuperação da informação pelos usuários.

4.1.2 Instruções de representação em resumos

4.1.2.1 Conhecimentos sobre as estruturas de diferentes tipos de resumos da literatura infantojuvenil, no caso, a do resumo informativo

A estrutura e a expressão, entre outras, formam as principais características textuais de cada tipo de resumo. Segundo Moreiro González (2004), o Quadro 4 demonstra essas características para os resumos informativo, informativo-indicativo (seletivo) e indicativo:

Quadro 4 - Comparação das características fundamentais entre os tipos de resumos.

Estruturas	*Expressão*	
Informativo	Mg + (Mp1 + Mp2.... + Mpn) = Mg + Sp	Explicativa
Seletivo	Mg + (Mp1 + Mp2.... + Mpn) = Mg + Sp	Indicativa
Indicativo	Mg (+ outra informação)	Indicativa

Fonte: Moreiro González (2004, p. 274, tradução nossa).

Nota: Mg (macroestrutura geral); Mp1 (macroestrutura parcial 1); Mp2 (macroestrutura parcial 2); Mpn (demais números de macroestrutura parcial); Sp (superestrutura).

Além disso, segundo o estudo de Alves (2016), as estruturas dos resumos para a literatura infantojuvenil, também empregadas para esta pesquisa, exibem a seguintes estruturas para orientar a representação do resumo da literatura infantojuvenil: **Resumo informativo em texto discursivo** (extensão entre 100 e 300 palavras. Escrito de modo explicativo ou informativo em parágrafo único). A organização do resumo está no Quadro 5.

Quadro 5 - Organização para elaboração do resumo informativo em texto discursivo.

(1) tema principal, indicando os termos em oposição, que revelam o estado inicial e final do sujeito da ação (provenientes de manipulação e sanção), informado junto com as características de **(2) quem são os personagens** e suas características (psicológicas e físicas), **espaço** (cenários e ambientes) e **tempo** (da história);
(3) manipulação, descrevendo a persuasão principal do manipulador sobre o manipulado, que o levou a querer ou dever fazer algo, identificando o que aconteceu para iniciar a ação (qual o estado inicial) e demais manipulações, quando necessário;
(4) competência de como o manipulado adquire um saber ou poder fazer algo;
(5) performance de algumas ações que o manipulado executa, no caminho da transformação de seu estado;
(6) outras informações importantes para os usuários, como tipo de **narrador** em primeira pessoa (personagem) ou em terceira pessoa (observador), **tempo da narrativa** (cronológico, psicológico e de forma vaga, ou indeterminado), e **gêneros e subgêneros literários**.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, nos Quadros 6 e 7, estão dois exemplos de elaboração de resumos, tendo em vista essa organização da superestrutura textual:

Quadro 6: Exemplo de resumo informativo em texto discursivo.

CHAINANI, S. **A escola do bem e do mal**. São Paulo: Gutemberg, 2014.
Sophie e Agatha são amigas, a primeira é uma princesa com alma de bruxa, e a segunda uma aparente bruxa com alma de princesa, juntas vivenciam a luta do bem contra o mal. Sophie é uma menina de cabelos dourados, olhos verdes e lábios vermelhos, que deseja viver um conto de fadas, apesar de aparentar bondade, valoriza somente a aparência. Também, acredita que depois de quatro anos, na décima primeira noite do décimo primeiro mês, duas crianças do povoado de Gavaldon seriam levadas a Escola do Bem e do Mal para viverem um conto de fadas. Agatha, melhor amiga de Sophie, tem cabelos negros, curtos e cobertos de óleo, pele assustadoramente branca, olhos esbugalhados e rosto mirrado, usa vestido preto, geralmente é mal-humorada, mora em uma casa no cemitério, e não acredita em contos de fadas. Mas Sophie tenta convencer que Agatha é uma bruxa e uma pessoa má, por isso, deve ir para a Escola do Mal, enquanto Sophie acredita que irá para a Escola do Bem. O Diretor da Escola manda raptar as meninas, que são levadas para a escola, mas Agatha é entregue na Escola do Bem e Sophie na do Mal. A Escola do Bem e do Mal potencializa as qualidades das garotas, de Sophie para o mal e de Agatha para o bem. Sophie passa de princesa para bruxa, e depois para princesa novamente por seu esforço, e Agatha de bruxa para princesa, e tenta voltar para casa com sua amiga. As meninas vivem seu conto de fadas, se tornam bondosas e conseguem voltar para casa. Outras características da narrativa e do texto mostram o narrador observador, tempo cronológico e de forma vaga, os gêneros literários são Literatura Juvenil e Trilogia, e subgêneros literários são História de aventura e Conto de fadas juvenil.

Fonte: Alves (2016, p. 223-224) e Chainani (2014).

As partes do resumo informativo do quadro anterior podem ser observadas no mesmo resumo, mas em texto estruturado, no quadro a seguir:

Quadro 7 - Exemplo de resumo informativo em texto estruturado.

CHAINANI, S. **A escola do bem e do mal**. São Paulo: Gutemberg, 2014.
Tema principal: Sophie e Agatha são amigas, a primeira é uma princesa com alma de bruxa, e a segunda uma aparente bruxa com alma de princesa, juntas vivenciam a luta do bem contra o mal. Sophie é uma menina de cabelos dourados, olhos verdes e lábios vermelhos, que deseja viver um conto de fadas, apesar de aparentar bondade, valoriza somente a aparência. Também, acredita que depois de quatro anos, na décima primeira noite do décimo primeiro mês duas crianças do povoado de Gavaldon seriam levadas para a Escola do Bem e do Mal para viverem um conto de fadas. Agatha, melhor amiga de Sophie, tem cabelos negros, curtos e cobertos de óleo, pele assustadoramente branca, olhos esbugalhados e rosto mirrado, usa vestido preto, geralmente é mal-humorada, mora em uma casa no cemitério, e não acredita em contos de fadas. **Manipulação:** Sophie tenta convencer que Agatha é uma bruxa e uma pessoa má, por isso, deve ir para a Escola do Mal, enquanto Sophie acredita que irá para a Escola do Bem. O Diretor da Escola manda raptar as meninas, que são levadas, mas Agatha é entregue na Escola do Bem e Sophie na do Mal. **Competência:** A Escola do Bem e do Mal potencializa as qualidades das garotas, de Sophie para o mal e de Agatha para o bem. **Performance:** Sophie passa de princesa para bruxa, e depois para princesa novamente por seu esforço, e Agatha de bruxa para princesa, e tenta voltar para casa com sua amiga. **Sanção:** as meninas vivem seu conto de fadas, se tornam bondosas e conseguem voltar para casa. **Outras características da narrativa e do texto:** narrador observador, tempo cronológico e de forma vaga, os gêneros literários são Literatura Juvenil e Trilogia, e os subgêneros literários são História de aventura e Conto de fadas juvenil.

Fonte: Alves (2016, p. 224) e Chainani (2014).

4.1.2.2 Representação condensada em texto descritivo, informativo e discursivo, em linguagem natural, a partir das informações identificadas e selecionadas, apresentando-as em resumo

O Quadro 8, a seguir, foi elaborado para contribuir com a representação em resumo informativo da literatura infantojuvenil, em linguagem natural, a ser utilizado efetivamente na elaboração do resumo. Depois, as informações e descrições do Quadro 8 podem ser reunidas para compor o resumo em parágrafo único. Assim, o resumo pode ser salvo em sistema e registro bibliográfico, para fins de recuperação dessas informações:

Quadro 8 - Organização para elaboração do resumo informativo em texto discursivo.

Resumo informativo em texto discursivo: extensão entre 100 a 300 palavras. Escrito de *modo explicativo ou informativo* em parágrafo único.	
Organização do resumo	**Elaboração de partes do resumo**
(1) tema principal, indicando os termos em oposição, que revelam o estado inicial e final do sujeito da ação (provenientes de manipulação e sanção), informado junto com as características de **(2) quem são os personagens** e suas características (psicológicas e físicas), **espaço** (cenários e ambientes) e **tempo** (da história);	
(3) manipulação, descrevendo a persuasão principal do manipulador sobre o manipulado, que o levou a querer ou dever fazer algo, identificando o que aconteceu para iniciar a ação (qual o estado inicial) e demais manipulações, quando necessário;	
(4) competência de como o manipulado adquire um saber ou poder fazer algo;	
(5) performance de algumas ações que o manipulado executa, no caminho da transformação de seu estado;	
(6) outras informações importantes para os usuários, como tipo de **narrador** em primeira pessoa (personagem) ou em terceira pessoa (observador), **tempo da narrativa** (cronológico, psicológico e de forma vaga, ou indeterminado), e **gêneros e subgêneros literários**.	

Fonte: Elaborado pela autora.

A elaboração do modelo de leitura documentária para preparação de resumos da literatura infantojuvenil considerou os aspectos de: **elementos do texto** para compor estratégias metacognitivas de exploração das partes importantes do texto; **estratégia de inferência**, abordando o texto para identificação de temática por meio de questionamentos ao texto; **seleção das partes temáticas importantes**, considerando também o que é relevante para a recuperação da informação pelo usuário de biblioteca

escolar (criança, adolescente e professor); **representação em linguagem natural**, explicativa ou informativa e descritiva, conforme o tipo de resumo.

Assim, a exploração do conhecimento de aspectos estruturais do texto, a identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto, também aspectos de seleção de conteúdo temático e representação de acordo com o tipo de resumo são os elementos fundamentais para compor o modelo de leitura documentária, na elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa.

5 Metodologia do protocolo verbal individual e questionário para coleta de dados e resultados da avaliação do modelo de leitura documentária

O protocolo verbal individual consiste em uma metodologia, denominada também de "Pensar Alto", para análise de informações do leitor, que exterioriza verbalmente seus processos mentais, durante uma tarefa de leitura e interpretação (FUJITA, 1999). Em suma, os procedimentos para a aplicação do protocolo verbal individual, para esta pesquisa, foram:

a) Procedimentos anteriores à aplicação do protocolo verbal individual:

i) *Seleção do sujeito a ser pesquisado*: o critério utilizado foi de ser um bibliotecário escolar, para avaliar o modelo de leitura documentária, que também poderia realizar a seleção do texto-base a ser resumido, de livre escolha, em sua biblioteca escolar;

ii) *Conversa informal com o sujeito*: antes da aplicação do protocolo verbal individual, a fim de mencionar os objetivos da pesquisa e sua importância, garantir que sua identidade e da instituição a que pertence serão preservadas e não divulgadas, além de combinar o dia da coleta de dados;

iii) *Apresentação e esclarecimento*: sobre o "Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil", no dia da coleta de dados;

iv) *Familiarização com a tarefa do Think Aloud* ("Pensar Alto"): apresentação dos procedimentos do protocolo verbal ao sujeito e informação de que, ao final,

também haverá avaliação do modelo de leitura documentária, por meio de questionário, no dia da coleta de dados.

b) Procedimentos durante a aplicação do protocolo verbal individual (gravação no dia da coleta de dados):

i) *Gravação do "pensar alto" durante a leitura documentária*: antes de começar a gravação, é oportuno o pesquisador lembrar o sujeito que é necessário "pensar alto", ao realizar a leitura e exteriorizar seus processos mentais;

ii) *O pesquisador orienta o sujeito a*: "pensar alto", também para mostrar o que identificou como elemento temático para elaboração do resumo, que estava escrito em quadro do manual;

iii) *O pesquisador orienta o sujeito a*: ler novamente o manual, para relembrar aspectos da estrutura textual, quando necessário.

c) Procedimentos após a aplicação do protocolo verbal:

i) *Aplicação de questionário*: para avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração de resumo.

ii) *Transcrições literais das gravações* destacando a compreensão do sujeito, como também as suas dúvidas, a identificação temática e a estrutura textual, utilizando notação específica para a transcrição.

iii) *Avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração de resumo* usando o protocolo verbal individual e o questionário respondido pelo sujeito.

O questionário de avaliação apresentou nove perguntas, entre abertas e fechadas, para verificar o entendimento das estruturas textuais, a importância do questionamento ao texto, se a leitura parcial do texto é suficiente, elementos textuais buscados pelos usuários na biblioteca escolar, dificuldades e facilidades em selecionar e representar as informações, a opinião do sujeito pesquisado sobre contar o final da história no resumo e, por fim, se, no caso da escolha de fábula, o tema principal está relacionado com a moral da história. A partir disso, os resultados foram apresentados.

5.1 Resultados da aplicação do protocolo verbal e questionário para avaliação do modelo de leitura documentária, para fins de elaboração de resumos

O "Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil" foi explicado ao sujeito pesquisado, bibliotecário escolar; posteriormente, foram mostrados os procedimentos para a coleta de dados com protocolo verbal individual e questionário. A escolha da literatura infantojuvenil foi feita livremente pelo bibliotecário, que optou pelo livro infantil "*A tartaruga e a lebre*", de Maurício de Sousa (2014). Depois, foram iniciados os procedimentos de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, com o uso do manual e acompanhado pela gravação de protocolo verbal individual, para avaliação desse procedimento.

A análise do protocolo verbal demonstrou que, no emprego do manual explicativo do modelo de leitura documentária, o sujeito pesquisado, bibliotecário escolar, adotou estratégias metacognitivas do uso do conhecimento da estrutura textual e inferências apoiadas nos questionamentos para identificação da temática.

O bibliotecário optou por fazer a leitura integral da literatura infantil, devido ao fato de o texto ser pequeno, mas acabou voltando e consultando algumas partes do texto, para comprovar informações necessárias. Em geral, houve a identificação correta da maioria dos aspectos temáticos, com apoio do modelo de leitura.

Alguns exemplos da transcrição do protocolo verbal individual que revelam a identificação da temática do texto estão no Quadro 9:

Quadro 9 - Exemplos de identificação da temática do texto pelo sujeito pesquisado.

"Qual o gênero literário?": *Gênero literário então é literatura infantil. O subgênero é fábula.* {**Manipulação:**} *a tartaruga diz a lebre que pode ser lenta, mas ainda ganha da lebre (...) e, então, a lebre a desafia a uma corrida.* **"Quem é o manipulador?":** *a lebre.* **"Quem é o manipulado?":** *a tartaruga.*

Fonte: Elaborado pela autora, com base na transcrição da resposta do sujeito pesquisado.

Notas: Elementos da notação da transcrição: (...) omissão de trecho não relevante; **Negrito**: conceitos observados pelo indexador; *Itálico*: fala do sujeito mostrando sua compreensão; {texto} comentários analíticos da pesquisadora.

A dificuldade encontrada na utilização do modelo de leitura e avaliada por meio do protocolo verbal individual foi, especificamente, o emprego da estratégia metacognitiva para usar o conhecimento de alguns aspectos da estrutura textual, do nível narrativo e profundo do Percurso Gerativo de Sentido. Isso levou à intervenção da pesquisadora, que buscou alertar o sujeito pesquisado a voltar a ler as instruções do modelo de leitura documentária, como também houve necessidade de explicar novamente esses aspectos do manual, durante a prática da leitura documentária. Pois, era a primeira vez em que o sujeito pesquisado utilizava o Percurso Gerativo de Sentido, e precisava incorporar essas informações para utilizá-las como conhecimento prévio e apoio na identificação da temática.

No Quadro 10, há alguns exemplos da transcrição que mostram a dificuldade na identificação da temática, devido ao não entendimento da estrutura textual do Percurso Gerativo de Sentido:

Quadro 10 - Exemplos das dificuldades na identificação da temática pelo sujeito pesquisado em situação de aprendizagem.

{Dúvida 1 na identificação da Performance:} *Eu acho que aqui é essa provocação que a lebre sempre faz na tartaruga, que desenvolve essa consciência, né, interior aqui de que ela pode fazer essa corrida. Não seria isso?* {**observação:** identificação de aspectos da competência, que já haviam sido identificados anteriormente, por isso a pesquisadora volta a explicar o que consiste a performance}.
{Dúvida 2 na identificação da Performance:} *A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida. É isso?* {**observação:** identificação da performance e sanção juntas, por isso a pesquisadora explica novamente a diferença dessas duas fases da narrativa}.
{Identificação da Performance:} *Ok. Então seria até (...) enquanto ela descansa e a tartaruga segue seu caminho.*

Fonte: Elaborado pela autora, com base transcrição da resposta do sujeito pesquisado.

Notas: Elementos da notação da transcrição: (...) omissão de trecho não relevante; *Itálico*: fala do sujeito mostrando sua compreensão; {texto} comentários analíticos da pesquisadora.

As informações temáticas identificadas no livro *A tartaruga e a lebre*, de Maurício de Sousa (s.d.), e transcritas para o Quadro 3 do “Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de

resumos da literatura infantojuvenil", respondendo às 18 questões, estão no Quadro 11:

Quadro 11 - Informações temáticas identificadas da literatura infantojuvenil pelo sujeito pesquisado

1) Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra? Em branco – não havia elementos preliminares.
2) Qual o gênero literário? Literatura infantil.
3) Quais os subgêneros literários? Fábula.
4) Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói? A tartaruga diz à lebre que pode ser lenta, mas ainda ganha da lebre e, então, a lebre a desafia a uma corrida.
5) Quem é o manipulador? A lebre.
6) Quem é o manipulado? A tartaruga.
7) Qual o tipo de narrador? Narrador observador.
8) Quando aconteceu a história? Alguns dias.
9) Qual o tempo da narrativa? Cronológico.
10) Onde aconteceu a história? Floresta.
11) Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)? Por causa das provocações da lebre, a tartaruga se faz ciente de que é capaz de correr.
12) Como ocorreu a transformação de estado ou performance? A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente. enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida.
13) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática? A tartaruga aceita a manipulação e. por isso. ganha a corrida.
14) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva? A tartaruga ganha o reconhecimento de todos os animais e de que é capaz de ganhar.
15) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática? Não ganha a corrida.
16) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva? A lebre recebe a lição de que não deve ser rápida, e sim persistir.
17) Qual a moral da história? Você alcança seus objetivos quando se esforça, não quando é mais rápido.
18) Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)? A capacidade de alcançar objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme resposta do sujeito pesquisado.

Vale destacar que os termos em oposição podem ser inferidos, ou até mesmo um deles ser estabelecido diante de uma pressuposição, no entanto, a escolha do tema de nível profundo dependeu da ênfase dada no texto, ou seja, optou-se pela identificação de apenas um dos termos para fins de representação e conforme a perspectiva principal na qual a narrativa se desenvolveu.

Depois disso, o bibliotecário optou por selecionar a maioria das informações identificadas na terceira coluna do Quadro 3, sem empregar a coluna 4, passando e reescrevendo, quando necessário, o texto direto para o Quadro 8 do manual, que apresenta a estruturação do texto do resumo. O sujeito pesquisado optou por elaborar somente um tipo de resumo, portanto, os resumos informativo-indicativo (seletivo) e indicativo não foram elaborados. Assim, as informações selecionadas e representadas pelo sujeito pesquisado sobre o livro *A tartaruga e a lebre*, de Maurício de Sousa (2014) resultaram na elaboração do seguinte resumo informativo, em texto discursivo, com 123 palavras, segundo se verifica no Quadro 12:

Quadro 12 - Elaboração de resumo pelo sujeito pesquisado, bibliotecário escolar.

SOUZA, M. de. **A tartaruga e a lebre**. São Paulo: Girassol, 2014. (Coleção Fábulas Ilustradas).
A lebre e a tartaruga, que vivem em uma floresta, mostram a maneira certa de lutar para alcançar seus objetivos. A tartaruga diz à lebre que pode ser lenta, mas que pode ganhar dela em uma corrida, e então a desafia. Por causa das provocações da lebre, a tartaruga se faz ciente de que é capaz de correr. A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente, enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida. A tartaruga ganha a corrida e todos os animais reconhecem sua capacidade, enquanto a lebre perde e aprende que deve persistir, para alcançar seus objetivos. Outras informações são o narrador observador, tempo cronológico, literatura infantil e fábula.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme resposta do sujeito pesquisado.

O questionário com perguntas abertas e fechadas também contribuiu para a avaliação do modelo de leitura documentária proposto, confirmando que, entre as teorias das estruturas textuais, a mais complicada para o entendimento e aplicação foi a do Percurso Gerativo de Sentido,

por ser uma novidade para o sujeito pesquisado. As demais constatações verificadas por meio do questionário estão a seguir.

Na opinião do sujeito pesquisado, os 18 questionamentos para inferência ao texto e identificação de conteúdo temático contemplaram todos os elementos que precisam ser representados, para recuperação da informação da literatura infantil. Outro aspecto é que a leitura parcial do texto, segundo o sujeito pesquisado, não colabora para a identificação de elementos temáticos.

Os elementos textuais da literatura infantojuvenil buscados na biblioteca escolar pelos usuários são: Tema principal (do que trata o texto); Características dos personagens principais (bruxos, fadas, dinossauros, amigos de escola, bom, mau etc.); Gênero e subgênero literário ou discursivo. Outros não considerados foram: Ações entre personagens, demonstrando o desenvolvimento da história (manipulação, competência, performance e sanção); Espaço; Tempo da história e da narrativa; Tipo de narrador; e Moral da história. Apesar disso, o sujeito pesquisado afirma, em resposta a uma outra questão, sobre spoiler, que seus usuários, professores e crianças, gostariam de saber sobre toda a história.

Entre as dificuldades e facilidades em selecionar as informações relevantes para compor o resumo, o sujeito pesquisado destaca: "O modelo de leitura facilita muito a retirada das informações da obra". Entre as dificuldades e facilidades em representar as informações em forma de resumo, o sujeito relata: "A maior dificuldade em representar as informações em forma de resumo é o ato de resumir", no sentido da representação.

Na pergunta "Considerando que contar o final da história caracteriza um spoiler, quais as vantagens e desvantagens em representar, no resumo, as sanções com o final da história? Em sua opinião, contar o final da história afasta o leitor da leitura?", o sujeito pesquisado reflete, referindo-se ao seu caso: "Não afasta o leitor da leitura, acredito que ajuda no interesse, porque o professor gostaria de saber a história, assim como as crianças".

E, por fim, o sujeito pesquisado optou por usar uma fábula. Por isso, respondeu à última pergunta do questionário, que averiguou se, no caso da fábula, o tema principal estaria relacionado com a moral da história, assim o sujeito afirmou: "Nesse caso, sim".

Observou-se que o sujeito pesquisado não utilizou todos os elementos do manual do modelo de leitura, como a leitura parcial do texto em todos os momentos e a seleção de aspectos importantes antes da representação do texto em resumo, que são recursos do manual idealizados para facilitar a identificação, seleção e representação. Todavia, foram identificados e representados aspectos importantes para recuperação da informação pelos usuários. Além disso, o manual foi avaliado por um profissional bibliotecário e poderá ser avaliado também segundo outras realidades, dependendo do resumidor, da instituição, tipo de resumo e sua densidade informativa, tipo de literatura infantojuvenil e usuários.

6 Considerações Finais

As observações de aspectos dos estudos de Alves (2016) e Fujita e Rubi (2006), entre outros, permitiram o desenvolvimento do modelo de leitura documentária para elaboração de resumos do texto narrativo ficcional infantojuvenil em prosa. Esse modelo de leitura documentária foi elaborado a partir de idealização de estratégias de leitura documentária para o resumidor, as quais consistiram em: uso de conhecimentos de aspectos estruturais relevantes do texto; a utilização de leitura de algumas partes do texto, como as iniciais, finais e algumas partes do meio; a identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto; a seleção e condensação de elementos temáticos para representação, de acordo com o tipo de resumo e aspectos que colaboraram para suprir as necessidades de informação de usuários de bibliotecas escolares; além de conhecimentos prévios sobre gêneros e subgêneros textuais.

A contribuição da recuperação da informação para a leitura de texto ficcional em meio escolar é muito importante. A leitura de ficção, segundo Silva e Couto (2013), promove o desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita, das competências discursivas e de comunicação, além de elementos diversos do conhecimento articulados pela literatura. Mas, para isso, é necessária a sua promoção de modo consciente, apoiada em representação e recuperação eficientes, para cooperar com a leitura em meio escolar. A biblioteca escolar é um recurso facilitador dos processos de ensino e aprendizagem e práticas de leitura, por isso, deve estar comprometida com a promoção de leituras diversas (CAMPELLO, 2002; ROCA, 2012).

O bibliotecário deve proporcionar a ligação entre os recursos da biblioteca e os demais segmentos escolares, conhecendo bem o acervo, para disseminação, considerando o público leitor, entre outros aspectos (AGUIAR, 2006). Em vista disso, o resumo pode contribuir com a disseminação de leitura, pois tem o potencial de auxiliar na recuperação da informação necessária ao leitor ou usuário.

Espera-se que o modelo de leitura documentária apresentado possa ser usado de modo flexível, de acordo com a realidade de cada resumidor, tipo de literatura infantojuvenil, resumo, biblioteca escolar e usuários, portanto, que possa ser empregado conforme cada necessidade.

Referências

AGUIAR, V. T. de. O caminho dos livros: da biblioteca à comunidade. *In*: AGUIAR, V. T. de; MARTHA, A. Á. P. (org.). *Territórios da leitura*: da literatura aos leitores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 255-267.

ALVES, R. C. V. *Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis*: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2008.

ALVES, R. C. V. *Aboutness em Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis*: perspectivas para o aprimoramento da representação de conteúdo. 2016. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2016.

ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E. *Aboutness* em Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis. *Informação & Sociedade*: Estudos, João Pessoa, v. 26, n.3, p. 07-20, set./dez. 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29262/16871. Acesso em: 03 jul. 2018.

CAMPELLO, B. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. *In*: CAMPELLO, B. *et al*. (org.). *A biblioteca escolar*: temas para uma prática pedagógica. São Paulo: Autêntica, 2002. p. 17-19.

CHAINANI, S. *A escola do bem e do mal.* São Paulo: Gutemberg, 2014.

D'ONOFRIO, S. *Forma e sentido do texto literário.* São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso.* 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido:* estudos discursivos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_78c2ce7393_0012667.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

FUJITA, M. S. L. Abordaje cognitivo de la lectura documentaria en la formación inicial del indizador: uso del protocolo verbal en la investigación de estrategias de enseñanza. *Scire*, Zaragoza, v. 15, n. 2, p. 25-38, jul./dic. 2009. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3133069. Acesso em: 09 nov. 2018.

FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. O documento e suas leituras. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária:* estudos avançados para a indexação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 07-13. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores**.** *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003842/15bded1239c7c11cc48ee76fd8eda4e7. Acesso em: 03 jul. 2018.

GANCHO, C. V. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2014.

GARCÍA MARCO, L. F.; GARCÍA MARCO, F. J. El resumen de documentos literarios

narrativos: algunas propuestas metodológicas. *In*: ORG. DEL CONOC. EN SIST. DE INF. Y DOC., 2., 1995, Getafe. *Actas del II ISKO-España*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. 1997. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595071. Acesso em: 01nov. 2018.

GREIMAS, A. J. *Semántica estructural*: investigación metodológica. Madrid: Gredos, 1971.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido*: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. de; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *Ibersid*, Zaragoza, v. 1, 2007, p. 93-100. Disponível em: http://www.ibersid.eu/ojs/index. php /ibersid/article/view/3267/3028. Acesso em: 03 jul. 2018.

KOBASHI, N. Y. Resumos documentários: uma proposta metodológica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 201-210, jul./dez. 1997. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_e24771249c_0008819.pdf. Acesso em: 22 nov. 2014.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, M. L. G. de. *A representação documentária*: em jogo a significação. 1993. Dissertação (Mestrado) – Ciência da Informação. Escola de Comunicações e Artes (USP), São Paulo, 1993.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. *El contenido de los documentos textuales*: su análisis y representación mediante el lenguaje natural. Gijón: Trea, 2004.

NEVES, D. A. de B. *Metacognição, informação e conhecimento*: pensando em como pensar. Recife: Nectar, 2011.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental*: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: Eudema, 1993.

PINTO, M. *El resumen documental*: paradigmas, modelos y métodos. Ed. corr. atual. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

ROCA, G. D. *Biblioteca escolar hoje*: recurso estratégico para a escola. Santana: Penso, 2012.

SILVA, M.; COUTO, R. Literatura: como se lê, como se ensina... (os mediadores de leitura e a promoção da leitura literária). *In*: LAURITI, T.; CHRISTAL, W. (org.). *Literatura infantil e juvenil:* abordagens múltiplas. Jundiaí: Paco, 2013. p. 11-20.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *TransInformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SOUZA, M. de. *A tartaruga e a lebre.* São Paulo: Girassol, 2014. (Coleção Fábulas Ilustradas).

TERRA, E. *Leitura do texto literário.* São Paulo: Contexto, 2014.

VAN DIJK, T. A. *Estructuras y funciones del discurso.* 10. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1996. Disponível em: http://www.discursos.org/oldbooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20Las%20Estructuras%20y%20Funciones%20del%20Discurso.pdf. Acesso em: 28 out. 2018.

VAN DIJK, T. A. El estudio del discurso. *In*: VAN DIJK, T. A. (Comp*.). El discurso como estructura y proceso:* estudios sobre el discurso I: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 21-65.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.

ZILBERMAN, R. Sim, a literatura educa. *In*: ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. da. (org.). *Literatura e pedagogia:* ponto e contraponto. São Paulo: Global, 2008. p. 17-24.

15

Modelo de leitura técnica para a análise de assunto de acórdãos dos tribunais de contas

Ana Carolina FERREIRA

Benildes Coura Moreira dos Santos MACULAN

Resumo: Apresenta um modelo de leitura técnica para a análise de assunto de acórdãos produzidos pelos tribunais de contas, cujas bases teórico-metodológicas fundamentaram-se na estrutura temática do documento, no emprego de estratégias de leitura cognitivas e metacognitivas para a construção do sentido do texto, nas diretrizes da NBR 12672/1992 (ABNT, 1992) para a identificação de conceitos por meio de questionamentos e nas categorias temáticas específicas da área jurídica. Esse modelo é resultado da pesquisa de mestrado de Ferreira (2017), desenvolvida no contexto de um estudo de caso em uma instituição de fiscalização e controle dos recursos públicos, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Os benefícios gerados pela pesquisa foram o estabelecimento de procedimentos sistematizados para objetivar a análise de assunto do acórdão e a potencialidade de generalização do modelo, com as devidas adaptações, para o contexto de outros tribunais de contas, haja vista que a estrutura do acórdão é estabelecida por uma lei de abrangência nacional.

Palavras-Chave: Análise de assunto. Modelo de leitura técnica. Acórdão. Tribunal de Contas.

Abstract: The technical reading model for the analysis of ruling documents issued by the court of audit is addressed. This model is based on the thematic structure of the document, use of cognitive reading strategies, the NBR (Brazilian norms) guidelines No 12672/1992 (ABNT, 1992) for the identification of concepts based on questions, and the specific thematic categories used in the legal field. This model is based on the results of a case study, developed in Ferreira's master's degree research (2017), conducted at the Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) (Court of Audit of the state of Minas Gerais), an institution that audits and controls public resources. The benefits of the research were the establishment of systematized procedures to objectify the subject analysis of rulings and the potential for generalization of the model, provided that appropriate adaptations are made to suit other courts of audit, given that the structure of rulings is established by a national law.

Keywords: Subject analysis. Technical reading model. Rulings. Court of Audit.

1 Introdução

Este capítulo apresenta um modelo de leitura técnica[41] para a análise de assunto de acórdãos produzidos pelos tribunais de contas. A motivação para a construção desse modelo surgiu da constatação da subjetividade da análise de assunto para a indexação e da carência de metodologias nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI) para objetivá-la e sistematizá-la (FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; KOBASHI, 1994; LIMA; MACULAN, 2014; SILVA, 2008)[42].

No contexto da informação jurídica, essa lacuna metodológica é mais evidente, haja vista a estrutura diferenciada dos documentos jurídicos e a alta especificidade requerida para a sua representação temática. A documentação jurídica, a exemplo das leis e dos acórdãos, demanda, assim, uma indexação pormenorizada do seu conteúdo.

Desse modo, este capítulo explora os fundamentos teórico-metodológicos que embasaram a construção do modelo de leitura para acórdãos. Também faz a aplicação e a validação desse modelo em uma prestação de contas de instituto de previdência municipal, julgada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), que é o ambiente do estudo de caso.

[41] A leitura técnica também é denominada de leitura documentária.

[42] O modelo de leitura técnica para acórdãos apresentado neste capítulo é resultado da pesquisa de mestrado de Ferreira (2017).

O modelo de leitura destina-se, especialmente, a auxiliar o bibliotecário que atua no contexto da indexação da jurisprudência nos tribunais de contas, e que necessita de aprofundamentos teórico-conceituais para a exploração da estrutura temática do acórdão, identificação e seleção dos assuntos pertinentes à representação temática. É importante destacar, ainda, que a utilização do modelo de leitura pressupõe o conhecimento do domínio do controle externo, ainda que o bibliotecário não seja especialista nessa área.

2 Fundamentos teórico-metodológicos

Os fundamentos teóricos que embasaram a construção do modelo de leitura foram oriundos da Biblioteconomia, da CI e do campo jurídico. Das áreas da Biblioteconomia e da CI buscaram-se os aportes referentes à análise de assunto, processo que objetiva proporcionar acesso ao conteúdo dos documentos. A análise de assunto integra a primeira etapa da indexação, sendo o momento no qual a leitura está presente para a identificação e a seleção de conceitos para a representação. Esse processo é, essencialmente, subjetivo (NAVES, 2000; NEVES, 2012) e, por isso, são necessários procedimentos sistematizados para objetivar a atividade.

De acordo com a primeira norma internacional sobre o tema, a análise de assunto compreende três fases: 1) compreensão do documento como um todo; 2) identificação de conceitos e 3) seleção dos conceitos válidos para a recuperação (UNISIST, 1981). Esse processo de análise ocorre durante a leitura do documento, e envolve o uso de estratégias cognitivas e metacognitivas (KATO, 2007; KLEIMAN, 1992) para a compreensão textual. Por sua vez, a norma brasileira NBR 12676/1992 define critérios para a prática normalizada da análise de assunto e destaca a relevância da adoção de questionamentos na identificação de conceitos enquanto o indexador faz a leitura das partes do texto. A norma apresenta alguns exemplos de questionamentos, mas sugere que sejam elaborados questionamentos específicos para as diferentes áreas especializadas. As pesquisas de Kobashi (1994), Fujita e Rubi (2006) e Maculan (2011) corroboram essa concepção, e sugerem, ainda, o uso de questionamentos aliado a categorias temáticas condizentes com as áreas de assunto que se deseja representar.

A adoção de estratégias de leitura técnica também está presente nas investigações da CI (CINTRA, 1987; FAGUNDES, 2001; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Nessa perspectiva, Kleiman (1992, p. 10) afirma que além de envolver processos cognitivos, "a leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados". Assim, as estratégias de leitura são divididas em cognitivas e metacognitivas, a partir da concepção de que a construção do conhecimento ocorre em duas fases: uma em que há a aquisição automática e inconsciente desse conhecimento; e outra de maior controle consciente das ações cognitivas (KATO, 2007). As estratégias cognitivas constituem "um processo inferencial de natureza inconsciente [...], que rege os comportamentos automáticos e inconscientes do leitor" (KLEIMAN, 1992, p. 50). Essas estratégias de leitura envolvem conhecimentos inconscientes e automáticos do leitor, como o conhecimento de tipos e estruturas textuais, da estrutura da língua e dos conhecimentos prévios do leitor (KATO, 2007). Por outro lado, as estratégias metacognitivas envolvem o monitoramento da compreensão e a determinação de um objetivo claro para a leitura, na fase de compreensão que demanda um controle consciente e planejado das habilidades cognitivas (KLEIMAN, 1992). Para o desenvolvimento das estratégias metacognitivas, dois elementos básicos são necessários: a definição de um objetivo explícito para a leitura e o monitoramento da compreensão para atingir esse objetivo. Assim, a definição de um objetivo prévio para a leitura permite ao leitor monitorar sua compreensão, tendo em vista o alcance desse objetivo (KATO, 2007). Os dois tipos de estratégias, no entanto, são igualmente importantes e, combinadas, permitem a construção do entendimento do texto (CINTRA, 1987; KATO, 2007; KLEIMAN, 1992).

A estrutura textual é outro elemento que subsidia a análise de assunto (CINTRA, 1987; FAGUNDES, 2001; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; GUIMARÃES, 1994; KOBASHI, 1994; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Essas investigações têm origem na concepção de macroestrutura textual desenvolvida por Van Dijk e Kintsch (1983) e Van Dijk (1988), para os quais a estrutura do texto reflete o conteúdo que se deseja transmitir. Van Dijk (1988), estudioso da linguística textual e da análise do discurso, aborda a estrutura temática dos documentos, a

denominada macroestrutura, como estratégia de leitura e análise qualitativa de temas de artigos de jornais. Segundo o autor, é possível compreender a organização hierárquica dos temas ou tópicos de um texto a partir da observação da estrutura do documento. Segundo Fujita (2003, p. 85), "a superestrutura pode ser descrita como um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e que se compõe de uma série de categorias, cujas possibilidades de combinação baseiam-se em regras convencionais". A estrutura do texto relaciona-se, assim, à maneira segundo a qual as ideias são dispostas no documento, com relação ao conteúdo, ao tema e aos conceitos (FUJITA, 2003).

Assim, "enquanto paradigma de organização textual, o esquema, ou superestrutura, fornece uma base para a interpretação do texto" (KOBASHI, 1994, p. 69). O modelo de Van Dijk e Kintsch (1983) salienta que as propriedades estruturais do texto são relevantes para a sua compreensão e, desse modo, podem ser aplicadas na construção de representações da informação no contexto da CI. Do trabalho dos autores, depreende-se que a seleção de assuntos nos textos é facilitada pela estrutura lógica padrão neles presente. Essa afirmação é enfatizada por Cintra (1987, p. 30), de que "os constituintes básicos de um determinado tipo de texto definem a sua superestrutura", a qual permite que "leitores com conhecimento prévio específico sobre superestruturas textuais executem a tarefa de ler de forma mais fácil que leitores que não 'veem' essa superestrutura e, por isso, são obrigados a um maior apoio na leitura palavra por palavra" (CINTRA, 1987, p. 30).

Outros elementos fundamentais e estreitamente inter-relacionados para se realizar a compreensão na leitura são o leitor, o texto e o contexto (GIASSON, 1993). Assim, o leitor é a variável mais complexa do modelo de compreensão, pois ele cria sentido para o texto a partir dos seus próprios conhecimentos e atitudes, da sua cultura, da sua intenção de leitura e de elementos do contexto que o circundam. O leitor apresenta estruturas cognitivas – conhecimento sobre a língua e sobre o mundo – e afetivas próprias – estas compreendendo a atitude geral face à leitura e aos interesses desenvolvidos pelo leitor, que independem das situações de leitura (GIASSON, 1993). Em relação à variável texto, Giasson (1993) assegura que os aspectos mais importantes são a estrutura e o conteúdo. A estrutura refere-se à forma como as ideias se organizam em um texto, enquanto o

conteúdo remete o leitor aos conceitos nele apresentados. De certo modo, a estrutura do texto está ligada ao seu conteúdo, de forma que o autor de um texto escolhe certa estrutura textual que coincida com o conteúdo que deseja transmitir. Assim, a exploração dessa estrutura, associada à adoção de perguntas, facilita a compreensão do texto (GIASSON, 1993; FUJITA, 2003). Por sua vez, a variável contexto se refere às condições nas quais se encontra o leitor (com as suas estruturas e processos) quando entra em contato com um texto (idem, idem). Tais contextos podem ser o psicológico, o social e o físico.

Por sua vez, do campo jurídico, os conceitos fundamentais utilizados foram os de fontes de informação jurídica, em especial sobre os acórdãos e sua estrutura temática, além da compreensão da competência dos tribunais de contas e das especificidades dos processos de controle externo, conforme detalhado em Ferreira (2017). Desse modo, é importante compreender que o acórdão, enquanto produto de um julgamento colegiado proferido pelos tribunais (Código de Processo Civil, art. 204) (BRASIL, 2015), se insere no conjunto maior de documentos que compõem a denominada jurisprudência, que é produzida no contexto dessas instituições. O acórdão apresenta uma estrutura temática própria, subdividida em relatório, fundamentação e voto. Assim, no relatório são expostos os fatos e as ações históricas relativas ao andamento processual, incluindo, ainda, dados sobre o nome das partes e a identificação do caso. Já a fundamentação é a parte do acórdão que contém os fundamentos motivadores da decisão, sendo basicamente argumentativa e analítica, a partir do uso de outras fontes de informação jurídicas (CÂMARA, 2011). A fundamentação exterioriza as razões que nortearam o convencimento do juiz para atingir determinada conclusão e também revela a concatenação lógica de seus argumentos (motivos), visando a convencer, dentre outros, o leitor do texto (GUIMARÃES, 2004). E a decisão contém a solução/posicionamento do órgão colegiado sobre a questão jurídica que foi analisada.

Nesse contexto, os tribunais de contas são órgãos auxiliares do poder legislativo no que tange ao exercício do controle externo e à fiscalização dos recursos públicos. A Constituição Federal de 1988 determinou que a titularidade do controle externo pertence ao poder legislativo, que a exerce com o auxílio técnico dos tribunais de contas.

Assim, o exercício do controle externo dos tribunais de contas relaciona-se à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todas as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores públicos (BRASIL, 1988, art. 70). Também foi a CF/1988 que outorgou aos tribunais de contas, em seu artigo 71, II, a competência de julgar as contas, prerrogativa corroborada pela doutrina jurídica majoritária, da qual são representantes autores como Miranda (1967) e Fernandes (2012).

Para a construção do modelo de leitura técnica foram fundamentais alguns insumos metodológicos que estão descritos na próxima seção.

3 Apontamentos sobre os insumos para os procedimentos téorico-metodológicos de elaboração do modelo de leitura

Dentre os insumos teórico-metodológicos utilizados na elaboração do modelo de leitura técnica para acórdãos dos tribunais de contas, situam-se as categorias para a análise temática *fato*, *instituto jurídico*, *entendimento* e *argumento* (GUIMARÃES, 1994, 2004), também adotadas nos manuais de indexação de jurisprudência do Conselho da Justiça Federal (BRASIL, 1996), do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 2002), e nos trabalhos de Maçoli (2005), Pimentel (2015), e Barbosa Netto e Cunha (2015).

As categorias temáticas contribuem para a identificação de conceitos porque foram criadas a partir do princípio da estrutura temática do acórdão, indicando os conceitos essenciais que devem ser extraídos desse documento. Assim, a categoria *fato* ou *contexto fático* constitui-se em "todo fato material que produz efeitos jurídicos; vale dizer, fatos de cuja ocorrência nascem, modificam-se ou extinguem-se direitos, adquirindo, pois, relevância jurídica" (GUIMARÃES, 1994, p. 186). No contexto dos tribunais de contas, "o fato que interessa é aquele que tem direta ligação com o entendimento exarado pelo Tribunal em sua decisão. Não se trata de qualquer fato, situação ou contexto, mas daquele que possui relevância para a formulação de uma tese [...]" (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 43-44).

Por outro lado, a categoria *instituto jurídico*, terminologia posteriormente adaptada por Guimarães (2004) para o contexto das ementas para a designação de *questão jurídica ou técnica*, "reflete a matéria objeto da discussão, representando o conjunto de princípios ou regras técnicas e jurídicas (instituto jurídico) passíveis de incidir sobre aquele fato, contexto fático ou situação fática" (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 45). Já o *entendimento* revela a posição do Tribunal sobre a questão em análise, sendo, necessariamente, negativo ou positivo, "pois decorre do reconhecimento ou não de um direito, da legalidade ou não de uma conduta ou mesmo da legalidade ou constitucionalidade de um normativo ou norma. Exemplos: É ilegal [...]; É irregular [...]; É licito [...]; É admissível [...]; É legal [...]" (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 46). Por fim, o *argumento* relaciona-se "ao fundamento, a justificativa, a razão que dá suporte ao posicionamento adotado no acórdão [...]" (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 46), e apresenta, desse modo, caráter persuasivo e argumentativo (GUIMARÃES, 1994).

Dos manuais de indexação de jurisprudência foram obtidas as orientações teórico-práticas sobre a atividade de análise de assunto, a partir da perspectiva de trabalho do indexador. Nesse sentido, o *Manual de Indexação de Jurisprudência da Justiça Federal* (BRASIL, 1996), publicado pelo Conselho da Justiça Federal, explora a abordagem de análise de assunto por categorias (GUIMARÃES, 1994), define as etapas da indexação de acórdãos nas fases de análise (leitura do documento, identificação e seleção de conceitos) e tradução, além de propor uma ordem de citação para a organização dos conceitos. Também no *Manual do analista de jurisprudência* (2002), editado pelo Superior Tribunal de Justiça, são contextualizados os fundamentos teóricos de análise do acórdão, a partir das categorias temáticas de Guimarães (1994): a) o aspecto fático do acórdão (localizado normalmente no Relatório); b) a(s) tese(s) jurídica(s) discutida(s) pelos Ministros; c) a decisão do STJ; d) seus fundamentos. Nesse manual, o foco de análise para a indexação constitui-se, especialmente, no voto, e as etapas incluem a análise para a identificação do assunto, a tradução para uma linguagem de especialidade e a elaboração do resumo estruturado ou frase de indexação. O manual também se fundamenta na identificação de conceitos a partir da análise das partes temáticas do acórdão, combinada com o uso de questionamentos.

A pesquisa de Silva (2008) elaborou um modelo de leitura para acórdãos do tipo recursos especiais do Superior Tribunal de Justiça. O modelo foi integrado por um *guia preliminar de monitoramento da leitura* para a identificação de conceitos, estruturado a partir dos princípios de análise conceitual, indagações a formular e estrutura temática do acórdão. A proposta de modelo leitura técnica de acórdãos apresentada neste capítulo foi estruturada, assim, segundo esses mesmos fundamentos, incluindo o monitoramento prévio da leitura e a análise da estrutura temática do documento, combinada com o uso de questionamentos para a identificação de conceitos.

4 A estrutura do modelo de leitura técnica para acórdãos

O modelo de leitura técnica foi estruturado em quatro colunas e oito linhas, conforme Quadro 1. As colunas indicam: a parte temática do acórdão a analisar (coluna 1), os questionamentos a serem feitos, pelo indexador, a cada parte temática do documento (coluna 2), tendo como diretrizes os conceitos essenciais (coluna 3) e, espaço (coluna 4) onde devem ser inseridos os conceitos identificados, em linguagem natural. A parte temática do acórdão e o seu significado são identificados em cada linha, assim como o significado de cada pergunta, com exemplos práticos de respostas. E, ao final do modelo de leitura, há três linhas exclusivas, cuja função é sintetizar o resultado do processo de análise do acórdão. Assim, na linha "seleção dos conceitos/frase de indexação", os conceitos identificados devem ser selecionados e organizados, conforme a ordem de citação sugerida na respectiva linha, de modo a facilitar a compreensão do leitor. Já na linha "seleção dos conceitos referentes às recomendações/frase de indexação", os conceitos sobre as recomendações devem ser sistematizados e também devem ser organizados em enunciados lógicos, de modo compreensível para o leitor. Por fim, na última linha, devem ser indicadas as fontes de informação jurídicas que fundamentaram a decisão, a exemplo da legislação, da jurisprudência e da doutrina.

Quadro 1 - Modelo de Leitura Técnica (MLT) para acórdãos dos tribunais de contas.

PARTE TEMÁTICA DO ACÓRDÃO A ANALISAR	QUESTIONAMENTOS	CONCEITOS ESSENCIAIS	CONCEITOS IDENTIFICADOS
EMENTA (parte na qual se localiza uma breve apresentação do conteúdo essencial do acórdão)	**Qual a questão jurídica ou técnica?** **Qual foi a proposta ou aquilo que foi proposto e apresentado como tema a ser discutido e julgado?** A *questão técnica* ou *jurídica* reflete a matéria objeto da discussão. **Exemplo**: na prestação de contas dos ordenadores de despesa, tem-se a questão jurídica: "julgamento da prestação de contas"	Questão jurídica ou técnica	Pode-se utilizar a linguagem natural do documento
RELATÓRIO (parte do acórdão em que se encontram as narrativas dos fatos ocorridos no andamento processual)	**Qual a situação fática?** **O que aconteceu?** A situação fática envolve os fatos jurídicos, que produzem efeitos jurídicos, como o surgimento, a modificação ou a extinção de direitos. **Exemplo**: realização de pregão presencial, na Prefeitura de Campos Gerais, no ano de 2017, para a aquisição de pneus, que sugere indícios de irregularidades.	Situação fática	

FUNDAMENTAÇÃO -PRELIMINAR E DE MÉRITO - (também denominada *motivação*, é a parte que resulta da análise feita pelo relator sobre as questões de fato e de direito expostas no relatório)	**Quais são as questões preliminares relevantes que ocasionaram impacto no processo?** **Exemplo:** a discussão sobre a aplicabilidade do instituto jurídico da prescrição em um processo de fiscalização.	Questões preliminares	Pode-se utilizar a linguagem natural do documento
	Qual(is) a(s) irregularidade(s) apontada(s) que foi(ram) considerada(s) pelo relator? Considerar aqui as análises finais do relator. **Exemplo**: ausência de ampla divulgação do edital de um concurso público.	Irregularidades	
	Quais os argumentos? (os argumentos são as razões que determinaram o convencimento do relator acerca da decisão tomada) **Exemplo**: o princípio da publicidade é condição de validade do ato administrativo.	Argumentos	
VOTO - CONCLUSÃO/ DECISÃO – (parte em que são apresentadas as conclusões do relator)	**Qual o entendimento?** O entendimento revela a posição do relator sobre a questão em debate e será, necessariamente, positivo ou negativo. **Exemplo**: é irregular; é lícito; é legal.	Entendimento do relator	Pode-se utilizar a linguagem natural do documento
	Qual a decisão final? A decisão final indica o resultado do entendimento do relator. **Exemplos**: determinar o arquivamento dos autos, aplicar multa, negar o provimento de um recurso.	Decisão do relator	

	Quais são as recomendações? As recomendações constituem orientações para o gestor público e são características específicas dos acórdãos dos tribunais de contas. As *recomendações* são recorrentes nas *inspeções ordinárias* e nas *prestações de contas*, mas não constituem um item obrigatório. **Exemplo**: recomendar ao prefeito a disponibilização e a organização de documentos conforme prescrito em instrução normativa do Tribunal.	Recomendações
ACÓRDÃO *stricto sensu* (parte que veicula a conclusão do colegiado de julgadores)	**Qual o entendimento?** O entendimento revela a posição do colegiado sobre a questão em debate e será, necessariamente, positivo ou negativo. **Exemplo**: é irregular; é lícito; é legal.	Entendimento do colegiado
	Qual a decisão final? A decisão final indica o resultado do entendimento do colegiado. Na decisão colegiada, os demais julgadores podem acompanhar ou não o voto do relator. **Exemplos**: aplicar multa, determinar a restituição de valores aos cofres públicos, determinar o cadastro do nome do agente político na lista dos candidatos inelegíveis.	Decisão do colegiado

SELEÇÃO DOS CONCEITOS / FRASE DE INDEXAÇÃO: (nesta parte são apresentados os conceitos selecionados, em uma ordem que facilita a compreensão e o entendimento do leitor sobre os principais assuntos e conclusões do acórdão). Sugere-se adotar a ordem de citação proposta por Guimarães (1994): 1) *Instituto Jurídico*, que nos processos de controle será concebido como *Questão Jurídica ou Técnica*; 2) *Fato* (*Contexto fático*); 3) *Entendimento*; 4) *Argumento* e, conforme proposta da autora desta pesquisa, 5) *Decisão final*.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS REFERENTES ÀS RECOMENDAÇÕES/ FRASE DE INDEXAÇÃO:

(nesta parte são apresentados os conceitos selecionados, em uma ordem de citação que facilite a compreensão e o entendimento do leitor sobre as recomendações feitas pelo relator)

FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICAS: (são as fontes legislativa, jurisprudencial e doutrinária utilizadas na fundamentação da decisão)

Fonte: FERREIRA (2017, p. 144).

É importante evidenciar o referencial teórico-metodológico que fundamentou a construção de cada parte do modelo de leitura apresentado no Quadro 1. Assim, na primeira coluna adotou-se o princípio de análise da estrutura temática do acórdão, conforme definido no Código de Processo Civil (2015), assim como os fundamentos oriundos de Van Dijk e Kintsch (1983) e Van Dijk (1988), que foram empregados em outros trabalhos da CI (FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; GUIMARÃES, 1994; KOBASHI, 1994; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Na segunda coluna o modelo seguiu a sistemática de questionamentos para a identificação de conceitos, conforme as diretrizes da NBR 12676/1992 (ABNT, 1992), com perguntas adaptadas para o contexto dos acórdãos. Os conceitos identificados preencherão a quarta coluna.

Por sua vez, a terceira coluna teve por base a concepção de conceitos essenciais de Kobashi (1994), Fujita e Rubi (2006) e Maculan (2011), juntamente com as categorias temáticas (*fato*, *instituto jurídico*, *entendimento* e *argumento*) de Guimarães (1994, 2004), corroboradas por Pimentel (2015) e Barbosa Netto e Cunha (2015), que as adaptaram para o contexto dos tribunais de contas. Assim, o modelo também adotou os conceitos essenciais "questões preliminares", "irregularidades", "recomendações", e as subdivisões conceituais "entendimento do relator", "decisão do relator", "entendimento do colegiado", "decisão do colegiado", propostas por (FERREIRA, 2017, p. 199), e estabelecidas a partir da prática profissional de indexação de acórdãos no âmbito do TCEMG.

Por fim, destaca-se que na linha que se refere à "seleção de conceitos/frase de indexação", julgou-se necessário estabelecer uma ordem de citação, tendo em vista a representação em uma sequência uniforme para os conceitos, refletindo uma sintaxe que dê maior densidade semântica na elaboração da frase, atendendo às circunstâncias especiais do TCEMG. Os números indicados na parte relativa à "Seleção dos conceitos/Frase de indexação" apontam uma sugestão de ordem de citação para organizar os conceitos de modo lógico, segundo a proposta de Guimarães (1994), com o acréscimo do conceito essencial "Decisão final", conforme Ferreira (2017).

5 Aplicação e validação do modelo de leitura técnica para acórdãos dos tribunais de contas

Para a construção do modelo de leitura, no contexto do TCEMG, foram eleitas as naturezas processuais *denúncia*, *inspeção ordinária*, *prestação de contas dos ordenadores de despesa* e *tomada de contas especial*, que constituem formas típicas de controle e de fiscalização pelos tribunais de contas, conforme exposto com maiores detalhes em Ferreira (2017). Na referida dissertação, o leitor poderá verificar exemplos de aplicação e validação dessas quatro tipologias processuais. Neste capítulo, porém, elegeu-se a natureza processual *Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal* n. 849.898[43] para a análise e a validação do modelo de leitura.

Os autos n. 849.898 referem-se à prestação de contas do gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais (PREVICAM), referente ao exercício financeiro de 2010. O PREVICAM é o órgão gestor do regime próprio de previdência dos servidores do município de Campos Gerais, com atribuição de custeio do plano de benefícios da seguridade social dos seus beneficiários (CAMPOS GERAIS, 2012). É importante destacar que a prestação de contas é um poder-dever de todos as pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988. Assim, cabe ao Tribunal de Contas a função de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, conforme define o artigo 71, II, da CF/1988 (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, o acórdão sob análise no Quadro 2, é um documento que reflete o resultado desse julgamento, e que contém as informações sobre as ocorrências referentes ao andamento processual e sobre as partes (no relatório), as razões e os fundamentos que subsidiaram a decisão (na fundamentação) e a decisão propriamente dita (na decisão e conclusão do relator) e no acórdão *stricto sensu* (na decisão e conclusão do colegiado).

---

[43] Publicada no Diário Oficial de Contas de 6/11/2018, página 21. Disponível, também, para acesso público no portal: https://tcjuris.tce.mg.gov.br/#!.

Quadro 2 - Aplicação e validação do Modelo de Leitura na Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 849.898

PARTE TEMÁTICA DO ACÓRDÃO A ANALISAR	QUESTIONAMENTOS	CONCEITOS ESSENCIAIS	CONCEITOS IDENTIFICADOS
EMENTA (parte na qual se localiza uma breve apresentação do conteúdo essencial do acórdão)	**Qual a questão jurídica ou técnica?** Julgamento da prestação de contas.	Questão jurídica ou técnica	Julgamento, prestação de contas
RELATÓRIO (parte do acórdão em que se encontram as narrativas dos fatos ocorridos no andamento processual)	**Qual a situação fática?** **O que aconteceu?** É uma prestação de contas do gestor do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM, relativa ao exercício financeiro de 2010.	Situação fática	Prestação de contas, gestor, Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM, exercício financeiro
FUNDAMENTAÇÃO -PRELIMINAR E DE MÉRITO - (também denominada motivação, é a parte que resulta da análise feita pelo relator sobre as questões de fato e de direito expostas no relatório)	**Quais são as questões preliminares relevantes que ocasionaram impacto no processo?** Não há. **Qual(is) a(s) irregularidade(s) apontada(s) que foi(ram) considerada(s) pelo relator?** Ausência de demonstrativos referentes à política de investimentos. Contabilização incorreta da provisão matemática do regime próprio de previdência social. Divergência nos demonstrativos contábeis relativos à avaliação e à reavaliação atuarial. **Quais os argumentos?** É falta grave a omissão de dados sobre a aplicação dos recursos que formam o patrimônio dos regimes de previdência. Inobservância do princípio contábil da evidenciação.	Questões preliminares Irregularidades Argumentos	**Preliminar**: - **Irregularidades:** ausência, demonstrativo contábil, referência, política de investimentos Erro, provisão matemática, regime próprio de previdência social Divergência, demonstrativo contábil, avaliação atuarial, reavaliação atuarial **Argumentos**: Gravidade, omissão, dados, aplicação, recursos financeiros, composição, patrimônio, regime de previdência. Inobservância, princípio contábil, princípio da evidenciação.

VOTO - CONCLUSÃO/ DECISÃO – (parte em que são apresentadas as conclusões do relator)	**Qual o entendimento?** Contas irregulares. **Qual a decisão final?** Aplicação de multa. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas (MPC) para as providências cabíveis.	Entendimento do relator Decisão do relator	**Entendimento do relator**: Contas irregulares. **Decis**ão do relator: Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, MPC
ACÓRDÃO stricto sensu (parte que veicula a conclusão do colegiado de julgadores)	**Quais são as recomendações?** Recomendação ao gestor que promova os preenchimentos dos demonstrativos da política de investimentos, evitando-se a reincidência do apontamento. Necessidade de observância das normas gerais de direito financeiro e do princípio contábil da evidenciação. **Qual o entendimento?** Contas irregulares. **Qual a decisão final?** Aplicação de multa. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas para as providências cabíveis	Recomendações Entendimento do colegiado Decisão do colegiado	**Recomendações**: Recomendação, gestor, necessidade, preenchimento, demonstrativo, política de investimentos, observância, normas gerais, direito financeiro, observância, princípio contábil, princípio da evidenciação **Entendimento do colegiado:** Contas irregulares. **Decisão do colegiado:** Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, MPC, adoção, providência.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS / FRASE DE INDEXAÇÃO:

(1, 2) Julgamento, prestação de contas, exercício financeiro, gestor, Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM. **(3)** Contas irregulares, ausência, demonstrativo contábil, referência, política de investimentos; erro, provisão matemática, regime próprio de previdência social; divergência, demonstrativo contábil, avaliação atuarial, reavaliação atuarial. **(4)** Gravidade, omissão, dados, aplicação, recursos financeiros, composição, patrimônio, regime de previdência. Inobservância, princípio contábil, princípio da evidenciação. **(5)** Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, Ministério Público de Contas.

Nota: Sugere-se adotar a ordem de citação proposta por Guimarães (1994): 1) *Instituto Jurídico*, que nos processos de controle será concebido como *Questão Jurídica ou Técnica*; 2) *Fato* (*Contexto fático*); 3) *Entendimento*; 4) *Argumento* e, conforme proposta de Ferreira (2017), 5) *Decisão final*.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS REFERENTES ÀS RECOMENDAÇÕES / FRASE DE INDEXAÇÃO:

Recomendação, gestor, necessidade, preenchimento, demonstrativo, política de investimentos, observância, normas gerais, direito financeiro, princípio contábil, princípio da evidenciação.

FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICAS:
1) Legislação:
Lei Federal n. 4.320/1964, artigos 83, 85, 89; Lei Federal n. 9.717/1998; Resolução n. 3.790/2009 do Conselho Monetário Nacional; Resolução n. 750/1993, art. 6º do Conselho Federal de Contabilidade; Resolução n. 1.132/2008 do Conselho Federal de Contabilidade; Resolução n. 1.180/2009 do Conselho Federal de Contabilidade; Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.7; Lei Complementar Estadual n. 102/2008, art. 48, III, 85, II.
2) Jurisprudência:
TCEMG: Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 849.816/2016.
3) Doutrina:
LIMA, Diana Vaz de. *Contabilidade aplicada aos regimes próprios de previdência social*. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007.

Fonte: as autoras (2018).

Pelo exposto no Quadro 2, para a utilização do modelo foi necessária a leitura das partes temáticas do acórdão (primeira coluna), em confronto com os questionamentos da segunda coluna, tendo como parâmetro a observância dos conceitos essenciais dispostos na terceira coluna. Na quarta coluna, foi feita a anotação, em linguagem natural, dos conceitos identificados a partir das respostas obtidas a partir dos questionamentos. Recomenda-se que as respostas às indagações da segunda coluna sejam formuladas, pelo indexador, a partir da paráfrase dos enunciados identificados no texto. Sugere-se, ainda, que o indexador pesquise, tanto na legislação como em fontes de referência, os conceitos técnicos jurídicos que forem desconhecidos. Na parte temática referente à fundamentação, também foram identificadas e anotadas as fontes de informação citadas, que foram indicadas na linha final do modelo.

Após esse processo de análise, os conceitos identificados foram selecionados e arranjados em uma ordem de citação pré-determinada, de modo a uniformizar a composição de um enunciado lógico para formar a frase de indexação, ao final (linha seleção dos conceitos/frase de indexação), e permitir a compreensão do leitor. Isso significa que os conceitos repetidos foram desconsiderados, visando, ainda, a economia de conceitos e a priorização da objetividade da representação temática.

Na linha “Seleção dos conceitos referentes às recomendações” foram inseridos os conceitos selecionados que dizem respeito às recomendações, as quais possuem caráter de orientação ao gestor público,

sendo recorrentes nos processos de controle externo. No caso em questão, recomenda-se, ao gestor do PREVICAM, que promova o preenchimento dos demonstrativos referentes à política de investimento, em observância às normas gerais de direito financeiro e ao princípio contábil da evidenciação. A última linha do modelo de leitura indica as fontes de informação jurídicas que foram utilizadas para fundamentar a decisão, ou seja, para embasar os argumentos, e, conforme observado, foram fontes legislativas, jurisprudencial e doutrinária.

6 Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar a elaboração e a validação de um modelo de leitura técnica para acórdão dos tribunais de contas, que é parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado (FERREIRA, 2017). Esse modelo permitiu a objetivação das fases de identificação e seleção de conceitos, ao definir os passos metodológicos para a realização da atividade.

Verificou-se, no percurso da pesquisa e da construção e validação do modelo de leitura, a importância das habilidades cognitivas e metacognitivas para a construção do sentido do texto. Dentre as habilidades cognitivas, destacam-se a importância do conhecimento prévio sobre o domínio do controle externo e das suas especificidades, além da linguagem técnica jurídica. Por sua vez, das habilidades metacognitivas enfatizam-se as relacionadas ao monitoramento da leitura enquanto ocorria a identificação de conceitos. Nessa situação, frisa-se a relevância do conhecimento da estrutura temática do acórdão, das estratégias de leitura, dos questionamentos propostos pela NBR 12676 (ABNT, 1992), assim como da análise por categorias temáticas de Guimarães (1994, 2004), corroboradas por Pimentel (2015) e Barbosa Netto e Cunha (2015). Todos esses conhecimentos, em conjunto, permitiram entender o leitor, o texto e o contexto (GIASSON, 1993). O leitor é, assim, o bibliotecário-indexador, que possui um propósito de leitura para a identificação e a seleção de conceitos para a representação temática. O texto é o próprio acórdão, com suas características e estrutura própria. E o contexto é aquele da indexação da jurisprudência dos tribunais de contas.

É importante destacar que o modelo de leitura apresentado neste capítulo se destina ao bibliotecário que não possui formação jurídica específica, mas que detém conhecimentos adquiridos pela prática profissional, decorrente da atuação em órgãos de controle externo. Assim, para a aplicação do modelo são necessários conhecimentos relativos ao controle externo e às competências fiscalizatórias dos tribunais de contas. Lembre-se, então, que esses conhecimentos remetem às habilidades cognitivas imprescindíveis à compreensão da leitura.

Ademais, acredita-se que o modelo de leitura, a despeito de ser desenvolvido no contexto de um estudo de caso, tem potencialidade de generalização para a análise de assunto de outras naturezas processuais, em outros tribunais de contas, haja vista que a estrutura do acórdão é definida por uma lei de abrangência nacional, o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015). Desse aspecto, também se defende que o estudo contribuiu para a diminuição da carência de metodologias para a análise de assunto de documentos jurídicos, em especial dos acórdãos jurisprudenciais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*. Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA NETTO, G.; CUNHA, C. A. *Ementas e informativos nos tribunais de contas*. Cuiabá: PubliContas, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Institui o Novo Código de Processo Civil (NCPC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. *Manual de indexação da justiça federal*. Brasília, 1996.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Jurisprudência. *Manual do analista de jurisprudência*. Brasília, 2002.

CÂMARA, A. F. *Lições de direito processual civil*. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 1.

CAMPOS GERAIS. Município de Minas Gerais. *Lei n. 2.924/2012*. Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Municipal de Campos Gerais e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.previcam.mg.gov.br/files/arquivos/fac_80724735-2b53-499d-9e1d-5460aaa442d7_LEI%202924-12%20-%20ESTATUTO%20PREVICAM.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. *In*: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária*: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-35.

FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornais*. 2001. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

FERNANDES, J. U. J. *Tribunais de contas do Brasil*: jurisdição e competência. 3. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FERREIRA, A. C. *Análise de assunto da informação jurídica*: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. 2018. 286f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador*: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. 321f. Tese (Livre Docência em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000003842/3bde87ebc04d88ac4ff43b566f71e33f. Acesso em: 25 jun. 2018.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Tradução de Maria José Frias. Lisboa, Portugal: Asa, 1993. 320p. Título original: La compréhension en lecture.

GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência*: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. 250f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. *Elaboração de ementas jurisprudenciais*: elementos teórico-metodológicos. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004. (Monografias do CEJ, 9).

KATO, M. *O aprendizado da leitura*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KLEIMAN, A. *Texto e leitor*: aspectos cognitivos da leitura. 2. ed. Campinas: Pontes, 1992.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias:* em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

LIMA, G. A. B. O.; MACULAN, B. C. M. S. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr. 2014.

MAÇOLI, F. *Análise documentária das ementas cíveis*: uma experiência com acórdãos do TJ/SP. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

MACULAN, B. C. M. S. *Taxonomia facetada navegacional*: construção a partir de uma matriz categorial para trabalhos acadêmicos. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MIRANDA, P. *Comentários à Constituição de 1967*: artigos 34-112. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967. v. 3.

NAVES, M. M. L. *Fatores interferentes no processo de análise de assunto*. 2000. 275f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NEVES, D. A. B. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. *Inf. & Soc.*: Est., João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 39-47, 2012.

PIMENTEL, K. M. C. *Ementas jurisprudenciais*: manual para identificação de teses e redação de enunciados. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, A. G. *Leitura documentária das fontes de informação jurídica.* 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

UNISIST. WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

VAN DIJK, T. A. *News analysis*: case studies of international and national News in the press. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1988. Disponível em: http://www.discourses.org/OldBooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20News%20Analysis.pdf. Acesso em: 8 ago. 2017.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

16

Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares

Jean Marcel Caum CAMOLEZE

Sonia TROITIÑO

Resumo: Este trabalho tem por finalidade apresentar uma proposta para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais. Todo documento, além de ser fonte de informação, expressa atividade humana, dentro de uma entidade cultural, inserida no tempo e no espaço. Frente a isso, a produção documental das organizações típicas de movimentos sociais também segue padrões estabelecidos e apresenta finalidades específicas. No caso dos movimentos sociais, a produção de documentos pode conduzir a elaboração de registros para auxiliar em sua própria organização administrativa ou conduzir a documentos criados com o intuito de formar e comunicar a seus participantes diversos assuntos. Esta última categoria pode ser classificada como Documento Popular por se destinar para a educação dentro do próprio movimento e ser concebido a partir de regras e estruturas culturais determinadas por sua origem. Desse modo, este trabalho utiliza como metodologia para indexação o Modelo de Leitura Documentária (FUJITA; RUBI, 2006a), a fim de atingir a recuperação da informação e satisfazer as necessidades do usuário. Consideramos que os resultados foram alcançados de maneira satisfatória em relação a indexação da documentação popular, mesmo diante da necessidade de adaptações realizadas na metodologia originalmente escolhida, a fim de atender as especificidades documentais típicas desses registros.

Palavras-Chave: Documento Popular. Indexação. Leitura Documentária. Movimentos Sociais.

Abstract: This paper aims to present a proposal for the indexation of popular records and social movements archives. Every record, besides being a source of information, expresses human activity within a cultural entity, inserted in time and space. Therefore, record creation of organizations typical of social movements also follows established standards and has specific purposes. In the social movement situation, records creation may lead to the elaboration of records to assist in their own administrative organization or to records created in order to teach and communicate to its members various subjects. This last category can be classified as Popular Record because it is intended for education within the movement itself and is idealized from rules and cultural structures determined by its origin. Thus, this work uses as methodology for indexing the Documentary Reading Model (FUJITA; RUBI, 2006a), in order to achieve information retrieval and satisfy user needs. It is considered that the results were satisfactorily achieved in relation to the indexation of popular records, even in face of the necessity of adaptations in the originally chosen methodology, in order to attend the documentary specificities of these registers.

Keywords: Popular Records. Indexing. Documentary reading. Social movements.

1 Introdução

A indexação é uma atividade essencial, voltada para a recuperação informacional, seja para a finalidade da gestão documental ou com função memorialística e de reconhecimento identitário dos atos institucionais. CHAUMIER (1990, p.278) chama a atenção para o fato de que “nada adianta arquivar um documento que não saberemos encontrar porque ele não foi indexado ou, ainda, porque ele foi indexado de maneira incorreta”. Dessa maneira, é preciso considerar o emprego de métodos eficazes para garantir o sucesso do processo de indexação, por meio de uma política capaz de avaliar “o contexto da instituição mediante requisitos para a definição tanto na indexação quanto na recuperação” (FUJITA; TROITIÑO, 2018). Assim, a indexação não pode ser aplicada como um processo isolado na gestão de documentos, mas deve ser entendida como parte integrante do tratamento da informação. Principalmente, quando considerada no momento do protocolo de documentos, com o intuito de garantir a integração entre o registro do conhecimento gerado pela entidade produtora e a recuperação da informação.

Dessa forma, a indexação consiste em uma atividade vital para a funcionalidade da gestão documental, pois facilita a pesquisa de documentos e de informações (GUIMARÃES, 2009). No entanto, Barbadillo Alonso (2007), pela ótica de Fujita e Troitiño (2018, p. 96), apresenta uma

importante colaboração ao uso da indexação na gestão documental, principalmente no que se refere ao processo de classificação arquivística aplicado no nível hierárquico "série" evitando, assim, a sobrecarga do plano classificatório do fundo e mantendo a coerência do arranjo na organização documental. Então, mesmo a indexação e a classificação sendo processos e etapas distintas da gestão documental, quando aplicadas concomitantemente, ampliam as possibilidades de aproveitamento e recuperação da informação trazendo, consequentemente, benefícios aos usuários do sistema arquivístico.

Segundo a norma UNE ISO 15489:1 (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016), gestão documental pode ser definida como o "controle eficaz e sistemático da criação, recepção, armazenamento, uso e a disposição de documentos de arquivo, incluindo os processos para capturar e manter a evidência e a informação sobre as atividades e operações da organização em formato de documentos". Nesse sentido, é possível entender que a indexação documental, com seus métodos e objetivos bem definidos, agrega maior eficácia no controle do ciclo de vida do documento, quando presente em todas as etapas da gestão documental. Isso porque, os termos identificados e traduzidos para a linguagem técnica, por meio de vocabulário controlado.

A indexação, quando discutida e implementada junto a criação do documento, preferencialmente na fase de seu protocolo, auxilia de maneira efetiva na recuperação da informação e na organização documental, como destacam Fujita e Troitiño (2018, p. 98);

> [...] no processo de gestão documental, a indexação assume função de destaque devido ao papel que cumpre ao representar a informação, auxiliando na recuperação de documentos. Por outro lado, também atua diretamente na racionalização do sistema de organização documental ao colaborar com a aplicação do plano de classificação, sem que este acarrete na ocultação de conteúdos de ordem temática [...].

Por sua vez, Troitiño, Fujita e Neves (2016) defendem que o nível classificatório adequado à aplicação da indexação é o do documento, posto apresentar uma estrutura textual que permite a identificação de conceitos úteis e necessários para a gestão de informações e recuperação

de documentos inseridos no sistema arquivístico, sendo esta uma operação a ser realizada durante o protocolar da unidade documental. Com isso, localizar, acessar e disponibilizar a informação de maneira precisa e ativa pode ocorrer em todas as etapas do ciclo de vida do documento e não apenas após sua destinação final, quando o documento é definido como de guarda permanente. Outra vantagem em se indexar documentos no início de seu ciclo de vida é a desta ação garantir a integração das informações contidas no documento durante sua produção, uso e destinação e a compreensão do contexto sociocultural da

Se por um lado, a vantagem da aplicação da indexação de documentos no início da primeira fase do ciclo de vida fica evidente, é preciso igualmente considerar as vantagens trazidas pelo método para a organização de grandes massas documentais, que já se encontram em fase permanente. A ausência de acompanhamento do ciclo de vida do documento é uma realidade frequentemente encontrada em acervos de movimentos sociais. Constata-se a existência de uma produção documental extremamente ativa dentro desses segmentos populares, porém, normalmente não sistematizada em sua gestão e guarda, o que conduz a dificuldades na recuperação de informações.

Em decorrência da ausência de um modelo de tratamento arquivístico amparado na gestão documental, os prejuízos relativos à formação da memória e construção da história relativa aos movimentos sociais são inevitáveis e sintomáticos da falta de uma política específica voltada para a preservação dos registros documentais que lhe caracterizam. De igual modo, a ausência da adoção de metodologias e critérios claros para o tratamento de documentos tem como efeito a dificuldade de promover uma indexação que realize a identificação dos termos descritivos indicadores do conteúdo presente no documento, a fim de possibilitar à sua recuperação posterior.

No esteio dessas constatações, percebemos a necessidade de compreender a produção documental dentro dos movimentos sociais e as particularidades assumidas na documentação típica de movimentos sociais, os chamados documentos populares, para a aplicação de um método de indexação capaz de respeitar a natureza dos documentos e, simultaneamente, garantir a recuperação de seus conteúdos de forma precisa e produtiva para os interessados que à ela recorrem.

2 Produção documental em Movimentos Sociais

A produção documental se dá dentro de uma estrutura cultural determinada, tendo por objetivo comunicar informações de maneira a cumprir uma finalidade estipulada pelo seu órgão produtor de origem. Dessa forma, a produção documental além de auxiliar na organização administrativa de uma instituição, também colaborar para pensar os atributos técnicos e intelectuais de um documento, de modo a contextualizá-lo.

Nestes termos, a produção documental deve ser exercida como primeira atividade na gestão dos documentos, seja em órgãos públicos e privados, seja em movimentos sociais. Isso porque a produção documental tem como premissa pensar a constituição do documento em sua melhor funcionalidade, conforme os objetivos do órgão produtor. Conforme destaca Pazin-Vitoriano (2012, p.33),

> A produção documental e o arquivo dessas organizações são também reflexos dessa relação. Em função da dupla característica dos documentos que registram o relacionamento de seu produtor, seja ele um indivíduo ou uma entidade, com as instâncias governamentais e com outras instâncias privadas, eles sofrerão influência, em sua criação, das condições e exigências legais existentes.

A criação do documento não é um ato aleatório, mas antes fruto de uma sequência de procedimentos técnicos e intelectuais que irão ajudar a cumprir uma finalidade determinada, inicialmente dentro do órgão produtor e que, posteriormente, servirá a pesquisa ao garantir a recuperação da informação e a difusão de elementos para a constituição do conhecimento. No caso dos movimentos sociais, esta produção pode formar documentos para auxiliar na organização administrativa e documentos com o intuito de formar e comunicar aos seus participantes sobre diversos assuntos do movimento. A esta última categoria de documentos podemos chamar *documento popular:* documento criado dentro das estruturas culturas do órgão produtor com o objetivo de transmitir informações destinadas à educação dentro do próprio movimento.

Dessa forma, os movimentos sociais têm uma produção documental ampla, perfilada, constituída por tipos documentais

diversificados e que decorrem das mais diferentes atividades, resultando em uma acumulação documental de valor substancial. Com isso, a produção documental em movimentos sociais cumpre uma função essencial para o funcionamento deles, pois não se limita apenas a uma extensão das atividades do movimento, mas serve como uma forma de comunicação e educação utilizada entre os integrantes, mantendo viva as memórias e identidades cunhadas ao longo de sua trajetória.

No entanto, a organicidade presente nas atividades típicas de movimentos sociais cria uma dinâmica, em vários aspectos, interferindo na criação de registros, com suas especificidades, fluxo e destinação de documentos. Isto, muitas vezes, ocorre por causa das propriedades e atribuídos do próprio movimento, assim como pela falta de padronização na sistematização da organização documental, como explica Lopez (2012, p.20);

> As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informacionais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual é difícil identificação.

Consequentemente, também se observa dificuldade no estabelecimento dos mecanismos de nomear, reconhecer e denominar os documentos do movimento, criando uma árdua tarefa para a disponibilidade deste acervo, sua difusão e sua conservação, a semelhança do observado por Troitiño (2012). Assim, é sempre necessário estabelecer uma base sólida de critérios para recolocar os documentos em seus contextos e formalizar os procedimentos classificatórios, do nome do documento e de sua definição, respeitando as particularidades e especificidades de sua origem.

Contudo, é preciso considerar que os arquivos estão relacionados com a existência e a funcionalidade da sociedade, fazendo parte do pensar a organização cultural da qual fazem parte. Por isso, entender o valor cultural da Documentação Popular presente nos acervos de movimentos sociais, como parte integrante da formação histórica do sistema ao qual pertencem, e

compreender a produção documental destinada à comunicação e educação, se faz necessário, principalmente, para a classificação desses documentos, recuperação da informação e representação das vivências passadas. Dessa forma, revela-se a missão institucional. Além dos arquivos serem instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade, também tem utilidade para a compreensão da sociedade a qual estão inseridos e tem efeitos de pesquisa científica, a herança cultural e o testemunho social (BELLOTTO, 2014, p. 306).

3 Documento Popular no contexto sociocultural

No ano de 1981, o Centro de Documentação Uruguaio - América Latina apresentou uma orientação para a produção de registros das ações de movimentos sociais definindo que, a partir de então, esses seriam chamados de Documentos Populares. O material foi elaborado com base nas resoluções adotadas a partir da Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular, realizada em 1979; na exposição feita por Alfredo Paiva durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), em São Paulo, com o título "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular" (UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1980) e do artigo "Documentação", da Parte II do folheto "Comunicação Popular" (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985).

O fomento à produção da documentação popular surge como uma opção e ampliação das formas de comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos. Em 1980, o Relatório MacBrideda UNESCO (1983), revelou uma disparidade no fluxo informacional entre os grupos com maior aquisição financeira e as camadas populares de uma sociedade. Esta distinção não estava limitada apenas os países ricos e pobres, mas também entre regiões do mesmo país. Segundo Otre (2016, p. 64), o relatório aponta para uma integração mais democrática, na qual o indivíduo não seja mero receptor, mas agente ativo nos processos de comunicação. Nesse contexto, a idealização e o advento da documentação popular encontraram espaço para sua expansão e difusão em seu meio.

Dessa forma, podemos compreender que a Documentação Popular tem sua gestação em momento específico, como explica Rocha (1990, p.8):

> A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque clara e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foram considerados um instrumento fundamental para a mudança social.

No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), em 1982. Posteriormente, o CPV lançaria uma série de publicações intitulada "Documentação", cujo objetivo focava na importância do papel e do trabalho de documentação desenvolvido pelos movimentos sociais, assim como difundir a produção de conhecimento na América Latina sobre o tema, nesse período. Na segunda edição (CPV, 1985, p. 3), é publicado que;

> A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma; mas é uma atividade instrumental, ora a serviço de uma tarefa global de educação popular entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos Setores populares e oprimidos, ora a serviço de uma prática de caráter eclesial ou pastoral, ou sócio-política e econômica, libertadora, com relação às atuais estruturas de injustiça e opressão.

Sendo assim, podemos considerar que o Documento Popular é o registro de informações em determinado, suporte produzida pelos movimentos sociais com o intuito de formar e informar seus membros, além de estabelecer critérios para a sua produção, tais como o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental.

Segundo o texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio-América Latina (CEDUAL), o Documento Popular é um

instrumento de mudança social, que ajuda no processo de educação popular, proporcionando aos setores populares a informação (CEDUAL apud CARVALHO, 1999). Então, compreende-se que o documento popular explicitado, tem como foco à formação dos movimentos sociais, que não ocorrem pelas estruturas determinadas, mas por um processo histórico composto de saberes, informações e organização cultural que se transmite pelas vivências e experiências coletivas.

Dessa forma, documentos populares podem ser considerados instrumentos cotidianos, a serviço dos setores populares voltados para a dinamização de suas lutas (CPV, 1985). Portanto, sua produção implica na adoção de dois requisitos fundamentais em sua elaboração: 1) Apoio aos setores populares a fim de progredirem na tarefa de documentar sua própria prática e possibilitar uma acumulação de experiências, que permita sua utilização posterior, com a finalidade de comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos populares; 2) Capacitação a fim de que os grupos populares saibam documentar-se para enriquecerem suas práticas sociais.

Bellotto (2014, p. 132) acredita que a produção e existência de documentos se justificam "pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho", além de colaborarem posteriormente para os estudos da historiografia social e na composição da identidade coletiva dos movimentos sociais. De igual modo, a produção de documentos populares obedece a esta lógica.

Dito de outra forma, a concepção dos documentos populares ocorre em decorrência de uma criação cultural dentro dos movimentos sociais, não se restringindo à produção material; envolve as maneiras de organização, comunicação e difusão das informações, criando experiências e vivências, conforme explica Marx no livro "O Capital", ao referenciar a formação do proletariado, o que nos permite refletir sobre os movimentos sociais:

> Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e outro polo pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume,

> reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes. (MARX, 1983, p. 73).

Nessa perspectiva, as vivências humanas e as organizações culturais revelam-se fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais e sua produção documental, uma vez que a sua constituição ocorre em locais e tempos diferentes e acumula distintos conhecimentos e saberes e promovem a mediação cultural entre os indivíduos e a coletividade. Esta mediação coloca o movimento social e seus militantes não apenas como receptores das informações contidas no documento, mas também como produtores e protagonistas de todo o processo informativo e de construção conhecimento.

Partindo dessa perspectiva, o Centro de Documentação Uruguaio (CEDUAL apud CARVALHO, 1999) indica alguns princípios metodológicos para a produção do Documento Popular. Entre os elementos intrínsecos básicos estão destacados o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental. Em referência a fontes dos trabalhos de documentação é necessária abranger a complexidade que o movimento está inserido e a integridade dos dados informacionais que são coletados para a produção documental. No entanto, a apresentação dos dados e das informações precisam ser interpretadas e analisadas de maneira reflexiva.

Por fim, sobre os princípios metodológicos apresentados pelo Centro de Documentação Uruguaio - América Latina (CEDUAL apud CARVALHO, 1999), tem-se que a técnica de se documentar deve manter a perspectiva de classe, ou seja, os documentos precisam se comunicar com a base popular, utilizando-se de características próprias e respeitando as particularidades dos movimentos sociais. Com isso, o documento popular comunica a partir do meio no qual está inserido, colaborando para sua organização cultural.

Desse modo, documentos populares seguem uma lógica comum em sua produção até a destinação final. A forma de pensar, os modos de produzir e os elementos intrínsecos a essa documentação são práticas culturais eminentes de um tempo e espaço, além de configurar como

protagonismo dos movimentos sociais e uma percepção crítica da realidade e das relações entre sujeito e sociedade, que compõem um processo dialético na formação sociocultural.

Ainda que o termo Documento Popular não seja contemplado pela literatura arquivística presente, é constante a presença destes documentos em acervos de movimentos sociais, centros de memória e documentação e em arquivos públicos e privados. Por isso, a necessidade de pensar sua produção e valor cultural de maneira sistemática, a fim de garantir a recuperação dessas informações e a compreensão do contexto de origem.

Para além de informar e formar os movimentos sociais, documentos populares carregam consigo marcas do social, seja por seu valor memorialístico e identitário, seja por meio da história à qual servem. Dessa forma, contextualizar a informação e seus suportes de registro é também entender as necessidades e as possibilidades de integração dentro de uma estrutura organizacional específica. Documentos Populares não apenas transmitem informações, eles despertam conhecimento crítico e destaca o protagonismo social na produção de saberes.

4 Modelo de Leitura Documentária: proposta para documentos populares em acervos de movimentos sociais

A indexação é fator de grande importância tanto para a recuperação da informação, quanto para a representação arquivística de documentos. Com base no estudo temático sobre um conjunto documental e nas demandas dos usuários, são elaborados termos identificados, a partir do conteúdo dos próprios documentos, que permita o acesso de maneira eficaz e precisa.

No entanto, metodologias adequadas precisam ser utilizadas para não restringir a recuperação das informações contidas nos documentos. Essa é uma questão particularmente importante, quando consideramos a indexação de documentos não convencionais, no sentido do uso da formalização administrativa, em sua concepção. Desse modo, para realizarmos a indexação de documentos com esse grau de complexidade, encontrados em acervos de movimentos sociais, precisamos de uma leitura atenda e direcionada.

Para tanto, a metodologia de leitura documentária proposta por FUJITA (1999, 2003) pode vir a atender de maneira satisfatória a demanda do usuário, através da identificação de conteúdos e, posteriormente, da adaptação para termos identificados, que permitam o alcance de bons resultados durante a pesquisa e a recuperação da informação, ao considerar que o modelo de Leitura Documentária utiliza "o conhecimento de estruturas textuais do leitor apoiado em estratégias mais sistemáticas de identificação de conceitos para agilizar sua compreensão e realizar uma leitura rápida, em que o indexador torna-se mais estratégico que o leitor normal" (FUJITA; RUBI, 2006b).

Os estudos que orientaram o surgimento do modelo de Leitura Documentária discutem algumas dificuldades encontradas pelo indexador, diante da complexidade da análise de assunto, como explica Fujita (2010, p.2);

> [...] da mesma forma, que a dificuldade de um leitor frente a um texto com o qual é preciso interagir à distância com as ideias de um autor, acrescendo aí, a variável contexto do sistema de informação, além da formação e atuação profissional do indexador. Inicialmente, demonstra o indexador visto como leitor a partir de uma perspectiva cognitiva e linguística e observa sua leitura documentária, constatando estratégias metacognitivas preconizadas por teóricos da leitura e estratégias específicas da atividade de análise de assunto em indexação.

A dificuldade apresentada pelas autoras, também pode ser encontrada na indexação de documentos populares em seu contexto de criação e preservação. Quando o indexador não tem familiaridade com as particularidades que compõe os documentos sobre os quais debruça sua análise, o processo de indexação pode sofrer interferências provocadas pela dificuldade na identificação de conceitos, podendo dificultar a recuperação da informação para o usuário e a omitido parte da transmissão do conteúdo proposto pelo autor.

No caso de acervos oriundos de movimentos populares, essas dificuldades ocorrem por diversos motivos. Entre elas, duas merecem destaque: 1ª a falta do estabelecimento de termos controlados, tanto por parte de especialistas, como de não especialistas, gerando uma ausência de procedimentos sistematizados para a identificação dos conceitos relativos

às funções, atividades e registros típicos de movimentos sociais; 2ª o não conhecimento do indexador sobre a estrutura sociocultural da produção dos documentos populares e dos acervos de movimentos sociais, elemento essencial para conseguir identificar os conceitos e promover uma ligação entre usuário, autor e informação.

Na tentativa de minimizar o impacto, ou antes, as ausências de metodologias especialmente desenhadas para o tratamento de informação nessa situação, propomos o uso do Modelo de Leitura Documentária, desenvolvido por Fujita e Rubi (2006b). Acreditamos que ambas as dificuldades destacadas, podem ser resolvidas pela utilização dessa metodologia, pelo fato de se apoiar em uma leitura documental sistemática, do mesmo modo que em protocolos capazes de dinamizar a leitura sem danos à informação contida no documento. No que diz respeito a falta de uma terminologia estabelecida para o tratamento de corpus documentais com esse perfil, a conversão dos termos identificados, conforme linguagem documentária adotada, promove a garantia de uso terminológico reconhecido pelo usuário e pelo autor em referência ao tema pesquisado. Por sua vez, a questão do desconhecimento do indexador sobre o vocabulário utilizado, estruturas de poder e estratégias empregadas por movimentos sociais poderia ser sanada a partir de capacitação, por meio do estudo prévio sobre o órgão produtor e a proveniência dos documentos, assim como do reconhecimento das particularidades de cada movimento social. Estes são elementos que podem auxiliar a resolver a dificuldade da identificação de conceitos e seus significados.

Para tanto, realizaremos, no tópico seguinte, um exercício prático de leitura documentária de um documento popular, a fim de comprovar a adaptabilidade do emprego da metodologia de Leitura Documentária no tratamento da informação de acervos de movimentos sociais, testando a efetividade, precisão e eficácia da identificação dos conceitos, além do posterior uso na recuperação de documentos.

Assim, seguindo o proposto por Fujita e Rubi (2006a) dividimos a leitura do documento em três procedimentos básicos a serem adotados: 1) exploração do conhecimento da estrutura textual; 2) identificação de conceitos; e 3) seleção de conceitos. O primeiro procedimento de leitura consiste na observação da estrutura do texto, por meio da análise de partes como título, resumo, métodos e resultados. Cabe ressaltar, que

nos documentos populares os termos utilizados podem variar por meio de sinônimos, tais como resultado e conclusões, resumo e apresentação e outros tantos. Isso se deve ao fato de esse tipo de documento ter como objetivo informar a grupos das camadas populares, por meio da utilização de linguagem coloquial característica dos membros dos movimentos sociais. O segundo procedimento de leitura, a identificação dos conceitos, deve ser realizada combinada com a exploração da estrutura textual. Considerada como principal etapa da leitura, a identificação dos conceitos, reconhece a formação das ideias presente no discurso por meio de palavras. Desta maneira, são detectados elementos tais como a ação, o objeto da ação, o agente da ação, o local e o tempo da ação. Por fim, após a identificar, é realizada a seleção dos conceitos, conforme representação pertinente ao conteúdo do documento, sua produção e a estrutura cultural a qual está inserido. Desta maneira, a interação entre usuário, autor e informação é construída de modo coeso, reduzindo os danos e as perdas informacionais contidas no documento.

No caso da aplicação do processo de indexação, tendo por base o Modelo de Leitura Documentária, em documentos populares e acervos de movimentos sociais, é preciso considerar que quando, nas duas últimas etapas do protocolo, o indexador possui conhecimento prévio sobre a proveniência, sua estrutural sociocultural (cenário contextual) e produção documental, a qualidade da recuperação da informação é otimizada e as possibilidades de pesquisas do usuário são ampliadas.

5 Aplicabilidade do Modelo de Leitura Documentária em Documentos Populares: estudo de caso sobre o acervo do MST

Com o intuito de demonstrar a aplicabilidade do Modelo de Leitura Documentário em Documentos Populares e acervos de Movimentos Sociais, utilizaremos um documento do Fundo do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) – acervo sob custódia do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM). A atuação do MST foi fundamental para a história brasileira, fazendo parte de um processo de transição política e econômica do país; seus mais de 30 anos de registros documentais

representam um acúmulo de lutas realizadas por causa das questões agrarias nacionais e a estruturação de políticas públicas para o uso social da terra.

Em 1998, os documentos do MST correspondentes às atividades de formação desenvolvidas, entre os anos de 1980 e 2001, foram entregues ao CEDEM. Esse conjunto de documentos, proveniente da Coordenação Nacional do MST, se encontrava acumulado na Sede Nacional, na cidade de São Paulo (CEDEM, 2018). A documentação foi reunida a partir dos trabalhos de campo do professor e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que viajou o país no final dos anos 1990, para levantar dados para sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento (FERNANDES, 2000).

No Guia do Acervo do CEDEM (2018) é mostrado a diversidade de dimensões e suportes dos documentos, composto por registros textuais, bibliográficos, iconográficos e audiovisuais. Em relação a âmbito e conteúdo dos materiais, o acervo;

> [...] é composto por publicações do MST e sobre o MST, material de propaganda, cadernos de formação e educação, recortes de jornal, relatórios de reuniões, correspondências, projetos, material pedagógico, documentação financeira e administrativa, documentos textuais produzidos pelo Setor de Educação da sede nacional, fitas de vídeo e o Jornal dos Trabalhadores sem Terras. (CEDEM, 2018, p. 109-110).

Devido às especificidades e características próprias do MST, esse conjunto de documentos forma um acervo complexo e com grandes particularidades. Dessa forma, a normalização trazida pela indexação, aliada a outros critérios para o tratamento arquivístico de documentos, entre eles a definição de tipos documentais, auxilia na formação das séries documentais e, posteriormente, em sua organização e na futura recuperação da informação.

Para elucidar a aplicabilidade do modelo em questão, dentro do Fundo MST (CEDEM, 2018), elegemos o documento popular intitulado “Vamos Organizar a Base”, de 1993. Este documento tem por objetivo explicar as alterações estruturais ocorridas no MST, que levaram a transformações dos setores em instâncias regionais ou estaduais.

Dessa forma, executamos as três etapas de leituras propostas pelo Modelo de Leitura Documentária, realizando a adaptação de termos mais usuais encontrados em documentos produzidos por movimentos sociais e promovendo o preenchimento da fórmula proposta por Fujita (1999), elaboramos o quadro que se segue:

Quadro 1 - Modelo adaptado da Leitura Documentária para o Documento Popular *Vamos Organizar a Base*

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	TERMOS TRADUZIDOS DA LINGUAGEM
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Organização da Base	Organização de Base Setores
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Formação	Formação Educação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Coordenação Nacional do MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais MST Coordenação Nacional do MST
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	Não aplicável	Não aplicável
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	São Paulo Sede Nacional do MST	São Paulo Sede Nacional do MST
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Criação dos Setores Estrutura Organizativa Instâncias	Organização Instância Formação

Fonte: Adaptado de CEDEM, Fundo MST (1993).

6 Considerações finais

Diante das reflexões aqui expostas, fica evidente que a utilização metodológica para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais é de suma importância. A indexação precisa ser considerada como uma atividade pensada já na fase de produção, mas vigente até a destinação final do documento, importante para potencializar a recuperação da informação e fomentar a pesquisa.

Em relação aos documentos populares e aos acervos de movimentos sociais, a realização de uma indexação precisa, ativa e metodológica se faz essencial, por causa da dinâmica específica da produção documental dos movimentos sociais e, muitas vezes, da não organização ou gestão documental. Diante desses aspectos, o modelo de Leitura Documentária pode ser de grande auxílio para uma indexação eficaz da documentação, pois é capaz de criar termos que promovam a integração entre autor, usuário e a informação contida no documento pesquisado.

Porém, cabe ressaltar que a adaptação do método é relevante para a melhor eficaz da aplicação do modelo em documentos populares e em acervos de Movimentos Sociais, de um modo geral. Da mesma forma, é importante considerar a flexibilidade das partes textuais, por conta de termos empregados no texto. Como exemplo, citamos os casos nos quais consta nos documentos a utilização do termo “apresentação” ao invés de “introdução” ou, então, o uso da expressão “considerações finais” no lugar de “resultados”, ainda que conceitualmente sejam expressões que remetem a sentidos distintos.

Assim, acreditamos que a boa funcionalidade e aplicabilidade do modelo em questão, em documentos populares, passam por um conhecimento prévio do indexador referente ao sistema burocrático-histórico-social que envolve os movimentos sociais e seus registros documentais. No entanto, observadas e incorporadas essas questões, comprovou-se que o método é de grande eficácia para a preservação e acessibilidade dos conteúdos informacionais presentes nos documentos populares de acervos de movimentos sociais. Dessa forma, alcança-se o objetivo proposto pela indexação, o de recuperar as informações de acordo com as necessidades do usuário.

Referências

BARBADILLO ALONSO, J. Apuntes de clasificación archivística. *Legajos*: cuadernos de Investigación Archivística y Gestión Documental, Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, n. 10, p. 27–50, 2007.

BELLOTTO, H. L. *Arquivo*: estudos e reflexões**.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, Luciana Moreira. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. *Informação & Sociedade*: Estudos, João Pessoa, v. 9, n.2, p. 439-454, 1999.

CEDEM. *Guia do acervo – CEDEM.* São Paulo: Cedem/UNESP, 2018.

CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Definição e conteúdo da Documentação Popular*. São Paulo: CPV, 1982.

CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Discutindo Documentação*. São Paulo: CPV, 1985. (Série 2).

CHAUMIER, J. L'indexation documentaire; de l'analyse conceptuelle humaine à l'analyse automatique morphosyntaxique. *Documentaliste*, Paris, v. 27, n. 6., p. 275-284, nov./dec. 1990.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador*: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. 321f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*. 1999. 123 f. Relatório parcial (Projeto Integrado de Pesquisa) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 1999.

FUJITA, M. S. L. *O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino.* 2010. p. 98-102. Relatório final (Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNPq) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 2010.

FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 7, p.1 - 18, 2006a.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire* Zaragoza, v.12, p. 47 - 69, 2006b.

FUJITA, M. S. L.; TROITIÑO, S. Política de indexação em instituição de saúde. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 3, n. esp., p. 95-116, nov. 2018. DOI: https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v3iEspecial.2018.39719.95-116. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39719. Acesso em: 20 de abr. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens Teóricas de Tratamento Temático da Informação (TTI): Catalogação de Assunto, Indexação e Análise Documental. *Ibersid:* revista de sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 15 set. 2009. Disponível em: http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730. Acesso em: 20 mar. 2019.

LOPEZ, A. Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores. *In:* MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (org.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores:* coletânea do 2. Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p.15-32.

MARX, K. *O capital.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Comunicação popular, alternativa e comunitária*: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil. São Paulo: Fundação JK, 2016.

PAZIN-VITORIANO, M. C. C. *Obrigação, controle e memória*: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROCHA, M. M. O. *Documentação e movimento popular*: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular – Recife. 1990. 111p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.

TROITIÑO, S.; FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B. Indexing in records management. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO), Brazil-São Paulo, UNESP University. (org.). Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society. *Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference,* 27-29 Set. 2016, Rio de Janeiro, Brazil. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. v. 1, p. 234-242.

UNESCO. *Um mundo, muitas vozes (Relatório MacBride).* Rio de Janeiro: FGV, 1983.

UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCBCS). São Paulo. *Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular.* 1980. Disponível em: http://cpvsp.com.br/upload/periodicos/pdf/PUCBCRJ061980006.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

17

Modelo semiótico de leitura documentária para indexação de fotografias

Ana Clara GATTO
Carlos Cândido de ALMEIDA

Resumo: Ademais dos documentos escritos, as fotografias entram no acervo passando pelo processo de análise e indexação. Do mesmo modo da análise de documentos textuais, a análise documentária de fotografia busca apontar seus aspectos mais importantes e representá-los em termos que melhor os definem para fins de armazenagem, busca e recuperação. O objetivo é apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia baseada nos estudos semióticos, isto é, na ciência geral dos signos. A fotografia pode ser compreendida como uma representação icônico-indicial de um ou um conjunto de objetos. As teorias analisadas foram escolhidas por passar pelas três subdivisões do signo em relação ao seu objeto, com foco nas fotografias por este estar ligado ao índice, algo que existe ou já existiu, reproduzido em um suporte com teor histórico e social, sendo uma representação visual de um contexto. Conclui-se que o uso da semiótica traz vantagens à análise de imagem e da fotografia em especial, pois resume, mesmo que não sendo o foco principal do modelo de leitura documentária, três passos para sua análise: o primeiro, a identificação dos elementos, em seguida, sua existência para, finalmente, gerar seu significado no que tange os assuntos.

Palavras-chave: Fotografia. Indexação. Leitura documentária. Semiótica.

Abstract: In addition to written documents, photographs enter the collection through the indexing process. Like analysis of textual document , photography indexing seeks to point out its most important aspects and to represent them in terms that best define them for storage, searching, and retrieval. This paper aims to present a methodological proposal for indexing photographies based on semiotic studies, that is, the general science of signs. Photography can be understood as an iconic-indexical representation of one or a set of objects. The theories analyzed were chosen by going through the three subdivisions of the sign in relation to its object, focusing on the photographs because it is linked to the index, something that exists or has existed, reproduced in a medium with historical and social content, being a visual representation of a context. It is concluded that the use of semiotics brings advantages to image and photography analysis, since it summarizes, even though it is not the main focus of the reading model, three steps for its analysis: the first, the identification of the elements, then its existence to finally generate its meaning.

Keywords: Photography. Indexing. Documentary Reading. Semiotics.

1 Introdução

Os documentos que possuem o mesmo tema são agrupados e recuperados, dentro do acervo devido ao processo de análise documentária, com a finalidade de indexar os assuntos. A análise documentária tem sua origem na documentação e é definida como um conjunto de tarefas com o intuito de expressar o conteúdo dos documentos com o pretexto de facilitar sua recuperação (CUNHA, 1987) .

A primeira parte da análise, a leitura profissional dos documentos, pode ser dividida em dois níveis: o primeiro referente à sua forma, com um conjunto de princípios tipológicos que os autores seguem, padronizando um tipo de texto, como os textos científicos e literários, em que seus pontos importantes estão destacados, como título e capítulos; e o segundo diz respeito ao conteúdo, com a intenção de obter informações relevantes gerando produtos secundários como o índice e o resumo. Para identificar o conteúdo principal, utiliza-se a indexação, que para Chaumier (1988) é um processo no qual há a representação de um tema em conceitos, esses conceitos são escolhidos logo após a leitura. Importante ressaltar que o tema do documento será representado em conceitos, ou termos de indexação, que melhor representem o assunto e que são frequentemente usados pelos autores.

Ademais dos documentos escritos, as fotografias entram no acervo passando pelo processo de análise e indexação. Segundo Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) o processo de indexação, seja de documentos visuais ou textuais relaciona-se a processos cognitivos por atribuir conceitos que melhor representem o conteúdo visando sua recuperação da informação. Para que esta atividade seja empreendida com sucesso, é preciso seguir uma estrutura lógica de leitura no qual o documento é analisado por partes para que sejam identificados conceitos que traduzam o assunto neles tratados, construindo representações mínimas do conteúdo. Do mesmo modo da análise de documentos textuais, a análise documentária de fotografia busca apontar seus aspectos mais importantes e representá-los em termos que melhor os definem para fins de armazenagem, busca e recuperação.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia baseada nos estudos semióticos, isto é, na ciência geral dos signos. Para tanto, deve-se apresentar aspectos característicos da fotografia, bem como a leitura documentária deste tipo de documento.

2 A Fotografia

Antes de conceituar fotografia, deve-se considerá-la como o primeiro dispositivo de capturar imagens utilizando a luz deve ser mencionada. Aristóteles, entre 384 e 322 a.C., havia estudado e projetado o que é conhecido como *câmara obscura*, um dispositivo que, através da luz refletida em um objeto, este é projetado em uma parede branca – com a imagem invertida - por meio de um orifício.

Mas foi somente na década de XIX que a fotografia veio a ser um suporte com imagens registradas por meio da invenção de Louis Jacques Madé Daguerre (1787-1851) com a placa de cobre, elementos químicos e temperatura elevada, que recebeu o nome de daguerreótipo (OLIVEIRA, 2003). Em 1777, o químico Karl Wihelm descobriu que o amoníaco, quando exposto ao sol sobre um desenho, era um ótimo fixador, porém as imagens eram negativas e invertidas. Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) descobriu em 1816 que, um papel coberto com sais de prata exposto a luz obtia uma imagem fraca dentro da câmera obscura.

Por intermédio de famosos óticos de Paris, Niépce se encontra com Louis Jacques Madé Daguerre (1787-1851), que em 1835 descobriu como fixar imagens em um suporte usando placas de cobre, elementos químicos e temperatura elevada, recebendo o nome de daguerreótipo (OLIVEIRA, 2003). Willian Henry Tlabot (1800-1877) interessado em realizar cópias projetou uma pequena câmera de madeira, em 1835, carregada com papel de cloreto de prata que fixava uma imagem escura, mas quando era submetida a um contato com outro papel sensível apresentava-se sem inversão e positiva. Em 1860 a fotografia ganhava grande destaque na Europa e nos Estados Unidos, marcando o início do desenvolvimento industrial e cultural. Por cultural têm-se os costumes, cenários rurais e urbanos registrados em um suporte fotográfico, e o industrial com o desenvolvimento da indústria gráfica (KOSSOY, 2011).

O daguerreótipo chega ao Rio de Janeiro em 1840 trazido pelo Abade Compte. O pioneiro da fotografia no Brasil, o francês Hércules Florence, apresenta interesse por esse novo suporte ao ler histórias de aventuras. No Brasil trabalhando como desenhista, e a possibilidade de imprimir numa mistura de litografia e gravura várias cores, Florence decide usar a câmera obscura para capturar essas imagens, inventando outra câmera com a paleta de pintor e a lente de um monóculo, conseguindo uma imagem da janela de sua casa que, ao ser colocada em contato com outro papel sensível, conseguiu a imagem positiva e na posição correta (OLIVEIRA, 2003). Entretanto, a fotografia só ganharia espaço nas representações entre 1850/1860 na apresentação de cartazes, produtos, jornais e revistas ilustradas (CHIARELLI, 2005).

A fotografia jornalística, por sua vez, foi selecionada por acompanhar um texto escrito, tornando-se um complemento da notícia, além de não apresentar alterações nos elementos icônicos. Para Valle Gastaminza (1999, p. 113) "a fotografia apresenta o aspecto de pessoas, objetos, lugares ou situações de uma maneira mais clara, unívoca, rápida e exata que uma informação verbal descritiva sobre a mesma" (tradução nossa). Assim como a principal característica de todos os documentos, a fotografia apresenta mudança no decorrer do tempo, como uma fotografia de uma família de 1870 se modifica de uma memória para um documento de caráter social onde é possível estudar os costumes da época.

Dubois (1993) divide a imagem fotográfica em três estágios: 1) espelho fiel da realidade (mimese), sendo as figuras ícones, pois mostra a realidade em si; 2) em seguida, é vista como transformação do real (código), possuindo uma visão específica ideológica e manipulação dos referentes pelo fotógrafo, se assemelhando ao símbolo; e 3) a fotografia é percebida como vestígio da realidade, "ela é um índice da realidade na medida em que sua existência está conectada inexoravelmente a algum aspecto do mundo visível, do qual emana" (PATO; MANINI, 2013, p. 12) (grifo do autor). Segundo Peirce (2011, CP 4.447, v. 4, p. 359) ícone[44] "é da natureza de uma aparência, existindo apenas na consciência, apesar de, por conveniência, nós o entendermos para as aparências visíveis dos objetos que excitam na consciência a imagem desses". O símbolo, por sua vez, é de natureza convencionada, "a **simbolização,** ou estágio semiótico, caracteriza-se pela substituição de algum objeto ou acontecimento por algo que os represente" (PATO; MANINI, 2013, p. 11, grifo do autor), sendo assim, as imagens mentais e seus respectivos objetos são classificados e nomeados.

Sendo a fotografia um aspecto da realidade, as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta quando se tenta sistematizar suas informações por meio de metodologias de pesquisa para descobrir seus conteúdos e, como consequência, a realidade que os originou (KOSSOY, 2001), tornando-se um documento de grande teor histórico. A fotografia, quando de sua natureza histórica, ganha esta função por ser um artefato com resíduo do passado tornando-se, dessa forma, um meio de conhecimento (KOSSOY, 2001).

Para Valle Gastaminza (1999), quando se considera a imagem como objeto de análise documentária, deve-se considerar aspectos como atributos biográficos, a fotografia tem uma origem, sendo importante identificar o artista, a escola a qual pertence, enquanto o título está relacionado a atributos temáticos entendidos como o significado da imagem no fotografia, "uma coisa é o que aparece na imagem, o que se vê, concreto e objetivo, e outra o que a imagem sugere, aquilo sobre o que a imagem trata, abstrato e subjetivo" (VALLE GASTAMINZA, 1999, p. 122, tradução nossa).

---

[44] No original "An icon is a representamen of what it represents and for the mind that interprets it as such, by virtue of its being an immediate image [...]".

A fotografia entendida em seu potencial informativo, deve receber certo tipo de tratamento de modo a adequar-se às necessidades de recuperação da informação. Nesse sentido, a leitura analítica da fotografia é uma tarefa fundamental para seu tratamento documentário.

3 A Leitura Documentária da Fotografia

A análise do conteúdo da imagem ou sua leitura devem ser considerados três enfoques: a denotação (o que aparece na imagem), a conotação (o que ela sugere) e o contexto (aspectos de sua produção). Para Pato e Manini (2013), a indexação de fotografias – tomado aqui como processo equivalente à análise documentária tem sido tratada pelo viés tradicional de descrever o que a imagem "mostra", ou seja, tudo aquilo que faz referência aos objetos do mundo visível para que estes se tornem conceitos. Neste momento, deve-se considerar os aspectos básicos da leitura da fotografia para fins documentários.

Sendo assim, para se ler uma fotografia seguindo a metodologia tradicional, primeiramente devem-se reconhecer os elementos iconográficos que representam pessoas, objetos e animais, em seguida, cria-se uma narração, identificando os gestos e as expressões para poder atribuir valores perante a estética da foto. Como última etapa, buscam-se os dados biográficos do fotógrafo para classificá-la dentro de um contexto e um tempo específico.

Desta forma, a indexação tem como objetivo maior a descrição de documentos para sua posterior recuperação e uso, sempre tentando descrever o máximo de informações possíveis utilizando conceitos relevantes para a área. Esta análise baseia-se na observação de elementos separados para compreendê-los no conjunto do todo.

Para a indexação de imagens estáticas, como seria o caso da fotografia, Layne (1994) destaca quatro categorias gerais de informações: biográficas, exemplificativas, de relacionamento e de assunto, sendo esta última o reflexo do que as pessoas pensam, tornando, na opinião da autora, a categoria mais importante, porém a menos objetiva.

Com respeito à categoria assunto é necessário pensar em três atributos. O primeiro deles seria resumido com o uso das preposições

DE e SOBRE[45], sendo a diferença entre o significante e o significado (exemplo: a imagem DE alguém chorando pode ser SOBRE a tristeza), "[...] portanto, quando a imagem é **DE,** o aspecto mais provável é que a figuração seja concreta e objetiva; quando uma imagem é **SOBRE**, há mais propensão de ser abstrata e subjetiva" (LAYNE, 1994, p. 584). O DE é vinculado à percepção e descrição do que se observa na imagem, sendo num nível básico, o SOBRE exige um conhecimento para descobrir seu significado. No segundo atributo tem-se que a imagem pode ser genérica ou específica, onde respectivamente, pode-se descrever a imagem como algo sem aprofundamento como podemos esclarecer o que é esse objeto. Como terceiro aspecto, a imagem pode ser classificada em quatro facetas: tempo, espaço, atividades e eventos e objetos, podendo ser animadas ou inanimadas (PATO, 2014).

Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) ressaltam que houve quatro paradigmas experimentados pela indexação de imagens: 1) indexação manual em linguagem natural tomando como base o modelo de Panofsky sobre análise de imagem; 2) indexação assistida, cuja imagem é descrita através de descritores a partir de linguagens documentárias buscadas em tesauros ou vocabulários controlados; 3) indexação por conteúdo ou atributos visuais, como as cores, texturas e formas; 4) indexação mista ou semântica que utiliza os atributos visuais, como as palavras para estabelecer o sentido nas representações destes documentos.

Através destes quatro paradigmas, Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) dividem a representação indexical segundo três hipóteses: a) teleológica, no qual o tratamento da imagem atende a uma finalidade específica; b) semiótica/ontológica, no qual a imagem é tratada como signo que pode ser representado através da descrição física da imagem como um todo, a relação entre eles e a compreensão da semântica dos objetos da imagem; e c) fenomenológica, na qual a descrição dos objetos volta-se aos fenômenos perceptíveis.

Para documentar uma imagem, como a fotografia, Valle Gastaminza (1999) afirma que o profissional deve considerar três momentos: 1) o momento de criação, cheio de aspectos subjetivos, proporcionado pelo olhar do fotografo; 2) o momento de seu tratamento documental a imagem pode ser considerada de várias perspectivas, sejam

[45] A tradução de OFNESS e ABOUTNESS aparece no artigo de Smit "a representação da imagem" de 1996.

elas neutras, objetivas ou de uma maneira mais simples, podendo ser consideradas como a primeira impressão do profissional documentalista, mas "o denotado pela fotografia deverá ser considerado objetivamente, o conotado, o símbolo, o sugerido para a fotografia deverá ser cuidadosamente estudado e preservado" (VALLE GASTAMINZA, 1999, p. 119); 3) o momento de reutilização da imagem, tendo a fotografia ganho um significado unívoco, sem necessariamente constituir o sentido original dada a ela.

Para Moreira González e Robledano Arillo (2003) muitas são as características importantes para análise de imagem, dentre elas a data e local de sua criação, informações onde é possível a identificação dos artistas/fotógrafos, se sofreu modificações ou restaurações e seu suporte, podendo ser um pôster, uma colagem, desenho, gravura. Ainda, para os autores, o significado possui mais valor do que o próprio signo, já que "não alcançaríamos o signo sem o significante" (MOREIRA GONZÁLEZ; ROBLEDANO ARILLO, 2003, p. 25).

O tratamento documentário é de grande importância, pois descrevemos os documentos que temos em mãos mantendo a relação da informação presente no material e a que divulgamos. Segundo Pato e Manini (2013), a indexação, assim como a classificação, abrange várias fases do documento, desde sua coleta até a disseminação, passando por identificação, descrição, armazenamento e recuperação. "No caso da fotografia, trata-se, pelo viés tradicional de descrever o que a imagem 'mostra', ou seja, os referentes que remetem às coisas e objetos do mundo visível e, em seguida, determinar termos que caracterizem e representem a fotografia" (PATO; MANINI, 2013, p. 4).

Essa abordagem tradicional leva em conta, de certo modo, a divisão linguística trazida por Hjelmeslev de forma e conteúdo. A identificação da forma trataria de uma parte meramente descritiva em que se aponta o que é apresentado nos referentes. Na descrição do conteúdo se arrola os significados da fotografia e os termos que melhor representam seu conteúdo. Contudo, essa visão bipartida do processo de análise documentária da fotografia pode receber um outro tratamento, agora pelo viés semiótico.

4 Leitura Documentária e Análise Semiótica da Fotografia

Pela fotografia ter aspecto de vestígio, considerando sua capacidade indicial e de estar plasmada em um suporte, esta tem uma finalidade documental, comprobatória e informativa. Para Silva e Netto (2008) isso se dá por meio da memória representada, seja ela individual ou coletiva, e pode ser percebida como uma mensagem composta por sistemas de signos não-verbais, historicamente construído e compreendido socialmente. Esse enquadramento como signos não verbais é o principal aspecto que se deseja destacar da fotografia. Em outras palavras, a fotografia, entendida como documento e dotada de potencial informativo e probatório, é um dispositivo semiótico composto de um conjunto de signos e pivô de outros tantos signos no momento da interpretação. Esta seção tem por objetivos destacar as características semióticas da fotografia e apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia fundamentada na semiótica.

De acordo com Kossoy (2011), no mundo da representação fotográfica existem duas realidades: a primeira que diz respeito ao próprio referente, o objeto que será fotografado e ao seu processo de representação; e a segunda, sendo a própria imagem, o registro da primeira realidade. Nota-se, neste aspecto, um carácter realista da concepção de fotografia em virtude de seu relacionamento com o referente. De certo modo, esta concepção respeita a noção que valoriza a realidade dos referentes e como estes impõem certos atributos que podem ser captados pelas lentes do fotógrafo.

Respaldando-se na semiótica de Charles Peirce (1839-1914), especialmente em sua segunda tricotonomia dos signos, pode sustentar que a fotografia é icônica e indicial ao mesmo tempo, mantém os ícones como elementos particulares que estabelecem semelhanças com o objeto representado, e com isso apontando ou rementendo a uma realidade, fato este que a coloca no nível dos índices.

É muito comum encontrar o argumento que assevera sobre a polissemia da fotografia pois haveria dois tipos de interpretação, o primeiro no sentido denotativo, com aquilo que realmente se vê na imagem, seus ícones e índices e, o segundo, o sentido conotativo, no qual são analisados os valores divergentes e especificidades que uma fotografia carrega, sejam

esses culturais, simbólicos, filosóficos ou contextuais. Contudo, esta divisão tende a apontar a contribuição semiótica apenas na constatação da característica indicial da fotografia, esquecendo-se que no nível dos símbolos manifestar-se-iam os significados conotativos.

Aumont (1993) ressalta que a interpretação de imagens fotográficas pode ser realizada através de duas diferentes teorias: a semiótica, na qual são identificados diversos códigos, sendo os principais icônicos, indiciais e simbólicos e a iconologia, elaborada por Panofsky (2002) em que a imagem possui diversos níveis de sentido.

Para a iconologia, a imagem pode ter sua significação primária ou natural, subdividida em factual e expressional, com a identificação das formas puras como linhas, cores ou objetos que representam humanos, animais e plantas. Além disso, tem-se a identificação de algumas qualidade expressionais, como sentimentos, gestos e caracterização do ambiente. Outra forma de significação está no nível secundário ou convencional, com a atribuição de valores para esses gestos e objetos identificados, aqui abordando os temas específicos ou conceitos manifestados na imagem e a significação intrínseca ou conteúdo, com a relação de todos os elementos reconhecidos ligados a um indivíduo ou contexto específico.

Segundo a teoria semiótica de Peirce (2005), tem-se que a fotografia é uma espécie de signo, dessa forma, só adquire sentido quando socialmente compartilhada, e para que essas informações sejam compreendidas, é preciso entender a relação do signo com seus elementos (representamen, objeto e interpretante). Para isto, a semiótica sugere a observação dos ícones, pelas semelhanças físicas, porém sem esquecer o caráter indicial, por representar aquilo que já foi e o símbolo, que traz à mente uma convenção, aquilo que é compreendido e aceito socialmente.

Sendo assim, pode-se recorrer aos conceitos da semiótica para compor um método para isolar e analisar os diversos tipos de elementos presentes em uma fotografia: ícones, índices e símbolos.

Para discutir a aplicabilidade da semiótica na representação documentária, foram selecionadas algumas abordagens aplicadas e por considerar que as etapas de análise estão bem delimitadas e podem auxiliar o indexador.

O método proposto por Agustín LaCruz (2015) considera seis competências para se compreender o significado global de uma imagem, e neste caso, pode-se aplicá-las às competências necessárias ao indexador no momento de analisar fotografias:

Quadro 1 - As competências para compreensão do significado de uma imagem

Competências	Definição
Competência iconográfica	Consiste na observação e identificação de formas visuais simples como animais e pessoas
Competência narrativa	Baseado na experiência visual, o leitor consegue estabelecer relações entre as pessoas, animais e cenário
Competência estética	O leitor atribui sentido dramático segundo suas próprias experiências simbólicas e estéticas
Competência enciclopédica	Baseado experiência cultural e seus próprios conhecimentos, o leitor identifica valores relevantes com outras informações
Competência linguística-comunicativa	Capacidade do leitor em elaborar preposições linguísticas com quem comunica e expressa o conteúdo da imagem
Competência modal	O leitor compreende a imagem como uma representação de um espaço e tempo determinado

Fonte: Agustín LaCruz (2015).

Vinculada à semiótica tem-se que a competência iconográfica, como o próprio nome já sugere, refere-se à observação dos elementos que são visíveis. A identificação do índice se enquadra na competência narrativa, sendo que essa etapa se baseia na experiência visual, a relação que se faz com os objetos e o meio em que os mesmos estão inseridos. Para a formação do símbolo pode-se aludir à competência estética, aplicada pelas próprias experiências do receptor, e à competência enciclopédica que também requer conhecimentos culturais além da competência modal, com a atribuição de um contexto à representação. A competência linguística-comunicativa é vista como um trabalho essencial na composição do assunto da fotografia, por exemplo. Essa competência é importante ao indexador

para este confeccionar um resumo com todas as informações relevantes da fotografia e poder comunicar algo sobre ela. Entre as competências citadas, é nesta última que se encontra o trabalho do indexador em traduzir linguisticamente os assuntos de uma fotografia tendo em vista a recuperação da informação.

Desta forma, as competências são fundamentais para identificar todos os elementos da fotografia em suas diversas camadas, desde os objetos visíveis com a competência iconográfica até a relação destes objetos com outros valores, nas competências narrativas e enciclopédicas, tornando sua análise efetiva mas ao mesmo tempo subjetiva, já que está baseado em experiências individuais do leitor-indexador.

Adicionam-se às competências necessárias para a indexação de fotografias as quatro categorias de análise de Layne (1994), a saber: *o atributo biográfico,* com todas as informações relacionadas ao "nascimento" da fotografia, seja este o nome do fotógrafo, lugar em que foi tirada, dimensões; *o atributo exemplificativo*, com a diferenciação dos diversos tipos de documentos, no caso das fotografias, se estas são artísticas, fotojornalismo etc.; *o atributo de relacionamento*, com a relação do tema da fotografia com outros documentos dentro do acervo e *o atributo assunto*, com a divisão em OFNESS e ABOUTNESS, que faz alusão à denotação e conotação, logo, ao signo e à seu significado. Este atributo pode ser diferenciado em genérico e específico, no qual o primeiro é uma descrição mais superficial, somente dos elementos visíveis, enquanto no segundo é estabelecida uma relação entre todos esses objetos.

Com a divisão do assunto, é possível observar a ação dos signos na representação, se a fotografia for indexada somente pelos seus elementos visíveis, de forma genérica só tratando do OFNESS esta será uma descrição que não trará muitos resultados, sua recuperação não será eficiente, em contrapartida, quando é analisado a relação dos signos, o ABOUTNESS, esta gerará o símbolo, uma convenção, seu assunto, tornando a recuperação mais precisa. Além da semiótica, o atributo exemplificativo e de relacionamento são pontos importantes da indexação de fotografias, pois já considera a diversidade de cada documento e como os mesmos mantêm relação dentro de um acervo.

Com a divisão do signo em três elementos – ícone, índice e símbolo – Panofsky (2002) elaborou um método que respeita de certa

forma essa divisão, sendo sua análise dividida em *pré-iconográfica*, com a observação dos elementos visíveis, *iconográfica*, quando é identificada a relação desses elementos e a *iconológica*, quando são identificados os valores históricos e sociais. Porém, parte-se de uma dificuldade de adaptação, pois esta análise foi criado para obras de arte, tipo de imagem em que ocorre manipulação de seus elementos. Neste caso, cada pintor retrata sua ideia utilizando cores, técnicas e objetos diferentes, sendo cada um destes um atributo importante para análise por fazer parte da construção da ideologia que pretende ser passada, tornando a análise exaustiva. Na leitura e indexação da fotografia, por mais que seus elementos possam ser modificados, suas informações não estarão tão pormenorizadas como em uma pintura, principalmente considerando as limitações do indexador e os propósitos da representação. Em geral, deixa-se a análise pormenorizada, bem como o uso, para a própria pessoas que pesquisa.

O método de tratamento semiótico para fins de documentários proposto por Pato (2014) decompõem os elementos de uma fotografia segunda a divisão triádica da segunda tricotomia dos signos da semiótica. Para o autor, com respeito a leitura e a composição do assunto da fotografia, os ícones mostram, os índices indicam e os símbolos afirmam. Considerando esta sequência, ao final do processo chegar-se-á a um símbolo conclusão, isto é, os conceitos relacionados a imagem os quais podem sobre o processo de tradução e compor a lista de entradas de assunto.

Os ícones são todos os grupos de objetos representados, os índices, devendo estar ligados aos ícones para indicar alguma possibilidade significativa e essa relação é denominada símbolo, como as palavras que exprimem esses objetos. O resultado final do processo de leitura documentária da fotografia seria o símbolo genérico, como subproduto da semiose, utilizado como termo-conceito empregado na etapa final da indexação. A ficha a seguir resume a proposta de aplicação da tríade ícone, índice e símbolo para leitura documentária da fotografia.

Quadro 2 - Ficha de Análise Baseada no Método de Pato

ÍCONES que mostram	ÍNDICES que indicam	SÍMBOLOS que afirmam	SÍMBOLO ASSUNTO conclusão
Lista de todos os elementos visíveis sejam eles objetos, pessoas ou cores e o plano em que aparecem (frontal, lateral, diagonal). Descrição detalhada das ações dos personagens. Descrição do ambiente. É feita a pergunta: o que eu vejo nesta imagem?	Os elementos são nomeados pelo nome, característica física (jovem, velho), profissão ou evento. É feita a pergunta: quais são os nomes ou o que gerou esses elementos?	Representação convencionada dos elementos. É feita a pergunta: esta imagem significa o quê?	Representação considerando os elementos intrínsecos e o contexto em que foi gerado. É feita a pergunta: sobre este assunto, quais os termos que melhor o representam?

Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira vantagem do método desenvolvido por Pato é a possibilidade de colocar o plano da fotografia, pensando na indexação como forma de descrição que contém todas as informações importantes que podem ser usadas como forma de recuperação de um documento.

Além disso, como seu método esta apoiado na semiótica, a forma de análise segue etapas lógicas, tais como descritas por Peirce e relacionadas às categorias fenomenológicas, no qual são identificados os elementos para, em seguida, relacionar com outras informações. Além disso, a divisão do símbolo é essencial para diferenciar o que a fotografia significa e quais os termos de indexação, no caso, descrevem melhor esse assunto. Uma análise com base neste método pode ilustrar o procedimento:

Figura 1 - Le Baiser de L'Hôtel de Ville

Fonte: Agustín LaCruz (2015).

Para esta análise usou-se a fotografia de Robert Doisneau que foi publicada na revista *Life* em 1950 com o título *Le Baiser de I'Hôtel de Ville* (em inglês "The Kiss in front of City Hall"), participando de um projeto fotográfico intitulado "in Paris young lovers kiss wherever they want to and nobody seems to care". Na época já existiam direitos de imagem, Doisneau fotografava atores ou amigos. No caso da fotografia em questão, o intuito era capturar momentos reais do casal em lugares públicos[46]. A seguir, a leitura documentária da fotografia com base no método de Pato (2014) recorrendo a uma ficha de análise.

Quadro 3 - Análise Documentária de Fotografia Baseada na Semiótica

ÍCONES que mostram	**ÍNDICES** que indicam	**SÍMBOLOS** que afirmam	**SÍMBOLO ASSUNTO** conclusão
Homem branco	Jovem	Casal de jovens	Afeto
Roupa (blazer e cachecol)	Namorado		Namorados
Uma mão no bolso e a outra no ombro da mulher			

[46] Informações dadas por sua filha à entrevista para a BBC News (POIRIER, 2017).

Visão frontal		
Beijando mulher		
Mulher branca	Jovem	Casal de jovens
Roupa (blazer)	Namorada	
Cabelo curto		
Mão ao lado do corpo		
Visão lateral		
Beijando homem		
Lugar	Câmara Municipal	Cidade romântica
Paris		

Fonte: Pato (2014).

Porém, sua análise recorre a uma forma de quadro, o que torna o processo não muito clara, sendo que cada linha não condiz exatamente com uma possível conclusão, não sendo possível que cada ícone seja transcrito em termos de índice, assim como nem todo índice se converterá em um símbolo-assunto. Por outro lado, a ideia principal da indexação é identificar conceitos que melhor representem o conteúdo do documento implicando na seletividade dos termos, não em sua exaustividade. Além disso, as descrições detalhadas dos ícones, como as ações dos indivíduos, não são relacionados junto ao símbolo-conclusão de maneira explícita.

A proposta semiótica deixa clara a importância do indexador na realização da leitura documentária, a qual sobre grande influência subjetiva no momento de traduzir os conceitos encontrados, bem como exigi do profissional uma capacidade inferencial que nem sempre é requerida em outros tipos de documentos.

5 Considerações Finais

A fotografia pode ser compreendida como uma representação icônico-indicial de um ou um conjunto de objetos. A escolha pela fotografia em relação às outras espécies de imagens deve-se pela sua relação com a realidade, esta nunca deve ser entendida como um reflexo ou espelho da realidade, pois em termos semióticos a teoria do espelhamento não contempla a incapacidade humana de representar integralmente qualquer objeto que seja, nem mesmo inclui a série de inferências decorrentes de qualquer processo de interpretação. Mesmo assim, em algumas circunstância, a fotografia obriga o interprete a crer na existência presente ou passada do objeto que afeta o dispositivo.

Tem-se, então, que a fotografia é um objeto reproduzido em um suporte, sem considerar a manipulação que pode ocorrer na pós-produção. A fotografia também é considerada um fragmento escolhido pelo fotógrafo, porém pelo seu equipamento capturar traços da realidade do momento, este é, de certo modo, uma fração da realidade. Segundo Novaes (2008, p. 459) "uma imagem representa, no sentido bem simples de que ela torna presente qualquer coisa ausente [...]".

As teorias analisadas foram escolhidas por passar pelas três subdivisões do signo em relação ao seu objeto, com foco nas fotografias por este estar ligado ao índice, algo que existe ou já existiu, reproduzido em um suporte com teor histórico e social, sendo uma representação visual de um contexto. Pensando na indexação, os atributos de Layne (1994) direcionam para o acesso a outros grupos de imagens, além de apresentar aspectos físicos da fotografia como data, dimensão, nome do fotógrafo e a legenda, além da caracterização da fotografia, pelo atributo exemplificativo, um ponto de acesso em que as imagens são agrupadas segundo suas características comuns, retratos separados de fotojornalismo, por exemplo.

Este método apresenta semelhança com o de Agustín LaCruz (2015) no atributo relacionamento, em que o tema da fotografia pode direcionar a outros suportes, podendo ser tanto textual como iconográfico ou audiovisual, lembrando que cada atributo de Layne é um ponto de acesso.

Por sua vez, a proposta semiótica de Pato (2014) para leitura e análise de fotografias para fins documentários, com a divisão do símbolo,

já caracteriza o trabalho de indexação, em que primeiro é identificado o tema, símbolo assunto, para depois gerar os termos de acesso, isto é, símbolo conclusão.

Com isso, conclui-se que o uso da semiótica desta forma traz vantagens à análise de imagem e da fotografia em especial, pois resume, mesmo que não sendo seu foco principal, ps três passos para sua análise: o primeiro, a identificação dos elementos, em seguida, sua existência para, finalmente, gerar seu significado no que tange os assuntos. Porém, para a indexação das imagens fotográficas, notou-se que esse processo não é suficiente, precisando de outras informações antes dessa análise, como dados dos fotógrafos e onde esta foi publicada, no caso de fotografias jornalísticas, de propaganda, artísticas etc. Tais descrições técnicas são importantes para tornar a análise mais aperfeiçoada e ser mais um ponto de acesso. Cada campo de descrição deve ser uma forma de acessar a fotografia, e se esta fosse descrita somente pelos seus ícones e índices, sua recuperação não seria tão satisfatória. Resta para os próximos anos verificar a viabilidade de se adaptar esses passos para a análise automática ou mesmo para o reconhecimento de imagem com vistas à representação, à organização e à futura recuperação da informação.

Referências

AGUSTÍN-LACRUZ, M. Del C. La lectura de las imágenes fotográficas orientadas hacia la representación documental. *Encontros Bibli:* Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 20, n. esp. 1, p. 55-88. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2015v20nesp1p55/28639. Acesso em: 07 jun. 2018.

AUMONT, J. *A Imagem.* Campinas: Papirus, 1993.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011407/52f4a71bc4d6625f791dd3f19437f0af/. Acesso em: 06 mar. 2018.

CHIARELLI, T. História da arte/história da fotografia no Brasil – século XIX: algumas considerações. *ARS,* São Paulo, v. 3, n. 6, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202005000200006. Acesso em: 10 dez. 2018.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. *In*: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária:* a análise da síntese. 2 ed. Brasília: IBICT, 1987. Cap 4. p. 40-63.

KOSSOY, B. *Fotografia & história.* 2. ed. São Paulo: Atêlie, 2011.

LAYNE, S. Some issues in the indexing of images. *Journal of the American Society for Information Science,* Hoboken, v. 45, n. 8, p. 538-588, 1994. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/Layne_1994.pdf. Acesso em: 30 jan. 2017.

MOREIRA GONZÁLEZ, J. A. M.; ROBLEDANO ARILLO, J. R. *O conteúdo da imagem*. Curitiba: UFPR, 2003.

NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *MANA*, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a07v14n2.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

OLIVEIRA, E. M. *O pioneiro da fotografia no Brasil*. Covilhã Portugal, BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-pioneiro-fotografia-brasil.pdf. Acesso em: 12 set. 2018.

PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da renascença. *In*: PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. cap. 2. p. 47-65.

PATO, P. R. G. Ícone, índice e símbolo, fundamentos para ler e organizar a informação em imagens. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: ENANCIB, 2014.

PATO, P. R. G.; MANINI, M. P. Polissemia da imagem, indexação, e recuperação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: ENANCIB, 2013. p. 1 - 20. Disponível em: http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/43. Acesso em: 31 jan. 2018.

PEIRCE, C. S. *Semiótica.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

PINTO, V. B.; MEUNIER, J-G.; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. *Encontros Bibli*: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 13, n. 25, p. 15-35, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p15/878. Acesso em: 07 jun. 2017.

POIRIER, Agnès. One of history's most romantic photographs was staged. *BBC*, 14 Feb. 2017. Disponível em: http://www.bbc.com/culture/story/20170213-the-iconic-photo-that-symbolises-love. Acesso em: 31 jan. 2018.

SILVA, J. C. B.; NETTO, R. M. Fotografia: um olhar semiótico sobre uma linguagem não-verbal. *Letra Magna*: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Linguística

e Literatura, Brasil, v. 04, n. 9, 2008. Disponível em: http://www.letramagna.com/fotografia.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

SMIT, J. W. A representação da imagem. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 29-36, jul. 1996.

VALLE GASTAMINZA, F. del (ed.). *Manual de documentación fotográfica.* Madrid: Sintesis, 1999.

Sobre os autores

Ana Carolina Ferreira

anacarolinaf2004c@gmal.com

Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPG-GOC/ECI/UFMG). Bibliotecária do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

Ana Clara Gatto

anac.gatto@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP de Marília e interessada pelas diversas formas de comunicação, teve sua pesquisa fomentada pela FAPESP, em que busca traçar um parâmetro entre a semiótica, a análise e descrição de fotografias.

Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan

benildes@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela ECI/UFMG. Doutora e Mestre em Ciência da Informação – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECI/UFMG). Professora Adjunta no Departamento de Organização e Tratamento da Informação da ECI/UFMG. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC/ECI/UFMG), e integrante do Grupo de Pesquisa MHTX - Modelagem Conceitual para Organização Hipertextual de Documentos, no Grupo de Pesquisa RECRI - Representação do Conhecimento e Recuperação da Informação e no Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Portugal.

Camila Monteiro de Barros

camila.c.m.b@ufsc.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGIN/UFSC). Líder do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC).

Carlos Cândido de Almeida

carlos.c.almeida@unesp.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Livre-docente em Semiótica e Ciência da Informação e Pós-Doutor pela Universidade de Zaragoza, Espanha. Atua como docente junto ao Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília.

Daniela Majorie Akama dos Reis

danielamajorie@yahoo.com.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília, com bolsa de iniciação científica CNPq/PIBIC. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela UNESP de Marília, com bolsa FAPESP no mestrado. Pesquisas nos temas: estrutura textual, catalogação de assuntos, livros científicos, protocolo verbal, leitura documentária, doutrina jurídica.

Deise Maria Antonio Sabbag

deisesabbag@usp.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora Doutora da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. É docente permanente na Pós-Graduação, linha de pesquisa Produção e Organização da Informação, do Programa de Ciência da Informação da Unesp de Marília.

Dulce Amélia de Brito Neves

damelia1@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela UFPB. Mestre em Biblioteconomia pela UFPB. Doutora em Ciência da Informação pela UFMG. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB. Coordena os Grupos de Pesquisa: Leitura, organização, representação, produção e uso da informação e Representação temática da informação em Arquivística.

Gercina Angela de Lima

limagercina@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela UFMG. Mestre em *Science in Library Service - Clark Atlanta University.* Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-ECI/ UFMG). Pós-Doutora pela *Faculdad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Universidad Carlos III*, Madrid, Espanha, e pela ECA - USP. Professora Associada no Departamento de Organização e Tratamento da Informação, da UFMG. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC/ ECI/UFMG). Coordenadora do Grupo de Pesquisa MHTX - Modelagem Conceitual para Organização e Representação da Informação Hipertextual, do CNPq desde 2004.

Jean Marcel Caum Camoleze

jean.camoleze@unesp.br

Graduação em História pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, CEUNSP. Mestre e doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Atuou como Professor da rede pública do Estado de São Paulo. Leciona no Ensino Superior do Centro Universitário Anchieta. Foi Secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Jundiaí, Diretor do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, do Centro de Memória de Jundiaí e Diretor de Cultura de Jundiaí. Coordenou os Programas de Projetos e Ações Sociais da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista.

João Batista Ernesto de Moraes

joao.batista@unesp.br

Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1984), mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990) e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Larissa de Mello Lima

larissalima.unesp@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília. (2015).Mestre e Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Integrante do grupo de pesquisa "Linguagem, Discurso e Organização do Conhecimento".

Lígia Maria Arruda Café

ligia.cafe@ufsc.br

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (1984), mestrado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (1988) e doutorado em Linguística - Université Laval Canadá (1999). Pós-doutorado na Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (2016-2017). Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC).

Maria Cristiane Barbosa Galvão

dra.cristiane.galvao@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo –USP. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília – UnB com doutorado sanduíche na Université de Montreal, Canadá. Pós-Doutorado pela *McGill University*, Canadá. Professora Doutora do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

ebaltar@gmail.com

Graduação em Letras e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Biblioteconomia E Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Pós-Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo - USP. Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Leitura, organização, representação, produção e uso da informação.

Mariana da Silva Caprioli

mariana.caprioli@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia, Mestre e Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Bibliotecária da Biblioteca Municipal "João Mesquita Valença" – Marília-SP. Membro do grupo de pesquisa "Linguagem, Discurso e Organização do Conhecimento".

Mariângela Spoti Lopes Fujita

mariangela.fujita@unesp.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Fundação Municipal de São Carlos. Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Livre Docente em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas, Professora Titular da UNESP. Docente Permanente Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Líder do Grupo de Pesquisa "Representação Temática da Informação". Professora aposentada da UNESP de Marília.

Milena Polsinelli Rubi

milena.rubi@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP de Marília. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Atuou como professora substituta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente, é bibliotecária na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba.

Nair Yumiko Kobashi

nairkobashi@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia e Jornalismo (ECA-USP). Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Livre-docente em Análise documentária (ECA-USP). Professor Sênior (ECA-USP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – USP.

Raimunda Fernanda dos Santos

nandaflorania@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECIN/UFRN). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/UFRJ). Faz parte do grupo de pesquisa do Laboratório de Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (LOGIC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Roberta Caroline Vesu Alves

robertavesu@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Atualmente, é Pós-Doutoranda do PPGCI da UNESP de Marília-SP, com bolsa CNPq. Foi professora substituta nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia na UNESP de Marília, bibliotecária em escritório de advocacia, e bibliotecária escolar de rede SESI-SP em Guararapes-SP.

Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti

roberta_tartarotti@yahoo.com.br

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Especialista em Gestão de Unidades de Informação pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP). Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos - UFScar e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Atualmente é Coordenadora de Serviço da Diretoria de Difusão da Informação da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Silvana Aparecida Fagundes

silvana.fagundes@unesp.br

Bacharel em Biblioteconomia e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília. Atualmente é bibliotecária na Coordenadoria Geral de Bibliotecas da UNESP e responsável pelo Grupo de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Pesquisas nos temas: indexação, estratégias de leitura, formação e desenvolvimento de coleções, leitura em Análise Documentaria, artigos de jornais, e modelo de leitura.

Sonia Troitiño

sonia.troitino@unesp.br

Graduação em História. Formação em Patrimônio Cultural pela Fundación Duques de Sória/Ministério de Cultura de España e em Arquivística pela Fundación Sanchez-Albornoz/Universidad de Valladolid (Espanha)Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília.

Sobre o livro

Catalogação
Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização
Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292
Elizabete Cristina de Souza de Aguiar
Monteiro
CRB - 8/7963

Capa e diagramação
Gláucio Rogério de Morais

Produção gráfica
Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Morais

Assessoria Técnica
Renato Geraldi

Oficina Universitária
Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato
16X23cm

Tipologia
Adobe Garamond Pro

Papel
Polén soft 75g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

Tiragem
100

Impressão e acabamento

2020

Os modelos de leitura documentária para indexação, tema desta obra, ganham diferentes enfoques em face aos diversos documentos que necessitam de representação temática. Os estudos apresentados nesta obra contemplam abordagens teóricas e interdisciplinares no âmbito da leitura documentária e indexação, bem como as aplicações de modelos de leitura em diferentes tipos de documentos. Por isso, mostram a preocupação atual de pesquisadores da área de Ciência da Informação no Brasil nos aspectos voltados para o processo de indexação e modelos de leitura documentária. A indexação inicia-se com a análise do documento por meio da leitura documentária. Assim, se apresenta complexa e dependente de variáveis que expressam um fazer profissional e seu contexto, além de influenciar os resultados na recuperação da informação. Os modelos de leitura documentária ganham notoriedade no âmbito da indexação, porque orientam e clareiam seus processos validados por teorias e práticas relacionadas aos diferentes documentos indexados, aspectos esses importantes na identificação e seleção de assuntos para fins de representação e recuperação da informação.

Roberta Caroline Vesu Alves.

ISBN 978-65-86546-04-0

9 786586 546040